



**IFAP**

Instituto de Financiamento  
da Agricultura e Pescas, I.P.

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS**

**2015**

**IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.**

Presidente - Luís Souto Barreiros

Vice - Presidente - Tiago Pessoa

Vogais - Fausto Gomes

- Fernando Mouzinho

**Contactos:**

R. Castilho, nº 45 - 51

1269-164 LISBOA

Tel: 21846000

Fax: 213846170

*Website:* [www.ifap.pt](http://www.ifap.pt)

E - mail: [ifap@ifap.pt](mailto:ifap@ifap.pt)

Coordenação Técnica:

Gabinete de Planeamento Estratégico

Área de Planeamento Estratégico e Projetos

Introdução .....	1
I Órgãos estatutários .....	2
1. Conselho Diretivo .....	2
2. Fiscal único .....	3
II Visão, Missão e Atribuições .....	4
1. Visão .....	4
2. Missão .....	4
3. Atribuições .....	4
III Recursos.....	6
1. Recursos humanos.....	6
1.1. Organograma .....	6
1.2. Caracterização.....	8
1.3. Formação profissional.....	10
1.4. Clima Organizacional.....	17
2. Recursos financeiros.....	18
3. Recursos materiais.....	22
3.1. Recursos imobiliários.....	22
3.2. Bens e serviços de suporte à atividade.....	24
IV Atividades desenvolvidas.....	25
1. Enquadramento.....	25
1.1. IFAP como organismo pagador do FEAGA e FEADER.....	25
1.2. IFAP como Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio do FEP e FEAMP	27
2. Intervenções no domínio do financiamento.....	28
2.1. Ajudas ao setor da agricultura.....	33
2.2. Ajudas ao setor da pesca .....	91
3. Controlo .....	95
3.1. Sistema integrado de gestão e controlo.....	95
3.2. Controlo administrativo.....	103
3.3. Controlo físico.....	104
3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade .....	109
4. Regime do exercício da atividade pecuária.....	116
5. Relacionamento com instituições comunitárias.....	117
5.1. Auditorias comunitárias.....	117
5.2. Comité dos fundos agrícolas .....	121
5.3. Conferências.....	121
6. Auditoria.....	124

7.	Área jurídica.....	128
8.	Comunicação e publicidade institucional .....	132
9.	Medidas de modernização administrativa.....	141
10.	Sistemas de Informação.....	145
11.	Sistema de Gestão de Segurança da Informação.....	146
12.	Participações sociais.....	149
V	Auto avaliação .....	152
1.	Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) - análise de resultados alcançados e dos desvios verificados.....	152
1.1.	Objetivos e indicadores.....	152
1.2.	Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados .....	154
1.3.	Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados .....	154
1.4.	Avaliação do sistema de controlo interno (SCI) .....	156
1.5.	Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho ....	157
1.6.	<i>Benchmarking</i> de desempenho com serviços idênticos .....	160
1.7.	Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação .....	160
2.	Plano de atividades 2015 .....	164
2.1.	Departamento de Ajudas Diretas - DAD .....	164
2.2.	Departamento de ajudas ao investimento - DAI .....	166
2.3.	Departamento de Ajudas de Mercado - DAM .....	172
2.4.	Departamento de Controlo - DCO .....	174
2.5.	Departamento de Gestão e Controlo Integrado - DGI.....	177
2.6.	Departamento de Sistemas de Informação - DSI.....	180
2.7.	Departamento Financeiro - DFI.....	183
2.8.	Dpartamento Jurídico - DJU.....	185
2.9.	Departamento de Administração e Gestão de Recursos - DGR .....	189
2.10.	Gabinete de Auditoria - GAU.....	192
2.11.	Gabinete de Planeamento Estratégico - GPE.....	194
2.12.	Resumo dos departamentos .....	197
VII	Contas .....	198
	Anexos.....	201
	Anexo 1 - QUAR com autoavaliação .....	202
	Anexo 2 - QUAR com justificação de desvios.....	206
	Anexo 3 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários.....	209
	Anexo 4 - Balanço Social .....	217

## Índice de quadros

Quadro 1 - Distribuição por departamento .....	10
Quadro 2 - Formação Profissional .....	10
Quadro 3 - Formação Presencial 2015 .....	11
Quadro 4 - Formação Presencial 2015 extra plano .....	12
Quadro 5 - Formação Presencial em TI com processo iniciado em 2014 .....	13
Quadro 6 - Formação Presencial em TI - 2015 .....	13
Quadro 7 - Formação <i>e-learning</i> em 2015 .....	15
Quadro 8 - Receita cobrada e despesa paga por divisão orçamental em 2014 e 2015 ....	18
Quadro 9 - Receitas previstas e receitas cobradas .....	19
Quadro 10 - Despesa orçamentada e despesa realizada .....	20
Quadro 11 - Tipos de imóveis .....	22
Quadro 12 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2014 e 2015 .....	33
Quadro 13 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola .....	34
Quadro 14 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito das Ajudas diretas e Intervenções nos mercados .....	35
Quadro 15 - Pagamentos efetuados ao setor do Vinho .....	44
Quadro 16 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional .....	48
Quadro 17 - Pagamentos Desenvolvimento Rural - Quadro resumo .....	49
Quadro 18 - Processos implementados na contratação dos apoios ao Investimento .....	50
Quadro 19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 .....	53
Quadro 20 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 - Área 2 .....	54
Quadro 21 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 - Área 3 .....	55
Quadro 22 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 - Área 4 .....	56
Quadro 23 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER .....	57
Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 1 - PRODER .....	58
Quadro 25 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 2 - PRODER .....	60
Quadro 26 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 3 - PRODER .....	61
Quadro 27 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 4 - PRODER .....	62
Quadro 28 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRRN .....	63
Quadro 29 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural .....	64
Quadro 30 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural .....	65
Quadro 31 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM .....	68
Quadro 32 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRODERAM .....	71
Quadro 33 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 2 - PRODERAM .....	71

Quadro 34 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 3 - PRODERAM .....	72
Quadro 35 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 4 - PRODERAM .....	72
Quadro 36 - Pagamentos ao abrigo de programas anteriores de desenvolvimento rural..	73
Quadro 37 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+ .....	77
Quadro 38 - Pagamentos ao abrigo do PRORURAL.....	78
Quadro 39 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRORURAL.....	79
Quadro 40 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 2 - PRORURAL.....	80
Quadro 41 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 3 - PRORURAL.....	81
Quadro 42 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 4 - PRORURAL.....	82
Quadro 43 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos programas anteriores do desenvolvimento rural .....	82
Quadro 44 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Programa POSEI .....	83
Quadro 45 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito do POSEI.....	84
Quadro 46 - Pagamentos efetuados no âmbito das Medidas Veterinárias .....	87
Quadro 47 - Pagamentos Seguros .....	88
Quadro 48 - Pagamentos de Linhas de crédito.....	90
Quadro 49 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola - Outros Apoios.....	90
Quadro 50 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca .....	92
Quadro 51 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca no âmbito do PROMAR .....	93
Quadro 52 - Pagamentos de bonificações de juros efetuados ao setor da pesca.....	94
Quadro 53 - Revisão regular do Parcelário - Número de parcelas revistas em 2015 .....	96
Quadro 54 - Explorações registadas no SNIRA, à data de 31/12/2015 .....	99
Quadro 55 - Bovinos - Declarações de nascimentos apresentadas via iDigital .....	100
Quadro 56 - Bovinos - Declarações apresentadas em suporte papel .....	100
Quadro 57 - Ovinos e caprinos - Comunicações apresentadas via iDigital.....	100
Quadro 58 - Ovinos e caprinos - Animais recenseados em 31/12/15.....	101
Quadro 59 - Suínos - Movimentações para abate - Dados à data de 31/12/15.....	101
Quadro 60 - Atividade apícola - Dados à data de 31/12/15 .....	101
Quadro 61 - Transferências de direitos RPU em 2014 e 2015.....	102
Quadro 62 - Resultados do controlo administrativo 2015 .....	104
Quadro 63 - Controlos <i>in loco</i> de superfícies, realizados nos anos 2014 e 2015.....	105
Quadro 64 - Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2014 e 2015.....	106
Quadro 65 - RAM - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados em 2015.....	106
Quadro 66 - Controlos de animais, realizados nos anos de 2014 e 2015 .....	106
Quadro 67 - Condicionalidade - Domínio ambiente, controlos da Campanha 2015 realizados em 2015.....	107

Quadro 68 - Condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos da Campanha 2015 realizados em 2015.....	107
Quadro 69 - Condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos da Campanha 2015 realizados em 2015.....	107
Quadro 70 - Controlos de Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA), realizados em 2015.....	108
Quadro 71 - FEADER - Controlos <i>in loco</i> de projetos de investimento, realizados em 2015 .....	108
Quadro 72 - FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2015.....	108
Quadro 73 - FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2015 .....	108
Quadro 74 - FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2015.....	109
Quadro 75 - Outros controlos realizados em 2015.....	109
Quadro 76 - Controlos de qualidade prévios à contratação de apoios ao investimento, realizados em 2015.....	113
Quadro 77 - Controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, realizados em 2015.....	113
Quadro 78 - PRODER - Reforço dos controlos de qualidade prévios ao pagamento, realizado em 2015.....	114
Quadro 79 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas <i>superfícies</i> , realizados em 2015 .....	114
Quadro 80 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas <i>animais</i> , realizados em 2015 .....	115
Quadro 81 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2015.....	115
Quadro 82 - Controlos de qualidade do controlo de projetos do Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV), financiados pelo FEAGA, realizados em 2015.....	115
Quadro 83 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2015.	115
Quadro 84 - Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento, em 2015 .....	118
Quadro 85 - Principais matérias abordadas nas Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores .....	122
Quadro 86 - Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de coordenação.....	122
Quadro 87 - Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo Panta Rhei .....	123
Quadro 88 - Atividade de apoio ao beneficiário .....	133

Quadro 89 - Subscritores Newsletter IFAP .....	137
Quadro 90 - Nº de novos beneficiários inscritos no Portal do IFAP .....	138
Quadro 91 - Seguidores da página do IFAP no <i>facebook</i> .....	138
Quadro 92 - Utilização da App IFAP mobile .....	139
Quadro 93 - Utilização do Portal do IFAP .....	140
Quadro 94 - Balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2015 .....	199
Quadro 95 - Demonstração de resultados do exercício 2014 e 2015 .....	200

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos funcionários por género, em 31.12.2015 .....	8
Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos funcionários, em 31.12.2015.....	8
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos funcionários, por género, em 31.12.2015.....	9
Gráfico 4 - Escalão etário dos funcionários em 31.12.2015.....	9
Gráfico 5 - Pagamentos ao setor agrícola (%) .....	34
Gráfico 6 - Pagamentos no âmbito das Ajudas Diretas (%).....	37
Gráfico 7 - Pagamentos no âmbito das Intervenções nos Mercados (%).....	44
Gráfico 8 - Pagamentos no âmbito do setor do Vinho (%).....	46
Gráfico 9 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional.....	48
Gráfico 10 - Pagamentos PRODER.....	57
Gráfico 11 - Pagamentos PRODERAM .....	69
Gráfico 12 - Pagamentos PRORURAL.....	78
Gráfico 13 - Pagamentos POSEI - MADEIRA (%).....	85
Gráfico 14 - Pagamentos POSEI - AÇORES (%) .....	86
Gráfico 15- Faixa etária dos inquiridos.....	210
Gráfico 16 -Distrito de residência dos inquiridos.....	211
Gráfico 17 - Atendimento .....	212
Gráfico 18 - Instalações.....	213
Gráfico 19 - Organização .....	214

## Glossário de Siglas

SIGLA	DESCRITIVO
AAIF	Área de Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas
ACACSA	Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias ao Setor do Azeite
AFCOS	Anti-Fraud Coordination Service
AG	Autoridade de Gestão
AGRO	Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
AOV	Aluguer Operacional de Veículos
APCE	Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa
APEP	Área de Planeamento Estratégico e Projetos
APP	<i>Application Software</i>
ARCC	Área de Relações Comunitárias e Comunicação
ASA	Medidas Agro e Silvo Ambientais
ATS	Abstract Test Suite
AVAC	Aquecimento, ventilação e ar condicionado
BI	Bilhete de Identidade
BCAA	Boas Condições Agrícolas e Ambientais
BD	Base de Dados
BDD	Base de Dados de Devedores
BdP	Banco de Portugal
CAE	Classificação das atividades económicas
CAEAP	Comissão de Acompanhamento do Exercício das Atividades Pecuárias
CCCAM	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo
CC	Código de Conduta
CCV	Contrato de Compra e Venda
CD	Conselho Diretivo
CE	Comissão Europeia
CFA	Comité dos Fundos Agrícolas
CIVE	Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado
CNCS	Centro Nacional de Cybersegurança
CPD	Centro de Processamento de Dados

SIGLA	DESCRITIVO
CPDA	Centro de Processamento de Dados Alternativo
CRC	Certidão do Registo Comercial
CSI	Coordenação da Segurança da Informação
CSSI	Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação
CTT	Correios de Portugal
DAD	Departamento de Ajudas Diretas
DAI	Departamento de Apoios ao Investimento
DAM	Departamento de Apoios de Mercado
DAS	<i>Déclaration d'Assurance</i>
DCO	Departamento de Controlo
DFI	Departamento Financeiro
DG AGRI	<i>Directorate-General for Agriculture and Rural Development</i>
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGI	Departamento de Gestão e Controlo Integrado
DGR	Departamento de Administração e Gestão de Recursos
DJU	Departamento Jurídico e de Devedores
DR	Diário da República
DRACA	Direção Regional de Assuntos Comunitários Açores
DRADR	Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (RAM)
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
DSI	Departamento de Sistemas de Informação
EC	Entidade Credenciada
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva
EDP	Energias de Portugal
EM	Estados-Membros
ER	Entidades Reguladoras
ESA	Estrutura Segregada de Auditoria
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ETS	Executive Test Suite
FAQ	Frequently Asked Questions
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia

SIGLA	DESCRITIVO
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEOGA-G	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Garantia
FEOGA-O	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Orientação
FFP	Fundo Florestal Permanente
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FEIIF	Fundo de Investimento Imobiliário Florestal Fechado
FPAS	Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores
FTA	Florestação de Terras Agrícolas
GAL	Grupo de Ação Local
GAU	Gabinete de Auditoria
GPE	Gabinete de Planeamento Estratégico
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
GTLN	Grupo de Trabalho <i>do Learning Network</i>
IAMA	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
IB	Identificação do Beneficiário
<i>iDigital</i>	Projeto IFADAP/INGA Digital - Acesso <i>online</i> dos Beneficiários
IGPC	Agência de Gestão e Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
IGA	Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão
IGAP	Instituto de Gestão e Administração Pública
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
IGFEJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INGA	Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
INRB	Instituto Nacional de Recursos Biológicos

SIGLA	DESCRITIVO
IPAC	Instituto Português de acreditação
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IRN	Instituto de Registos e Notariado
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
ITI	Intervenções Territoriais Integradas
iSIP	Plataforma informática que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP)
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISP	Instituto de Seguros de Portugal
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
IVBAM	Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira
IVDP	Instituto dos Vinhos do Douro e Porto
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho
JRC	<i>Joint Research Center</i>
LEADER	Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural
MAA	Medidas Agroambientais
MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
MAM	Ministério da Agricultura e do Mar
MAPL	Medidas de Apoio às Produções Locais
MARE	Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca
MARIS	Componente Pesca dos Programas Operacionais Regionais
MM	Ministério do MAR
MZD	Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas
NACM	Núcleo de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira
NAIN	Núcleo de Auditoria Interna
NAME	Núcleo de Apoios de Mercado
NAPI	Núcleo de Apoios ao Investimento
NCOM	Núcleo de Contas Comunitárias
NCPO	Núcleo de Condicionalidade e POSEI
NGFI	Núcleo de Gestão Financeira e Tesouraria
NIB	Número de Identificação Bancária
NIF	Número de Identificação Fiscal

SIGLA	DESCRITIVO
NORD	Núcleo de Normalização e Desenvolvimento
NP	Norma de Procedimento
NPAC	Núcleo de Programação e Acompanhamento de Controlo
NPGM	Núcleo de Produção e Gestão Micro-Informática
NUC	Núcleo
OC	Órgão de Conciliação
OCM	Organização Comum de Mercado
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
OP	Organismos Pagadores
PAC	Política Agrícola Comum
PAN	Plano Apícola Nacional
PAR	Programa de Financiamento a Arrendatários Rurais
PCN	Plano de Continuidade do Negócio
PDRu	Plano de Desenvolvimento Rural
PDR2020	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020
PEN	Plano Estratégico Nacional
PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PER	Processo Especial de Revitalização
PME	Pequena (s) e Média(s) Empresa(s)
PMI	Política Marítima Integrada
PNASV	Programa Nacional de Apoio ao Setor do Vinho
PO	Programa Operacional
POADR	Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
POC	Prémio por Ovelha e Cabra
POR	Programa Operacional Regional
POSEI	Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade
POSEIMA	Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade da Madeira e dos Açores (Programa anterior)
PRCI	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2007-2013
PRODERAM 2020	Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2014-2020

SIGLA	DESCRITIVO
PROMAR	Programa Operacional das Pescas 2007-2013
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural dos RAA 2007-2013
PRORURAL+	Programa de Desenvolvimento Rural dos RAA 2014-2020
PRODESA	Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico dos Açores
PRRN	Programa para a Rede Rural Nacional
PTA	Posto de Trabalho Alternativo
PU	Pedido Único de Ajudas
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REAP	Regime de Exercício da Atividade Pecuária
RLG	Requisitos Legais de Gestão
RPB	Regime de Pagamento Base
RPU	Regime de Pagamento Único
RRV	Reestruturação e Reconversão da Vinha
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006
SA	Sociedade Anónima
SCR	Sociedade de Capitais de Risco
SEPA	Single Euro Payments Area
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
SI	Sistema de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIB	Sistema de Identificação de Beneficiários
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
SIFICAP	Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGC	Sistema Integrado de Gestão e Controlo
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINGA	Sistema de Informação do INGA. O mesmo que iSINGA.
SINREAP	Sistema de Informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária

SIGLA	DESCRITIVO
SIP	Sistema de Identificação de Parcelas. O mesmo que Parcelário.
SIPAC	Sistema Integrado de Proteção contra Aleatoriedades Climáticas
SIRD	Sistema de Identificação e Registo de Direitos
SIREAP	Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária
Slvv	Sistema de Informação da Vinha e do Vinho
SMS	<i>Short Message Service</i>
SNIRA	Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal
SSI	Segurança dos Sistemas de Informação
SVC	Seguro Vitícola de Colheitas
TCE	Tribunal de Contas Europeu
TCP	Tribunal de Contas Português
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIR	Taxa Interna de Rentabilidade
UADR	Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural
UAGD	Unidade de Administração e Gestão Documental
UAJE	Unidade de Ajudas Específicas
UAPO	Unidade de Acompanhamento de Programas
UCIA	Unidade de Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas
UCTC	Unidade de Contencioso
UCON	Unidade de Contabilidade
UDAD	Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados
UDEV	Unidade de Devedores
UE	União Europeia
UDCC	Unidade Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional
UFOR	Unidade de Formulários
UGCP	Unidade de Gestão de Compras e Património
UGM	Unidade Gestora de Medida
UGOP	Unidade de Gestão Operacional
UGQS	Unidade de Gestão de Meios, Qualidade e Segurança
UIGE	Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas
UIPA	Unidade de Identificação Parcelar
UJRD	Unidade Jurídica

SIGLA	DESCRITIVO
UMC	Unidade Ministerial de Compras
UMIM	Unidade de Medidas de Intervenção em Mercados
UOCO	Unidade de Orçamento e Controlo
UOPC	Unidade Operacional de Controlo
UORH	Unidade de Organização e Gestão de Recursos Humanos
UPAB	Unidade de Protocolos e Apoio ao Beneficiário
UPAD	Unidade de Pagamentos Diretos
UPRF	Unidade de Produtos Financeiros
UREC	Unidade de Recuperações
UREP	Unidade de Reengenharia e Processos
URPU	Unidade de Regime de Pagamento Único
USCP	Unidade de Sistemas, Comunicação e Produção
VAL	Prémio por Vaca em Aleitamento
VLE	Prémio por Vaca Leiteira
VITIS	Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas

O ano de 2015 foi o primeiro ano de aplicação dos Pagamentos Diretos da nova PAC, bem como dos novos programas de Desenvolvimento Rural e de encerramento dos programas relativos ao quadro anterior. Neste contexto, o IFAP, enquanto Organismo Pagador, assegurou que esta transição ocorresse sem sobressaltos nos apoios ao sector, mantendo a regularidade e previsibilidade nos pagamentos que foram atingidos nos últimos anos.

Neste contexto particularmente difícil, foi evidente o esforço desenvolvido pelos vários departamentos do IFAP na execução atempada de todos os procedimentos necessários à realização dos pagamentos nos prazos definidos, com a regularidade adequada e sempre que possível, procedendo à sua antecipação. Foi o caso, em outubro, do adiantamento dos novos pagamentos ligados, bem como das principais medidas agroambientais, e em novembro nas novas medidas de apoio às Regiões Desfavorecidas.

A par das atividades de encerramento do período de programação 2007-2013 e do final do exercício financeiro, em outubro de 2015, foram efetuados pagamentos significativos das medidas Investimento no âmbito do PDR2020, incluindo medidas transitadas do PRODER e do novo Seguro de Colheitas.

Foram também desenvolvidas diversas atividades que visaram, igualmente, a melhoria do serviço prestado pelo IFAP numa ótica de harmonização e racionalização de procedimentos tendo em vista a redução da carga administrativa para os beneficiários e para os próprios serviços da administração pública, de que são exemplos o novo Pedido Único, o novo modelo de controlo Vitis e o novo relatório de controlo do investimento, o projeto SNIRA na *Web* e a eliminação dos contratos nas medidas de investimento, entre outros.

O presente Relatório de Atividades apresenta as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), no ano de 2015.

O IFAP, I. P., organismo de administração indireta do estado, é dirigido por um conselho diretivo constituído por um presidente, um vice-presidente e dois vogais, conforme estabelecido no n.º 3, do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro.

Como órgão responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do instituto, existe, ainda, um fiscal único.

### 1. Conselho Diretivo

#### Presidente do IFAP

Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros, designado pelo Despacho n.º 5901/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 21 de abril de 2014 (publicado no Diário da República, II série, n.º 86, de 6 de maio de 2014), a partir de 21 de abril de 2014, com um mandato de cinco anos.

#### Vice-presidente

Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho, designado pelo Despacho n.º 15710/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, n.º 251, de 30 de dezembro de 2014), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

#### Vogais

Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, designado pelo Despacho n.º 97/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, n.º 3, de 6 de janeiro de 2015), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes, designado pelo Despacho n.º 10/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014

(publicado no Diário da República, II série, nº 1, de 2 de janeiro de 2015), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

## **2. Fiscal único**

Foi designado Fiscal Único do IFAP, pelo Despacho nº 12189/2013, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, II série, n.º 185, de 25 de setembro de 2013, a Sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de contas com o nº 28, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Noé Gomes, inscrito na OROC com o nº 98.

## II Visão, Missão e Atribuições

O Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas I.P. (IFAP) foi criado pelo Decreto-Lei nº 87/2007, de 29 de março, com o estatuto de Instituto Público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

O IFAP é o Organismo Pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) na aceção do R.1290/2005, do Conselho e do R.885/2006, da Comissão. Ao abrigo do artigo 7º do R.1306/2013, do Conselho, de 20 de dezembro, mantém as mesmas atribuições no âmbito do novo quadro comunitário.

Nos termos do R.1198/2006 do Conselho e do Decreto-Lei nº 80/2008, o IFAP foi designado autoridade de certificação e organismo intermédio no âmbito do PROMAR. Pelo Decreto-Lei nº 137/2014, o IFAP passou a ser autoridade de certificação para o FEAMP e pelo Despacho nº 2650 - B/2016, organismo intermédio no âmbito do Mar 2020.

### 1. Visão

Acrescentar valor ao mundo rural contribuindo para a sua sustentabilidade.

### 2. Missão

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

### 3. Atribuições

O IFAP é um Instituto Público de regime especial, criado pelo Decreto-Lei nº 87/2007, de 29 de março, integrando a administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, encontrando-se sujeito à tutela do Ministério da Agricultura, Florestas e

Desenvolvimento Rural, do Ministério do Mar, do Ministério das Finanças e do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas.

Através do Decreto-Lei nº 195/2012, de 23 de agosto, o IFAP foi reestruturado, tendo sido estabelecidas as seguintes atribuições:

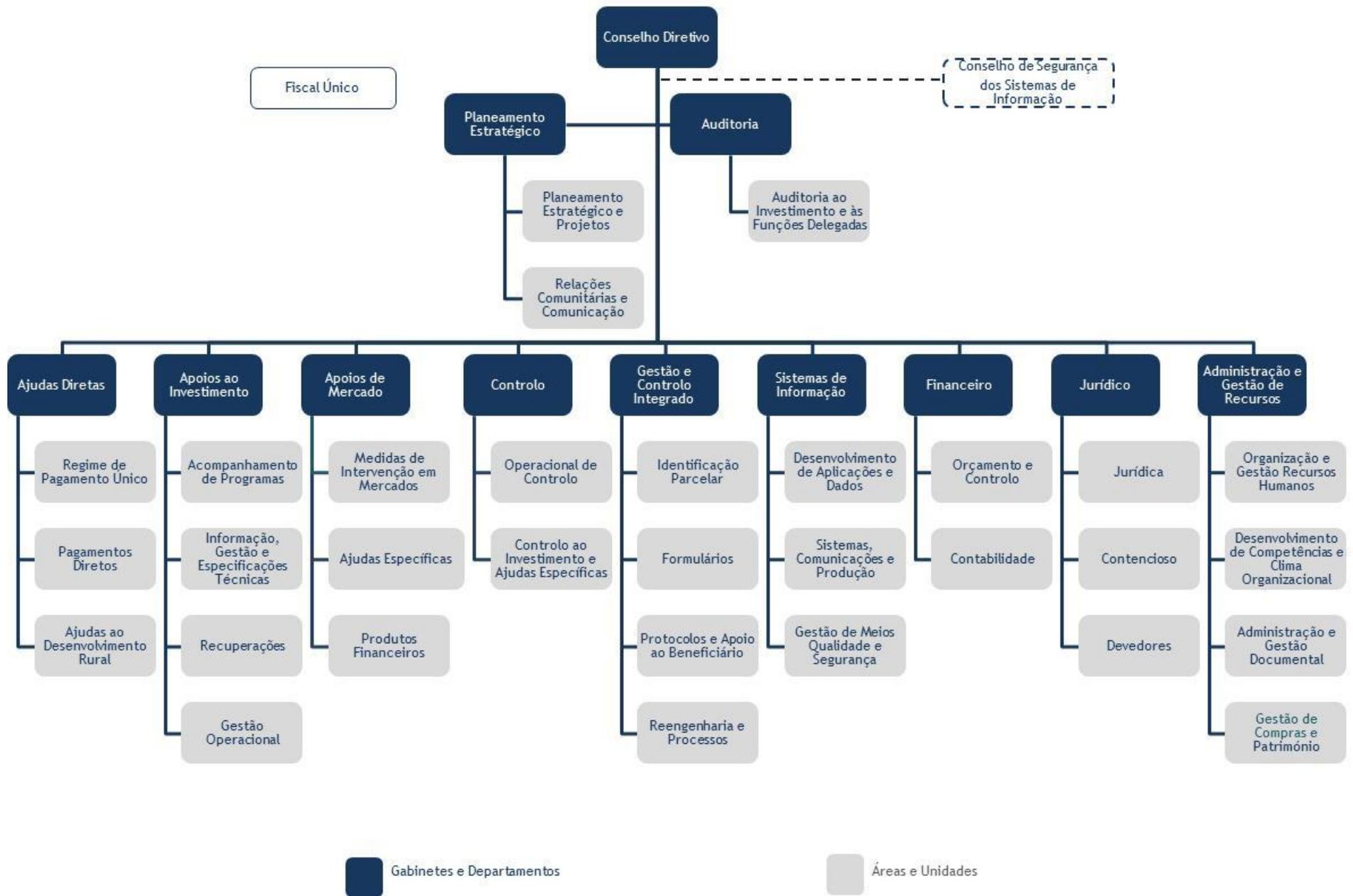
- a) Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum;
- b) Garantir o cumprimento da função de Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER;
- c) Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP), bem como de organismo intermédio na aceção do R.1198/2006, de 27 de julho;
- d) Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;
- e) Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

A Portaria nº 393/2012, de 29 de novembro, definiu a organização interna do IFAP e aprovou os seus estatutos. Nesta Portaria encontram-se estabelecidas todas as competências comuns e específicas dos Departamentos e Gabinetes que constituem o IFAP.

### 1. Recursos humanos

#### 1.1. Organograma

À data de 31 de dezembro a estrutura do IFAP era a apresentada no seguinte organograma. Inclui 9 departamentos e 2 gabinetes, 3 áreas, 28 unidades e 14 núcleos.

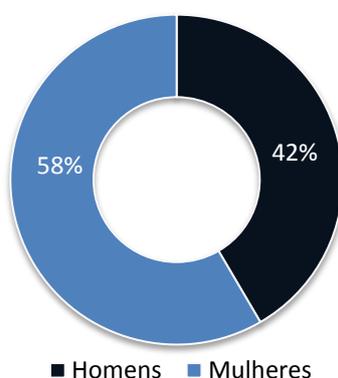


## 1.2. Caracterização

No IFAP à data de 31 de dezembro de 2015, desempenhavam funções 577 pessoas. Relativamente ao ano anterior registou-se uma diminuição de 13 pessoas, o que representa uma redução de 2.3%.

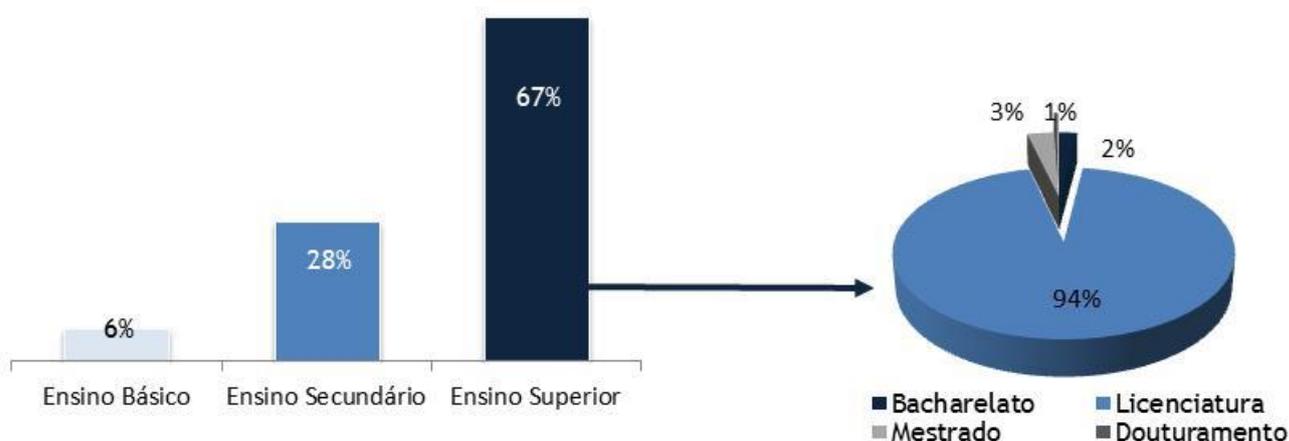
A distribuição entre mulheres e homens manteve-se igual relativamente ao ano anterior, com 337 mulheres e 240 homens, o que representa 58% e 42%, respetivamente.

Gráfico 1 - Distribuição dos funcionários por género, em 31.12.2015



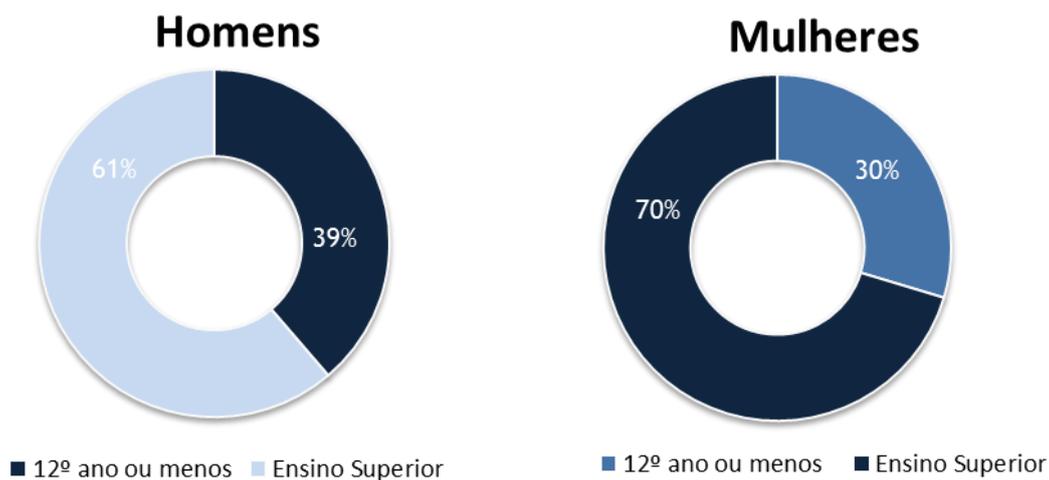
O total de funcionários com habilitações académicas ao nível do ensino superior (graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento) é de 384, o que representa 67% do total.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos funcionários, em 31.12.2015



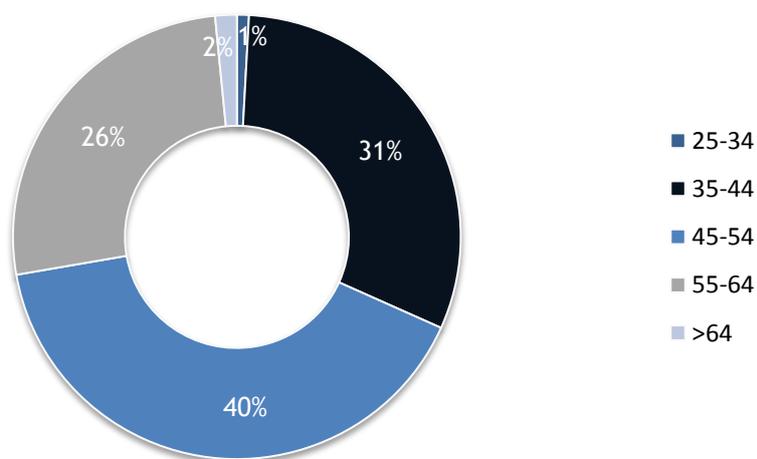
Efetuada a análise por género, constata-se que 70% das mulheres possuem escolaridade de nível superior e 30% o 12º ano ou inferior. Relativamente aos homens, esta distribuição é de 61% e 39%, respetivamente.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos funcionários, por género, em 31.12.2015



No que se refere ao escalão etário, a maior representatividade é dos 45-54 anos (40%). De realçar que, relativamente ao ano anterior, o escalão >64 aumentou 1.3 p.p.. A média de idades do Instituto é de 49.6 anos.

Gráfico 4 - Escalão etário dos funcionários em 31.12.2015



Por departamento, os colaboradores do IFAP distribuem-se de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 1 - Distribuição por departamento

	Nº Funcionários	%
Departamento de Ajudas Diretas	58	10%
Departamento de Apoios ao Investimento	63	11%
Departamento de Apoios de Mercado	45	8%
Departamento de Controlo	70	12%
Departamento de Gestão e Controlo Integrado	65	11%
Departamento de Sistemas de Informação	57	10%
Departamento Financeiro	45	8%
Departamento Jurídico	44	8%
Depart. de Administração e Gestão de Recursos	83	14%
Gabinete de Auditoria	16	3%
Gabinete de Planeamento Estratégico	19	3%
Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação	2	0%
Conselho Directivo	10	2%
<b>Total</b>	<b>577</b>	<b>100%</b>

Com o objetivo de atrair e promover o recrutamento de recursos humanos foi disponibilizada no portal do IFAP a possibilidade de efetuar uma “Candidatura Espontânea”, para detentores de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como lançada a iniciativa “Oportunidade de Mudar” para colaboradores internos.

### 1.3. Formação profissional

Em 2015 houve 443 participações em ações de formação profissional, sendo 349 internas, organizadas pelo IFAP e 94 externas, organizadas por outras entidades.

Quadro 2 - Formação Profissional

Ações internas Nº de participações		Ações externas Nº de participações		Total participações	
2 014	2 015	2 014	2 015	2 014	2 015
494	349	52	94	546	443

### 1.3.1. Formação Presencial

À semelhança dos anos anteriores, a política estratégica do Plano de Formação do IFAP focaliza-se essencialmente em ações de formação na área de negócio do Instituto e de formação à medida, realizada sempre que possível nas próprias instalações e adaptada à sua realidade, em regime presencial e/ou à distância (*e-learning*), a qual foi estruturada da seguinte forma:

- Formação Geral
- Formação de carácter pontual - Extra Plano
- Plano de Formação do Departamento de Sistemas de Informação - Tecnologias de Informação

O plano de formação para 2015 procurou integrar as ações de formação que, no diagnóstico de necessidades, se destacaram como prioritárias e com maior número de formandos.

- **Formação geral**

No ano de 2015 foram exectuadas as ações previstas no Plano de Formação Geral para 2015, além de uma ação de formação prevista ao Plano de 2014, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Formação Presencial 2015

Curso	Nº de participantes	Duração/ horas	Nº Ações previstas	Volume de horas
Simulador de Gestão	52	9	2	468
Novo Código Procedimento Administrativo	88	18	3	1584
CCP - Execução de contratos (Plano de formação de 2014)	16	14	1	224
Excel avançado	27	21	2	812
Access avançado	29	28	2	840
Modelo Relacional e Linguagem SQL	16	21	1	336
Análise de Dados Geográficos com R	10	30	1	300
FORGEP	14	180	1	2520
Auditoria Financeira	15	21	1	315
Auditoria e Controlo Interno	15	14	1	210
<i>Python Web Programming</i>	4	30	1	120
Contabilidade Pública	19	21	1	399
Gestão de Pessoas nas Organizações	28	7	2	196
Gestão Orçamental	20	21	1	420
<b>TOTAIS</b>	<b>353*</b>	<b>435</b>	<b>20</b>	<b>8471</b>

\*Este valor corresponde ao nº total de participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

- **Formação de carácter pontual Extra Plano**

Relativamente à Formação Extra-Plano foram executados em 2015 os seguintes cursos:

Quadro 4 - Formação Presencial 2015 extra plano

Curso	Nº de participantes	Duração / horas	Nº Ações previstas	Volume de horas
10ª Conferência ICOP	2	18	1	36
3.ª Edição da BPM <i>Conference</i> Portugal da EdEA	1	7	1	7
40º Colóquio da Qualidade	2	14	1	28
A Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	5	18	1	90
Condução <i>OFF Road</i> 4x4	4	7	1	28
Conferência BMP Lisboa 2015 - Adm. Pública	1	14	1	14
Conferência <i>E-Commerce</i>	1	4	1	4
ISMS Auditor / Lead Auditor ISO/IEC 27001:2013	1	40	1	40
ISO 27001:2013- <i>Lead Auditor</i>	1	35	1	35
Novo Código do Procedimento Administrativo para Não Juristas	1	7	1	7
Seminário Gestão da Formação	2	7	1	14
SIADAP 3 - Questões Práticas	2	15	1	30
<i>Workshop</i> Executivo de Análise de Custos e Rentabilidade -TDABC	1	7	1	7
12º Congresso Nacional BAD	1	21	1	21
Novo Código do Procedimento Administrativo para Juristas	1	7	1	7
<b>TOTAIS</b>	<b>26*</b>	<b>221</b>	<b>15</b>	<b>368</b>

\*Este valor corresponde ao nº participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

- **Formação do Departamento de Sistemas de Informação - Tecnologias de Informação**

Relativamente aos processos iniciados em 2014, realizaram-se no 1.º semestre de 2015 os seguintes cursos:

Quadro 5 - Formação Presencial em TI com processo iniciado em 2014

Curso	Nº de participantes	Duração/ horas	Nº Ações previstas	Volume de horas
<i>BPM - Bussiness Process Management</i>	10	91	1	910
<i>Ethical Hacking and Contrameasures</i>	14	35	1	490
<i>MySQL for Developers</i>	4	35	1	140
<i>MySQL for Database Administrators</i>	3	35	1	105
<i>Oracle database 11G: Administration WorkShop I Release</i>	1	30	1	30
<i>Oracle Linux System Administration</i>	1	35	1	35
<i>Oracle Weblogic Server 11g: Administration Essentials</i>	2	35	1	70
Programação JAVA	10	35	1	350
Segurança da Informação: Soluções Técnicas	8	30	1	240
<b>TOTAIS</b>	<b>53*</b>	<b>361</b>	<b>9</b>	<b>2370</b>

\*Este valor corresponde ao nº participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

Das 17 ações de formação previstas no Plano de Formação de Tecnologias de Informação para 2015 foram executadas as seguintes ações:

Quadro 6 - Formação Presencial em TI - 2015

Curso	Nº de participantes	Duração/ horas	Nº Ações previstas	Volume de horas
<i>Kaizen Foundations - CPKF-006-POR</i>	2	8	1	16
<i>ISO 27001 Lead Implementer (PCEB Official Course)</i>	5	35	1	175
<i>Jboss Application Administrattion I</i>	3	28	1	84
<i>Jboss Application AdministrattionII</i>	1	28	1	28
<b>TOTAIS</b>	<b>11*</b>	<b>99</b>	<b>4</b>	<b>303</b>

\*Este valor corresponde ao nº participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

### 1.3.2. Formação *e-learning*

O ano de 2015 pautou-se por diversos constrangimentos ao nível das infraestruturas que sustentam a plataforma *Moodle*, a qual suporta a formação *e-learning* ministrada pelo IFAP.

No segundo semestre de 2015 deixou de ser possível utilizar a ferramenta de animação *Articulate*, por ter deixado de ser compatível com o sistema operativo em uso no IFAP e, conseqüentemente, com o *Moodle*. Por este motivo, os cursos produzidos a partir do segundo semestre de 2015 e que irão vigorar durante 2016, foram todos disponibilizados em formato pdf (à exceção daqueles que não sofreram alterações), o que, não tendo comprometido o rigor do conteúdo, desvalorizou a forma de apresentação e pedagogia de aprendizagem, pois impede o utilizador de interagir com a plataforma.

Apesar dos referidos constrangimentos, a plataforma *e-learning* continuou a dar resposta às solicitações dos serviços, tendo-se registado mesmo um aumento no número de participantes inscritos e no número de cursos produzidos. Para os colaboradores internos foi disponibilizada a ação de formação/divulgação “Código de Conduta”.

No decorrer do ano transato foram criadas 32 ações de formação, o que, comparativamente ao ano de 2014 se traduz em mais 15 cursos. Este aumento considerável deve-se ao desdobramento do curso “Controlo Superfícies”, que dada a sua extensão e singularidade (nem todos os módulos eram frequentados por todos os fomandos), não podia continuar a desenvolver-se nos mesmos moldes. Foi por isso dividido em dois grandes grupos (SUP1 e SUP2), este último contando com 14 cursos.

Também os Controlos RAM e RAA (Madeira e Açores) foram desdobrados e individualizados consoante as temáticas (Animais, Ovinos e Caprinos, Superfícies). Há a registar a criação de 4 novos cursos, dedicados a temáticas até aqui não abordadas, como sejam o Controlo Vitis, a Recolha de Candidaturas Vitis, os Procedimentos Transversais e o Regime de Pagamento Base.

O Quadro 7 resume a formação *e-learning* ao longo de 2015. Relativamente aos participantes, os dados apresentados, extraídos da plataforma *Moodle*, refletem o número de inscritos em cada ação de formação, não traduzindo contudo o número real de estudantes em cada curso. Existem utilizadores inscritos que acabam por não ser efetivamente participantes, não pretendendo certificação mas apenas reciclagem de conhecimentos, o que

não os obriga a realizar avaliação. Justifica-se assim a diferença de 4840 existente entre participantes inscritos e testes submetidos.

Por não terem sido restituidas alterações ao conteúdo do curso iSIP 2014, foi decidido reeditar o curso de 2014, para novos participantes que surgiram em 2015.

Quadro 7 - Formação e-learning em 2015

Curso	Abreviatura	Depart. Responsável	Participantes	N.º testes submetidos	Nº de certificados formação emitidos
Controlo Superfícies RAM	Controlo RAM	DCO	51	22	3
Controlo Superfícies Açores	Controlo RAA	DCO	55	31	23
iSIP - Controlo de Qualidade	iSIPCQ	DGI	407	208	74
Controlo VITIS 2015 - Ação de Verificação no Local	CtrlVITIS	DAI	164	128	73
Controlo no Local MADEIRA	CANIM2015	DCO	39	15	
Controlo no Local AÇORES	POCA2015	DCO	42	3	15
Controlo Animais AÇORES	CANIA2015	DCO	82	51	42
Controlo PT - Procedimentos Transversais	Ctrl PT	DCO	478	396	260
Controlo no Local ANI2015	CANI2015	DCO	393	368	194
Controlo no Local POC 2015	POC	DCO	399	353	193
Regime de Pagamento Base	RPB	DGI	1380	266	276
IB 2015	IB2015	DGI	1874	577	488
Pedido Único 2015	PU2015	DGI	2034	1919	510
Pedido Único MADEIRA 2015	PUMadeira 2015	DGI	55	76	26
Vitis 2015 - Recolha Candidaturas	VITIS2015	DAI	144	62	
Código de Conduta	CC	DGR	615	363	
iSIP (Reedição de 2014)	iSIP2014	DGI	517	236	177
Controlo de Superf. SUP12015	SUP 1 - 2015	DCO	378	350	220
Curso 1 - Relat. Controlo e MAZD	SUP 2 - Curso 1	DCO	367	337	192
Curso 2 - Agric. Biológica e Prod.	SUP 2 - Curso 2	DCO	380	346	197
Curso 3 - Conserv. solo e uso eficiente	SUP 2 - Curso 3	DCO	378	333	196
Curso 4 - Cult. p. tradic./ Mosaico Agroflorest./ Apic.	SUP 2 - Curso 4	DCO	378	314	113
Curso 5 - Pagamentos rede	SUP 2 - Curso 5	DCO	380	331	154
Curso 6 - Pagamentos Rede Natura - Peneda Gerês	SUP 2 - Curso 6	DCO	377	243	117

Curso (continuação)	Abreviatura	Depart. Responsável	Participantes	N.º testes submetidos	Nº de certificados formação emitidos
Curso 7 - Pagamentos Rede Natura - Montesinho-Nogueira	SUP 2 - Curso 7	DCO	292	182	58
Curso 8 - Rede Natura Douro Internac, Maças,Sabor,V.Côa	SUP 2 - Curso 8	DCO	253	195	62
Curso 9 - Zonas de caráter Agroambiental - Castro verde	SUP 2 - Curso 9	DCO	246	183	92
Curso 10 - Zonas de caráter Agroambiental - Culturas Estepárias	SUP 2 - Curso 10	DCO	308	222	77
Curso 11 - Pastoreio Extensivo	SUP 2 - Curso 11	DCO	377	104	78
Curso 12 - Silvoambientais	SUP 2 - Curso 12	DCO	379	313	100
Curso 13 - Recursos Genéticos	SUP 2 - Curso 13	DCO	379	312	102
Curso 14 - Florest. Terras agrícolas	SUP 2 - Curso 14	DCO	379	301	98
<b>Total</b>			<b>13 980</b>	<b>9140</b>	<b>4210</b>

### 1.3.3. Diretório de competências

Na sequência da Identificação do Diretório de Competências Específicas para cada uma das funções do IFAP consideradas críticas na ótica do R.907/2014 da Comissão, com o objetivo de garantir “uma formação adequada do pessoal em todos os níveis de funcionamento e a aplicação de uma política de rotação dos elementos do pessoal que ocupem posições sensíveis, ou, em alternativa, uma supervisão acrescida”, foram no ano de 2015 delineadas duas ações de formação destinadas, primeiramente, aos colaboradores que integram as funções críticas, tendo-se decidido abrir estas ações a todos os colaboradores do IFAP. Estas ações designaram-se “Gestão de Pessoas nas Organizações” (módulo 1) e “Ética e Cultura Organizacionais” (módulo 2). As ações de formação do módulo 1 tiveram início em dezembro de 2015, estando previsto terminarem em julho de 2016 abrangendo todos os colaboradores do IFAP. No primeiro semestre do ano de 2016 terá início o segundo módulo de formação.

#### 1.4. Clima Organizacional

O ano de 2015 ficou marcado pelo início de um conjunto de iniciativas com vista à melhoria do clima organizacional e do índice de satisfação global dos trabalhadores.

Foi disponibilizado na plataforma *Moodle* um inquérito sobre o Clima Organizacional. Após análise dos resultados, foi realizado um *workshop* que envolveu dirigentes, do qual resultaram propostas sobre esta temática, e foi solicitada a toda a organização a contribuição com ideias e sugestões para introdução de melhorias nas práticas de gestão do Instituto - algumas delas entretanto implementadas e outras em fase de implementação.

O IFAP promoveu, ainda, de forma ativa e organizada, a possibilidade de os trabalhadores do IFAP optarem por horários de trabalho com vista à conciliação entre a vida profissional e familiar através da prática de horários de trabalho flexíveis no âmbito da parentalidade e de jornada contínua;

## 2. Recursos financeiros

O orçamento de 2015 e a sua execução traduzem as funções que estão cometidas ao Instituto no capítulo do financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, com especial relevo para a atribuição de subsídios no âmbito do FEAGA, FEADER, FEP e outras ajudas comunitárias, bem como o apoio à concretização de investimentos através da concessão de ajudas e subvenções no âmbito das políticas públicas, enquadráveis no Programa de Investimentos. O quadro seguinte resume, por Divisão Orçamental, a receita cobrada, a despesa paga e o saldo global apurado.

Quadro 8 - Receita cobrada e despesa paga por divisão orçamental em 2014 e 2015

unid: euros

Receitas Cobradas, Despesas Pagas e Saldos Apurados						
Divisões Orçamentais	Receita Cobrada Líquida		Despesa Paga		Saldos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Funcionamento	64 768 504	63 841 083	35 153 472	31 020 721	29 615 032	32 820 362
Outras Ajudas	230 878 757	218 010 620	142 483 227	134 890 450	88 395 530	83 120 170
FEAGA	106 262 527	36 208 881	94 738 444	23 047 448	11 524 083	13 161 433
Investimento	919 507 439	466 030 623	744 749 138	400 864 241	174 758 301	65 166 382
<b>Total</b>	<b>1 321 417 227</b>	<b>784 091 217</b>	<b>1 017 124 281</b>	<b>589 822 860</b>	<b>304 292 964</b>	<b>194 268 347</b>

Divisões Extra Orçamentais	Cobranças Líquidas		Pagamentos Realizados		Saldos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Outras Ajudas	16 853 841	53 076 653	16 853 841	53 076 653	0	0
FEAGA	635 861 026	605 862 972	635 861 026	605 862 972	0	0
Investimento	159 980 085	363 443 584	159 980 085	363 443 584	0	0
<b>Total</b>	<b>812 694 952</b>	<b>1 022 383 209</b>	<b>812 694 952</b>	<b>1 022 383 209</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Da Receita

Em 2015, a receita cobrada líquida total foi superior à previsão inicial da receita em cerca de 183.7 milhões de euros. Tal facto decorreu das autorizações obtidas para transitarem saldos de anteriores gerências, bem como de transferências de verbas para o orçamento do IFAP (provenientes da dotação provisional do Ministério das Finanças) para pagar correções financeiras aplicadas a Portugal.

Com uma receita cobrada líquida de 784.1 milhões de euros, de acordo com a distribuição constante no quadro seguinte, é de salientar que 59.4% tiveram como

origem transferências nacionais e comunitárias e saldos transitados do ano anterior, inscritos no Orçamento de Investimentos.

Quadro 9 - Receitas previstas e receitas cobradas

unid:euros

Receitas Previstas e Receitas Cobradas					
Divisões Orçamentais	Previsão Inicial (1)	Receita Cobrada Líquida (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Créditos Especiais	
				Saldos Integrados (4)	Transf. e RNAP (5)
Funcionamento	42 793 016	63 841 083	21 048 067	29 895 708	0
Outras Ajudas	102 326 935	218 010 620	115 683 685	91 018 243	61 177 751
FEAGA	29 230 090	36 208 881	6 978 791	14 356 781	0
Investimento	426 023 294	466 030 623	40 007 329	172 799 245	0
<b>Total</b>	<b>600 373 335</b>	<b>784 091 207</b>	<b>183 717 872</b>	<b>308 069 977</b>	<b>61 177 751</b>

Divisões Extra Orçamentais	Previsão Inicial (1)	Receita Cobrada Líquida (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Créditos Especiais	
				Saldos Integrados (4)	Transf. e RNAP (5)
Outras Ajudas	1 319 464 095	53 076 653	-1 266 387 442	0	0
FEAGA	787 692 470	605 862 972	-181 829 498	0	0
Investimento	393 990 253	363 443 584	-30 546 669	0	0
<b>Total</b>	<b>2 501 146 818</b>	<b>1 022 383 209</b>	<b>-1 478 763 609</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Salienta-se na Receita Cobrada Líquida o montante de 61.1 milhões de euros que diz respeito a uma transferência, proveniente da dotação provisional do Ministério das Finanças, para pagamento de correções financeiras de FEAGA em Outras Ajudas, no montante de 56.7 milhões de euros, de acordo com a autorização da DGO.

#### Da Despesa

A estrutura dos valores da despesa do orçamento inicial do IFAP releva contabilisticamente as atividades respeitantes ao financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, bem como as suas próprias despesas de funcionamento, inerentes à concessão dos subsídios ou das ajudas.

Assim:

- A dotação destinada ao financiamento das despesas de funcionamento do IFAP, que representaram 7.1% do orçamento inicial, compreende as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços inerentes à atividade de suporte à concessão de apoios e subvenções, os encargos bancários de pré-financiamento dos fundos comunitários, as dotações referentes à gestão do

Crédito PAR e os investimentos a realizar em edifícios e equipamentos informáticos;

- b) A divisão de Outras Ajudas representaram 17.0% do montante global do orçamento, considera o financiamento de projetos de investimento nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, cofinanciados pelos FEADER e FEP, a componente nacional de subsídios atribuídos no âmbito do FEAGA e os subsídios financiados por verbas exclusivamente nacionais;
- c) A divisão do FEAGA considera os subsídios ao rendimento e à exploração cofinanciados por esse fundo comunitário (e também por verbas nacionais) que representaram 4.9% do orçamento inicial (os subsídios financiados por verbas exclusivamente comunitárias são relevados em contas extra orçamentais);
- d) A divisão de Investimentos, com 71.0% do total das dotações da despesa, considera os apoios financeiros à concretização de projetos de investimento no Continente, de programas cofinanciados pelo FEADER e FEP e de programas financiados exclusivamente por fundos nacionais.

Quadro 10 - Despesa orçamentada e despesa realizada

unid:euros

Despesa Orçamentada e Despesa Realizada						
Divisões Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=(5)/(1)
Funcionamento	42 793 016	7.1%	31 020 721	5.3%	-11 772 295	-27.5%
Outras Ajudas	102 326 935	17.0%	134 890 450	22.9%	32 563 515	31.8%
FEAGA	29 230 090	4.9%	23 047 448	3.9%	-6 182 642	-21.2%
Investimento	426 023 294	71.0%	400 864 241	68.0%	-25 159 053	-5.9%
<b>Total</b>	<b>600 373 335</b>	<b>100.0%</b>	<b>589 822 860</b>	<b>100.0%</b>	<b>-10 550 475</b>	<b>-1.8%</b>

Divisões Extra Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Outras Ajudas	1 319 464 095	219.8%	53 076 653	9.0%	-1 266 387 442	-96.0%
FEAGA	787 692 470	131.2%	605 862 972	102.7%	-181 829 498	-23.1%
Investimento	393 990 253	65.6%	363 443 584	61.6%	-30 546 669	-7.8%
<b>Total</b>	<b>2 501 146 818</b>	<b>416.6%</b>	<b>1022 383 209</b>	<b>173.3%</b>	<b>-1 478 763 609</b>	<b>-59.1%</b>

No que se refere à execução orçamental da despesa de 2015, salienta-se o peso dos pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos do

Investimento, designadamente referentes à execução dos programas PRODER, Rede Rural e PROMAR no Continente, bem como o SIPAC e Bonificações de Linhas de Crédito, que ascenderam a 400.8 M€ representando 68.0% do total da despesa realizada.

Nas outras componentes de despesa executada realça-se:

- a) O montante dos subsídios concedidos no apoio ao rendimento das famílias e de ajudas diretas a empresas e associações no âmbito do FEAGA, representando 3.9% do total;
- b) As despesas na divisão de Outras Ajudas, resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, onde se inclui o pagamento de dívidas em atraso do SIPAC, da componente nacional dos subsídios e subvenções pagos no âmbito do FEAGA, bem como das ajudas pagas no âmbito do FEADER e do FEP nas Regiões Autónomas e ainda da amortização do empréstimo contraído junto do IAPMEI para financiamento do projeto PIN da ACUINOVA, representando 22.9% do total;
- c) Os pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos do Investimento, designadamente referentes à execução dos programas PRODER, Rede Rural e PROMAR no Continente, SIPAC e Bonificações de Linhas de Crédito, que ascenderam a 68%;
- d) As despesas de funcionamento do Instituto, no montante de cerca de 31.0 milhões de euros, representando 5.3% do total das despesas do Instituto;

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em Operações Extra Orçamentais, que ascenderam a 1022.3 milhões de euros, com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias concedidas no âmbito do FEAGA.

### 3. Recursos materiais

Em 2015, face às atualizações patrimoniais comunicadas anteriormente pela Autoridade Tributária, manteve-se o valor dos recursos materiais do IFAP em termos de património imobiliário, registando um valor patrimonial de 5.8 milhões de euros.

#### 3.1. Recursos imobiliários

O valor patrimonial dos imóveis referenciados em 31 de dezembro de 2015, conforme referido, ascende a 5.8 milhões de euros, incluindo a componente de terreno e construção:

Quadro 11 - Tipos de imóveis

unid: euros		
Tipo	Quantidade	Valor
Armazém/Terreno	2	830.320
Escritórios (c\Registo SIIE)	38	4.941.590
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>5.771.910</b>

Atualmente, o armazém e o terreno que integram o património imobiliário e que já foram objeto de utilização em contínuo (p.e: depósitos de azeite) encontram-se desativados.

Algumas das instalações identificadas como escritórios encontram-se desativadas, resultante da extinção da estrutura regional existente no passado.

Outros espaços de escritórios encontram-se cedidos às Direções Regionais, também no âmbito de protocolos, sendo necessários às atividades delegadas naquelas Direções.

Em 2015 concluiu-se o processo de obtenção de certificação energética para os imóveis do IFAP que se encontram devolutos.

Foram igualmente desencadeados os mecanismos legais necessários à avaliação dos imóveis propriedade do IFAP por parte da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, com o objetivo de serem integrados aquando do lançamento de hastas públicas para alienação e/ou arrendamento dos imóveis atualmente disponíveis.

Refira-se que os imóveis do IFAP que estiveram em hasta pública durante o ano de 2015, não foram objeto de qualquer licitação.

Foi efetuada de forma permanente a manutenção preventiva e corretiva da totalidade dos edifícios onde o IFAP é proprietário ou inquilino, por forma a garantir não só as melhores condições de trabalho a todos os colaboradores mas também um bom estado de conservação dos mesmos. Entende-se no conceito de manutenção de edifícios, a estrutura do mesmo e todos os equipamentos que o constituem, designadamente, elevadores, sistema AVAC, sistema de deteção e extinção de incêndios, iluminação, entre outros.

#### Equipamento de transporte

No final de 2015, os equipamentos de transporte do IFAP eram constituídos por um parque automóvel (em regime de propriedade e aluguer operacional), num total de 83 viaturas, onde se incluem 23 viaturas em regime de aluguer operacional. O valor patrimonial das viaturas de propriedade do IFAP é nulo, dada a antiguidade das mesmas (e nos termos do CIVE).

Maioritariamente, os veículos satisfazem necessidades relacionadas com uma das áreas de atividade centrais do IFAP, designadamente o controlo das ajudas que este Instituto administra. A utilização dos veículos abrange, ainda, tarefas administrativas e logísticas, o acompanhamento e supervisão de funções delegadas e visitas no âmbito dos apoios ao investimento, entre outras.

Do total de 83 viaturas, existe um conjunto de 27 viaturas cedidas a entidades com quem o IFAP mantém relações protocolares ou outro tipo de acordos por necessidades de serviço específicas.

Considerando a necessidade de racionalizar a despesa e otimizar os recursos do IFAP, foi efetuado um levantamento da situação atual da frota automóvel do IFAP (incluindo a frota cedida) com o objetivo de ajustar o dimensionamento quantitativo e qualitativo dos meios de transporte às necessidades dos diversos serviços, tendo para tal sido realizada uma análise técnico-económica com vista à renovação parcial da frota.

Neste sentido, prevê-se que seja encetado junto da ESPAP, o processo de aquisição em regime de AOV de 6 novas viaturas Todo Terreno com a contrapartida de abate de 12 viaturas da frota atual.

### 3.2. Bens e serviços de suporte à atividade

Foi garantido, durante o ano de 2015, o planeamento atempado de necessidades, a prossecução dos procedimentos de aquisição inerentes à aquisição de bens e serviços, por forma a suportar a atividade do IFAP.

Tendo em consideração as necessidades de aquisição de bens e serviços manifestadas, face ao planeamento efetuado, ao envolvimento de departamentos, Júris de procedimentos e entidades com competência para autorização da despesa, os cronogramas definidos inicialmente foram em grande medida cumpridos, assegurando em tempo útil a aquisição de bens e serviços, sendo o principal fator crítico, a morosidade na obtenção de autorizações prévias e externas ao IFAP.

O plano de aquisições foi objeto de monitorização e acompanhamento constante, por forma a detetar e corrigir eventuais desvios ao cronograma traçado.

Sempre que possível, existiu uma lógica de racionalização de procedimentos, reduzindo a vertente administrativa associada aos processos de aquisição, bem como a tentativa de obter poupanças resultantes da aglutinação de bens e serviços.

Quanto ao parque de telemóveis, garantiu-se os procedimentos de controlo fundamentais, nomeadamente na faturação. Foi realizado um ajustamento ao número de equipamentos, considerando as necessidades atuais dos serviços, que teve impactos em 2015. Quanto ao imobilizado, foi realizado o seu levantamento por forma a atualizarmos as existências e abater o imobilizado obsoleto.

Na área da gestão do economato, a gestão eficiente de *stocks* foi primordial para que não houvesse quebras no fornecimento dos consumíveis necessários às atividades diárias de todos os serviços.

Após a conclusão da fase de desenvolvimentos e testes, o Módulo de Gestão de Aprovisionamento (ferramenta fiável de controlo da tramitação do processo de aquisição) entrou em produção no início do ano de 2014, respondendo assim a uma exigência da IGF e a uma necessidade do departamento. Durante o ano de 2015 foi efetuada a análise de requisitos funcionais e foi realizada a 2ª fase de desenvolvimento, que visa interligar este módulo com o sistema financeiro nas vertentes do cabimento, do compromisso, do contrato e da execução. No final do ano de 2015 a aplicação encontrava-se em testes, previamente à sua entrada em produção.

### 1. Enquadramento

#### 1.1. IFAP como organismo pagador do FEAGA e FEADER

##### *Acreditação do organismo pagador*

A Comissão, com o objetivo de determinar o montante total das despesas a imputar aos Fundos Europeus Agrícolas, necessita de uma garantia suficiente da adequação e transparência dos controlos nacionais e da verificação, pelos organismos pagadores, da legalidade e admissibilidade das declarações de despesas que processam, estabelecendo para o efeito um conjunto de critérios a serem cumpridos pelos respetivos organismos pagadores.

Tais critérios incluem quatro grandes domínios: ambiente interno, atividades de controlo, informação e comunicação e acompanhamento. Os Estados-Membros podem, ainda, estabelecer critérios de acreditação complementares, a fim de ter em conta eventuais características específicas de um organismo pagador.

O Decreto-Lei n.º 323/2007, de 28 de setembro, estabelece as regras e os procedimentos a adotar para a acreditação do organismo pagador das despesas financiadas pelo FEAGA e FEADER.

O referido Decreto-Lei designa o ministro responsável pela área das finanças como a autoridade competente em Portugal, para a acreditação dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER.

O mesmo Decreto-Lei atribui à Inspeção Geral de Finanças (IGF), a competência para verificar o estado de cumprimento dos critérios de acreditação. Com base neste exame a autoridade competente decidirá da acreditação do organismo pagador.

De acordo com o estabelecido no R.1306/2013, os Estados Membros poderão manter os organismos pagadores que foram acreditados antes de 20 de dezembro de 2013, nos termos do art. 1º do R.908/2014 e do Decreto-Lei 195/2012.

O IFAP é, assim, e como já foi referido anteriormente, o organismo pagador do FEAGA e do FEADER.

#### *Certificação de contas do FEAGA e FEADER*

O Decreto-Lei n.º 323/2007, de 28 de setembro, atribuiu à IGF a competência de organismo de certificação.

A IGF, enquanto organismo de certificação, realiza o exame do organismo pagador, tendo em conta as diretrizes estabelecidas pela Comissão Europeia, e elabora um relatório sobre as suas verificações. O relatório deve abranger as funções delegadas e deve indicar se, para o período que abrange:

- a) O organismo pagador satisfaz os critérios de acreditação;
- b) Os procedimentos aplicados pelo organismo pagador ofereceram garantias razoáveis de que as despesas imputadas aos Fundos foram efetuadas em conformidade com as normas da União, assegurando, deste modo, a legalidade e a regularidade das transações subjacentes, e o acatamento de eventuais recomendações de aperfeiçoamento;
- c) As contas anuais estavam de acordo com os livros e registos do organismo pagador;
- d) Os mapas das despesas e das operações de intervenção constituíam um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas aos Fundos;
- e) Os interesses financeiros da União foram convenientemente protegidos no que se refere a adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

O relatório deve conter informações sobre o número e as qualificações das pessoas que realizaram a auditoria, o trabalho realizado, o número de transações examinadas, o nível de autenticidade e confiança obtido, eventuais deficiências detetadas e recomendações de aperfeiçoamento, assim como sobre as operações do organismo de certificação e de outros organismos de auditoria, internos ou externos ao organismo pagador, das quais decorre a totalidade ou parte da certeza do organismo de certificação quanto ao conteúdo do relatório.

Neste âmbito, o organismo de certificação elabora um certificado, no qual indica se obteve garantias suficientes de que as contas a transmitir são autênticas, completas e rigorosas. Igualmente, o organismo de certificação elabora um relatório com o resultado das suas verificações que abrangem uma análise (i) dos critérios de acreditação, (ii) dos procedimentos aplicados pelo

organismo pagador, (iii) das contas anuais, nomeadamente a sua concordância com os registos existentes, (iv) dos mapas de despesa e das operações de intervenção, quanto ao facto de constituírem um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas ao FEAGA e FEADER, (v) dos adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

Este relatório de certificação, bem como as contas anuais dos organismos pagadores, completadas por uma declaração de fiabilidade assinada pelo responsável máximo do organismo pagador acreditado, são os documentos com base nos quais a Comissão Europeia, até 30 de maio do ano seguinte ao exercício em causa, decide do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados.

Em relação ao exercício financeiro de 2015 (16 de outubro de 2014 a 15 de outubro de 2015), a Comissão Europeia, com base no relatório da IGF e de esclarecimentos prestados posteriormente pelo IFAP, concluiu pela integralidade, exatidão e veracidade das contas do IFAP relativas ao FEAGA e FEADER, pelo que propôs o respetivo apuramento na primeira Decisão respeitante ao exercício financeiro de 2015, em maio de 2016.

#### 1.2. IFAP como Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio do FEP e FEAMP

No que se refere ao FEP, o Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de maio, define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), aprovado pelo R.1198/2006 cujas normas de execução constam do R.498/2007.

O mesmo Decreto-Lei atribui as funções de Autoridade de Auditoria à IGF, em conformidade com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 58.º e no art.º 61.º do R.1198/2006, garantindo a verificação do bom funcionamento do sistema de gestão e controlo.

Compete ao IFAP desempenhar as funções de Autoridade de Certificação, em conformidade com o disposto no R.1198/2006. O IFAP deve certificar-se que as declarações de despesas remetidas para a Comissão Europeia são exatas, resultando de sistemas de contabilidade.

O IFAP atua ainda, no âmbito do FEP, na qualidade de Organismo Intermédio e de Estrutura Segregada de Auditoria.

Pelo Decreto Lei nº 137/2014, o IFAP passou a ser autoridade de certificação. para o FEAMP e pelo Despacho nº 2650-B/2016, organismo intermédio no âmbito do MAR2020.

## 2. Intervenções no domínio do financiamento

No ano de 2015 foi dada continuidade a diversas atividades em curso, nomeadamente ao nível de:

- Implementação do projeto SNIRA na *Web*
- Revisão do parcelário
- Aposta na desmaterialização de processos numa perspetiva de simplificação e redução da carga administrativa para os beneficiários e para a própria administração
- Aumento da qualidade da informação residente nas diferentes bases de dados por forma a minimizar impactos nos pagamentos
- Melhoria da comunicação com os beneficiários e com as organizações de agricultores.

Foram desenvolvidas diversas iniciativas cujos processos e procedimentos se caracterizaram pela simplificação e pelo reforço da qualidade da informação prestada pelo IFAP.

O ano de 2015 foi caracterizado pela operacionalização do novo pedido único das ajudas (PU), tendo por base a necessidade de implementar um pedido de ajuda aproximado do geo-espacial, recorrendo sempre a processos de validação e cruzamento de informação inovadores que potenciem a desmaterialização de formulários. O PU destina-se à apresentação anual das candidaturas a um conjunto de medidas no âmbito do SIGC.

O período de candidaturas do PU decorreu entre 2 de março e 15 de maio, tendo sido posteriormente prorrogado o prazo para submissão sem penalização, até 29 de maio, com o objetivo de viabilizar o acolhimento de um maior número de candidaturas, proporcionando o tempo necessário ao esclarecimento e resolução das questões e dúvidas e, assim, otimizar a utilização dos apoios agrícolas disponíveis.

Para além desta data, foi possível a apresentação tardia do pedido de ajuda durante mais 25 dias (até 23 de junho) com penalização regulamentar de 1% por cada dia útil, acrescida, no caso do pedido de atribuição de direitos, ao pagamento RPB, de 3% por cada dia útil.

O período para apresentação de alterações decorreu até dia 15 de junho e o período para submissão do modelo H, relativo a transferências, acompanhou o do Pedido Único.

No ano de 2015, o PU abrangeu os regimes de apoio aos pagamentos diretos no âmbito da Política Agrícola Comum previstos no anexo I do R.1307/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, a seguir enunciadas.

- Regime de pagamento base
- Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o ambiente
- Pagamento para os jovens agricultores
- Regime de pequena agricultura
- Pagamento específico ao algodão
- Apoios associados voluntários (Prémio por ovelha e por cabra, Prémio por vaca em aleitamento, Prémio por vaca leiteira, Pagamento específico para o tomate, Pagamento específico do arroz).

Abrangeu igualmente as medidas de apoio ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020):

- Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas
- Produção integrada
- Pagamento rede natura
- Conservação do solo
- Uso eficiente da água na agricultura
- Culturas permanentes tradicionais
- Pastoreio extensivo
- Recursos genéticos
- Mosaico agroflorestal
- Silvoambientais
- Apoio agroambiental à apicultura.

Também se encontram integrados no PU2015 os pagamentos dos prémios relativos à Florestação de terras agrícolas no âmbito do RURIS, do PRODER e dos R. 2328/91 e R. 2080/92.

Relativamente às ajudas da RAM, o PU incluiu as medidas de apoio do PRODERAM 2020, a declaração de áreas da Medida 1 e as declarações de intenção de beneficiar das ajudas das fileiras da carne, da banana e da produção de vinho.

Para apoio ao processo de candidatura do PU do ano de 2015, foram elaborados e disponibilizados manuais para as ajudas RPB, *Greening*, Pagamento jovem, Prémio

por vaca em aleitamento e leiteira, Prémio por ovelha e or cabra, Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, Medidas agro ambientais e Florestação de terras agrícolas.

Na área pública do portal do IFAP encontra-se disponível um simulador para verificação do cumprimento de práticas de diversificação de culturas e superfícies de interesse ecológico (*greening*).

No decorrer do ano civil de 2015 foi determinado o rácio anual das pastagens permanentes para a campanha de 2015 tendo sido obtido o valor de 0,36.

Este valor foi obtido, após controlo administrativo do PU 2015, considerando a área declarada de pastagem permanente (905 188.67 ha) e de superfície agrícola total (2 532 052.48 ha), pelos requerentes candidatos ao Regime de Pagamento Base com exceção das áreas em Modo Produção Biológico.

Tendo em consideração o novo quadro comunitário 2014-2020 foi necessário proceder ao cálculo de um novo rácio de referência nacional. O rácio de referência nacional para este período é de 0.36.

O IFAP manteve em 2015, no seu portal, um calendário mensal de pagamentos, associado quer aos apoios ao investimento, quer às ajudas incluídas no Pedido Único (PU).

Na globalidade, em 2015 foram apresentadas 180 138 candidaturas do PU, das quais 169 265 no Continente e 10 873 na Região Autónoma da Madeira. Relativamente ao ano anterior ocorreu um acréscimo no número de pedidos de ajuda de cerca de 1%, que se traduziu numa inversão da tendência de redução que se vinha verificando nos últimos anos. Verifica-se, ainda, a tendência de crescimento no número de Pedidos Únicos desmaterializados, 45 667, cerca de 25% dos pedidos apresentados, salientando-se os submetidos pelo próprio beneficiário através da área reservada no portal do IFAP, que ascendeu em 2015 a 2118, o que representa um crescimento de 23% face a 2014.

Ainda no decorrer do ano de 2015 foi necessário implementar o novo controlo cruzado, tendo sempre presente os objetivos de desburocratização e de disponibilização de informação relativa à situação do pedido de ajudas, com recursos a soluções *online*.

No decorrer do segundo semestre de 2015 foi desenvolvido o módulo horizontal de apuramentos (HAP). O módulo horizontal é uma aplicação utilizada pelos procedimentos de apuramento de algumas ajudas diretas e apoios ao Desenvolvimento Rural, que reúne informação relativa às ocupações culturais da

exploração dos beneficiários e a elegibilidade das mesmas às ajudas/apoios e informação respeitante à componente animal, por forma a ser possível a determinação do encabeçamento.

Esta aplicação reúne dados relativos ao beneficiário, ao Pedido Único de ajudas, ao controlo administrativo e aos controlos *in loco*, permitindo efetuar a validação da elegibilidade às ajudas/apoios.

No que respeita aos apoios ao investimento, a atividade desenvolvida decorreu dentro do previsto, com a necessária flexibilidade de ajustamento às inúmeras prioridades e solicitações que foram surgindo ao longo do ano, procurando-se assegurar sistematicamente o exercício eficiente e eficaz das competências relativas a estes apoios.

O ano de 2015 correspondeu à transição para os novos programas de desenvolvimento rural e de pescas, a que acresceu a preocupação em acompanhar as diferentes e complexas tarefas de encerramento dos programas do FEADER e FEP. Este contexto traduziu-se na necessidade de adaptação das aplicações informáticas existentes, bem como em tarefas de ajustamento e em novas funcionalidades. A atividade desenvolvida foi, naturalmente, muito dirigida para o arranque do novo período de programação 2014-2020, sem nunca descurar as numerosas tarefas de encerramento do anterior período de programação (2007-2013).

No que se refere à emissão de pareceres sobre diplomas que disciplinam as atividades associadas à gestão do FEAGA, FEADER e FEAMP e sobre a regulamentação específica proposta pelas autoridades de gestão dos programas, importa referir o esforço que foi feito em assegurar os pareceres técnicos em tempo útil, face às inúmeras propostas de regulamentos de aplicação, orientações técnicas e critérios de seleção dos três Programas (PDR2020, PRORURAL+ e PRODERAM2020).

Ao nível das aplicações informáticas, o ano de 2015 foi especialmente exigente, dada a necessidade de criar condições para receber dados de novas candidaturas dos programas cofinanciados pelo FEADER e pelo FEAMP, mas também adaptar o sistema de informação para a transição de numerosas medidas e respetivas candidaturas dos anteriores programas para os novos. No que respeita às novas aplicações, foi efetuada uma reengenharia profunda, mudando o paradigma de funcionamento do sistema de informação, tendo por base, quer as novas regras da PAC, e em particular do FEADER NSIGC, quer a concretização de medidas simplificadas desde a contratação dos apoios até à análise de pedido de

pagamento, do controlo de qualidade, quadro sancionatório e uma cadeia de apuramento do valor a pagar. Na contratação dos apoios ao investimento foi possível encontrar uma solução totalmente inovadora e desmaterializada do procedimento, dando enorme celeridade e simplificação ao processo.

Se no período 2007-2014, o contrato de financiamento era formalizado em papel e obrigava à intervenção do beneficiário e do IFAP ou outra entidade com funções delegadas do IFAP, muitas vezes com necessidade de reconhecimento notarial de assinaturas, a partir de agora o contrato é formalizado através da submissão de um formulário eletrónico pelo beneficiário e disponibilizado no portal do IFAP.

Esta alteração configura uma simplificação e desburocratização de procedimentos, conforme determinado no Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio e também consiste numa aplicação prática do princípio da desmaterialização, consagrado em regulamentos comunitários, que o IFAP tem vindo a seguir como orientador nas tarefas que lhe são cometidas.

Também a nível do pedido de pagamento dos apoios foi efetuada uma mudança no sentido da total desmaterialização do processo, quer da parte do beneficiário em que deixa de existir qualquer processo/*dossier* físico, efetuando-se o *upload* de documentos sobre o sistema de informação, quer da parte do controlo administrativo, integrando-se num único formulário todas as tarefas em que se decompõe.

Para apoio às novas funcionalidades e tarefas, foram elaborados manuais de pedido de pagamento do novo período de programação.

Foi, ainda, dada continuidade à monitorização dos protocolos estabelecidos com as instituições de crédito (IC) - Santander Totta, BCP, CCAM, BPI, Novo Banco, Banco Popular, Montepio e CGD -, através da realização de quadros mensais sobre a concretização de operações de crédito enquadradas nos protocolos, com referência a número de operações e montante de crédito, a partir de informação disponibilizada pelas IC. Em cumprimento do estabelecido nos protocolos, foi efetuada, com base trimestral, a divulgação às IC de listagens de operações aprovadas no âmbito do PRODER e do PROMAR. Foi dada igualmente continuidade à disponibilização de informação sobre operações devidamente identificadas pelas IC desde que confirmada a prévia autorização concedida pelos respetivos beneficiários.

No âmbito dos projetos de investimento (que incluiu projetos de anteriores QCA), foram analisadas as operações com adiantamentos e emitidos os respetivos mapas

de liberação de garantias, que corresponderam a 1873 garantias bancárias liberadas.

Os pagamentos efetuados durante o ano de 2015 pelo IFAP totalizaram 1484.1 milhões de euros. A redução face ao ano anterior ocorreu principalmente ao nível do setor agrícola (cerca de 13%), tendo os pagamentos das pescas sido da mesma ordem de grandeza.

Quadro 12 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2014 e 2015

	2014	2015
Agricultura	1 641 222	1 430 945
Pescas	53 971	53 115
<b>Total</b>	<b>1 695 193</b>	<b>1 484 060</b>

### 2.1. Ajudas ao setor da agricultura

O ano de 2015 foi um ano fortemente marcado por dois processos críticos: o da implementação/operacionalização do período de programação 2014-2020 e o encerramento financeiros do período de programação 2007-2013, que obrigaram a um esforço adicional para assegurar essas tarefas.

O total de pagamentos ao setor agrícola no ano de 2015 foi de 1430.9 milhões de euros. Destacaram-se neste montante os Apoios ao desenvolvimento rural, com 777.5 milhões de euros, representando 54% do total do setor agrícola.

As ajudas diretas e intervenções nos mercados representaram 36% do total do setor, com 509.7 milhões de euros. O programa POSEI efetuou pagamentos no montante de 112.4 milhões de euros e os Seguros representaram 27 milhões de euros.

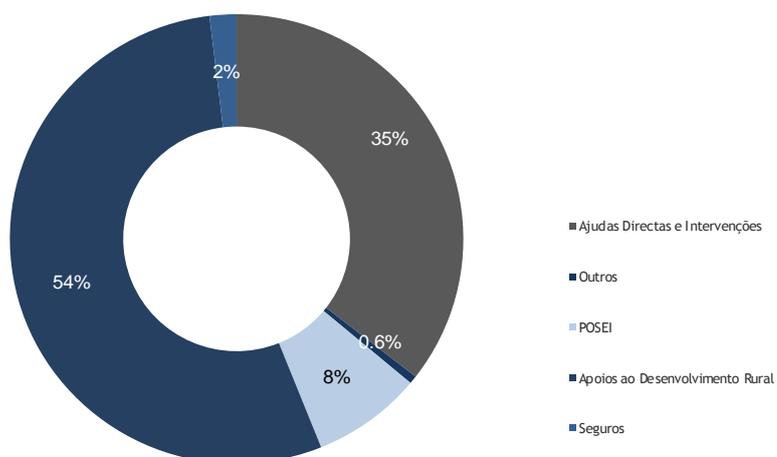
No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao setor agrícola.

Quadro 13 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola

	unid:mil euros	
	2014	2015
Ajudas Directas e Intervenções nos Mercados	626 600	509 653
Apoios ao Desenvolvimento Rural	877 785	777 508
POSEI	101 335	112 420
Medidas Veterinárias	1 002	850
Seguros	26 039	27 440
Linhas de Crédito de Iniciativa Nacional	2 872	1 300
Outras	5 904	6 116
Despesas de encerramento QCA III Agricultura e antigas ajudas (*)	-315	-4 341
<b>Total</b>	<b>1 641 222</b>	<b>1 430 945</b>

(\*) Inclui despesas de encerramento do QCAIII e regularizações relativas a ajudas antigas geridas pelo ex-IFADAP

Gráfico 5 - Pagamentos ao setor agrícola (%)



### 2.1.1. Ajudas diretas e Intervenções nos mercados

Durante o ano de 2015 foram pagos 509.7 milhões de euros de Ajudas diretas e Intervenções nos mercados o que representa uma quebra de 19% face aos pagamentos do ano anterior. Esta quebra deve-se ao desfazamento temporal que ocorreu no pagamento das ajudas diretas da campanha 2015, relativamente à campanha anterior.

Os pagamentos de Ajudas diretas totalizaram 427 milhões de euros, representando 84% do montante total.

Quadro 14 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito das Ajudas diretas e Intervenções nos mercados

	unid:mil euros	
	2014	2015
<b>Ajudas directas</b>		
Regime de Pagamento Base		234 465
Pagamentos Jovens Agricultores (juntar outras ou RPB?)		132
Regime de Pequena Agricultura		32 930
Pagamentos Específico por Superfície ao Arroz		5 434
Pagamentos Específico por Superfície ao Tomate		2 908
Regime de Pagamento Único	417 230	27 068
Prémio por Vaca em Aleitamento	82 055	70 566
Prémio por Ovelha e Cabra	25 215	28 402
Apoio Específico (artº 68º)	28 388	25 523
Outras Ajudas Directas	-175	-20
<b>Total Ajudas Directas</b>	<b>552 713</b>	<b>427 409</b>
<b>Intervenções nos Mercados</b>		
Vinho	57 466	56 878
Frutas e Produtos Hortícolas	11 407	15 444
Leite e Produtos Lácteos		5 643
Carne de Suíno, Ovos, Aves e Apicultura	2 026	2 655
Promoção de Produtos Agrícolas	1 363	1 572
Outras Intervenções	1 623	54
<b>Total Intervenções nos Mercados</b>	<b>73 885</b>	<b>82 245</b>
Juros sobre dívidas	2	-2
<b>Total</b>	<b>626 600</b>	<b>509 653</b>

#### 2.1.1.1. Ajudas diretas

Os pagamentos de Ajudas diretas tiveram relativamente ao ano de 2014 uma quebra de 23%. De facto, tendo sido 2015 o ano de implantação de novos regimes de ajuda, os pagamentos ocorreram mais tarde tendo ocorrido parte deles já no ano de 2016.

Ao RPB coube 55% do valor atribuído às ajudas diretas seguido pelos prémios às vacas leiteiras e em aleitamento que, em conjunto, representaram 17%. Ao Regime de pequena agricultura corresponderam cerca de 8% do montante pago.

A aplicação do princípio da disciplina financeira de acordo com o art. 26º do R. 1306/2013, que estabelecia que os montantes destinados a financiar as despesas relacionadas com o mercado e os pagamentos diretos da Política Agrícola Comum devem respeitar os limites máximos anuais fixados por Decisão dos representantes dos Governos dos Estados Membros, levou à fixação de uma taxa de ajustamento dos pagamentos diretos, incluindo o POSEI, nos montantes superiores a 2000 euros, a conceder aos agricultores.

Relativamente aos pedidos de ajuda apresentados no ano de 2014, os pagamentos foram reduzidos em 1.3%. Aos pedidos de ajuda de 2015 foi aplicada uma redução de 1.39%.

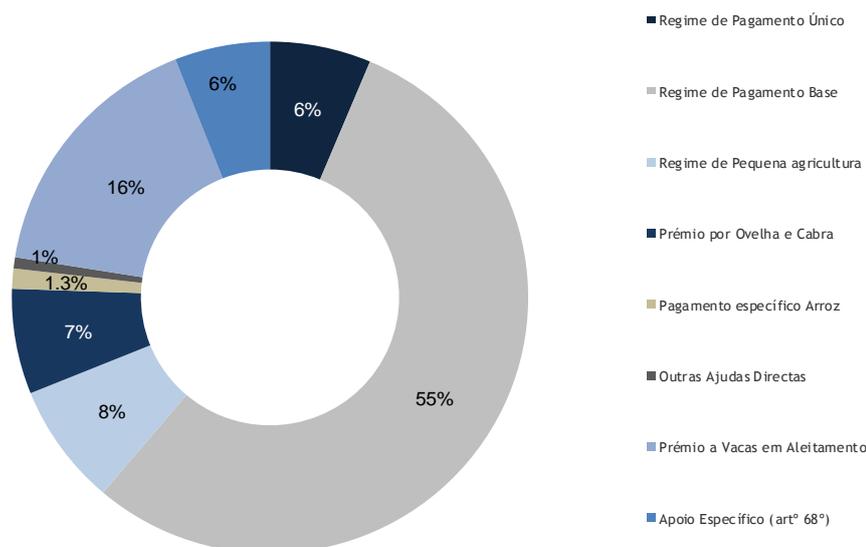
No último trimestre de 2015 foi desenvolvida a aplicação que permitiu o processamento, a 15 de outubro de 2015, do reembolso da Disciplina Financeira referente à campanha de 2013, no montante de 13.0 milhões de euros. O montante disponível para reembolso foi fixado através do R.1259/2014 que define ainda as regras de reembolso das dotações não utilizadas.

Foi efetuado o reembolso da Disciplina Financeira a todos os beneficiários (42 218) de Pagamentos Diretos, incluindo o POSEI, sujeitos à taxa de ajustamento (Disciplina Financeira) no exercício para o qual a dotação não utilizada transitou.

O ano de 2015 correspondeu a um ano de transição entre regimes de apoio diretos, pelo que, por um lado foram efetuados os pagamentos de saldo do RPU do último ano de aplicação e, por outro, foram definidos os novos procedimentos para a implementação do Regime de Pagamento Base e pagamentos relacionados.

No PU de 2015 foram definidos e testados os requisitos para a verificação da isenção e obrigação do *Greening* e, em caso de obrigação, os agricultores foram notificados quanto à situação de cumprimento ou não das obrigações da diversificação de culturas e da área mínima para o cumprimento das superfícies de interesse ecológico.

Gráfico 6 - Pagamentos no âmbito das Ajudas Diretas (%)



### Regime de Pagamento Único (RPU)

Foram efetuados os pagamentos de saldo do RPU da campanha 2014, na data prevista (junho de 2015), depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou a aplicação de uma taxa de rateio de 1,161%.

Durante o ano civil de 2015 foi pago um total de 27.1 milhões de euros de RPU maioritariamente relativos à campanha de 2014.

### Regime de Pagamento Base (RPB)

Em 2015 foi instituído o Regime de Pagamento Base ao abrigo do qual foram atribuídos novos direitos, de acordo com o estipulado no R.1307/2013.

Têm acesso ao RPB todos os agricultores ativos que possuam direitos de pagamento mediante a primeira atribuição de direitos e/ou atribuição pela reserva nacional e/ou transferência de direitos.

Estes agricultores têm, ainda, que exercer atividade agrícola em território continental e ter uma superfície agrícola da exploração pela qual sejam pedidos pagamentos diretos de pelo menos 0.50 hectares.

No RPB os níveis de apoio por hectare vão sendo progressivamente ajustados de modo a que, em 2019, todos os direitos ao pagamento tenham um valor unitário tendencialmente uniforme. O cálculo do

valor unitário para o período de 2015 a 2019 é efetuado no primeiro ano de atribuição, 2015, com base nas regras de convergência.

Os direitos ao pagamento que não derem lugar a pagamentos durante 2 anos consecutivos reverterem para a reserva nacional.

Os pagamentos são efetuados em duas prestações por ano, no período compreendido entre 1 de dezembro e 30 de junho. Existe a possibilidade de ser efetuado um adiantamento a partir de 15 de outubro.

Todos os beneficiários com direito ao RPB recebem o pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (pagamento *greening*).

Para o pagamento da 1ª prestação do RPB foi necessário efetuar o cálculo dos direitos definitivos, com base nos dados provenientes dos pedidos de 2015 após as verificações do controlo administrativo e controlo físico.

O pagamento da 1ª prestação (95%) do RPB foi processado na data prevista, em dezembro de 2015. Neste apuramento os valores utilizados para o cálculo da ajuda já tiveram em consideração o cálculo dos direitos definitivos provenientes da atribuição inicial de RPB e da reserva nacional. Para além do pagamento de RPB foi também efetuado o pagamento da 1ª prestação (95%) do Pagamento aos jovens agricultores.

Relativamente a este regime, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes às cadeias de pagamento. Esses procedimentos englobaram as validações previstas na legislação, controlos administrativos cruzados, integração de resultados de controlo de campo e aplicação de penalizações e sanções. Foram pagos durante o ano civil de 2015 um total de 234,5 milhões de euros de RPB distribuídos por 77 400 beneficiários. A área paga rondou os 2 526 000 hectares.

#### **Pagamento para os jovens agricultores (PJA)**

O pagamento jovem é um pagamento anual complementar que incide sobre jovens detentores de direitos de pagamento base e ativados no pedido.

Este pagamento é concedido a jovens que cumulativamente cumpram os seguintes requisitos: i) Não tenham mais de 40 anos no primeiro ano de apresentação do pedido de pagamento jovem; ii) Se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola na qualidade de responsável da exploração e iii) Cumpram os critérios de competência e formação.

O montante do pagamento jovem a atribuir será calculado anualmente, multiplicando o número de direitos ativados pelo agricultor (limitado ao máximo de 90 direitos) por um valor unitário que corresponde a 25% do montante resultante do quociente entre o produto da aplicação de uma percentagem fixa sobre o limite máximo nacional para 2019, pelo total dos hectares elegíveis do ano.

Este pagamento é concedido por um período máximo de 5 anos a partir do ano de instalação.

#### **Regime de Pequena Agricultura (RPA)**

Este regime, de opção voluntária, foi implementado por decisão das autoridades portuguesas.

O pagamento requer que o agricultor possua direitos ao RPB e que mantenha o número de hectares elegíveis iguais ou superiores ao número de direitos detidos. O pagamento desta ajuda só pode ser efetuado após a atribuição inicial ou após a atribuição da reserva nacional de direitos de RPB.

Os direitos ao pagamento detidos pelos agricultores que participam no RPA não podem ser transferidos, exceto em casos de herança.

Os agricultores que participam no RPA ficam dispensados do cumprimento das práticas agrícolas benéficas para o clima e ambiente (*greening*).

No PU de 2015, os beneficiários cujo montante total estimado de RPB e *greening* era inferior a 500€ foram incluídos automaticamente no Regime da Pequena Agricultura, sendo o montante do pagamento anual a atribuir a cada agricultor de 500 euros.

O financiamento do RPA é efetuado através das seguintes deduções e pela seguinte ordem:

- 1) Montantes dos pagamentos diretos a que os beneficiários teriam direitos, caso não tivessem aderido ao RPA
- 2) Montantes disponíveis da reserva nacional
- 3) Montantes disponíveis do Pagamento para os Jovens Agricultores
- 4) Redução linear a todos os pagamentos RPB

Para o pagamento da 1ª prestação (95%) do RPA, que ocorreu em dezembro de 2015, foi calculado o montante necessário para financiar este pagamento e, com base neste, foi calculada a repartição de financiamento de cada um dos pontos acima mencionados. Para a execução desta tarefa foi necessário efetuar previamente o cálculo dos direitos definitivos e proceder ao apuramento do Pagamento para os Jovens Agricultores e do RPB.

Foram pagos durante o ano civil de 2015 um total de 32.9 milhões de euros a cerca de 69 mil beneficiários.

#### **Regimes de Apoio Voluntário Associado**

No que diz respeito à campanha 2015, Portugal submeteu à aprovação da Comissão Europeia a concessão de apoios sob a forma de pagamentos anuais de prémios à vaca em aleitamento (VAL), à ovelha e à cabra (POC), à vaca leiteira (PVL) e ainda pagamentos específicos por superfície ao arroz (ARR) e ao tomate para transformação (TOM).

Relativamente aos Prémios por vaca em aleitamento e por vaca leiteira, estes são concedidos aos produtores que detenham durante pelo menos 6 meses consecutivos um número de vacas, em aleitamento ou leiteiras respetivamente, igual a 80%, e um número de novilhas igual, no máximo, a 20% do número de animais elegíveis.

O valor do prémio por vaca em aleitamento é de 120 euros enquanto o montante unitário do prémio à vaca leiteira é de 82 euros. A estes valores será aplicada a redução correspondente ao cumprimento do limite máximo orçamental.

O prémio por ovelha e por cabra é concedido sob a forma de um pagamento anual em função do efetivo das ovelhas e/ou cabras elegíveis que sejam detidas na exploração durante o período de retenção. Este decorre de 1 fevereiro a 31 de maio de cada ano.

Os agricultores devem ser detentores de pelo menos dez animais elegíveis na sua exploração sendo o valor unitário de 19 euros por animal.

O regime de apoio associado à cultura do Arroz, visa apoiar determinados setores ou tipos de agricultura que se defrontem com dificuldades e que sejam especialmente importantes por motivos de natureza económica, social ou ambiental. É concedido na forma de Pagamento específico por superfície ao arroz e tem como objetivo assegurar um aprovisionamento estável à indústria local de transformação, que permita manter um certo nível de produção e evitar situações disruptivas no setor que conduzam ao abandono da atividade.

A ajuda é concedida por hectare de superfície elegível de arroz sendo o valor unitário de 194 euros por hectare e a área mínima a candidatar de 0,5 hectares.

O Pagamento específico por superfície ao tomate para transformação é concedido aos requerentes que entreguem a sua produção para transformação em primeiros transformadores aprovados, possuam pelo menos 0.5 hectares de superfície elegível, apresentem uma produtividade mínima de 60 toneladas/ha de superfície candidata. O contrato de transformação deve ser celebrado entre um primeiro transformador aprovado com agricultores não associados ou com uma organização de produtores reconhecida, que represente o requerente do apoio associado, até ao dia 15 de fevereiro de cada ano.

Até 15 de outubro do ano civil anterior ao apoio específico os primeiros transformadores devem apresentar junto do IFAP um pedido de aprovação. Esta aprovação é concedida pelo IFAP, que publica até ao dia 31 de dezembro, no respetivo portal a lista dos primeiros transformadores aprovados que cumprem as condições para a celebração de contratos de transformação.

Aquando da colheita, os primeiros transformadores emitem e enviam ao IFAP declarações de entrega por produtor, que atestem as quantidades entregues e aceites para transformação até 31 de outubro.

O apoio tem o valor unitário de 240 euros por hectare.

Em outubro foi efetuado um adiantamento de 70% do valor a todas estas ajudas, referente à campanha de 2015. Conforme se encontrava

previsto, em dezembro foi efetuado o pagamento da 1ª prestação (95%). Assim, no ano civil de 2015 foram pagos aos regimes de apoio voluntário associado um total de 97.2 milhões de euros, distribuídos da seguinte forma:

O Prémio à vaca em aleitamento, relativamente à campanha de 2015, foi atribuído a cerca de 16 mil produtores que receberam 52 milhões de euros relativos a mais de 468 mil vacas;

O prémio à ovelha e à cabra distribuído por 14 700 produtores que detinham 1 483 475 animais e que receberam 26 milhões de euros;

O prémio à vaca leiteira que abrangeu mais de 4 mil produtores cujo montante pago foi de 10.6 milhões de euros relativamente a 10 600 vacas.

Foram, ainda, efetuados os pagamentos relativos aos prémios específicos por superfície ao arroz e ao tomate para transformação para a mesma campanha, num montante de 5.4 e 2.9 milhões de euros, respetivamente. O prémio ao arroz abrangeu 1118 beneficiários e uma área de 29 800 hectares enquanto o prémio ao tomate foi distribuído por 444 beneficiários pela exploração de 12 890 hectares.

À semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes à cadeia de pagamento. Esses procedimentos englobaram as validações previstas na legislação, controlos administrativos cruzados, integração de resultados de controlo de campo e aplicação de penalizações e sanções.

Foram disponibilizados no portal do IFAP os formulários relativos à declaração de candidatura aos regimes de apoio associado “animais”, declaração de redução de efetivos e a declaração de comercialização relativa ao Tomate.

A formalização em 2014 das transferências e cedências de direitos de VAL e POC, implementada no portal do IFAP manteve os mesmos moldes dos anos anteriores, ou seja, o cedente inscreve o número de direitos que pretende transferir e o cessionário apenas confirma ou não a transferência dos mesmos. Foram formalizadas 2 246 transferências de VAL, correspondentes a 19 496 animais e 208 transferências de POC, relativas a 22 702 animais.

### **Antigos Regimes de Apoio Direto VAL, POC e Art. 68º**

De acordo com o previsto, foram efetuados em junho de 2015 os pagamentos de saldo da campanha 2014 do Prémio por Vaca em Aleitamento, do Prémio aos Ovinos e Caprinos e das ajudas do Art.º 68º. A fim de assegurar o cumprimento dos *plafonds* comunitários, foi aplicada uma taxa de rateio de 1.161%.

Relativamente ao Prémio por vaca em aleitamento de 2014, os pagamentos foram de cerca de 3 milhões de euros.

Ao Prémio por ovelha e por cabra coube um montante de 2.4 milhões.

Quanto aos prémios ao abrigo do Art. 68º, os pagamentos relativos à campanha 2014, efetuados no ano de 2015, rondaram os 25 milhões de euros.

Foram disponibilizados no portal do IFAP os formulários relativos à declaração de redução de efetivos, a declaração de mudança de pastagem e a declaração de comercialização das medidas da qualidade e das desvantagens específicas do Art. 68º.

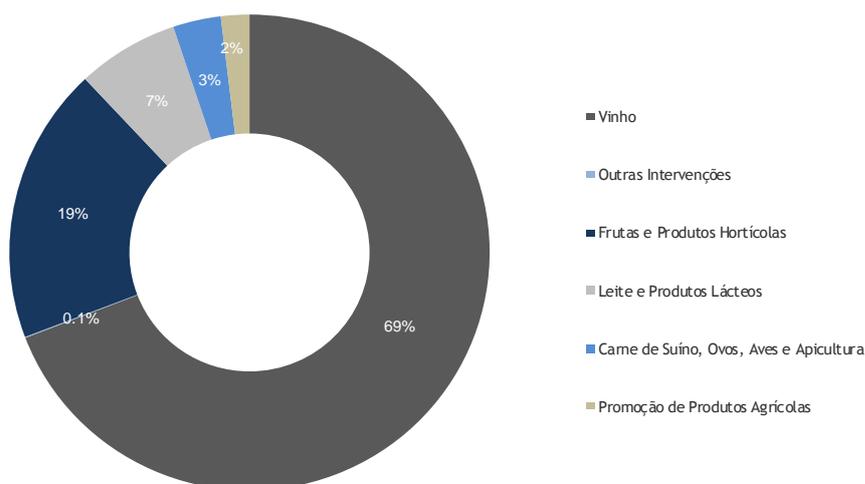
### **Outras ajudas diretas**

Nas outras ajudas foram integrados pagamentos/recuperações de Prémio ao abate, Prémios específicos e de Frutos de casca rija e outras ajudas mais antigas, sendo o resultado final de 20 mil euros negativos.

#### **2.1.1.2. Intervenções nos mercados**

Os pagamentos referentes a Intervenções nos mercados totalizaram, no ano de 2015, o montante de 82.2 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 11% no montante pago face ao ano anterior. O setor vitivinícola representa quase 70% do valor pago. A repartição pelas medidas ocorreu da seguinte forma:

Gráfico 7 - Pagamentos no âmbito das Intervenções nos Mercados (%)



### Vinho

Os pagamentos referentes ao Programa nacional de apoio ao setor do Vinho (PNASV) totalizaram 56.9 milhões de euros.

A vigiar no período de 2014 a 2018, o PNASV inclui várias ajudas, conforme se apresenta no quadro seguinte, e onde se encontram refletidos os montantes envolvidos.

A reestruturação e reconversão das vinhas representaram 83% do total pago no setor.

Quadro 15 - Pagamentos efetuados ao setor do Vinho

	2014	2015
Vinho		
Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros	6 206	8 002
Destilação de Subprodutos da Vinificação	1 437	1 370
Restituições à Exportação de Produtos Vitivinícolas		
Reestruturação e Reconversão das Vinhas	49 810	47 490
Transitadas VITIS	14	16
<b>Total</b>	<b>57 466</b>	<b>56 878</b>

unid.mil euros

#### Promoção de vinhos em mercados de países terceiros

A ajuda à Promoção de vinho em países terceiros canalizou para o setor, 8.0 milhões de euros que se destinaram a apoiar projetos de

divulgação dos vinhos portugueses em mercados fora da União Europeia. A taxa de pagamento face ao previsto atingiu cerca de 91%.

#### Destilação de subprodutos de vinificação

A ajuda à Destilação de subprodutos de vinificação, também integrada no PNASV, manteve um nível de pagamentos semelhante ao do ano anterior, tendo-se situado nos 1.4 milhões de euros. Face ao previsto, a taxa de pagamento situou-se nos 94%.

#### Reestruturação e reconversão das vinhas

No quadro da operacionalização dos apoios ao regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas (NRV) e VITIS e ao nível do sistema de Informação, procederam-se a importantes alterações que conduziram a uma total desmaterialização do processo conduzindo a uma validação automática dos critérios de elegibilidade e, conseqüentemente de agilização e simplificação a nível da análise e decisão das candidaturas, designadamente com entrada em produção da nova aplicação informática de recolha de candidaturas e dos pedidos de pagamento *online*.

Para além disso, no quadro da gestão dos apoios VITIS foram desenvolvidas as seguintes atividades:

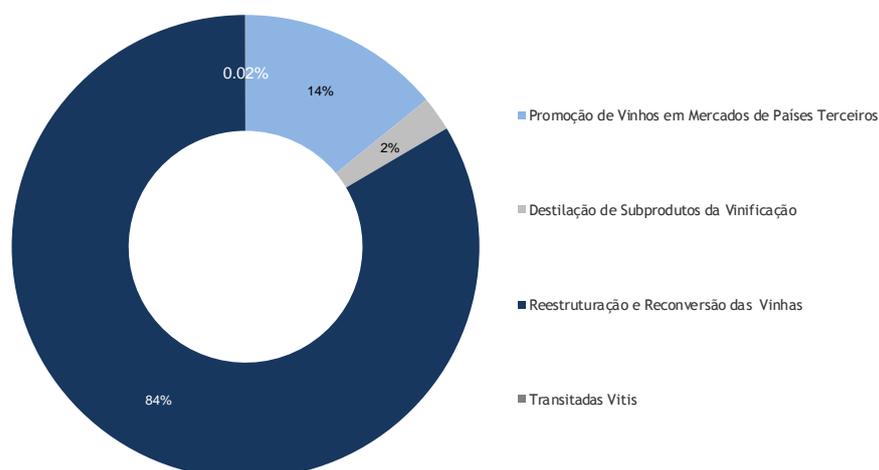
- Elaboração de requisitos técnicos para a implementação de uma cadeia de apuramento, permitindo a determinação/cálculo automático do montante elegível a pagar, tendo por base os resultados de controlo aos pedidos de pagamento de investimento realizado;
- Emissão de pareceres e decisões, solicitados pelas DRAP, sobre várias situações/questões (transferências de titularidade de candidaturas, reclamações de beneficiários, dúvidas sobre procedimentos, dúvidas no âmbito de processos devedores, questões jurídicas, etc.);
- Apoio técnico aos utilizadores das DRAP sobre os procedimentos a ter em consideração no tratamento das candidaturas e dos pedidos de pagamento no âmbito da aplicação informática *online*;

- Desencadeamento dos procedimentos necessários à transferência de titularidade *online* de candidaturas VITIS da campanha 2014/2015 com investimentos já realizados, de modo a permitir a submissão dos pedidos de pagamento pelos novos titulares;
- Emissão de parecer sobre o projeto de alteração da Portaria nº 357/2013, de 10 de dezembro, que veio introduzir algumas alterações e as exceções previstas no caso de candidaturas da campanha 2014/2015 não executadas devido a estrangulamentos no abastecimento do mercado com material vegetativo.

No âmbito da gestão de garantias foi realizada a monitorização das situações de candidaturas com garantia, ainda sem controlo decidido, perto do final do prazo para conclusão dos investimentos.

O regime de apoio à Reestruturação e reconversão das vinhas envolveu um montante de 47.5 milhões de euros apresentando uma ligeira quebra face a 2014.

Gráfico 8 - Pagamentos no âmbito do setor do Vinho (%)



### Frutas e produtos hortícolas

Os pagamentos efetuados no setor das frutas e produtos hortícolas foram de 15.4 milhões de euros.

No âmbito dos Fundos operacionais das Organizações de produtores foram analisados os pedidos, que conduziram a pagamentos, no montante de cerca de 14.4 milhões de euros.

O acréscimo face ao ano anterior ficou a dever-se à inclusão dos pagamentos correspondentes às medidas de apoio excepcionais e temporárias criadas em 2014, destinados aos produtores de certas frutas e produtos hortícolas afetados pelas dificuldades de escoamento da produção devido ao embargo da Rússia aos produtos europeus.

Relativamente à distribuição de fruta e legumes nas escolas foram pagos 1 milhão de euros. A taxa de montantes pagos face aos montantes previstos situou-se nos 77%.

#### **Leite e produtos lácteos**

Os pagamentos relativos à distribuição de leite nas escolas rondaram o montante de 5.7 milhões de euros. Este elevado valor, muito superior aos valores habitualmente pagos anualmente, ficou a dever-se ao facto de contemplar pagamentos que deveriam ter ocorrido no período de análise anterior mas que, por indefinição das regras de aplicação de sanções, ficaram suspensos.

#### **Carne de suíno, ovos e aves e Programa apícola nacional**

O *plafond* disponível no programa apícola para 2015 manteve-se em 2.44 milhões de euros, no entanto, o montante pago ficou aquém desse valor, situando-se em 2.38 milhões de euros.

Este nível de execução ficou a dever-se por um lado, à ausência de apresentação de pedidos de pagamento para algumas candidaturas/despesas aprovadas e, por outro, a resultados de controlo identificando algumas irregularidades, que impediram o pagamento.

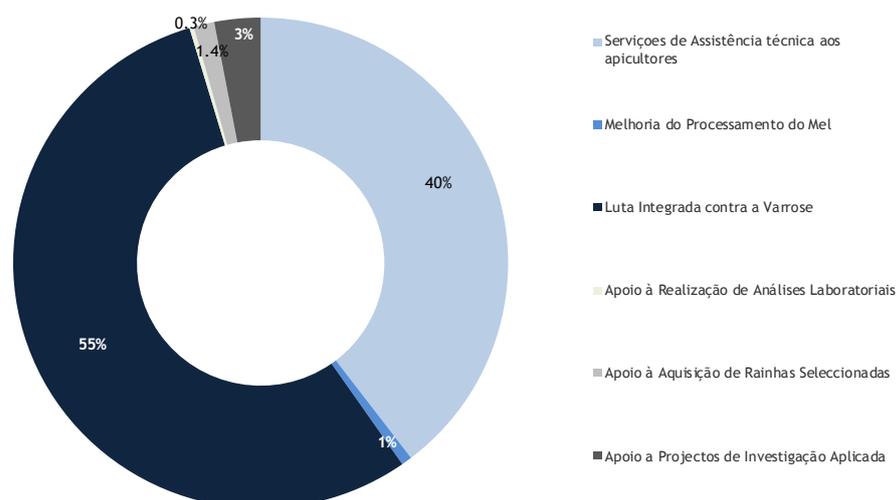
Conforme se pode verificar no quadro 16, a Luta integrada contra a varrose e os Serviços de assistência técnica aos apicultores representaram a quase totalidade dos pagamentos ao abrigo do programa. O montante pago aumentou cerca de 19% relativamente ao ano de 2014.

Quadro 16 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional

	2014	2015
Serviços de Assistência técnica aos apicultores	963	941
Melhoria do Processamento do Mel	19	17
Luta Integrada contra a Varrose	950	1 308
Apoio à Realização de Análises Laboratoriais	5	7
Apoio à Aquisição de Rainhas Seleccionadas	13	32
Apoio a Projectos de Investigação Aplicada	40	72
<b>Total</b>	<b>1 991</b>	<b>2 376</b>

unidade: mil euros

Gráfico 9 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional



### Promoção de produtos agrícolas

Os programas de informação e promoção dos produtos agrícolas no mercado interno e em países terceiros, a implementar no período de 2014 a 2017 destinam-se a valorizar os aspetos positivos dos produtos produzidos no espaço da União Europeia, sobretudo em termos de qualidade certificada, características intrínsecas, higiene e segurança alimentar, métodos de produção ecológicos, entre outros.

O montante de pagamentos efetuados situou-se em 1.6 milhões de euros, tendo havido um acréscimo face ao ano anterior.

## Outras Intervenções

As outras intervenções englobam ajudas que envolvem pequenos montantes. Em 2015 foram, essencialmente, pagamentos de Restituições fora do Anexo I e que rondaram os 54 mil euros.

### 2.1.2. Apoios ao desenvolvimento rural

Em termos globais, no ano de 2015 foram pagos em apoios ao desenvolvimento rural 777.5 milhões de euros, na maior parte ao abrigo do PRODER. Este montante representou, face a 2014, uma redução de 11%.

Quadro 17 - Pagamentos Desenvolvimento Rural - Quadro resumo

	2014	2015		
		PDR 2007-2013	PDR 2014 - 2020	TOTAL
PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020)			187 011	187 011
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural	806 594	290 332	208 068	498 400
PRODERAM 2020 - Progr. Desenv. Rural para a Região Autónoma da Madeira (2014-2020)			6 007	6 007
PRODERAM - Programa de Desenv. Rural para a Região Autónoma da Madeira	24 978	29 357		29 357
PRORURAL+ - Prog. Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2014-2020)			39 562	39 562
PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores	48 740	7 097	4 057	18 732
<b>Total</b>	<b>880 311</b>	<b>326 786</b>	<b>444 706</b>	<b>779 069</b>
Condicionabilidade	-10			0
Recuperações	-2 505	-1 293		-1 293
Juros sobre dívidas	-11	-268		-268
<b>Total</b>	<b>877 785</b>	<b>325 225</b>	<b>444 706</b>	<b>777 508</b>

No que respeita aos apoios ao Investimento, o ano de 2015 ficou marcado por mudanças significativas ao nível dos processos de contratação. Foi possível encontrar uma solução totalmente inovadora e desmaterializada do procedimento, dando enorme celeridade e simplificação ao processo. Apresenta-se de seguida um quadro comparativo dos processos implementados nos dois períodos de programação.

Quadro 18 - Processos implementados na contratação dos apoios ao Investimento

2007 - 2013	2014-2020
Contrato de financiamento formalizado em papel (10 a 15 páginas), assinado em papel pelo beneficiário e pelo IFAP	Termo de aceitação assinado digitalmente pelo beneficiário
Disponibilização do pedido de pagamento (PP) após registo do contrato pelo IFAP	Disponibilização imediata do registo do PP após assinatura digital do termo de aceitação pelo beneficiário
PP submetido digitalmente, mas entregue em processo físico (formulário assinado em papel e documentação anexa)	PP totalmente desmaterializado, com <i>upload</i> digital de toda a documentação (faturas, licenças...)
Registo dos documentos de despesa em cada pedido de pagamento	Registo dos documentos de despesa em contínuo, independente da formalização do pedido de pagamento
Registo dos documentos de despesa diretamente na aplicação	Registo dos documentos de despesa diretamente na aplicação ou por importação de dados de um ficheiro
Últimos pedidos de pagamento das operações com faturas por pagar obrigando a reanálises	Pedidos de pagamento apenas com faturas totalmente pagas (permite a inclusão de faturas de adiantamentos a fornecedores)
Registo do mesmo documento de despesa, imputado a várias operações	Registo de uma só vez dos documentos de despesa imputados a várias operações
Um procedimento de contratação pública registado por operação	Um procedimento de contratação pública registado uma só vez e possível de imputar a várias operações
<i>Check list</i> de contratação pública sem validações de montantes legais	<u>Check list</u> de contratação pública com validações de montantes legais (se valor das faturas excede o valor do contrato; se é excedido o valor dos trabalhos a mais)

2007 - 2013

2014 - 2020

Formulário de pedido de pagamento com seleção de um único pedido	Formulário de pedido de pagamento que permite a seleção de mais do que um tipo de pedido, desde que compatíveis (ex: pedido de prémio e apresentação de despesa em simultâneo)
Lista de erros de validação em separador específico	Na recolha dos documentos de despesa, lista de erros de validação por documento
Análise de cada pedido de pagamento com regras selecionadas pelo analista	Controlo administrativo efetuado pelo analista e regras de cálculo automatizadas e sanções numa cadeia de apuramento efetuado pelo IFAP
Consulta pelo beneficiário da informação dos pagamentos efetuados no extrato de movimentos	Adicionalmente, acesso para consulta pelo beneficiário de uma ficha de demonstração de resultados de cada pedido de pagamento, que inclui o valor elegível resultante dos controlos efetuados (controlo administrativo, controlo físico, controlo de qualidade) e o valor da despesa pública por aplicação das regras de cálculo e eventuais sanções.

Em matéria de devedores (recuperação de verbas), compete ao IFAP atuar numa fase de pré-contencioso, de modo a que, voluntariamente, as entidades devedoras venham a regularizar os valores em dívida.

Os processos de recuperação de verbas (PRV) são criados na sequência das decisões de recuperar verbas indevidamente auferidas, por ocorrência de erros ou constatações de irregularidades, verificadas nos projetos de investimento.

Assim, grande parte da atuação desenvolve-se na fase de pré-contencioso dos processos de recuperação, iniciando a sua intervenção com a instrução dos processos de recuperação de verbas, conduzindo-o, após a análise técnica do projeto, à realização da audiência prévia dos interessados, análise das alegações que forem apresentadas e à comunicação da fundamentação que permite a tomada de decisão no processo de recuperação, em sede de decisão final.

Estas ações são desenvolvidas em estreita colaboração com as entidades externas com funções delegadas que procedem à análise dos projetos de investimento.

As mudanças implementadas em 2014 com o projeto da Reengenharia de Devedores, que permitiu o automatismo de um conjunto de procedimentos importantes para a gestão dos processos devedores, traduziu-se num ganho considerável de redução de tempo e de eficiência na tramitação dos mesmos.

Esta alteração, aliada à natureza da maioria dos processos que, no decorrer de 2015, têm chegado para tratamento (na sua generalidade relativos ao período de programação 2007-2013), contribuiu para que se tenha conseguido reduzir consideravelmente o tempo médio de constituição de um PRV que, este ano, se situa em 24 dias.

Conseguiu-se assim, cumprir, em termos médios, o prazo definido na Norma de Devedores para a constituição de um processo devedor - 45 dias após a constatação da dívida.

Tem sido uma aposta clara ao longo dos últimos anos a recuperação dos atrasos na tramitação dos processos de anos anteriores, não deixando de conferir especial atenção aos novos processos.

Constata-se que os PRV relativos a operações referentes ao período de programação 2007-2013 representaram, em 2015, a maioria dos processos tramitados, e com um aumento expressivo relativamente aos anos anteriores, no que concerne tanto a PRV constituídos, como ofícios de audiência prévia e decisão final expedidos, tendência esta que se espera que se venha manter no ano de 2016, salientando-se o esforço que tem vindo a ser efetuado, e que se manterá, na conclusão dos PRV relativos QCA anteriores.

#### 2.1.2.1. Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2020 (PDR 2020)

O PDR 2020, cuja formulação se enquadra na visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, tem como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidos a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais, assente numa gestão eficiente dos recursos.

Este programa, que pretende o crescimento sustentável do sector agro-florestal em todo o território nacional, tem como objetivos estratégicos:

- Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
- Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos
- Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural;

Em 2015 foram pagos 187 milhões de euros relativos a este programa, sendo a área do Ambiente, Eficiência no uso dos recursos e Clima a que representou praticamente a totalidade dos pagamentos (95%), conforme Quadro 19.

Quadro 19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020

Unid: mil euros	
PDR2020	2015
Área 2 - Competitividade e organização da produção	7 937
Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima	176 924
Área 4 - Desenvolvimento Local	1 350
Assistência técnica	801
<b>Total PDR 2020</b>	<b>187 011</b>

### Área 2 - Competitividade e organização da produção

Os apoios previstos nesta área pretendem garantir previsibilidade e estabilidade financeira às explorações agrícolas, através da redução do risco proveniente da ocorrência de condições climáticas adversas.

Concretamente nos Seguros, que em 2015 totalizaram 7.9 milhões de pagamentos, o PDR2020 garante o pagamento de uma indemnização face à ocorrência de fenómenos climáticos adversos que possam afetar as suas colheitas, permitindo-lhe estabilizar o seu rendimento em caso de prejuízo. Para beneficiar dos apoios previstos nesta ação, é necessário ser agricultor ativo, ser titular de uma exploração e contratar um seguro de colheitas.

O ano de 2015 foi o segundo ano de funcionamento do Seguro de Colheitas (SC) e nesse âmbito foram desenvolvidas as seguintes tarefas relevantes no IFAP:

- Elaboração de especificações técnicas e realização de testes informáticos;
- Emissão de pareceres sobre os diplomas legislativos de suporte ao SC, bem como no que se refere à extensão do SC à Região Autónoma dos Açores;
- Desenvolvimento de estudos relativos a novos seguros especiais, com vista a avaliar a possibilidade de serem englobados no SC (cereais, castanha e kiwi);
- Continuação da divulgação de SC, através da realização de diversos colóquios organizados pelas DRAP, nos quais estiveram presentes várias entidades ligadas ao sector (agricultores, organizações de agricultores, seguradoras, etc.).

Para além disso foram prestados diversos esclarecimentos às várias entidades envolvidas (seguradoras e beneficiários) e realizados os procedimentos inerentes ao pagamento das candidaturas apresentadas.

Quadro 20 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 - Área 2

Área 2 - Competitividade e organização da produção		unid:mil euros
		2015
M6 - Gestão do risco e restabelecimento do Potencial produtivo		7 937
6.1. Seguros		7 937
<b>Total A2</b>		<b>7 937</b>

### Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima

#### Agricultura e recursos naturais

Os apoios desta medida destinam-se a apoiar uma gestão sustentável dos recursos naturais e ações no domínio do clima, através do restauro, preservação e melhoramento dos ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura.

Os apoios no âmbito das ações agroambientais assumem a forma de subvenção anual não reembolsável. O nível de apoio anual em cada ação é atribuído por hectare de superfície, durante o período de compromisso, sendo o mesmo diferenciado em função do tipo de atividade e modulado por escalões de área de grupo de culturas. Foram pagos nesta medida 84.7 milhões de euros em 2015.

### **Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas**

A Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas destina-se a compensar parcialmente os agricultores pelos custos adicionais e perda de rendimentos resultantes das condicionantes naturais inerentes ao exercício da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, contribuir para a manutenção da paisagem rural e a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis e promover o desenvolvimento económico das zonas rurais e a coesão territorial, combatendo a desertificação das zonas desfavorecidas. O montante pago foi de 92.3 milhões de euros.

Quadro 21 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 - Área 3

Unid: mil euros

Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima	2015
M7 - Agricultura e Recursos naturais (MAA)	84 666
M9 - Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas	92 258
<b>Total A3</b>	<b>176 924</b>

### **Área 4 - Desenvolvimento Local**

#### **LEADER**

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária, conhecido como abordagem LEADER no caso do FEADER, é uma forma de abordagem de desenvolvimento territorial integrado apoiada por um ou vários instrumentos políticos programados que financiam a execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) selecionadas e que pode ser financiada pelos vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento através dos respetivos Programas Operacionais.

As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades locais, através

dos grupos de ação local (GAL) que são parcerias compostas por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados e incidindo em territórios sub-regionais específicos tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, a ligação em rede e a cooperação. Em 2015 houve pagamentos de atividades de cooperação dos GAL no montante de 1.4 milhões de euros.

Quadro 22 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PDR 2020 - Área 4

Unid: mil euros

Área 4 - Desenvolvimento Local	2015
M10 - LEADER	1 350
10.3. Atividades de cooperação dos GAL	1 350
<b>Total Área 4</b>	<b>1 350</b>

#### 2.1.2.2. Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer)

O PRODER, programa de desenvolvimento rural implementado no Continente para o período 2007-2013, cofinanciado pelo FEADER, representou 498.4 milhões de euros de pagamentos. Este programa, foi encerrado em 2015.

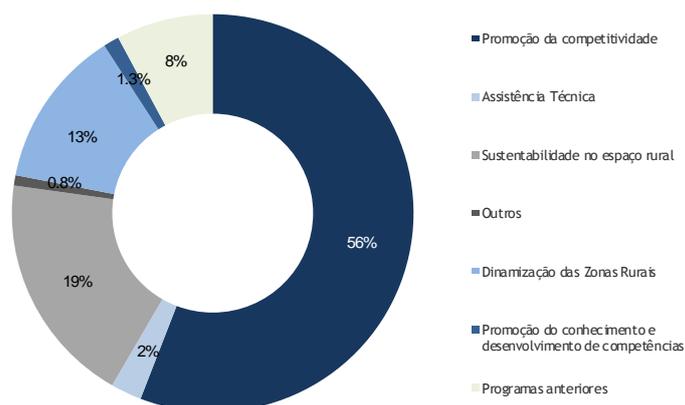
Ao longo do programa, o ritmo de pagamentos cresceu a partir do final de 2009, permitindo a recuperação total do atraso verificado inicialmente, apesar da situação de profunda crise que Portugal atravessou.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER durante o ano de 2015.

Quadro 23 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER

Contínente	2014	2015		
		PRODER	PDR2020	TOTAL
SubPrograma 1 - Promoção da competitividade	370 883	133 863	144 478	278 341
SubPrograma 2 - Sustentabilidade no espaço rural	256 955	65 617	28 457	94 074
SubPrograma 3 - Dinamização das zonas rurais	115 181	64 133	0	64 133
SubPrograma 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	11 297	4 766	1 571	6 336.8
PRRN	870	839	0	839
Assistência Técnica	10 387	11 654	801	12 455
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	36 496	6 114	32 761	38 875
PRODER IVA Nacional	4 525	3 343	0	3 343
<b>Sub-Total PRODER</b>	<b>806 593</b>	<b>290 330</b>	<b>208 068</b>	<b>498 398</b>
Condicionidade	-10	-1	0	-1
Juros sobre dívidas	-10	3	0	3
<b>Total</b>	<b>806 573</b>	<b>290 332</b>	<b>208 068</b>	<b>498 400</b>

Gráfico 10 - Pagamentos PRODER



### Subprograma 1 - Promoção da competitividade

Este subprograma, cujo objetivo é a promoção de ações que contribuam para a competitividade, continuou a ser o mais representativo nos pagamentos do PRODER. O montante total pago foi de 278.3 milhões de euros, representando 56% do montante pago ao abrigo deste programa. Todas as medidas registaram reduções, o que seria de esperar pelo facto de o programa se encontrar na fase final.

A principal parcela deste subprograma foi a medida Inovação e Desenvolvimento empresarial, que representa 77% do total do subprograma, totalizando 215.5 milhões de euros. Dentro desta medida, destacam-se as ações Instalação de jovens agricultores, com

116.5 milhões de euros (54%) e a Modernização e capacitação de empresas, com 91.8 milhões de euros (42%).

Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 1 - PRODER

	2014	2015		
		PRODER	PDR2020	TOTAL
<b>Sub-Programa 1 - Promoção da competitividade</b>				
Inovação e Desenvolvimento Empresarial	249 377	98 272	117 231	215 504
Modernização e Capacitação das Empresas	105 943	34 740	57 071	91 811
Investimentos de Pequena Dimensão	11 464	4 672	2 562	7 233
Instalação de Jovens Agricultores	131 971	58 861	57 599	116 459
Redimensionamento e cooperação empresarial	428			
Promoção da competitividade Florestal	19 643	10 248	6 673	16 920
Melhoria Produtiva dos Povoamentos	13 975	7 852	3 443	11 295
Gestão Multifuncional	639	205	214	418
Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	5 029	2 191	3 016	5 207
Valorização da Produção de Qualidade	568	278		278
Apoio aos Regimes de Qualidade		27		27
Informação e Promoção dos Produtos de Qualidade	568	250		250
Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e Crises	5 811	2 632	1 188	3 820
Restabelecimento do Potencial Produtivo	5 811	2 632	1 188	3 820
Regadios e outras infra-estruturas colectivas	95 055	22 434	19 385	41 819
Desenvolvimento do Regadio	13 643	6 962	5 459	12 421
Regadio do Alqueva	50 518	7 628	775	8 403
Sustentabilidade dos Regadios Públicos	27 951	7 551	12 758	20 309
Modernização dos Regadios Coletivos Tradicionais	451			
Projetos Estruturantes	2 491	293	394	687
Cumprimento de novas normas obrigatórias				
<b>Total Subprograma 1</b>	<b>370 883</b>	<b>133 863</b>	<b>144 478</b>	<b>278 341</b>

unid.mil euros

## Subprograma 2 - Sustentabilidade no Espaço Rural

Ao abrigo deste subprograma, foram efetuados no ano de 2015 os pagamentos de saldo da campanha 2014 das Medidas Agro e Silvo ambientais. Foram efetuados os adiantamentos da campanha 2015 da Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e das Medidas Agro e Silvo Ambientais, relativos à Agricultura Biológica, Produção integrada, Conservação do solo, Manutenção de Raças autóctones em risco, Pastoreio extensivo e Pagamentos Rede Natura.

Foram, ainda, efetuados pagamentos e recálculos referentes às ajudas transitadas.

No âmbito da análise e decisão das candidaturas, para a aplicação de critérios de seleção para aprovação, tendo em conta a dotação

orçamental para cada regime de apoio pelas Autoridade de Gestão (AG) do PDR2020, foram elaboradas as estimativas de montantes declarados, com os pressupostos de cálculo das candidaturas referentes ao PU de 2015. As mesmas foram remetidas para decisão da AG PDR2020, sendo aprovado o montante total previsto, e estabelecido o montante para a aplicação de rateio nas três submedidas das MZD. Em conformidade com o estabelecido legalmente, após a aprovação das candidaturas, a decisão foi comunicada aos beneficiários na área reservada do portal do IFAP.

Tendo em conta a existência de compromissos agro-silvo-ambientais iniciados no quadro comunitário anterior, ao abrigo do PRODER, cujo ciclo de cinco anos obrigatórios termina entre 2015 e 2017, ao abrigo do R.1974/2006, de 15 de dezembro, nomeadamente do seu art.º 46.º, os beneficiários que se encontrassem nesta situação, puderam adotar uma das seguintes três opções:

- Cessar os compromissos assumidos no âmbito do PRODER, não se exigindo por esse motivo o reembolso das ajudas pagas;
- Cessar os compromissos assumidos no âmbito do PRODER, não se exigindo por esse motivo o reembolso das ajudas pagas e iniciar um novo ciclo de cinco anos de compromisso no âmbito das medidas do PDR 2020;
- Concluir o ciclo de cinco anos iniciado no âmbito do PRODER nas medidas equivalentes do PDR 2020.

Ao abrigo do subprograma 2 foram pagos durante o ano civil de 2015 os seguintes montantes:

Quadro 25 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 2 - PRODER

	2014	2015		
		PRODER	PDR2020	TOTAL
<b>Sub-Programa 2 - Sustentabilidade no espaço rural</b>				
Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	108 830	-733	-165	-898
Medidas Agro e Silvo-Ambientais	65 101	18 482	789	19 272
Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos	5 085	3 355	3 186	6 540
Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal	59 928	38 904	19 414	58 318
Defesa da floresta contra os incêndios	10 535	12 845		12 845
Minimização dos riscos	57	-7		-7
Instalação de Sistemas Florestais e Agro- Florestais		38	157	195
Ordenamento e Recuperação dos Povoamentos	11 969	5 938	5 446	11 383
Valorização ambiental dos Espaços Florestais	37 366	20 090	13 811	33 901
Intervenções Territoriais Integradas	18 010	5 609	5 233	10 842
Apoio à gestão das ITI	-47	-102		-102
Instrumentos de programação e gestão de ITI		82		82
Investimentos não Produtivos	18 057	5 629	5 233	10 862
<b>Total Subprograma 2</b>	<b>256 955</b>	<b>65 617</b>	<b>28 457</b>	<b>94 074</b>

unid:ml euros

A maior parcela de pagamentos deste subprograma foi para a Gestão do Espaço Florestal e Agroflorestal, representando 62% do total. Dos 58.3 milhões de euros pagos a esta medida, 58% destinaram-se à Valorização ambiental dos espaços florestais cujo montante pago foi de 33.9 milhões de euros. As Medidas agro e silvo ambientais (ASA) foram as seguintes em termos de relevância de montante pago, representando 20% (19.3 milhões de euros). Seguiram-se as intervenções territoriais integradas, com 10.8 e a Conservação e melhoramento de recursos genéticos, com 6.5 milhões de euros.

### Subprograma 3 - Dinamização das zonas rurais

Os pagamentos dirigidos ao subprograma Dinamização das Zonas rurais foram de 64.1 milhões de euros, 50% dos quais relativos à diversificação da Economia e Criação de emprego. Esta medida apoia investimentos que promovam a diversificação e desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e de emprego, permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em fatores de competitividade. Na prática, este eixo apoia o desenvolvimento de atividades turísticas, quer de forma complementar quer de forma independente da atividade agrícola. Os apoios são feitos com base numa abordagem LEADER, para determinadas regiões, sendo coordenados pelos Grupos de Ação Local (GAL), que procedem à abertura de concursos e análise de candidaturas.

A medida Melhoria da qualidade de vida, com 22.5 milhões de euros também teve uma representação significativa no subprograma, de cerca de 35%.

As medidas Funcionamento dos grupos de ação local, a Cooperação LEADER para o desenvolvimento e a Implantação de redes de banda larga de nova geração em zonas rurais, obtiveram pagamentos de 306 mil euros e 8.2 milhões de euros, respetivamente.

Quadro 26 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 3 - PRODER

	2014	2015		
		PRODER	PDR2020	TOTAL
<b>Sub-Programa 3 - Dinamização das zonas rurais</b>				
Diversificação da Economia e Criação de Emprego	58 342	32 302		32 302
Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	10 920	6 271		6 271
Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas	26 294	13 671		13 671
Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	21 127	12 360		12 360
<b>Melhoria da Qualidade de Vida</b>	<b>37 779</b>	<b>22 542</b>		<b>22 542</b>
Conservação e Valorização do Património Rural	12 692	8 913		8 913
Serviços Básicos para a População Rural	25 087	13 628		13 628
Implementação de estratégias de desenvolvimento local		1		1
<b>Cooperação LEADER para o Desenvolvimento</b>	<b>1 378</b>	<b>306</b>		<b>306</b>
Cooperação Interterritorial	578	-9		-9
Cooperação Transnacional	800	292		292
Plano de Cooperação	-0	23		23
<b>Funcionamento dos Grupos de Acção Local</b>	<b>12 814</b>	<b>8 178</b>		<b>8 178</b>
Implantação de redes de Banda Larga de nova Geração em Zonas rurais	4 463	584		584
Centros educativos rurais do Algarve	405	219		219
<b>Total Subprograma 3</b>	<b>115 181</b>	<b>64 133</b>	<b>0</b>	<b>64 132.55</b>

unid:mil euros

#### Subprograma 4 - Conhecimento e competências

Este Subprograma traduz uma prioridade relacionada com a importância reconhecida ao conhecimento e às competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada.

O montante pago em 2015 ao Subprograma Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências foi de 6.3 milhões de euros, repartidos pelas três medidas que o compõem de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 27 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 4 - PRODER

	2014	2015		
		PRODER	PDR2020	TOTAL
<b>Sub-Programa 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências</b>				
Cooperação para a Inovação	3 324	1 194	977	2 172
Informação e Formação Especializada	6 089	2 796		2 796
Formação Especializada	4 372	1 849		1 849
Redes Temáticas de Informação e Divulgação	1 717	946		946
Serviços de apoio ao Desenvolvimento	1 884	776	593	1 369
Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento	1 090	257	342	598
Aquisição de Serviços de Aconselhamento	232	144	252	395
Serviço de Apoio às Empresas	562	375		375
<b>Total Subprograma 4</b>	<b>11 297</b>	<b>4 766</b>	<b>1 571</b>	<b>6 337</b>

unid:mil euros

Este subprograma traduz uma prioridade relacionada com a importância reconhecida ao conhecimento e às competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada. Esta prioridade resulta da estratégia nacional e das orientações comunitárias, que referem a inovação e desenvolvimento de competências.

A medida Informação e Formação especializada, representando 44% do subprograma, com 2.8 milhões de euros, integra apoios à formação de ativos do sector agrícola e florestal e também à constituição de redes temáticas de informação e divulgação, cujos objetivos são a criação de redes de tratamento e difusão da informação do sector, a melhoria do tratamento e acesso à informação e a promoção da cooperação e organização sectorial.

A medida cooperação para a inovação, com 2.1 milhões de euros foi a segunda mais representativa em termos de pagamentos (34%). Esta medida promove a adoção de novos produtos, processos e tecnologias, a adaptação evolutiva de processos e tecnologias e a realização de testes de aplicabilidade e operacionalização

Por último, aos Serviços de apoio ao desenvolvimento, que apoiam a promoção de oferta de serviços especializados para melhorar o desempenho global das empresas, o apoio técnico aos agricultores e produtores florestais e o acesso individual a estes serviços, foram pagos 1.4 milhões de euros, representando 22% do total do subprograma.

## PRRN - Programa da Rede Rural Nacional

O montante pago ao abrigo deste programa foi de 839 mil euros. Destacam-se o Funcionamento da Rede Rural com 457 mil euros e a Facilitação do Acesso à Informação, com 386 mil euros como medidas mais representativas.

Quadro 28 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRRN

	2014	2015	
		PRODER	TOTAL
Capitalização da experiência e do conhecimento	73	-4	-4
Facilitação da Cooperação	14	-0	-0
Observação do Mundo Rural e da Implem. das Políticas de Desenv. Rural	34	-1	-1
Facilitação do acesso à Informação	298	386	386
Funcionamento da Rede Rural	293	457	457
Assistência Técnica	159		
Juros	-0.1		
<b>Total</b>	<b>870</b>	<b>839</b>	<b>839</b>

### Assistência Técnica

- No âmbito da Assistência técnica do PRODER foram analisados/apurados 37 pedidos de pagamento e reanalisados 15 pedidos.

### Programas de desenvolvimento rural de períodos de programação anteriores

No âmbito das Medidas da florestação agrícola, merecem especial destaque o pagamento da anuidade de 2015 dos R. 2328/91, 2080/92 e RURIS. O montante pago foi de 38.1 milhões de euros, representando 98% do total destes programas.

No prosseguimento das tarefas inerentes à gestão destas medidas garantiu-se a análise e elaboração de pareceres técnicos sobre projetos no que respeita a transferências de titularidade, alterações, rescisões ou modificações contratuais e conclusão de projetos, e à verificação dos contratos de atribuição de ajudas submetidos para assinatura.

Foram desencadeadas diversas ações de controlo administrativo cruzado com vista à regularização de pagamentos suspensos relativos a anuidades anteriores à integração dos pedidos de pagamento no PU.

No quadro do regime de ajudas à reforma antecipada da agricultura, assegurou-se a conformidade dos montantes indicados para pagamento, dos mapas do centro nacional de pensões, relativamente aos montantes de pensões a deduzir nos pagamentos mensais, a regularidade das declarações da segurança social e da autoridade tributária, e ainda a verificação da entrega anual ds declarações de comorisso de honra. Em 2015 encontravam-se ainda ativos 280 projetos.

O quadro seguinte apresenta os montantes pagos nas diversas ajudas.

Quadro 29 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural

Continente	2014	2015		
		PRODER	PDR2020	TOTAL
Medidas Agro-Ambientais (RURIS)/Medidas Agro-ambientais(R.2078/92)	2 470	128		128
Reforma Antecipada (RURIS)/Cessação de Actividade (R.2079/92)	1 117	505	166	672
Florest. Terras Agrícolas (RURIS)/Medidas Florestais (R.2080/92)	32 287	5 481	32 595	38 076
Indemnizações Compensatórias (RURIS)	623			
<b>Total Continente</b>	<b>36 496</b>	<b>6 114</b>	<b>32 761</b>	<b>38 875</b>

unid:mil euros

### 2.1.2.3. PRODERAM 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (2014-2020)

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira para o período 2014-2020, designado PRODERAM 2020, financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), foi aprovado através da Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2015) 853 de 13 de fevereiro.

Este programa assenta numa estratégia de desenvolvimento rural que tem por objetivo aumentar os níveis de sustentabilidade agrícola e rural, nomeadamente através do aumento da competitividade das produções locais tradicionais e do reforço da melhoria do ambiente e da paisagem, num quadro agrícola multifuncional e num espaço rural de qualidade e capacitado para promover e sustentar o desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

No âmbito da análise e decisão das candidaturas, para a aplicação de critérios de seleção para aprovação, tendo em conta a dotação orçamental para cada regime de apoio pela Autoridade de Gestão (AG) do PRODERAM 2020, foram elaboradas as estimativas de montantes declarados, com os pressupostos de cálculo das candidaturas referentes ao PU de 2015, para posterior aprovação pela AG.

O ano de 2015 foi o primeiro ano de pagamentos ao abrigo deste programa. Do total de pagamentos efetuados, 6 milhões de euros, a maior parte, 5.5 milhões de euros, foram pagos para o Apoio Específico aos agricultores em regiões desfavorecidas. Os restantes 553 mil euros respeitaram às medidas Agroambiente e Clima e Agricultura Biológica.

No quadro seguinte pode-se resumir a distribuição dos apoios ao PRODERAM 2020:

Quadro 30 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural

PRODERAM 2020	unid:mil euros
	2015
Agroambiente e Clima	479
Agricultura Biológica	74
Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	5 454
<b>Total Eixo 2</b>	<b>6 007</b>

A medida Agroambiente e Clima, cujo montante pago foi de 479 mil euros, apoiou essencialmente a Manutenção de muros de suporte de terras, cujo objetivo é a manutenção das formas tradicionais de consolidação dos socalcos de terra, através de suporte de terras em pedra aparelhada (argamassada ou não), ou pedra solta. Os socalcos suportados por muros de pedra aparelhada constituem um património de excepcional valor paisagístico, essencial às atividades turísticas da Região Autónoma da Madeira. São ainda o resultado do trabalho do

povo da região, que moldou o território com uma orografia extremamente agreste ao longo dos séculos, para que a prática agrícola fosse possível. Com o tempo, este importante património encontra-se em risco de degradação, decorrente dos elevados custos de manutenção dos muros de pedra, cada vez menos compatíveis com o rendimento que é auferido do cultivo da terra. Estes muros têm vindo a ser substituídos por outros de betão armado, ou a técnicas de terraceamento sem muros de suporte, com importante impacto negativo ao nível da paisagem. Torna-se por isso fundamental apoiar a manutenção dos muros de suporte de terras em pedra. O apoio anual é atribuído por hectare de superfície agrícola elegível, por um período de compromisso de cinco anos.

Esta medida apoiou ainda a Preservação de pomares de frutos frescos e vinhas tradicionais, assegurando a manutenção de pomares tradicionais de frutos frescos estremos ou mistos, e das vinhas tradicionais, recorrendo a algumas práticas ambientais adequadas. Pretende-se com esta ajuda a preservação do ambiente, a manutenção da biodiversidade, património genético vegetal e preservação de paisagens características da Região Autónoma da Madeira, bem como uma gestão sustentável das mesmas, evitando impactos muito negativos sobre os recursos, solo e água. Visa apoiar os agricultores que não promovam mobilizações de solo ou, caso se justifique, pratiquem a mobilização mínima do solo, apenas na entrelinha. Nestas explorações, a gestão das ervas deverá ser efetuada sem recurso a herbicidas, por intermédio de: monda manual, equipamento de corte apropriado, cobertura do solo com prado permanente, manutenção do revestimento natural ou empalhamento (“mulching”). As culturas deverão ser mantidas em bom estado vegetativo e sanitário e deve dar-se prioridade à captura em massa das pragas, através da colocação de armadilhas.

O apoio anual é atribuído por hectare de superfície agrícola elegível, por um período de compromisso de cinco anos.

Com montantes menos significativos, foram efetuados pagamentos relativos à medida Agricultura Biológica, cujo total foi de 74 mil euros. A agricultura biológica é um modo de produção que visa a adoção de práticas e métodos de produção que permitem fornecer um

conjunto de bens públicos que contribuem para a preservação do meio ambiente com impacto positivo nos ecossistemas agrícolas.

Este modo de produção contribui para a diversidade biológica e para a preservação das espécies e habitats naturais e visa um uso responsável da energia e dos recursos naturais, como seja a água, o solo, a matéria orgânica e o ar, o respeito níveis elevados de aplicação de normas de bem-estar animal e em particular satisfazer as necessidades específicas de cada espécie.

A adesão ao Modo de Produção Biológico é um dos objetivos da política agrícola regional, estimulando um setor que ofereça de produtos de qualidade e que contribua favoravelmente para a imagem turística da Região. Objeto de uma discriminação positiva, nomeadamente através de majoração dos apoios a explorações que praticam este modo de produção, a medida de apoio à agricultura biológica tem tido uma grande importância na manutenção deste modo de produção na Região.

Esta Medida desenvolve-se em duas submedidas:

- Apoio à conversão dos sistemas de produção de agricultura convencional para a Agricultura Biológica.
- Apoio à manutenção dos sistemas de produção agrícola que já se converteram para a Agricultura Biológica.

Ambas são ajudas anuais por hectare de superfície agrícola modelada em função da ocupação cultural, por um período de compromisso de cinco anos.

Foram ainda efetuados pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, foram pagos 5.5 milhões de euros. As especificidades das ilhas da Madeira, que apresenta condições muito desfavoráveis de declive, e da ilha do Porto Santo com condições climáticas adversas (seca), traduzem-se em desvantagens significativas para a atividade agrícola. Esta medida vem responder, assim, à necessidade de minimizar essas desvantagens de forma a combater a desertificação a que estas zonas estão sujeitas. Neste particular assume especial relevância o objetivo de

viabilização de explorações associadas à pequena agricultura, as quais desempenham um importante papel em termos de estruturação das zonas mais desfavorecidas.

Esta medida contribui para a manutenção da paisagem rural e a conservação e promoção de sistemas agrícolas sustentáveis, diminuindo o risco de abandono que resulta das condições desfavoráveis, do risco de incêndios das zonas de fronteira às áreas florestais e promove a coesão territorial. Os apoios concedidos são anuais em função da área da exploração.

#### 2.1.2.4. Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM)

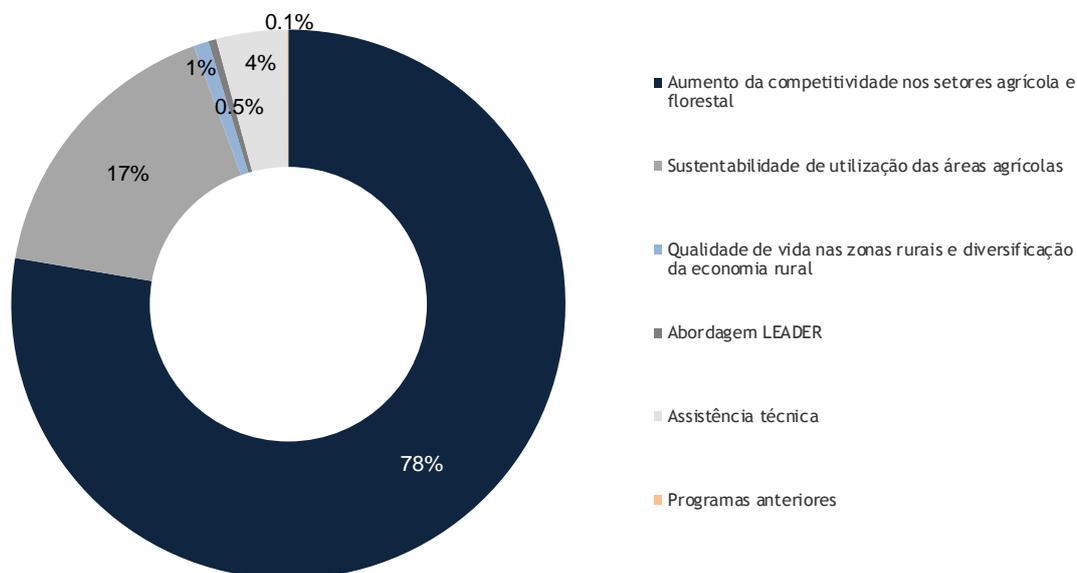
Foram pagos, em 2015, 29.4 milhões de euros, representando este montante um aumento face a 2014. O principal aumento verificou-se no eixo 1, que praticamente duplicou, passando de 11.6 milhões para 22.8 milhões de euros. O aumento de pagamentos resultou da recuperação em 2014 do atraso na análise dos pedidos de pagamento.

Nos restantes eixos, verificou-se uma diminuição do montante pago.

Quadro 31 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM

	2014	2015		
		PRODERAM	PRODERAM 2020	TOTAL
<small>unidades em euros</small>				
<b>Região Autónoma da Madeira</b>				
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal	11 658	22 807	0	22 807
Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas	7 746	4 922	0	4 922
Eixo 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4 539	259	0	259
Eixo 4 - Abordagem LEADER	213	136	0	136
Assistência Técnica	778	1 214	0	1 214
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	43	18	0	18
<b>Sub-Total PRODERAM</b>	<b>24 978</b>	<b>29 357</b>	<b>0</b>	<b>29 357</b>
Juros	-0		0,1	0,1
<b>Total</b>	<b>24 978</b>	<b>29 357</b>	<b>0</b>	<b>29 357</b>

Gráfico 11 - Pagamentos PRODERAM



### Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal

Este eixo tem como objetivo promover a melhoria da competitividade dos setores agrícola, agroindustrial e florestal na Região Autónoma da Madeira, através da melhoria do potencial humano, da modernização das empresas e explorações, da promoção da inovação, da melhoria das infraestruturas de apoio ao sector e da melhoria da qualidade dos produtos regionais.

O aumento de pagamentos verificado em 2015 relativamente a 2014 incidiu principalmente no Desenvolvimento de Infraestruturas (174%), medida destinada a criar melhores condições para a atividade agrícola e florestal, salvaguardando questões de carácter ambiental. O montante pago aumentou de 2.9 para 8.1 milhões de euros, passando a representar 36% dos pagamentos efetuados no Eixo 1. O segundo maior aumento verificou-se no Restabelecimento do Potencial de Produção (101%), cujo montante cresceu de 3.2 para 6.3 milhões de euros, passando a representar 28% do total pago no Eixo. Esta medida destina-se a compensar os agricultores pelos danos causados por catástrofes naturais, permitindo-lhes restabelecer rapidamente a sua produção.

Por fim, o Aumento do valor dos Produtos Agrícolas e Florestais aumentou 167%, passando de 1.9 para 5.1 milhões de euros. Os respetivos pagamentos representaram 22% do total pago no Eixo1. Esta medida destina-se a apoiar as empresas e unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais instaladas na RAM, dentro dos objetivos de promoção da sustentabilidade e qualidade dos produtos agrícolas madeirenses e privilegiando uma ótica de fileira, apoiando-se igualmente o estabelecimento de procedimento em matéria de segurança alimentar. As fileiras estratégicas consideradas são o vinho, cana sacarina, frutos subtropicais, flores, hortícolas frescos e produtos biológicos. Apoia ainda de forma sustentada os muito pequenos investimentos de transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais promovidos por microempresas. Estes pequenos investimentos poderão constituir uma importante forma de diversificação das atividades da exploração, com potenciais impactos positivos ao nível da fixação da população rural e da consolidação do tecido social do meio rural.

Em termos de relevância, seguiu-se a Modernização das Explorações agrícolas, com 2.6 milhões de euros de pagamentos, montante significativamente igual a 2014 representando 11% do total pago neste Eixo. Os principais objetivos desta medida são a modernização das explorações agrícolas através da introdução de novas tecnologias, processos e produtos. Pretende ainda aumentar o valor acrescentado das produções, através do incremento da qualidade e da produção de acordo com processos certificados, e conseguir ganhos na produtividade do trabalho, quer através da mecanização, quer do acréscimo de dimensão das explorações.

A Instalação de jovens agricultores, com 349 mil euros, visando o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, representou 2% do total do eixo.

Os montantes pagos nas restantes medidas diminuíram face a 2014. A respetiva distribuição pode ser vista no quadro 32.

Quadro 32 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRODERAM

Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal	2014	2015		
		PRODERAM	PRODERAM 2020	TOTAL
Formação Profissional e Acções de Informação	245	195		195
Instalação de Jovens Agricultores	295	349		349
Criação de Serviços de Aconselhamento	52	25		25
Modernização das Explorações Agrícolas	2 582	2 586		2 586
Melhoria do Valor Económico das Florestas	446	77		77
Aumento do valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	1 911	5 109		5 109
Desenvolvimento de Infra-estruturas	2 966	8 133		8 133
Restabelecimento do Potencial de Produção	3 154	6 329		6 329
Participação dos Agricultores em Regimes de Qualidade dos Alimentos	6	5		5
<b>Total Eixo 1</b>	<b>11 658</b>	<b>22 807</b>		<b>22 807</b>

unid:mil euros

### Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas

Em 2015 o montante pago diminuiu em todas as medidas enquadradas neste eixo, com exceção do Restabelecimento do potencial silvícola, que, com um aumento face ao ano anterior de 63%, passou a representar 83% do total pago ao abrigo deste eixo, com 4.1 milhões de euros.

A distribuição dos pagamentos é apresentada no Quadro 33.

Quadro 33 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 2 - PRODERAM

Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas	2014	2015		
		PRODERAM	PDR2020	TOTAL
Apoio Específico aos Agricultores em Regiões Desfavorecidas	3 208	-88		-88
Medidas Agro-Ambientais	380	-34		-34
Florestação de Terras não Agrícolas	478	109		109
Pagamentos Natura 2000	37	26		26
Investimentos Agrícolas não Produtivos	129	108		108
Restabelecimento do Potencial Silvícola	2 516	4 118		4 118
Promoção do Valor Ambiental da Floresta	1 000	684		684
<b>Total Eixo 2</b>	<b>7 746</b>	<b>4 922</b>	<b>0</b>	<b>4 922</b>

unid:mil euros

### Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

No eixo 3, que se destina a apoiar um conjunto de medidas destinadas a fomentar a revitalização do meio rural, através da criação de negócios e empresas e da melhoria das condições de vida, de forma a

permitir o crescimento do emprego e a fixação de populações, foram pagos 259 mil euros, conforme Quadro 34 .

Quadro 34 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 3 - PRODERAM

Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural	2014	2015		
		PRODERAM	PDR2020	TOTAL
Diversificação da Economia em Espaço rural	1 602	621		621
Serviços Básicos para a População Rural	149	617		617
Conservação e Valorização do Património Rural	1 131	457		457
Beneficiação e Recuperação de Percursos	1 658	-1 436		-1 436
<b>Total Eixo 3</b>	<b>4 539</b>	<b>259</b>	<b>0</b>	<b>259</b>

unid:mil euros

#### Eixo 4 - Abordagem LEADER

A medida Elaboração e execução de estratégias de desenvolvimento local tem como objetivo dotar os Grupos de ação local (GAL), principalmente através das suas unidades de apoio técnico, de instrumentos e competências necessárias para a elaboração, divulgação e implementação de estratégias de Desenvolvimento Local. Foram pagos neste âmbito 136 mil euros.

Quadro 35 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 4 - PRODERAM

Eixo 4 - Abordagem LEADER	2014	2015		
		PRODERAM	PDR2020	TOTAL
Elaboração e Execução de Estratégias de Desenvolvimento Local	213	136		136
<b>Total Eixo 4</b>	<b>213</b>	<b>136</b>	<b>0</b>	<b>136</b>

unid:mil euros

#### Pagamentos ao abrigo de programas de desenvolvimento rural anteriores

Relativamente aos programas de desenvolvimento rural anteriores, foram ainda pagos 18 mil de euros relativos a Medidas Agroambientais e Reforma antecipada.

Quadro 36 - Pagamentos ao abrigo de programas anteriores de desenvolvimento rural

Madeira	2014	2015		
		PRODERAM	PRODERAM 2020	TOTAL
Medidas Agro-Ambientais (PDRu Madeira)	7	13		13
Reforma Antecipada (PDRu Madeira)	6	5		5
Florest. Terras Agrícolas (PDRu)/Medidas Florestais (R.2080/92)				
Indemnizações Compensatórias (PDRu Madeira)	30			
<b>Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Madeira</b>	<b>43</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>18</b>

unid:mil euros

#### 2.1.2.5. Programa de desenvolvimento rural da Região Autónoma dos Açores PDR 2020 (PRORURAL+)

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores para o período 2014-2020, designado PRORURAL +, financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), foi aprovado através da Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2015) 850 de 13 de fevereiro. A primeira alteração do PRORURAL + foi apresentada à Comissão Europeia a 31 de dezembro de 2015 e foi aprovada a 19 de fevereiro de 2016 pela decisão de Execução C(2016) 1179 da Comissão.

No âmbito do Protocolo estabelecido com a AG do PRORURAL+, em articulação com a DRACA foram efetuados pagamentos das medidas Agro Ambientais do PDRU e PRORURAL e PRORURAL+, reacionadas na Região Autónoma e apuradas pela AG do PRORURAL+, sendo os pagamentos efetuados pelo IFAP.

Durante o ano de 2015 foram pagos no âmbito deste programa 39.6 milhões de euros referentes às medidas “Agroambiente e Clima” e “Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas”.

A medida “Agroambiente e Clima” do PRORURAL + pretende dar continuidade à preservação e melhoria dos ecossistemas localizados em zonas agrícolas, orientando a atividade agrícola para sistemas de produção menos intensivos que visem a proteção e preservação da biodiversidade em zonas agrícolas, bem como a restauração e preservação da paisagem.

Assim, incentiva-se a adoção de práticas agrícolas e pecuárias que conduzam, por um lado, à melhoria dos solos e da água, nomeadamente através da redução da aplicação de fertilizantes e

fitofármacos e por outro, à preservação do património da paisagem tradicional, e à preservação do património genético vegetal e da conservação e melhoramento dos recursos genéticos animais.

Esta medida visa, ainda, reorientar a atividade agrícola, no sentido da utilização eficiente dos recursos, diminuindo as perdas e minimizando a influência negativa que essa atividade poderá ter nas alterações climáticas. Encontra-se repartida por 8 ações, sete das quais tiveram pagamentos no ano de 2015.

#### **Conservação de curraletas e lagidos da cultura da vinha**

A cultura da vinha da região é maioritariamente produzida sob a proteção de muros de pedra basáltica, designados por currais e curraletas, que permitem uma maior proteção contra os ventos marítimos, para além de funcionarem como habitat preferencial para determinadas espécies de fauna natural da região. Estes muros são considerados elementos da paisagem e são parte integrante do património cultural e paisagístico da região. No ano de 2004, a UNESCO classificou a paisagem da cultura da ilha do Pico com Património da Humanidade.

As vinhas são tradicionalmente conduzidas sobre lajes de pedra basáltica que proporcionam uma maior acumulação de calor, importante no processo de maturação da uva.

Os candidatos à ajuda devem explorar vinhas situadas em zonas típicas de produção, em curraletas e lagidos sendo o valor anual da ajuda de 800€/ha.

#### **Conservação de pomares tradicionais dos Açores**

No arquipélago a produção frutícola é tradicionalmente efetuada à custa de variedades regionais, as quais se encontram bem adaptadas às condições edafoclimáticas da região. Assim, os pomares tradicionais permitem por um lado a preservação do património genético vegetal, através da conservação de espécies e variedades tradicionais e por outro contribuem para a conservação da paisagem tradicional da RAA.

Os candidatos à ajuda devem explorar uma área mínima de 0.1ha de uma ou mais variedades tradicionais dos Açores, sendo o valor anual da ajuda de 800€/ha.

### **Conservação de sebes vivas para a proteção de culturas hortofrutícolas, plantas aromáticas e medicinais**

Tradicionalmente, as culturas hortofrutícolas são produzidas sob a proteção de sebes vivas, na sua maioria formadas por espécies tradicionais que, além da proteção contra a ação do vento, servem ainda de abrigo/habitat a uma grande variedade de fauna natural. A existência destas sebes organizadas em pequenos quadriláteros, contribui ainda para uma paisagem tipicamente única.

Os candidatos devem explorar uma área mínima de 0.1ha, com um mínimo de 80 metros lineares de sebes vivas de espécies tradicionais, ocupada com culturas hortofrutícolas, plantas aromáticas e/ou medicinais, sendo o valor da ajuda de 600€/ha.

### **Manutenção da extensificação da produção pecuária**

As pastagens permanentes ocupam grande parte da superfície agrícola da região, contribuindo favoravelmente para a melhoria da conservação do solo. Assim, é importante que a atividade agropecuária seja exercida de forma a proteger este tipo de coberto vegetal, através da adoção de boas práticas.

Os candidatos devem ser detentores de um efetivo pecuário cuja densidade de encabeçamento se situe entre os 0.6 e 1.4 CN/ha de superfície forrageira ou que tenham intenção de reduzir a densidade para esse escalão. Devem ainda explorar uma área mínima de 1 ha de pastagem permanente durante 5 anos. O montante da ajuda é variável sendo o apoio para a manutenção do efetivo de 190€/ha.

### **Produção Integrada**

Esta ação pretende assegurar a criação de um sistema agrícola e uma estratégia de produção de forma a permitir a execução de decisões fundamentadas e assentes nos princípios da produção integrada tendo em vista a gestão racional dos recursos naturais e privilegiando a utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção, contribuindo deste modo, para uma agricultura sustentável.

Os candidatos devem explorar uma área mínima que é variável conforme a cultura (em estufa, hortofrutícolas ou pastagem permanente) variando o montante da ajuda entre os 400 e 600€/ha.

### **Proteção da raça bovina Ramo Grande**

Os animais Ramo Grande encontram-se desde há muito ligados a práticas culturais relacionadas não só com o trabalho na agricultura, mas também com as tradições das populações das diversas ilhas, constituindo um património genético animal de elevado interesse para a região.

Os candidatos à ajuda devem possuir bovinos com mais de 6 meses de idade, inscritos no respetivo Libro Genealógico ou Registo Zootécnico. O calor anula da ajuda é de 200€/CN.

### **Pagamento de compensações a zonas agrícolas incluídas nos planos de gestão das bacias hidrográficas**

Com esta ação pretende-se proteger as lagoas naturais inseridas em Zonas Vulneráveis, através da adoção do uso adequado do solo nas respetivas bacias hidrográficas, com vista à minimização da poluição difusa, nomeadamente redução do encabeçamento pecuário e da carga poluente afluente à lagoa. Pretende-se assim a redução do encabeçamento para zero (inexistência da atividade pecuária).

São candidatos os agricultores com terras agrícolas em produção no interior das bacias hidrográficas das zonas vulneráveis. O montante é de 1200€/ha.

Em 2015 foram pagos 16.5 milhões de euros relativos a esta medida.

A medida “Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas” pretende compensar as perdas de rendimento e os custos adicionais derivados da atividade agrícola em zonas afetadas por condicionantes naturais ou condicionantes específicas.

Estas desvantagens naturais, abrangem todo o território da RAA, e limitam a utilização das terras, aumentando os custos de produção, no que se refere por um lado, às difíceis condições climáticas decorrentes da altitude, e por outro, à presença de fortes declives que dificultam a utilização de máquinas.

Sendo o exercício da atividade agrícola essencial para evitar o abandono das zonas rurais, para a preservação do ambiente e da paisagem rural e dos habitats naturais, bem como para a fixação das comunidades rurais, torna-se essencial a existência de pagamentos adicionais que compensem as perdas de rendimento, bem como os

custos adicionais resultantes da atividade agrícola nessas zonas afetadas por condicionantes ambientais.

Como objetivos da medida surgem a compensação dos agricultores pelos custos adicionais e pela perda de rendimento resultante das limitações da produção agrícola, fomentando a utilização das terras, evitando assim o seu abandono; e a contribuição para a sustentabilidade das explorações, atenuando as desigualdades sociais, reduzindo as assimetrias no rendimento entre os agricultores.

Podem beneficiar da medida os agricultores detentores de uma superfície agrícola útil de 0.5 ha, que se comprometam a manter a atividade agrícola nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas.

Os montantes de pagamento estão compreendidos entre um mínimo e um máximo, atribuídos de forma degressiva em função da localização da exploração, variando entre os 250€/ha e os 10€/ha.

Foram pagos 23 milhões de euros ao abrigo desta medida.

Quadro 37 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRORURAL+

PRORURAL+		unid:mil euros
		2015
Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000		16 521
Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas		23 042
<b>Total Eixo 2</b>		<b>39 562</b>

#### 2.1.2.6. Programa de desenvolvimento rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL)

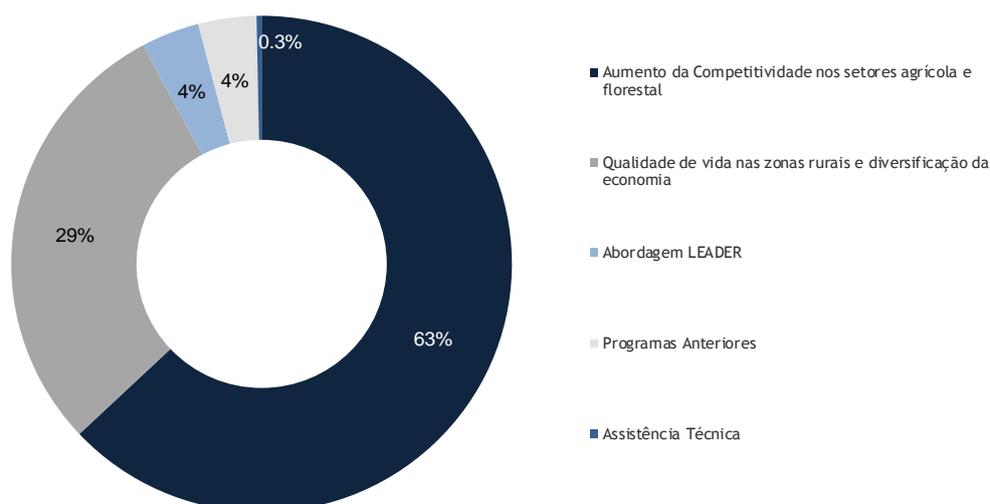
O montante total pago baixou significativamente neste programa, quando comparado com o de 2014. Essa redução verificou-se, essencialmente, no Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural.

Foram pagos no total 18.7 milhões de euros, distribuídos de acordo com o Quadro 38.

Quadro 38 - Pagamentos ao abrigo do PRORURAL

	2014	2015		
		PRORURAL	PRORURAL+	TOTAL
<small>unidades mil euros</small>				
<b>Região Autónoma dos Açores</b>				
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal	22 208	16 922	4 034	20 956
Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural	19 072	-14 532		-14 532
Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia	4 865	2 129		9 706
Eixo 4 - Abordagem LEADER	717	1 257		1 257
Assistência Técnica	747	108		108
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	1 131	1 226	23	1 249
<b>Sub-Total PRORURAL</b>	<b>48 740</b>	<b>7 110</b>	<b>4 057</b>	<b>18 744</b>
Condicionabilidade	-1	0.1		0.1
Recuperações		-10		-10
Juros sobre dívidas		-2		-2.2
<b>Total</b>	<b>48 739</b>	<b>7 097</b>	<b>4 057</b>	<b>18 732</b>

Gráfico 12 - Pagamentos PRORURAL



### Eixo 1 - Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal

Esta medida tem como objetivos principais fomentar e melhorar a qualificação, a valorização profissional e a divulgação de informação, e dinamizar o processo promotor da competitividade, da qualidade e da inovação através da aquisição de competências adequadas ao novo conceito de Desenvolvimento e que contribuam para a gestão eficiente e sustentável das empresas do setor.

Os pagamentos ao abrigo deste eixo totalizaram 20.9 milhões de euros, 46% dos quais se destinaram à Modernização das explorações agrícolas, mais 22% do que em 2014. O total pago no eixo 1 diminuiu cerca de 6%.

Seguiu-se a Medida Aumento do valor dos Produtos Agrícolas e Florestais, com 7 milhões de euros de pagamentos. Este montante representa 33% do total do eixo.

A Reforma antecipada, que apoia os agricultores e trabalhadores agrícolas que pretendam terminar a atividade agrícola antes da idade normal da reforma, tem registado uma adesão crescente desde o início do programa por parte dos agricultores. O respetivo montante pago foi de 1.4 milhões de euros, montante praticamente semelhante ao do ano anterior.

A instalação de jovens agricultores teve um aumento de 62% face a 2014, com 1.4 milhões de euros pagos.

Foram ainda pagos 821 mil euros à medida Valor económico das florestas e 776 mil euros à Melhoria e Desenvolvimento de Infraestruturas, esta última representando praticamente metade do montante pago em 2014.

Por fim, com vista a contribuir para a melhoria da gestão sustentável das explorações agrícolas e florestais, e ajudar os agricultores e detentores de áreas florestais a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão e o desempenho das suas explorações, foram pagos na medida Serviços de gestão e aconselhamento 21 mil euros, montante residual.

Quadro 39 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRORURAL

Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal	2014	2015		
		PRORURAL	PRORURAL+	TOTAL
Instalação de Jovens Agricultores	861	1 056	338	1 394
Reforma Antecipada	1 373	1 357		1 357
Serviços de Gestão e Aconselhamento	178	21		21
Modernização de Explorações Agrícolas	7 881	5 885	3 695	9 580
Valor Económico das Florestas	965	821		821
Aumento do valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	9 437	7 006		7 006
Melhoria e Desenvolvimento de Infra-Estruturas	1 513	776		776
<b>Total Eixo 1</b>	<b>22 208</b>	<b>16 922.19</b>	<b>4 034</b>	<b>20 956</b>

unid:mil euros

## Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Neste eixo ocorreram essencialmente regularizações de pagamentos, fazendo com que o total fosse negativo, em 14.5 milhões de euros. A Gestão do espaço florestal, com 141 mil euros, foi a medida com valor positivo nos pagamentos deste eixo. A distribuição é apresentada no Quadro 40.

Quadro 40 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 2 - PRORURAL

Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural	2014	2015		
		PRORURAL	PRORURAL+	TOTAL
Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	9 901	-7 679		-7 679
Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000	8 573	-6 994		-6 994
Gestão do espaço florestal	598	141		141
<b>Total Eixo 2</b>	<b>19 072</b>	<b>-14 532</b>	<b>0</b>	<b>-14 532</b>

## Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia

A primeira medida deste eixo, a Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural, cujo objetivo principal é promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas e aumentar o emprego em meio rural, de acordo com uma estratégia previamente definida para os territórios locais, através da Abordagem LEADER, teve 2.1 milhões de euros de pagamentos, montante que representou um aumento de 31% face a 2014.

A Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, ao abrigo da qual foram pagos 9.7 milhões de euros, montante que praticamente duplicou em relação a 2014, tem como objetivo promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações das várias ilhas, criando atividades sustentáveis social e economicamente e, assim, novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo para a manutenção/melhoria do rendimento dos agregados familiares, bem como para a fixação das populações, para a ocupação equilibrada e sustentável do território açoriano e para o reforço das economias locais das várias ilhas.

O total pago neste eixo foi de 9.7 milhões de euros, conforme quadro abaixo.

Quadro 41 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 3 - PRORURAL

Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia	2014	2015		
		PRORURAL	PRORURAL+	TOTAL
Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural	1 620	2 128.61		2 129
Melhoria da Qualidade de vida nas Zonas Rurais	3 245	7 577		7 577
<b>Total Eixo 3</b>	<b>4 865</b>	<b>9 706</b>	<b>0</b>	<b>9 706</b>

unidade: mil euros

#### Eixo 4 - Abordagem LEADER

Houve em 2015 um aumento de 75% nos montantes pagos neste eixo. Do total de 1.3 milhões de euros, 1 milhão destinou-se à medida Funcionamento dos grupos de ação local e aquisição de competências. Esta medida visa permitir o funcionamento corrente dos GAL com os meios financeiros apropriados à preparação, divulgação e implementação das estratégias de desenvolvimento local, junto dos públicos-alvo (agentes potenciais e promotores de investimento) e através de ações de animação local dos territórios. Houve, ainda, pagamentos na medida Cooperação interterritorial, no total de 211 mil euros, com o objetivo de promover a criação e desenvolvimento de Projetos de Cooperação entre diferentes territórios rurais abrangidos pela Abordagem LEADER, prioritariamente numa ótica inter-ilhas e, complementarmente, entre os Açores e os territórios rurais da Madeira e do Continente. Na medida Cooperação transnacional, o montante pago totalizou 29 mil euros, visando promover a criação e desenvolvimento de projetos de cooperação entre os Açores e os territórios no espaço rural da União Europeia ou de países terceiros.

Quadro 42 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 4 - PRORURAL

Eixo 4 - Abordagem LEADER	2014	2015		
		PRORURAL	PRORURAL+	TOTAL
Funcionamento dos Grupos de Acção Local, Aquisição de Competências	577	1 017		1 017
Cooperação Interterritorial	62	211		211
Cooperação Transnacional	77	29		29
<b>Total Eixo 4</b>	<b>717</b>	<b>1 257</b>	<b>0</b>	<b>1 257</b>

unid:mil euros

### Programas de desenvolvimento rural de períodos de programação anteriores

Relativamente aos anteriores programas de desenvolvimento rural, foram ainda pagos 1.2 milhões de euros, sendo a principal parcela (81%) destinada à Florestação de terras agrícolas, 18% à Reforma antecipada e os restantes 1% de Medidas agro e silvo ambientais.

Quadro 43 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos programas anteriores do desenvolvimento rural

Açores	2014	2015		
		PRORURAL	PRORURAL+	TOTAL
Medidas Agro-Ambientais (PDRu Açores)/Medidas Agro-Ambientais (R.2078/92)	14	-15	23	8
Reforma Antecipada (PDRu Açores)/Cessação Actividade (R.2079/92)	352	224		224
Florest. Terras Agrícolas (PDRu Açores)/Med. Florestais (R.2080/92)	756	1 017		1 017
Indemnizações Compensatórias (PDRu Açores)	8			
<b>Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Açores</b>	<b>1 131</b>	<b>1 226</b>	<b>23</b>	<b>1 249</b>
<b>Total Nacional</b>	<b>37 670</b>	<b>7 358</b>	<b>32 785</b>	<b>40 143</b>
<b>Total</b>	<b>37 670</b>			

unid:mil euros

#### 2.1.3. Programa POSEI

No âmbito do Programa POSEI (Programa de Apoio Específico às Regiões Ultraperiféricas), foram pagos 112.4 milhões de euros. As Medidas a favor das produções agrícolas locais representaram 84% daquele montante e o Regime específico de abastecimento, 14%. Comparando com o ano de 2014 verificou-se um acréscimo de 11% no montante total pago.

Quadro 44 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Programa POSEI

	unid:mil euros	
	2014	2015
<b>POSEI</b>		
Abastecimento	16 196	15 476
Medidas a favor das Produções Agrícolas Locais	82 853	94 546
Outras	2 287	2 412
Juros sobre dívidas		-15
<b>Total POSEI</b>	<b>101 335</b>	<b>112 420</b>

No que respeita às Medidas a favor das produções agrícolas locais, foram efetuados em junho de 2015, conforme se encontravam previstos, os pagamentos de saldo da campanha 2014, depois de assegurado o cumprimento dos diversos *plafonds* por medida/ação, o que em alguns casos implicou a aplicação de taxas de rateio.

Relativamente à campanha 2015, à semelhança do que aconteceu em outras ajudas diretas, efetuou-se um adiantamento de 70% aos prémios vacas aleitantes, vacas leiteiras, produtores de leite, ajuda aos produtores de ananás da RAA e a título excecional, o Pagamento complementar aos produtores de leite. Esse adiantamento foi efetuado em outubro do mesmo ano.

Para as medidas que tiveram adiantamento, foi feito o pagamento do saldo em dezembro de 2015.

Ainda em dezembro, para os Açores, foi efetuado o pagamento do Prémio aos produtores de ovinos e caprinos, da Ajuda aos produtores de culturas arvenses e da Ajuda à transformação de beterraba em açúcar.

Para a Madeira, procedeu-se ao pagamento da primeira prestação da Medida 2 - Cana-de-açúcar - Transformação, em novembro.

Os pagamentos referentes ao Regime específico de abastecimento (REA) atingiram o montante de 15.5 milhões de euros. Em ambas as regiões verificou-se uma ligeira descida nos montantes pagos ao abrigo desta medida, conforme se verifica no Quadro 45.

À semelhança dos anos anteriores, tiveram que ser desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes à cadeia de pagamento.

No caso da RAA foi ainda realizado o acompanhamento das funções delegadas ao IAMA e DGDR.

No âmbito da reforma da PAC, foram implementadas/operacionalizadas as alterações previstas de suporte ao apuramento e pagamento das ajudas. No caso da RAM, para a Medida-1, foi adaptada a cadeia de apuramento com leitura da informação subjacente ao cálculo da ajuda a partir do módulo horizontal de apuramentos (HAP).

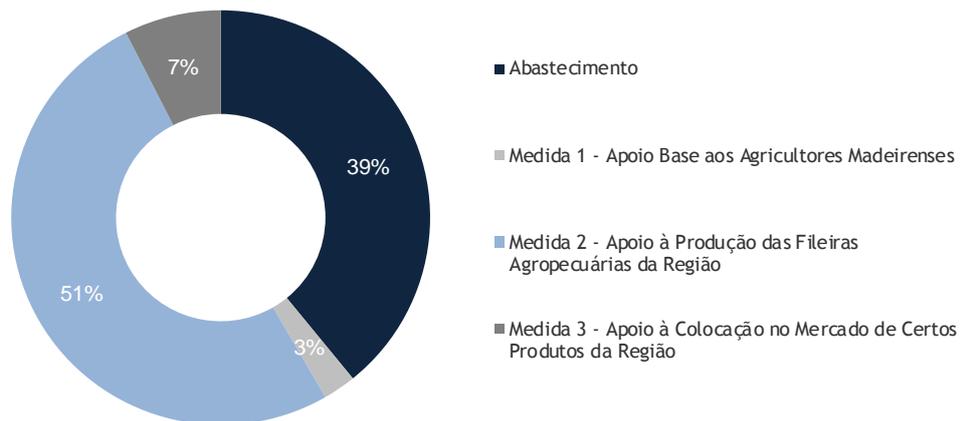
Quadro 45 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito do POSEI

	unid:mil euros	
	2014	2015
<b>Madeira</b>		
Abastecimento	9 380	9 192
Medida 1 - Apoio Base aos Agricultores Madeirenses	5 289	595
Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da Região	10 167	11 946
Medida 3 - Apoio à Colocação no Mercado de Certos Produtos da Região	1 518	1 757
Outras	188	
<b>Total Madeira</b>	<b>26 541</b>	<b>23 489</b>
<b>Açores</b>		
Abastecimento	6 816	6 284
Produção		
Prémios às Produções Animais	55 411	65 616
Ajudas às Produções Vegetais	10 468	14 633
Total Produção	65 879	80 249
Outras	2 099	2 412
<b>Total Açores</b>	<b>74 794</b>	<b>88 945</b>
Juros sobre dívidas		-15
<b>Total POSEI</b>	<b>101 335</b>	<b>112 420</b>

A distribuição do montante pago pelas duas regiões abrangidas pelo Programa desviou-se das proporções habituais, tendo crescido a Região Autónoma dos Açores para 79% do total, enquanto a Região Autónoma da Madeira diminuiu para os 21%.

Ao abrigo do programa POSEI, o montante dos pagamentos efetuados na Região Autónoma da Madeira, atingiu 23.5 milhões de euros enquanto na região Autónoma dos Açores subiu para 88.9 milhões.

Gráfico 13 - Pagamentos POSEI - MADEIRA (%)



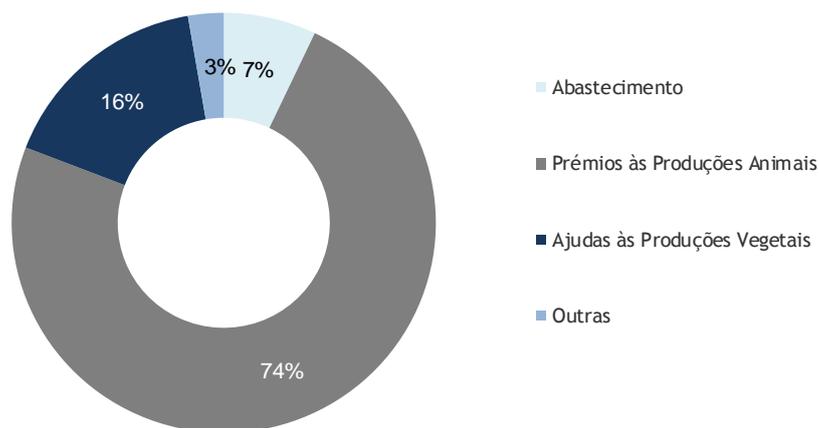
O pagamento referente à Medida 1 - Apoio base, sofreu uma redução significativa face a 2014, dado que em 2015, apenas foi pago o saldo da campanha 2014. O primeiro pagamento referente à campanha 2015 apenas viria a ocorrer em fevereiro de 2016.

Relativamente à Medida 2 - Apoio à produção das fileiras agropecuárias da região, ocorreu um acréscimo do montante pago tendo este sido de 11.9 milhões de euros.

Os 2700 beneficiários da Ajuda à Banana receberam 8.0 milhões de euros, o que representa 67% do total pago desta medida.

O pagamento das ajudas da Medida 3 manteve-se na ordem de grandeza do ano anterior, com um ligeiro crescimento. O pagamento apresentou uma distribuição idêntica entre as duas ações (expedição e comercialização).

Gráfico 14 - Pagamentos POSEI - AÇORES (%)



Na Região Autónoma dos Açores os prémios às produções animais alcançaram os 65.6 milhões de euros, representando 74% do total pago nesta Região, ao abrigo do Programa POSEI.

Neste âmbito, destaca-se o Prémio aos produtores de leite com 20.3 milhões de euros, seguindo-se os prémios à Vaca leiteira e à Vaca aleitante com 11.8 e 8.9 milhões, respetivamente.

Nas ajudas às produções vegetais, destacaram-se pelo montante a Ajuda aos produtores de culturas arvenses com 3.9 milhões de euros e a Ajuda aos produtores de ananás com 3.4 milhões.

Nesta região, houve um acréscimo significativo no montante total pago.

#### 2.1.4. Medidas veterinárias - Medidas de gestão centralizada

O IFAP é responsável pela gestão e pagamento, aos produtores pecuários, das indemnizações por abates sanitários. Por inerência de funções, o IFAP é também o organismo responsável pela gestão das despesas com cofinanciamento do FEAGA, continuando a centralizar a documentação respeitante às despesas passíveis de reembolso e a proceder à elaboração do respetivo pedido de reembolso.

Os pagamentos no âmbito das medidas veterinárias totalizaram 850 mil euros distribuídos conforme o Quadro 46.

Quadro 46 - Pagamentos efetuados no âmbito das Medidas Veterinárias

	unid:mil euros	
	2014	2015
Plano de Saúde Bovinos	782	722
Plano de Saúde Ovinos	148	138
Plano de Erradicação das Encefalopatias Transmissíveis	93	-3
Rastreio de Doenças do Plano Nacional de Saúde Animal	-21	-7
<b>Total Medidas Veterinárias</b>	<b>1 002</b>	<b>850</b>

(\*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

### 2.1.5. Seguros

#### Seguro de colheitas (SC)

O Seguro de colheitas, integrado no PDR2020, garante o pagamento de uma indemnização face à ocorrência de fenómenos climáticos adversos que possam afetar as colheitas, permitindo estabilizar o respetivo rendimento em caso de prejuízo. Este seguro, cujo pagamento foi de 7.9 milhões de euros, foi anteriormente apresentado com maior detalhe no ponto 2.1.2.1.

#### Seguro vitícola de colheitas (SVC)

Ao nível do SVC foram elaboradas especificações técnicas e realizados testes informáticos, tendo em vista ajustar a aplicação informática às alterações previstas para as campanhas 2015 e 2016 (Continente) e à extensão do SVC à Região Autónoma dos Açores.

No ano de 2015 foram pagos 3.1 milhões de euros de bonificações de prémios.

#### Seguro de frutas e hortícolas (SFH-OP)

No âmbito deste seguro foi preparado o caderno de especificações técnicas, tendo em vista reajustar os requisitos inicialmente definidos para o desenvolvimento aplicacional que irá dar suporte ao tratamento da informação proveniente das seguradoras.

### Sistema integrado de proteção contra as aleatoriedades climáticas (SIPAC)

No âmbito do SIPAC foi dada continuidade ao registo de pedidos de pagamento provenientes das seguradoras, tendo sido pagos 18.1 milhões de euros de Bonificações e 6.2 milhões relativos a Compensação de sinistralidade.

Os pagamentos efetuados em 2015 totalizaram 27.4 milhões de euros, distribuídos de acordo com o Quadro 47, revelando um acréscimo face a 2014.

Quadro 47 - Pagamentos Seguros

	2014	2015
SIPAC - Seguro de Colheitas	12 167	18 113
SIPAC - Compensação de Sinistralidade	10 441	6 159
SIPAC - Fundo de Calamidades		48
Seguro Vitícola de Colheitas	3 431	3 120
<b>Sub-total</b>	<b>26 039</b>	<b>27 440</b>
Seguro de Colheitas (FEADER)		7 937
<b>Total</b>	<b>26 039</b>	<b>35 377</b>

Os pagamentos relativos ao Seguro de colheitas, no montante de 7.9 milhões de euros, encontram-se integrados no PDR 2020 e são apresentados também no Quadro 20.

#### 2.1.6. Linhas de crédito de iniciativa nacional

Em 2015 foi criada uma nova linha de crédito para apoio aos produtores de leite de vaca e aos produtores de suínos, e foi dada continuidade à gestão das linhas de crédito de iniciativa nacional que foram implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento dos setores agrícola, da pesca e agroindustrial.

#### Crédito curto prazo, agricultura, silvicultura e pecuária

A linha de crédito de curto prazo, enquadrada no âmbito dos auxílios de *minimis*, tem como objetivo apoiar financeiramente os operadores

do setor primário por forma a fazerem face aos encargos anuais resultantes da aquisição e utilização dos fatores indispensáveis à obtenção da sua produção, sendo desta forma, uma linha ativa ao longo do ano.

Em 2015 foram celebrados 1546 contratos, referentes a 798 beneficiários, no montante global de 83.4 milhões de euros.

Destes, 1206 projetos eram referentes ao setor da agricultura, com um crédito atribuído de 72.2 milhões e 340 ao setor da pecuária, com um crédito de 11.2 milhões.

### **Crédito médio e longo prazo - linha de crédito de apoio aos Produtores de Leite de vaca cru e Suínos**

No seguimento da crise que afetou o setor do leite e da suinicultura, foi criada através do Decreto-Lei nº 237/2015, de 14 de outubro, uma linha de crédito de apoio aos produtores de leite de vaca cru e suínos, de âmbito nacional, com o objetivo de apoiar os encargos de tesouraria ou de investimento associados à atividade.

A linha de crédito encontra-se enquadrada no âmbito dos auxílios de *minimis*, conforme previsto no R. 1408/2013, de 18 de dezembro.

O limite máximo de crédito foi fixado em 50 milhões de euros, tendo sido aprovado cerca de 32 milhões de euros e contratado, junto das instituições de crédito, o montante de 18.2 milhões de euros.

O pagamento da bonificação de juros, decorrentes dos contratos efetuados junto das instituições de crédito, totalizou o montante global de cerca de 1.3 milhões de euros, com a distribuição que se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 48 - Pagamentos de Linhas de crédito

	unid:mil euros	
	2014	2015
Crédito de curto prazo	1 169	488
Apoio Actividade Agrícola, Pecuária e Agro-Alimentar	285	486
SECA 2012	884	2
Crédito de médio e longo prazo	1 703	812
<b>Total</b>	<b>2 872</b>	<b>1 300</b>

### 2.1.7. Outros apoios

O pagamento a destacar no âmbito dos Outros apoios foi o Apoio a funções delegadas.

Trata-se de um pagamento efetuado pelo IFAP às entidades de natureza privada ou cooperativa, pela delegação de tarefas no âmbito da receção de pedidos de ajuda, de pagamento e de outros formulários, do apoio ao agricultor, da atualização do parcelário e da atualização da base de dados SNIRA.

O montante pago a estas entidades manteve-se nos 6 milhões de euros.

Quadro 49 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola - Outros Apoios

	unid:mil euros	
	2014	2015
Apoio a funções delegadas	6 057	6 076
Seca 2012	4	-4
Comparticipação dos Custos de Energia (2010)	1	8
Subsídio à Eletricidade Verde (regime antigo) <sup>(*)</sup>	-118	-0
Outros <sup>(*)</sup>	-40	36
<b>Total</b>	<b>5 904</b>	<b>6 116</b>

(\*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

### 2.1.8. Quadros comunitários anteriores

No quadro da monitorização das garantias, fianças e outras garantias prestadas a favor do IFAP, foi analisada a situação de cerca de 659

projetos, tendo-se dado sequência ao processo de liberação de 119 garantias bancárias, fianças e outras, pertencentes aos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, QCAI, II e III.

Inclui-se nesta monitorização a análise e proposta de liberação ou de redução de valor das garantias bancárias associadas aos projetos com subsídios reembolsáveis do QCA III, bem como à elaboração de pontos de situação regulares referentes ao estado das garantias do POAGRO, PRODESA, POPRAM, FTA, VITIS e RARRV (QCA anteriores).

Relativamente às atividades de comunicação aos beneficiários para pagamento do subsídio reembolsável, nos prazos previstos e análise dos relatórios financeiros previstos para as operações aprovadas, no âmbito da medida 2 do POAGRO, para efeitos de encerramento das operações e liberação das garantias bancárias, quando aplicável, prosseguiu-se ao acompanhamento dos reembolsos bem como às situações de incumprimento que conduziram ao processo de recuperação de verbas.

Adicionalmente foi realizada a avaliação regular do cumprimento dos critérios de modulação da ajuda e assegurado o cumprimento dos rácios do equilíbrio financeiro, em sede dos relatórios financeiros. As tarefas em causa têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, fruto, naturalmente, do pagamento dos planos de reembolso do incentivo reembolsável que se encontram acobertados por garantias.

No ano em apreço, manteve-se a preocupação de desenvolver todos os esforços possíveis com vista à conclusão dos processos do QCA III, tendo sido dada sequência aos processos possíveis, e foi reiterado o pedido de tramitação dos projetos, junto das entidades onde os mesmos se encontravam pendentes de tratamento.

## 2.2. Ajudas ao setor da pesca

No ano de 2015, foram pagos 53.1 milhões de euros de ajudas ao sector das pescas, tendo-se verificado uma ligeira diminuição face a 2014. De acordo com o quadro verifica-se que, de facto, os pagamentos do Programa PROMAR e de Linhas de crédito foram superiores aos do ano anterior, tendo o resultado final sido inferior por força das devoluções/recebimentos das restantes ajudas.

Quadro 50 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca

	unid:mil euros	
	2014	2015
PROMAR e PROPESCA	49 334	53 841
Linhas de Crédito	45	445
POSEI	4 598	-0
SIFICAP	47	-486
Despesas de Encerramento de QCA III	-52	-684
<b>Total Pescas</b>	<b>53 971</b>	<b>53 115</b>

### 2.2.1. Programa operacional das pescas

Ao abrigo do Programa operacional das pescas foram pagos 53.8 milhões de euros, dos quais 50.7 milhões no Continente.

No ano 2015, os investimentos mais representativos foram efetuados ao abrigo do Eixo 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, totalizando 24.3 milhões de euros, seguindo-se os do Eixo 3 - Medidas de interesse geral, com 13.4 milhões de euros. Ambos os eixos tiveram um acréscimo face ao ano anterior.

Na região da Madeira os montantes pagos foram significativamente inferiores aos efetuados em 2014, tendo atingido os 180 mil euros. O Eixo 1 - Adaptação do esforço de pesca, continua a ser o mais representativo.

Quanto à Região Autónoma dos Açores, os 3 milhões de euros pagos foram distribuídos pelo Eixo 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura e Eixo 3 - Medidas de interesse geral.

Relativamente ao ano anterior, houve uma redução nos pagamentos ao Eixo 2 e um crescimento de pagamentos ao Eixo 3.

Quadro 51 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca no âmbito do PROMAR

	unid.mil euros	
	2014	2015
<b>Continente</b>		
Eixo 1 - Adaptação da Frota de Pesca	14 239	6 978
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	18 588	24 255
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	7 650	13 358
Eixo 4 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca	4 083	5 725
Eixo 5 - Assistência Técnica	996	384
Total Continente	45 556	50 701
<b>Madeira</b>		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca	258	130
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	161	
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	57	49
Eixo 5 - Assistência Técnica	3	2
Total Madeira	478	180
<b>Açores</b>		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca		
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	2 063	214
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	1 236	2 746
Total Açores	3 299	2 960
<b>Total</b>	<b>49 334</b>	<b>53 841</b>

No âmbito da análise de pedidos de pagamento de assistência técnica do FEP foi efetuada a análise e validação das despesas apresentadas, procedendo-se à verificação documental da elegibilidade das despesas e à verificação do cumprimento das regras de contratação pública. Foram, ainda, efetuadas reanálises na sequência de pedidos de alteração registados no sistema informático do IFAP.

No âmbito do PROMAR, foram analisados/apurados 12 pedidos de pagamento e reanalisados 20 pedidos.

#### 2.2.2. Linhas de crédito de iniciativa nacional

O pagamento de bonificações de juros, decorrente de contratos efetuados junto das instituições de crédito, para apoios ao setor da pesca totalizou 445 mil euros, no ano de 2015.

Quadro 52 - Pagamentos de bonificações de juros efetuados ao setor da pesca

	unid:mil euros	
	2014	2015
Apoio ao Sector das Pescas	45	445
<b>Total Bonificações de Juros - Pescas</b>	<b>45</b>	<b>445</b>

### 3. Controlo

#### 3.1. Sistema integrado de gestão e controlo

No âmbito da gestão e manutenção dos principais elementos do sistema integrado de gestão e controlo (SIGC)<sup>1</sup>, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

##### 3.1.1. Sistema de identificação de beneficiários

O número de utilizadores registados no Sistema de Identificação de Beneficiários do IFAP (IB) continuou a crescer em 2015, perfazendo 456 343 no final do ano (acréscimo de cerca de 4% relativamente a 31/12/14). O aumento do número de funcionalidades do sistema nacional de identificação e registo de animais (SNIRA) disponíveis *online* e as novas candidaturas no âmbito do PDR2020 foram os principais promotores de novos registos IB.

A fim de melhorar continuamente o sistema no que se refere à simplificação e desmaterialização de processos e ao reforço de validações, foram celebrados protocolos de colaboração institucional com o Instituto dos Registos e Notariado (IRN, I.P.) para validação da relação NIF/ Natureza Jurídica e classificação da atividade económica (CAE) de pessoas coletivas.

Os procedimentos automáticos instituídos para atualização e manutenção da qualidade dos dados do IB motivaram o envio, via correio eletrónico, de mais de 147 mil alertas para informar sobre a existência de dados desatualizados e/ou ocorrências impeditivas de pagamento, a cerca de 34 mil beneficiários.

No quadro das atividades de manutenção foi ainda efetuada a análise de erros associados a NIB não aderentes ao *Single Euro Payments Area* (SEPA), com periodicidade semanal, e de registos de beneficiários relativos a fundações e a freguesias.

---

<sup>1</sup> O SIGC permite garantir a regularidade das despesas efetuadas no domínio das ajudas diretas, financiadas pelo FEAGA, e de determinados apoios dos Eixos 2 e 4, financiados pelo FEADER. Reúne um conjunto de procedimentos regulamentares e técnicos para gestão e controlo das ajudas, a partir dos quais é possível obter um conhecimento integral das explorações agrícolas (identificação do responsável e informação sobre as superfícies e animais envolvidos).

No início de 2015 foi finalizado o processo de reorganização administrativa do território e de validação de códigos postais, em colaboração com os CTT.

### 3.1.2. Sistema de identificação de parcelas agrícolas

Em junho de 2015, após o termo do período de candidaturas, procedeu-se à consolidação da informação existente à data da submissão das candidaturas, na tabela do Parcelário criada para utilização no controlo administrativo cruzado da campanha 2015.

A revisão regular de parcelas decorreu entre 15 de julho e 15 de dezembro de 2015. Foi executada por técnicos das OA com recurso a fotointerpretação das parcelas do universo identificado para revisão, tendo, sempre que necessário, sido efetuadas alterações de ocupações de solo e/ou limites das parcelas. As visitas de campo foram asseguradas pelas DRAP.

Em 2015, além de ter sido concluída a revisão do universo previsto para este ano, foram ainda revistas parcelas de concelhos cuja revisão estava prevista para 2016. No total, foram revistas e aprovadas 409 318 parcelas, repartidas por 34 concelhos.

Quadro 53 - Revisão regular do Parcelário - Número de parcelas revistas em 2015

ANO DA AMOSTRA	OBJETIVO INICIAL	COM REVISÃO APROVADA	
	Nº PARCELAS	Nº PARCELAS	% APROVAÇÃO
2015	339 159	339 159	100%
2016	70 159	70 159	100%
<b>Total</b>	<b>409 318</b>	<b>409 318</b>	<b>100%</b>

Figura 1 - Revisão regular do Parcelário - Distribuição geográfica das parcelas revistas em 2015



No âmbito das tarefas de atualização do Parcelário, os serviços do IFAP procederam à atualização de informação referente a 3736 parcelas de beneficiários. No âmbito das tarefas manutenção, foram atualizadas 1 133 397 parcelas, na sequência da implementação da nova carta administrativa.

As áreas expropriadas pela EDP e pela EDIA foram identificadas e analisadas, tendo os limites das parcelas declaradas sido corrigidos em função dos limites das expropriações. Foram também criadas parcelas de perímetros de emparcelamento geridos pela DGADR.

Com o objetivo de melhorar a gestão das áreas afetas aos baldios, foram definidos os requisitos necessários para a sua posterior representação no *layer* de parcelas, o que configurou uma alteração da metodologia até então utilizada na aplicação iSIP para o tratamento das áreas afetas aos baldios.

Em 2015, foi adquirida nova cobertura aérea de Portugal Continental, tendo a ortorretificação das imagens obtidas ficado a cargo do IFAP. Os novos ortofotomapas foram disponibilizados no iSIP para realização da revisão regular do parcelário e execução dos controlos no local.

O IFAP procedeu igualmente à receção e ortorretificação das imagens de satélite de alta e muito alta resolução fornecidas pela Comissão Europeia para efeitos da realização do controlo por fotointerpretação e do controlo de qualidade do SIP - *Executive Test Suite*(ETS).

A prestação de esclarecimentos via plataforma Info.SIP<sup>2</sup> materializou-se no envio e receção de 6253 mensagens de correio eletrónico.

Em resposta a 136 solicitações de fornecimento de informação cartográfica foram comercializadas 5347 peças cartográficas de vários tipos. Foi também cedida informação cartográfica a outras entidades da esfera pública, em regime de colaboração com as atividades desenvolvidas e competências próprias de cada entidade.

### 3.1.3. Sistema nacional de identificação e registo de animais

O projeto O SNIRA na *Web*<sup>3</sup> ficou concluído em 30 de setembro de 2015, tendo incluído desenvolvimentos aplicativos adicionais não previstos no projeto inicial, decorrentes do novo QCA 2014-2020 e de alterações legislativas efetuadas no âmbito da saúde animal.

Em paralelo, foram realizadas as atividades normais de manutenção e atualização da informação residente na BD SNIRA.

Em termos globais, a atividade da BD SNIRA centrou-se na gestão de comunicações referentes a 3 784 980 animais vivos (ovinos, caprinos e bovinos).

#### Explorações

Foi efetuada a reengenharia da aplicação de registo de marcas de exploração de instalações pecuárias, existente no SNIRA, a fim de proceder à sua atualização e melhoria. Assim, a plataforma de registo de marcas de exploração passou a incluir a referência geográfica das instalações pecuárias e, sempre que possível, tendo em vista permitir a sua interoperabilidade futura, o número de registo do REAP.

---

<sup>2</sup> Plataforma Info.SIP - Ferramenta de eficiência na gestão da informação constituída por um canal de comunicação utilizado para apoiar as entidades externas no exercício das suas competências no âmbito da atualização do Parcelário, bem como para prestar esclarecimentos aos beneficiários, garantindo sempre a confidencialidade.

<sup>3</sup> Projeto que visou disponibilizar *online*, via *Web*, as diversas comunicações à base de dados do Sistema nacional de identificação e registo de animais (BD SNIRA).

Quadro 54 - Explorações registadas no SNIRA, à data de 31/12/2015

ESPÉCIE ANIMAL	Nº EXPLORAÇÕES	
	2014	2015
Bovinos	61 795	57 106
Ovinos e Caprinos	47 213	71 435
Suínos	13 654	14 233
Equídeos	13 796	17 251
Aves e leporídeos	9 062	12 263
Outras espécies	125	235

De um modo geral, verificou-se um aumento do número de explorações ativas registadas no SNIRA, com particular destaque para as explorações de ovinos e caprinos que tiveram um acréscimo de 51% relativamente a 2014.

#### Setor dos bovinos

Em 2015 procedeu-se à reengenharia das comunicações à BD SNIRA da movimentação de bovinos, tendo sido implementados novos procedimentos para a movimentação de bovinos, de acordo com as classificações sanitárias das explorações de origem e de destino dos animais.

A recolha das guias de circulação referentes à movimentação de bovinos passou a ser realizada *online*, independentemente de esta ser efetuada pelos serviços oficiais, entidades protocoladas ou pelos detentores registados no portal do IFAP. A possibilidade de registo imediato das guias de circulação relativas à movimentação de bovinos contribuiu para aumentar a celeridade do processo de movimentação e para a minimização dos seus custos associados.

Assim, em 2015, foram efetuadas 915 413 comunicações à base de dados SNIRA, referentes a bovinos.

A 31 de dezembro, estavam registados na BD SNIRA 1 651 808 animais ativos da espécie bovina, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 7% face a 2014.

Quadro 55 - Bovinos - Declarações de nascimentos apresentadas via iDigital

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE SITUAÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	Nº COMUNICAÇÕES	
			2014	2015
Bovinos	Ocorrências na exploração	Declarações de nascimentos	77 639	162 608
		Declarações de mortes e desaparecimentos	1 447	24 259

Quadro 56 - Bovinos - Declarações apresentadas em suporte papel

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE SITUAÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	Nº REGISTOS		Nº ANIMAIS	
			2014	2015	2014	2015
Bovinos	Ocorrências na exploração	Declarações de nascimentos, queda de marcas auriculares e de bovinos mortos ou desaparecidos na/da exploração	505 155	485 822	633 890	504 011
	Movimentos	Comunicações de movimentação	410 857	242 724	1 799 118	1 050 367

#### Setor dos ovinos

A conclusão da base de dados SNIRA para a área dos ovinos e caprinos, com a inclusão na plataforma iDigital das comunicações até então não abrangidas pelas funcionalidades existentes, marcou fortemente as atividades de 2015.

Foram efetuadas 238 082 comunicações à base de dados SNIRA, referentes a ovinos e caprinos, mais cerca de 16% que em 2014.

Quadro 57 - Ovinos e caprinos - Comunicações apresentadas via iDigital

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE DOCUMENTO	Nº COMUNICAÇÕES		
		DESMATERIALIZADAS	%	TOTAL
Ovinos e caprinos	Declaração de existências	3 590	9%	40 287
	Recenseamento inicial	146	3%	4 509
	Guias de circulação	23 582	17%	139 432
	Declarações de movimentação externa	47	27%	175
	Reidentificações	1 619	8%	21 391
	Mortes e desaparecimentos	3 912	13%	29 823
	Recenseamento especial	4	0%	2 465

No que se refere aos tipos de identificação utilizados nos animais recenseados no SNIRA, destaca-se o aumento de 16 p.p. no número de animais com identificação eletrónica.

Quadro 58 - Ovinos e caprinos - Animais recenseados em 31/12/15

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO				TOTAL
	ELETRÔNICA	%	MARCA AURICULAR CONVENCIONAL	%	
Ovinos e caprinos	1 854 002	84%	347 017	16%	2 201 019

### Setor dos suínos

Em 2015, a adesão, por parte dos produtores de suínos, à apresentação das declarações de existências via plataforma *Web* continuou a aumentar.

Assim, foram apresentadas 17 058 declarações de existências de suínos, o que representa um acréscimo de cerca de 6% relativamente a 2014. Em média, foram declarados 2 100 000 animais por período de declaração<sup>4</sup>, mais cerca de 7% que em 2014.

Quadro 59 - Suínos - Movimentações para abate - Dados à data de 31/12/15

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE DOCUMENTO	Nº REGISTOS	Nº ANIMAIS
Suínos	Comunicações de movimentação para abate	22 031	925 126

### Setor apícola

Em 2015 foram registadas 9 960 declarações anuais de existências no âmbito da atividade apícola, na plataforma do SNIRA na web, o que representa uma redução de 17% relativamente a 2014.

Quadro 60 - Atividade apícola - Dados à data de 31/12/15

DECLARAÇÕES DE EXISTÊNCIA DE APIÁRIOS				
Nº DECLARAÇÕES	Nº APIÁRIOS	Nº COLMEIAS	Nº CORTIÇOS	Nº COLÓNIAS
9 960	32 840	587 358	27 724	602 552

<sup>4</sup> No setor dos suínos há três períodos para a comunicação obrigatória das existências: abril, agosto e dezembro. A comunicação deve ser feita com referência ao dia 1 de cada um dos meses dos três períodos obrigatórios.

### 3.1.4. Sistema de identificação e registo de direitos

Tendo em conta que 2015 foi o ano de transição entre o RPU e o RPB e que, por força da legislação aplicável, o número de direitos RPB e respetivos valores unitários apenas foram calculados em definitivo após o termo do período de candidaturas, o IFAP enviou 177 880 ofícios com informação sobre direitos provisórios a fim de fornecer aos potenciais candidatos ao RPB, antes do início do período de candidaturas, uma estimativa dos montantes associados à sua eventual candidatura a esta ajuda. Do universo de destinatários dos ofícios enviados, 94% eram agricultores ou herdeiros de agricultores com área elegível para RPU em 2013 e 6% agricultores que poderiam aceder ao RPB por via da Reserva Nacional (RN). Os montantes apresentados nos ofícios foram calculados com base na informação detida à data, nomeadamente a área elegível para o RPU 2013 e o valor dos pagamentos de RPU e do Prémio por vaca em aleitamento em 2014.

No contexto da transição entre regimes foi implementado um formulário específico (modelo H) para recolha de informação relativa a situações de herança, alteração de estatuto jurídico, fusões, cisões e cláusulas privadas de arrendamento e de venda ao abrigo do artigo 24.º do R 1307/2013, tendo sido recebidas 4363 comunicações.

Quadro 61 - Transferências de direitos RPU em 2014 e 2015

TIPO DE TRANSFERÊNCIA	Nº COMUNICAÇÕES	
	2014	2015
Definitiva	4 603	-
Temporária	130	-
Herança	3 849	3 732
Fusão	10	89
Cisão	40	12
Alteração de estatuto legal ou denominação	80	179
Cláusulas privadas de arrendamento e de venda	-	351

O PU 2015 foi adaptado para incluir as diversas possibilidades de candidatura à RN.

A atribuição dos direitos RPB obrigou à determinação de parâmetros de cálculo como o valor médio unitário de 2019 e a percentagem fixa dos

pagamentos diretos de 2014, bem como ao cálculo do número de direitos de cada beneficiário e respetivos valores unitários para os anos 2015 a 2019 (convergência interna e externa). Para o cálculo dos direitos definitivos, além dos dados referentes a 2015 foram necessários dados relativos às áreas elegíveis do ano 2013 e aos pagamentos das ajudas RPU, Comercialização de culturas arvenses, Comercialização de azeite e azeitona de mesa, Prémio por vaca em aleitamento e Comercialização de carne de bovino, efetuados em 2014.

Em 2015 foram calculados, atribuídos e identificados os direitos de cerca de 159 mil beneficiários.

O cálculo da RN foi adaptado às novas disposições regulamentares (candidatura de jovens agricultores e de agricultores em início de atividade) e nacionais, aplicáveis apenas em 2015.

Em 2015 foram atribuídos cerca de 2200 direitos da RN a cerca de 5300 beneficiários (66% das candidaturas à apresentadas à RN), no montante total de 2.2 M€.

### 3.2. Controlo administrativo

O novo pedido único de ajudas para o período de 2015-2020, operacionalizado de forma a ser um precursor do formulário de pedido de apoio geoespacial<sup>5</sup>, obrigou à reformulação da metodologia utilizada no controlo administrativo cruzado dos Pedidos Únicos, bem como da respetiva aplicação informática de suporte e tipos das anomalias detetadas.

Em resultado das validações efetuadas pelo controlo administrativo cruzado aos PU da campanha 2015 foram, no âmbito da audiência escrita consignada pelo Código do Procedimento Administrativo, notificados 1609 beneficiários (acréscimo de cerca de 37% relativamente à campanha 2014<sup>6</sup>).

Em termos globais, a campanha 2015 registou, relativamente à campanha 2014, um aumento de 31% no número de anomalias detetadas em sede de controlo administrativo. Este aumento não está diretamente associado às alterações estruturais, mas sim às discrepâncias encontradas entre os dados

---

<sup>5</sup> Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2014 da Comissão, de 17/07/14, art.º 17º. Consiste num formulário com material gráfico que, através de uma interface ligada ao SIG, permite o tratamento dos dados espaciais e alfanuméricos das superfícies declaradas. Será obrigatório para todos os beneficiários a partir do exercício de 2018.

<sup>6</sup> No Relatório de atividades de 2014 onde se lê 1714 beneficiários notificados, deverá ler-se 1174.

declarados no PU e o resultado das visitas de campo posteriormente efetuadas.

Quadro 62 - Resultados do controlo administrativo 2015

TIPO DE ANOMALIA	Nº OCORRÊNCIAS EM 2015
Parcela declarada por mais do que um requerente	168
Sobredeclaração da máxima área elegível (MAE) 1º pilar pelo próprio requerente	1 103
Sobredeclaração da máxima área elegível (MAE) 2º pilar pelo próprio requerente	337
Sobredeclaração da máxima área elegível (MAE) 1º pilar pelo próprio requerente em baldio	19
Sobredeclaração da máxima área elegível (MAE) 2º pilar pelo próprio requerente em baldio	18
Gestor de baldio não registado no SNIRA como entidade gestora	1
Requerente não associado ao Gestor de Baldio no SNIRA para a espécie declarada	44
Equídeo declarado por mais que um requerente	111
Cão de guarda declarado por mais que um requerente	7
Identificação de cão de guarda inválida	49
<b>Total</b>	<b>1 857</b>

### 3.3. Controlo físico

Em 2015, o IFAP continuou a assegurar a realização atempada do controlo *in loco*, condição fundamental para o pagamento das ajudas e apoios do FEAGA e FEADER nos prazos programados e de acordo com a regulamentação e normativos aplicáveis.

Para o efeito foram elaborados normativos de controlo, formados e credenciados controladores, preparadas aplicações informáticas de suporte e as amostras para controlo definidas e divulgadas dentro dos prazos estabelecidos.

Em paralelo, foi efetuada a integração no iCTR<sup>7</sup> do Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas e colocado em produção um novo relatório de controlo para as medidas de investimento, em moldes semelhantes ao iCTR.

As ações de controlo *in loco* foram maioritariamente realizadas por entidades controladoras externas (EC).

<sup>7</sup> Formato aplicacional em que a recolha dos resultados de controlo ocorre em dois ambientes distintos:

- A componente gráfica, através do ambiente do Sistema de identificação de parcelas agrícolas (iSIP);
- A componente alfanumérica, através do iDigital (modelo de gestão e controlo das ajudas em plataforma internet).

No entanto, o IFAP também desenvolveu ações de controlo *in loco*, nomeadamente no âmbito dos Fundos operacionais e da Promoção de vinho em países terceiros. No domínio do investimento, o IFAP assegurou a realização dos controlos do Programa da Rede Rural Nacional e deu apoio às Direções Regionais de Agricultura e Pescas e à Delegação Regional do IFAP na Madeira na realização de controlos *in loco* do PRODER e do PRODERAM, respetivamente.

O apoio dado pelo IFAP às EC concretizou-se na disponibilização de meios de consulta das diversas fases do controlo, para um melhor planeamento e coordenação dos controlos, e na prestação de esclarecimentos sobre procedimentos, via endereço eletrónico criado para o efeito ou por contacto direto com os técnicos do IFAP.

A monitorização da execução das atividades de controlo *in loco*, determinante para o cumprimento dos prazos, foi efetuada através da elaboração de pontos de situação periódicos que possibilitaram a oportuna deteção, análise e retificação de eventuais desvios face ao inicialmente estabelecido no plano anual de controlo.

No âmbito do controlo da condicionalidade foram enviados, a partir de janeiro de 2015, 2975 ofícios para comunicação de incumprimentos detetados na campanha 2014, com indicação das correspondentes taxas de penalização. Após análise, foi dada resposta às 478 contestações recebidas.

A taxa de penalização da condicionalidade foi calculada e, quando adequado, aplicadas sanções aos pagamentos da campanha 2014 efetuados em 2015.

A entrada em produção de uma nova aplicação de demonstração de resultados, que fundamentou as deduções efetuadas, permitiu dispensar o envio de ofícios com esta informação.

Quadro 63 - Controlos *in loco* de superfícies, realizados nos anos 2014 e 2015

		unid: hectares	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA CONTROLADA
Ano 2014	Campanha 2013	2	33
	Campanha 2014	8 608	362 784
Ano 2015	Campanha 2014	1	20
	Campanha 2015	7 987	246 308

Nota: O controlo referente à Campanha 2014 foi realizado em 2015 por ter sido necessário atualizar a morada do beneficiário.

Quadro 64 - Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2014 e 2015

		unid: hectares	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA CONTROLADA
Ano 2014	Campanha 2012	1	1 530
	Campanha 2014	3 947	79 046
Ano 2015	Campanha 2015	5 082	144 165

Quadro 65 - RAM - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados em 2015

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS CONTROLADOS
Campanha 2014	Explorações	14	1 135
	Matadouros	1	195

Quadro 66 - Controlos de animais<sup>8</sup>, realizados nos anos de 2014 e 2015

			Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS CONTROLADOS
Ano 2014	Campanha 2014	Prémio por ovelha e cabra	2 577	286 539
		Prémio por vaca em aleitamento	848	48 796
Ano 2015	Campanha 2015	Prémio por ovelha e cabra	1 014	147 777
		Prémio por vaca em aleitamento	902	86 907
		Prémio por vaca leiteira	217	27 807

<sup>8</sup> O controlo das ajudas do setor animal abrange também o controlo dos animais que estão simultaneamente incluídos nestas ajudas e na componente animal das candidaturas às medidas Agricultura e recursos naturais e Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

Quadro 67 - Condicionalidade - Domínio ambiente, controlos da Campanha 2015 realizados em 2015

unid: hectares

	CONTINENTE		RAA		RAM	
	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA
Aves selvagens e conservação de habitats naturais	315	29 094	27	1 654	1	1
Lamas de depuração e higiene e segurança alimentar	989	64 655	110	3 931	92	36
Nitratos	115	14 368	2	110	0	0
Produtos fitofarmacêuticos e Proteção das águas subterrâneas	989	64 655	110	3 931	92	36
Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas	24	5 324	58	2 477	0	0

Quadro 68 - Condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos da Campanha 2015 realizados em 2015

unid: nº controlos

	CONTINENTE	RAA	RAM
Segurança alimentar	513	98	11
Substâncias proibidas, B agonistas			
Encefalopatias espongiformes transmissíveis			

		CONTINENTE		RAA		RAM	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS	Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS	Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS
Identificação e registo animal	Bovinos	923	54 633	98	12 360	10	50
	Ovinos / Caprinos		125 534		31		21
	Suínos		66 824		2		488

Quadro 69 - Condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos da Campanha 2015 realizados em 2015

unid: nº controlos

	CONTINENTE	RAA	RAM
Proteção dos animais nas explorações pecuárias	488	96	11
Normas mínimas de proteção dos vitelos	244	86	3
Normas mínimas de proteção dos suínos	173	2	4

Quadro 70 - Controlos de Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA), realizados em 2015

unid: hectares

	CONTINENTE		RAA		RAM	
	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA
Campanha 2014	0	0	56	1 749	0	0
Campanha 2015	990	64 657	89	2 725	91	36

Quadro 71 - FEADER - Controlos *in loco* de projetos de investimento, realizados em 2015

unid: mil euros

	AMOSTRA 2014		AMOSTRA 2015	
	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO
PRODER	5	709	81	22 461
PRORURAL	0	0	18	1 826
PRODERAM	0	0	15	1 273
PRRN	0	0	2	75

Quadro 72 - FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos *in loco* realizados em 2015

unid: hectares

	AMOSTRA 2015	
	Nº PROJETOS	ÁREA CONTROLADA
PRODER	18	540
RURIS	85	1 277
QCA I e II - R 2328/91 e 2080/92	187	4 063

Quadro 73 - FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos *in loco* realizados em 2015

unid: mil euros

	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO
Amostra 2015	13	43 473

Quadro 74 - FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos *in loco* realizados em 2015

	Nº PROJETOS CONTROLADOS
Campanha 2014	1 780
Campanha 2015	(*) 200
<b>Total</b>	<b>1 980</b>

(\*) Controlo prévio no âmbito do Novo regime da vinha.

Quadro 75 - Outros controlos realizados em 2015

	unid: nº controlos AMOSTRA 2015
Pagamentos complementares no setor do azeite e azeitona de mesa	334
Pagamentos complementares no setor das culturas arvenses e arroz	208
Ajuda ao leite e produtos lácteos para os alunos das escolas	155
POSEI RAM - Medida 2 - Ação 2.5 - Fileira da Banana	137
Leite e Produtos Lácteos - Quotas	114
POSEI RAM - Medidas 2 e 3 (exceto Ação 2.5 - Fileira da Banana)	109
Pagamentos complementares no setor do tomate para transformação	45
Pagamentos complementares à comercialização de bovinos, ovinos e caprinos	26
Regime de fruta escolar	23
Frutas e Produtos Hortícolas - Programa operacionais	20
Programa Apícola Nacional (Controlo prévio e a posteriori)	16
Ações de Promoção - Promoção de vinhos em mercados de países terceiros	13
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado	13
Leite e Produtos Lácteos - Quotas (RAA)	11
Leite e Produtos Lácteos - Compradores e vendas diretas	5
Leite e Produtos Lácteos - Transportes (RAA)	3
Frutas e Produtos Hortícolas - Organização caritativas	2
Leite e Produtos Lácteos - Transportes	2
<b>Total</b>	<b>1 236</b>

### 3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade

No âmbito do acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA foram tratadas 12 540 ocorrências<sup>9</sup>, o que representa um acréscimo de 34% relativamente a 2014. As ocorrências relativas à BD SNIRA foram as que mais contribuíram para este aumento (mais 53% que em 2014), sobretudo as referentes a ovinos e caprinos e a processos

<sup>9</sup> Recebidas através de canais de comunicação específicos, designadamente 2 linhas telefónicas, 2 caixas de e-mail (info.ib e info.snira) e uma aplicação de gestão de ocorrências referentes a formulários, disponível na área reservada do Portal do IFAP.

de análise da qualidade dos dados relativos a registos e marcas de exploração.

Importa ainda salientar que as ocorrências referentes ao PU (mais 38% que em 2014) exigiram um tempo médio resolução substancialmente maior, uma vez que, cada vez mais, os beneficiários demonstram interesse em submeter os seus próprios PU com recurso ao apoio do IFAP para esse fim.

Foram realizadas 16 sessões de trabalho das Comissões de acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA, para acompanhamento, avaliação e resolução das dificuldades técnicas e/ou logísticas sentidas pelas entidades delegadas<sup>10</sup>.

Entre março e maio de 2015 o IFAP procedeu à realização de ações de acompanhamento *in loco* nas entidades delegadas, efetuadas com base em critérios objetivos previamente estabelecidos. Foram visitadas 37 entidades com funções delegadas ao nível do PU, 42 do IB e 30 do SNIRA (cerca de 8% das unidades orgânicas com funções delegadas nestas 3 áreas), tendo sido controlados parâmetros relativos à estrutura organizativa, infraestruturas, meios informáticos e, em particular, aos procedimentos utilizados na receção de pedidos de ajuda e nas comunicações às bases de dados.

À semelhança de 2014, a constituição de uma equipa multidisciplinar permitiu a realização de ações de acompanhamento com incidência nas 3 funções delegadas o que, além de aumentar a eficácia deste tipo de ações, proporcionou que a avaliação das atividades desenvolvidas pelas entidades objeto de acompanhamento fosse efetuada numa perspetiva global.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as entidades recetoras reuniam, de modo geral, as condições necessárias para um eficiente desempenho das tarefas inerentes à receção de formulários no âmbito das funções delegadas.

No que se refere ao acompanhamento das funções delegadas do Parcelário, além de apoio e formação prestados ao longo do ano, foram efetuadas visitas a 27 salas de Parcelário (cerca de 3% das salas de Parcelário existentes), tendo-se concluído que as entidades desempenhavam satisfatoriamente a tarefa delegada, ainda que com oportunidades de melhoria, que lhes foram atempadamente transmitidas.

---

<sup>10</sup> Entidades de natureza pública, com competências técnicas na matéria objeto de delegação ou entidades de natureza privada e cooperativa, desde que reconhecidas para o efeito através de protocolo outorgado entre o IFAP e a entidade delegada (DL 22/2013).

Para efeitos de acompanhamento do processo de revisão regular do Parcelário, foram analisadas 64 amostras intermédias de controlo de qualidade das parcelas, o que permitiu antecipar a ocorrência de erros sistemáticos e contribuiu para uma melhor transmissão dos conceitos envolvidos. Na sequência deste acompanhamento foram identificadas 5368 parcelas que foram posteriormente objeto de visitas de campo, efetuadas pelas DRAP, para confirmação das respetivas ocupações culturais após revisão.

Na vertente investimento, em cumprimento do plano anual aprovado, foram realizadas 18 ações de acompanhamento e de supervisão às entidades com função delegadas, bem como efetuada a monitorização das ações anteriormente realizadas. A fim de continuar a promover a resolução de casos de controlo de qualidade pendentes, as ações de acompanhamento foram essencialmente realizadas em gabinete, nomeadamente no quadro de reuniões com os GAL. Complementarmente, o IFAP participou também numa ação de acompanhamento à DRAP-Centro, realizada pela IGF no âmbito da auditoria de certificação de contas de 2015.

O controlo de qualidade do PU incidiu em 8563 formulários PU (5.05% do número de candidaturas apresentadas no Continente), tendo sido detetadas desconformidades em 7.43% dos formulários, menos 1.17 p.p. que em 2014. Os procedimentos de receção dos formulários foram aferidos sobretudo no que se refere à presença de assinaturas e de documentos obrigatórios.

No decurso do período de candidaturas foi, com recurso à visualização das ortofotografias das parcelas das explorações agrícolas dos requerentes, efetuado um controlo de qualidade suplementar para deteção de incorreções nas áreas declaradas, nomeadamente a inclusão de áreas não elegíveis nas candidaturas, cujos resultados foram oportunamente transmitidos às entidades delegadas para retificação.

Complementarmente, foi controlada a qualidade dos documentos obrigatórios dos cerca de 250 PU com indicação de venda ou arrendamento ao abrigo dos artigos 20.º e 21.º do R 640/2014.

No que se refere aos novos formulários específicos de comunicação das transferências de direitos RPB, o controlo de qualidade incidiu na totalidade dos formulários (4363) e respetivos documentos comprovativos obrigatórios apresentados pelos beneficiários.

Em 2015 foram sujeitos a controlo de qualidade 32 392 formulários IB (25.4% do universo de formulários IB submetidos em 2015) o que, relativamente a 2014, configurou um aumento de 24.5% no tamanho da amostra que, em 2015, passou a incluir a filtragem de IB da amostra de controlo de qualidade do PU. Foram detetadas desconformidades em 22.9% dos formulários controlados (mais 6.9 p.p. que em 2014), em particular em formulários apresentados por beneficiários.

A fim de controlar a qualidade do trabalho realizado pelas salas de Parcelário, o IFAP analisou 4916 parcelas alteradas em 2015 (1.63% do total de parcelas alteradas no decurso do ano civil) para avaliação dos seus limites e dos das sub-parcelas e da classificação da ocupação do solo. A análise efetuada revelou a existência de uma boa qualidade geral no trabalho efetuado pelas entidades, embora com aspetos a melhorar.

Na realização do controlo de qualidade à revisão regular do Parcelário foram analisadas 17 074 parcelas que, à semelhança de 2014, representaram cerca de 4% do universo das parcelas revistas. Deste controlo resultou a deteção de 712 parcelas não conformes, que foram posteriormente corrigidas.

No âmbito do controlo de qualidade do Parcelário, em cumprimento do disposto na Regulamentação Comunitária<sup>11</sup> foram reportados os resultados da inspeção de qualidade efetuada ao SIP-SIG relativamente ao ano 2014 e iniciados os trabalhos de inspeção referentes ao ano 2015, tendo por base a metodologia definida pelo JRC<sup>12</sup> e recorrendo a uma aplicação desenvolvida especificamente para o efeito. Esta metodologia prevê a implementação de dois testes: um para avaliação da qualidade do modelo conceptual - *Abstract Test Suite* (ATS) do SIP-SIG, e outro para avaliação da qualidade da informação residente no sistema (ETS). Este teste incidiu sobre uma amostra aleatória de 1250 parcelas SIP, com área útil de ajudas superfícies, declarada no PU, superior a zero, de acordo com a metodologia ETS estabelecida pelo JRC, tendo apontado para a necessidade de resolução de problemas relativos a áreas de parcelas e/ou respetiva classificação, enquadrados no segundo elemento de qualidade da primeira classe de conformidade<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Os EM devem avaliar anualmente a qualidade do sistema de identificação de parcelas agrícolas.

<sup>12</sup> Centro Comum de Investigação (Joint Research Centre - JRC). Tem como principal objetivo prestar apoio científico e técnico às políticas da UE. Constitui uma interface entre a investigação tecnológica e as suas aplicações concretas no âmbito das políticas comunitárias.

<sup>13</sup> Avalia a proporção e distribuição de parcelas de referência, quando a superfície máxima elegível tem em conta as superfícies inelégíveis ou não tem em conta a superfície agrícola.

Na área dos apoios ao investimento foram realizados 71 controlos de qualidade prévios à contratação e respetivos contraditórios, e *follow up* às entidades com competências na decisão de aprovação das candidaturas. A redução muito substancial verificada no número controlos de qualidade prévios à contratação realizados em 2015 (cerca de -92% relativamente a 2014) decorre do facto de 2015 ser simultaneamente um ano de conclusão de um ciclo de programação e de início do seguinte, pelo que o número de operações aprovadas pelas Autoridades de Gestão foi substancialmente reduzido.

O controlo de qualidade à contratação de projetos do PDR 2020 incidiu na Operação 10.1.1 - LEADER/Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL e foi realizado já próximo do final do ano.

Quadro 76 - Controlos de qualidade prévios à contratação de apoios ao investimento, realizados em 2015

	Nº CONTROLOS
PRODER	62
PDR2020	5
PRODERAM	2
PROMAR	2
<b>Total</b>	<b>71</b>

No domínio dos controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, continuaram a merecer particular destaque os controlos realizados à ação 3.1.2 Apoio à criação e ao desenvolvimento de microempresas, da abordagem LEADER do PRODER, efetuados na sequência de incorreções identificadas nas certificações de contas de 2013 e 2014, ainda que, no contexto das atividades de encerramento dos Programas, a seleção tenha sido transversal a todas as ações da abordagem LEADER.

Quadro 77 - Controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, realizados em 2015

	Nº CONTROLOS
PRODER	1 895
PRODERAM	33
PRORURAL	20
PROMAR	74
<b>Total</b>	<b>2 022</b>

No quadro do plano de ação para diminuir as taxas de erro do FEADER (vertente investimento), solicitado pela DG AGRI em face das elevadas taxas de erro dos programas de desenvolvimento rural reportadas pela generalidade dos EM, o IFAP deu continuidade às ações, previstas em 2014, de reforço dos controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios PRODER.

Quadro 78 - PRODER - Reforço dos controlos de qualidade prévios ao pagamento, realizado em 2015

MEDIDA NACIONAL	ANO	Nº CONTROLOS	RESULTADO FINAL NÃO CONFORME
2.3.1 e 2.3.2 - Minimização de riscos e ordenamento e recuperação de povoamentos	2015	41	3
2.3.3 - Valorização ambiental dos espaços florestais	2015	55	3

No que se refere à execução do controlo *in loco*, foram realizadas ações de supervisão e acompanhamento às entidades controladoras externas que permitiram garantir que estas dispunham de sistemas eficazes e adequados ao cumprimento das suas responsabilidades.

A avaliação do desempenho das EC foi efetuada através do controlo de qualidade do controlo *in loco* por elas realizado. As amostras de controlo de qualidade, com componente aleatória e de risco, foram selecionadas com base nos controlos *in loco* realizados e nos resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores, tendo sido desencadeadas ações de controlo em gabinete (análise dos relatórios de controlo *in loco*) e de recontrolo (repetição do controlo *in loco*) e elaborados os respetivos relatórios.

Quadro 79 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas *superficies*, realizados em 2015

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	AMOSTRA 2014		
	AJUDAS DIRETAS	DESENVOLVIMENTO RURAL	CONDICIONALIDADE (BCAA)
Gabinete	68	41	9
Recontrolo	15	7	2
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>48</b>	<b>11</b>

Quadro 80 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas *animais*, realizados em 2015

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	PRÉMIO POR OVELHA E CABRA			PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO			PRÉMIO POR VACA LEITEIRA		
	AMOSTRA		TOTAL	AMOSTRA		TOTAL	AMOSTRA		TOTAL
	2014	2015		2014	2015		2014	2015	
Gabinete	31	28	59	2	-	2	-	-	-
Recontrolo	3	7	10	5	3	8	1	1	1
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>69</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro 81 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2015

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	PRODER	PRORURAL	RURIS - MEDIDAS TRANSITADAS - REFORMA ANTECIPADA
Gabinete	3	2	2
Recontrolo	3	0	4
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

Quadro 82 - Controlos de qualidade do controlo de projetos do Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV), financiados pelo FEAGA, realizados em 2015

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	RARRV
Gabinete	18
Recontrolo	65
<b>Total</b>	<b>83</b>

Quadro 83 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2015

		Nº CONTROLOS (*)
POSEI RAM - FHF	Comercialização	9
	Expedição	3
POSEI RAM - Vinho	Produção	51
	Comercialização	6
	Transformação	6
Leite e Produtos Lácteos	Expedição	5
	Quotas (RAA)	11
	Transportes (RAA)	3
	Compradores e Vendas Diretas (RAA)	5
Programa Apícola Nacional		16
<b>Total</b>		<b>115</b>

(\*) Foi efetuada a revisão documental de 100% da amostra de controlo.

#### 4. Regime do exercício da atividade pecuária

O Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), criado pelo Decreto-Lei nº 81/2013, de 14 de junho, pretende responder às necessidades de adaptação das atividades pecuárias às normas de sanidade e bem estar animal e às normas ambientais, promover a regularização e a adaptação das edificações das explorações pecuárias às normas de ordenamento do território e urbanísticas em vigor, bem como a simplificação dos procedimentos e do sistema de informação.

Em 2014 foi publicado o Decreto-Lei 165/2014, de 5 de novembro, que estabeleceu, com caráter extraordinário, o regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor, que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Estabeleceu, ainda, o regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Este diploma entrou em vigor em janeiro de 2015, com o prazo de um ano.

Em 2015 foram elaboradas as seguintes tarefas:

- Apresentação de candidatura ao Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA);
- Acompanhamento e monitorização do processo de alojamento da aplicação do REAP antigo;
- Elaboração de um caderno de requisitos para o desenvolvimento da nova aplicação do SIREAP, que satisfaça a utilização do novo sistema dentro do quadro legal que o determina, levando para tal em consideração os contributos das diferentes entidades que interatuam com o sistema, assim como garantir a interoperabilidade com outros sistemas informáticos, como o iSiP, IB, SNIRA e, eventualmente, outros que venham a revelar-se determinantes.

## 5. Relacionamento com instituições comunitárias

O IFAP, no âmbito das suas competências como organismo pagador do FEAGA e FEADER, é auditado, quer por instâncias comunitárias (CE e TCE), quer nacionais (TCP e IGF). A administração destes fundos obriga, ainda, à participação no Comité dos Fundos Agrícolas, fórum de discussão das principais matérias relacionadas com a gestão do FEAGA e FEADER.

Deste modo, apresenta-se de seguida um breve enquadramento das auditorias desenvolvidas pela CE e pelo TCE ao IFAP, sendo elencadas as auditorias realizadas em 2015, bem como as que, anteriores a 2015, tiveram desenvolvimentos neste ano.

É ainda apresentado um resumo dos principais documentos apresentados e discutidos no âmbito do Comité dos Fundos Agrícolas (CFA).

### 5.1. Auditorias comunitárias

Nos termos do R.1306/2013, deve a CE, tendo em conta a proteção dos interesses financeiros da Comunidade, bem como os princípios de boa gestão financeira, assegurar-se que os Estados-Membros se certificam da legalidade e regularidade das despesas financiadas no âmbito do FEAGA e FEADER. Para este efeito, procede a ações de controlo no sentido de verificar da existência do bom funcionamento dos respetivos sistemas de gestão e controlo.

O resultado das verificações, bem como eventuais medidas corretivas, são comunicadas aos Estados-Membros, que deverão proceder, se caso disso, à implementação das referidas medidas.

Também no âmbito do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados, cujo processo de apuramento contabilístico tem como objetivo a avaliação da integralidade, exatidão e veracidade das contas apresentadas em relação aos pagamentos de subsídios, a CE procede à realização de inquéritos aos Estados-Membros.

Por outro lado, compete ao TCE examinar todas as receitas e despesas comunitárias e publicar o seu parecer anualmente. Para isso, o Tribunal emite uma declaração de fiabilidade, geralmente conhecida pelo acrónimo francês DAS - *Déclaration d'Assurance*, baseada no trabalho de auditoria realizado a uma amostra de transações relativas a determinados regimes.

A DAS constitui, assim, o parecer formal do Tribunal sobre a fiabilidade das contas da União Europeia (UE) e sobre a legalidade e regularidade das

operações subjacentes, cujo resultado é determinante para a fundamentação do procedimento de quitação<sup>14</sup>.

É, pois, neste enquadramento que, durante 2015, foram coordenados e acompanhados pelo IFAP os inquéritos e missões de auditoria realizados pela CE, ou TCE, a seguir discriminados no Quadro 84.

Quadro 84 - Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento, em 2015

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA <sup>1</sup>	OBSERVAÇÕES
DG AGRI	AA/2009/015/PT AA/2010/015/PT AA/2011/015/PT	Ajudas "Superfícies"	24-07-2015	Carta Final
DG AGRI	AA/2013/004/PT	Ajudas "Superfícies"	17-12-2015	Carta Final
DG AGRI	AA/2015/015/PT <sup>2</sup>	Ajudas "Superfícies"	13-10-2015	Anúncio Missão
DG AGRI	CEB/2011/077/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2010	12-06-2015	Carta de Encerramento
DG AGRI	CEB/2012/076/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2011	26-06-2015	Carta Final
DG AGRI	CEB/2012/092/PT	Superação dos limites máximos financeiros	08-12-2015	Carta de Conciliação
DG AGRI	CEB/2013/076/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2012	20-11-2015	Carta de Conciliação
DG AGRI	CEB/2013/095/PT	Superação dos limites máximos e incumprimento dos prazos de pagamento	14-12-2015	Pedido de Conciliação
DG AGRI	CEB/2014/077/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2013	12-11-2015	Carta de Encerramento
DG AGRI	FA/2010/083/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2009	12-11-2015	Carta Final
DG AGRI	FV/2013/101/PT	PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas	20-03-2015	Carta de Encerramento
DG AGRI	FV/2014/002/PT	PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas	13-04-2015	Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	INT/2015/005/PT <sup>2</sup>	POSEI - RA Madeira - MAPL e REA	08-07-2015	Anúncio Missão
DG AGRI	IR/2008/004/PT	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	18-05-2015	Carta Final
DG AGRI	IR/2012/010/PT	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	05-08-2015	Carta Final
DG AGRI	IR/2013/001/PT	Sistema de Gestão de Dívidas	28-07-2015	Carta de Encerramento
DG AGRI	IR/2015/004/PT <sup>2</sup>	Sistema de Gestão de Dívidas	14-12-2015	Convite para Reunião Bilateral

<sup>1</sup> Data do último procedimento

<sup>2</sup> Missões iniciadas em 2015

<sup>14</sup> A quitação constitui a vertente política do controlo externo da execução orçamental e define-se como a decisão pela qual o Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, "liberta" a Comissão relativamente à sua gestão, encerrando assim o orçamento. Este procedimento de quitação pode originar três situações: a concessão, o adiamento ou a recusa da quitação.

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA <sup>1</sup>	OBSERVAÇÕES
DG AGRI	LA/2012/003/PT	Ajuda aos mais carenciados e art.68.º do R.73/2009	19-10-2015	Relatório do Órgão de Conciliação
DG AGRI	NAC/2013/006/PT	Apoio Específico aos setores da Pecuária e do Leite	08-10-2015	Carta Final
DG AGRI	PO ADR 2000-2006	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	18-11-2015	Esclarecimentos adicionais
DG AGRI	PO 2000-2006 (outros)	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	19-10-2015	Resposta Carta <i>FollowUp</i>
DG AGRI	PO NORTE FEOGA-O	PO Norte Irregularidades em aberto	30-09-2015	Carta de Encerramento
DG AGRI	RD1/2011/852/PT	Medidas do ProDeR	13-07-2015	Carta Final
DG AGRI	RD1/2012/803/PT	ProDeR Todas as medidas exceto Eixo 2	13-07-2015	Carta Final
DG AGRI	RD1/2013/804/PT	PRORURAL Medidas do Eixo 1 e 3	02-12-2015	Carta Final
DG AGRI	RD1/2014/853/PT	ProDeR e PRORURAL Medidas do Eixo 1	16-12-2015	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	RD1/2015/808/PT <sup>2</sup>	ProDeR Medidas dos Eixos 1 e 3	17-12-2015	Contraditório à Carta de Observações
DG AGRI	RD2/2014/002/PT	ProDeR Medidas do Eixo 2	28-05-2015	Carta de Encerramento
DG AGRI	RD2/2015/025/PT <sup>2</sup>	ProDeR Medidas do Eixo 2 - «Sup»	13-10-2015	Anúncio Missão
DG AGRI	RD3/2013/004/PT	ProDeR Medidas do Eixo 4 - LEADER	23-02-2015	Carta Final
DG AGRI	RD3/2014/013/PT	PRORURAL Medidas do Eixo 1 (112 e 113)	23-11-2015	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral (2)
DG AGRI	RD3/2015/015/PT <sup>2</sup>	ProDeR Medidas do Eixo 4 (LEADER)	20-08-2015	Anúncio Missão
DG AGRI	RDO/2014/001/PT	ProDeR - Recuperações (Inquérito escrito)	08-05-2015	Carta Final
DG AGRI	RDO/2015/002/PT <sup>2</sup>	FEOGA-O - Irregularidades (Inquérito escrito)	23-12-2015	Carta de Observações
DG AGRI	VT/2014/004/PT	Reestruturação e Reconversão de Vinhas e Promoção de Vinhos em Países	09-10-2015	Resposta à Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	XC/2011/006/PT	Condicionabilidade	14-12-2015	Carta Final
DG AGRI	XC/2015/012/PT <sup>2</sup>	Condicionabilidade	23-12-2015	Carta de Observações
DG MARE	2014/PT/MARE/F1/1	Recuperações no PROMAR	11-02-2015	Relatório Auditoria
DG MARE	MARE/F1/MCE/SL <sup>2</sup>	Irregularidades PP 1994-99 (Inquérito escrito)	14-10-2015	Resposta Carta <i>FollowUp</i>
DG MARE	S/N	Encerramento IFOP 2000-2006 PROMAR (Continente)	06-01-2015	Carta de Encerramento
DG MARE	S/N	Encerramento IFOP 2000-2006 PRODESA (Açores)	06-01-2015	Carta de Encerramento
DG SANTE	S/N	Programa Erradicação EST, 2010 e 2011	25-09-2015	Carta Final

<sup>1</sup> Data do último procedimento

<sup>2</sup> Missões iniciadas em 2015

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA <sup>1</sup>	OBSERVAÇÕES
TCE	DAS 2014 S/Proc <sup>2</sup>	Programa de Erradicação de Brucelose de Pequenos Ruminantes	09-02-2015	Anúncio Missão
	DAS 2014 Proc° 14/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6644	Performance Medida 216 do ProDeR Investimentos Não Produtivos	08-05-2015	Relatório Final
	DAS 2014 Proc° 13/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6680	FEAGA - POSEI	03-02-2015	Relatório Final
	DAS 2014 Proc° 18/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6683	Sistemas de Gestão e Controlo do ProDeR	08-05-2015	Contraditório ao Relatório Missão
	DAS 2014 Proc° 13/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6737	FEAGA - SIP	25-08-2015	Relatório Final
	DAS 2014 Proc° 20/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6756	Medidas do ProDeR	15-04-2015	Relatório Final
	DAS 2014 Proc° 25/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6805 <sup>2</sup>	Medidas do ProDeR	17-09-2015	Relatório Final
	DAS 2015 Proc° 11/2015 TCE/Audit DA III.2 PF-7392 <sup>2</sup>	FEP - PROMAR 2007-2013 Programa Operacional da Pesca	19-11-2015	Relatório Missão
	DAS 2015 Proc° 11/2015 TCE/Audit DA III.2 PF-7692 <sup>2</sup>	Medidas do ProDeR	17-12-2015	Anúncio Missão
	DAS 2015 Proc° 14/2015 TCE/Audit DA III.2 S/Proc° <sup>2</sup>	Sistema de Identificação Parcelar (SIP-LPIS) (Questionário)	21-07-2015	Anúncio Missão
	Survey <sup>2</sup>	Condicionalidade (Questionário)	04-12-2015	Resposta ao Questionário
	Survey <sup>2</sup>	Encerramento do PDR 2007-2013 (Questionário)	16-12-2015	Resposta ao Questionário

<sup>1</sup> Data do último procedimento

<sup>2</sup> Missões iniciadas em 2015

Durante o ano de 2015, o IFAP coordenou 16 novos inquéritos comunitários, sete dos quais promovidos pelo TCE e os restantes nove pela CE.

Em igual período, o IFAP coordenou 39 processos relativos a inquéritos abertos em anos anteriores, tendo resultado, para além dos contraditórios escritos, a realização de sete reuniões bilaterais, com os auditores da CE, e de seis reuniões com o Órgão de Conciliação.

## 5.2. Comité dos fundos agrícolas

A administração dos Fundos FEAGA e FEADER, criados ao abrigo do R.1290/2005, para financiar as despesas da política agrícola comum, foi confiada pelo Conselho à Comissão, estando prevista uma estreita colaboração entre os Estados-Membros e a Comissão, no âmbito do Comité dos Fundos Agrícolas (CFA).

Atendendo às suas competências, o IFAP assegura a representação nacional no CFA e a participação em reuniões ou grupos de peritos específicos.

Durante o ano de 2015, foram realizadas 14 reuniões deste órgão, tendo sido analisado e debatido um conjunto alargado de documentos relevantes para os diversos Estados Membros, dos quais destacamos, entre outros, as Decisões de Execução da Comissão relativas aos pagamentos mensais do FEAGA, as informações sobre a execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, documentos relativos aos incumprimentos de prazos de pagamento e informação sobre montantes a recuperar/pagar pelos EM, conforme decisões de apuramento de contas.

## 5.3. Conferências

### **Conferências de diretores dos organismos pagadores da UE**

Semestralmente são realizadas as Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores da UE, nos países que detêm, nesse semestre, a Presidência da União Europeia.

O IFAP, enquanto Organismo Pagador participa nestas conferências, tendo, para esse efeito sido elaborados *dossiers* técnicos para o acompanhamento dessas reuniões.

Em 2015, realizaram-se, nos períodos de 5 a 8 de maio e de 11 a 13 de novembro, em Riga (Letónia) e Luxemburgo, respetivamente, a 37.<sup>a</sup> e 38.<sup>a</sup> Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores dos Fundos Agrícolas, que contaram com a participação dos representantes dos Organismos Pagadores (OP) dos 28 Estados Membros (EM), da Comissão Europeia (CE), do Tribunal de Contas Europeu (TCE), do Organismo de Luta Anti Fraude (OLAF), do Órgão de Conciliação (OC) e do Grupo Panta Rhei.

Quadro 85 - Principais matérias abordadas nas Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores

Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores da EU	Data	Matérias abordadas
37.ª Conferência (Riga, Letónia)	5 a 8 de maio de 2015	1. Apresentação programa e agenda; 2. Simplificação da PAC Três <i>workshops</i> (1. Pagamentos Directos e Organização do Mercado Comum; 2. Desenvolvimento Rural (PT); 3. Questões horizontais).
38.ª Conferência (Luxemburgo)	11 a 13 de novembro 2015	1. Relatório do TCE; 2. <i>Learning Network</i> ; 3. Apresentação e análise do OLAF. Três <i>workshops</i> (1. Aprendizagem de auditorias anteriores; 2. Nova PAC: Primeiras experiências; 3. Simplificação (Condicionalidade)

### Conferência dos diretores dos organismos pagadores e dos organismos de coordenação

Realizou-se em 29 de setembro de 2015, em Bruxelas, a 9.ª Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores (OP) e Organismos de Coordenação, dedicada às temáticas relacionadas com as causas de erro que conduzem a reserva no Relatório Anual de Atividades da DG AGRI, nomeadamente as deficiências mais comuns que resultam nas elevadas taxas de erro, com as alterações introduzidas pela nova Regulamentação Comunitária, em 2015, e com os novos trabalhos a desenvolver pelo Organismo de Certificação sobre a Legalidade e Regularidade das Contas.

Quadro 86 - Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de coordenação

Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação da EU	Data	Matérias abordadas
9.ª Conferência (Bruxelas, Bélgica)	29 de setembro de 2015	1. Taxas de erro; 2. Custos de controlo; 3. Apuramento da conformidade; 4. Organismos de Certificação.

### Outras Reuniões, Seminários, Comitês e *Workshops*

No âmbito das suas competências e atribuições, o IFAP assegura a participação em reuniões no estrangeiro, dedicadas à abordagem de temáticas da área de negócio do Instituto.

Em 2015, o IFAP esteve presente em 129 encontros realizados no estrangeiro, cujas matérias analisadas envolviam a sua área de atuação e de interesse.

No âmbito da gestão das ajudas comunitárias, o IFAP participou regularmente nas reuniões dos Comitês que contam com a presença da Comissão Europeia e de todos os Estados Membros da União Europeia.

### Conferência do Grupo *Panta Rhei*

Em 2015, o IFAP participou na 47.<sup>a</sup> e 48.<sup>a</sup> Conferências do Grupo Panta Rhei, realizadas em maio e outubro, em Kittila (Finlândia) e no Luxemburgo, respetivamente, dedicadas à aplicação de tecnologias de informação na implementação dos requisitos de segurança e obrigatórios da nova PAC e ao ponto de situação da implementação da Certificação ISO 27001.

As referidas Conferências contaram com a participação de representantes dos Estados Membros da União Europeia, da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu.

Quadro 87 - Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo Panta Rhei

Conferências do Grupo Panta Rhei	Data	Matérias abordadas
Reunião do Steering Group (Amsterdão, Holanda)	21 de janeiro de 2015	1. Aprovação da agenda; 2. Aprovação da Ata da última reunião do <i>Steering Group</i> ; 3. Situação financeira; 4. Projeto "Benefit All - Progress". 5. Plataforma de colaboração <i>Panta Rhei</i> trabalhos em curso; 5. Projeto de agenda para a próxima conferência, na Finlândia; 6. Próxima reunião do <i>Steering Group</i> .
47. <sup>a</sup> Conferência do Grupo Panta Rhei (Kittila, Finlândia)	4 a 6 de maio de 2015	1. "Tour de Table" focado no estado da implementação da nova reforma da PAC; 2. Estratégia para realinhar as TI no novo meta-modelo focado em normas; 3. Coordenação das várias auditorias que estão sujeitos os Organismos Pagadores; 4. Implementação das Ajudas Diretas; 5. Implementação dos novos modelos das Ajudas Diretas e implementação de atividades de suporte sob responsabilidade da DG-AGRI e futuros desafios; 6. Partilha de experiências relativas à aplicação GIS da Lituânia; 7. Partilha de experiências relativas ao desenvolvimento de uma plataforma de envio SMS's; 8. Resultados do desenvolvimento de software relativo ao apoio do IACS e apoio a projetos de investimento; 9. Serviços comuns aos governos e aos Organismos Pagadores para desenvolvimento de software; 10. Utilização de dispositivos de mapeamento para OTSC na Irlanda do Norte.  Dois <i>Workshops</i> ("Problemas e soluções na implementação da nova PAC" e "Software de Qualidade").
Reunião do Steering Group (Amsterdão, Holanda)	17 de junho de 2015	1. Aprovação da agenda; 2. Aprovação da Ata da última reunião do <i>Steering Group</i> ; 3. Situação financeira; 4. Projeto "Benefit All - Progress". 5. Plataforma de colaboração <i>Panta Rhei</i> trabalhos em curso; 5. Projeto de agenda para a próxima conferência, no Luxemburgo.
48. <sup>a</sup> Conferência do Grupo Panta Rhei (Luxemburgo)	7 a 9 de outubro de 2015	1. Inovação dos Organismos pagadores (novas técnicas OTSC, uso de aplicativos, sistemas de BI para lutar contra a fraude); 2. ISO27001 certificação, ponto de situação; 3. Problemas de TI e experiências de aplicação da nova PAC ou qualquer outros requisitos da Comissão.  Dois <i>Workshops</i> ("Formas práticas para verificação da Segurança de Sistemas de TI, em conformidade com os requisitos das normas de segurança" e "Formas de realizar Conferências Panta Rhei mais dinâmicas e produtivas")

## 6. Auditoria

No contexto das atividades relevantes desenvolvidas na área de Auditoria do IFAP no ano de 2015 importa salientar, antes de mais, o ajustamento das suas atribuições e competências, o reforço do seu quadro de pessoal e o início do processo de revisão do quadro normativo aplicável à atividade de auditoria, pressupostos essenciais para alcançar os objetivos a que se propôs. Em termos específicos, importa destacar o seguinte:

- Realização da auditoria às despesas certificadas em 2014, envolvendo 68 operações de investimento, na qualidade de Estrutura Segregada de Auditoria (ESA) para o PROMAR;
- Prestação de informação à IGF no âmbito da ação de auditoria realizada por esta entidade à Autoridade de Certificação do PROMAR;
- Prestação de informação à IGF no quadro da supervisão da atividade desenvolvida pela Estrutura Segregada de Auditoria, respeitante ao controlo sobre operações;
- Realização de ações de *follow up* da implementação das recomendações formuladas pela IGF e pela ESA no âmbito do PROMAR;
- Prestação de informação à IGF relativamente à auditoria realizada aos OI, DRAP Norte e GAC Litoral, no âmbito do PROMAR;
- Acompanhamento e prestação de informação no âmbito da auditoria do TCE no quadro da DAS FEP;
- Prestação de colaboração na elaboração da Norma de Procedimentos PCT - 189, de 21/01/2016, relativa aos procedimentos aplicáveis no âmbito das ações de acompanhamento das funções delegadas e na implementação do novo modelo;
- Coordenação das ações realizadas pelos serviços no quadro da verificação das funções delegadas, no âmbito do FEAGA e do FEADER, e elaboração do Relatório Anual de Acompanhamento;
- Realização de auditoria a uma Entidade Acreditada, de natureza privada, no âmbito das funções delegadas;

- Prestação de informação do quadro da Certificação de Contas 2015;
- Prestação de informação no âmbito das respostas à COM e ao TCE relativas ao QCA III.
- Realização de Auditoria ao sistema de produção e reporte de estatísticas de controlo à Comissão, nomeadamente a conformidade das estatísticas SIGC com o artigo 84.º do R. 1122/09 e as do Desenvolvimento Rural com o artigo 31.º do R. 65/2011;
- Realização de Auditoria ao Sistema de Gestão e Controlo de Irregularidades e de Devedores de apoios, FEAGA e FEADER, indevidamente recebidos, bem como ao seu reporte à Comissão Europeia em conformidade com o disposto, nomeadamente no R.1306/2013, R.907/2014 e R.908/2014;
- Realização de Auditoria de avaliação da conformidade da Segurança dos Sistemas de Informação do IFAP ao disposto na Norma ISO/IEC 27002:2013, International Standards Organisation - Security techniques - Code of practice for Information Security Management, na área A.10 - Controlos Criptográficos: A.10.1.1 Políticas na utilização dos controlos de criptografia e A.10.1.2 Gestão de chaves;
- Realização de ações de *follow-up* de catorze auditorias internas realizadas em anos anteriores, nomeadamente no âmbito do FEAGA/FEADER, Segurança de Sistemas de Informação, inclusive, cujos pontos de situação foram reportados à IGF;
- Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo GT-Garantias, com aferição, no final, da verificação do grau de implementação das recomendações efetuadas no âmbito da Auditoria;
- Acompanhamento e aferição das ações desenvolvidas no âmbito SSI com vista à Certificação ISO/IEC 27001:2013, em modo contínuo;
- Análise e acompanhamento do Plano de Ação Medida 3.1.2. PRODER, no âmbito de auditoria complementar à Certificação de Contas de 2014, com o intuito de delimitação do erro;
- Análise e acompanhamento do Plano de Ação PRODERAM - Associação de Agricultores da Madeira, na sequência da Certificação de Contas de 2014

- Acompanhamento e análise do Plano de Ação para redução da taxa de erro na execução da política de desenvolvimento rural;
- Prestação de informação à IGF relativamente aos dois pontos de situação semestrais sobre o grau de implementação das recomendações e erros encontrados pela IGF no âmbito da Certificação de Contas de 2014 e de Certificações anteriores;
- Coordenação e prestação de informação à IGF no âmbito da Certificação de Contas de 2015, designadamente, análise e acompanhamento das notas emitidas pela IGF em sede de certificação de contas, das respostas e evidências fornecidas pelos diversos Departamentos, bem como dos *drafts* para contraditório;
- Análise dos relatórios de controlo *ex-Post* FEAGA da IGAMAOT produzidos no âmbito do R.1306/2013.
- Prestação de informação à IGAMAOT do acompanhamento da implementação das recomendações constantes dos relatórios de controlo *ex-Post* produzidos no âmbito do R.1306/2013, por parte do IFAP;
- Análise dos relatórios de controlo no âmbito do R.65/2011 - *ex-Post* FEADER. Exame das recomendações e conclusões dos mesmos. Verificação do grau de implementação das recomendações por parte dos Serviços do IFAP;
- Prestação de informação à IGAMAOT do acompanhamento da implementação das recomendações constantes dos relatórios de controlo *ex-Post* produzidos no âmbito do R.65/2011, por parte dos Serviços do IFAP;
- Prestação de informação à IGAMAOT do acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria de Sistema às Medidas PRODER com intervenção GAL;
- Prestação de informação ao MAM e à IGF sobre o acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria à Segurança de Sistemas de Informação efetuadas pela IGF;
- Participação em apresentações interna e externas, e acompanhamento de visitas, ao IFAP, de entidades de outros Estados Membros;

- Realização de testes informáticos às bases de dados de referência do IFAP para pagamentos e estatísticas de ajudas diretas de animais e superfícies e apoios ao Desenvolvimento Rural;
- Acompanhamento do sistema implementado no âmbito das medidas antifraude, conforme disposto no art.º n.º 58 do R.1306/2013;
- Elaboração e discussão da proposta de Declaração de Gestão do exercício de 2015.

## 7. Área jurídica

O ano de 2015 caracterizou-se pelo forte envolvimento da área jurídica do IFAP num conjunto significativo de processos legislativos relacionados com as atribuições e competências do Instituto, designadamente enquanto Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER. De entre esse conjunto de processos, muitos deles vitais e determinantes para a boa execução das funções que lhe estão cometidas, destacam-se os seguintes:

- Participação ativa nos processos legislativos relacionados com o novo período de programação do Portugal 2020, no âmbito dos FEEL, em particular do FEADER e do FEAMP, quer a nível do continente, quer a nível das regiões autónomas;
- Participação ativa nos processos legislativos de elaboração dos regulamentos das ajudas SIGC e não SIGC do FEADER;
- Participação ativa no processo legislativo de revisão e de atualização das regras nacionais complementares de reconhecimento de organizações de produtores e de associações de organizações de produtores;
- Revisão e aprovação dos procedimentos aplicáveis à submissão, no pedido único (PU), dos apoios a projetos de florestação de terras agrícolas (FTA), aprovados no âmbito do RURIS, bem como no âmbito das medidas florestais na agricultura instituídas pelo R. 2080/92, e das medidas florestais nas explorações agrícolas do R. 2328/91, aprovados no continente, e uniformização dos respetivos critérios materiais de elegibilidade com vista à sua decisão e pagamento, os quais ficaram consignados na Portaria n.º 32/2014, de 19 de junho;
- Revisão do Regulamento Geral de Procedimentos de Acesso às Ajudas e aos Pagamentos a efetuar pelo IFAP, aprovado pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de fevereiro e apresentação da respetiva proposta de alteração legislativa;
- Emissão de parecer sobre várias propostas legislativas relacionadas com a atividade do IFAP, designadamente enquanto organismo pagador do FEAGA e do FEADER e Organismo intermédio do FEAMP para o pagamento dos apoios aprovados.

É, igualmente, de assinalar o apoio prestado em procedimentos de contratação pública, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para o IFAP, das quais se destacam:

- O procedimento para aquisição de serviços de controlo no local e de teledeteção;

- O procedimento para aquisição de fotografias aéreas;
- Um conjunto significativo de procedimentos para aquisição de bens e serviços ligados aos sistemas de informação do IFAP, nomeadamente a REDE MAM e serviços de desenvolvimento aplicacional.

De entre os pareceres e propostas de atuação com maior relevância, destaca-se a intervenção no âmbito da:

- Revisão dos protocolos celebrados com entidades públicas e privadas à luz do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 22/2013, de 15 de fevereiro;
- Análise jurídica no âmbito da Lei nº 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicidade e de reporte de informação sobre os apoios concedidos pela Administração Pública a particulares, a título de subvenção pública, bem como dos termos e condições da sua aplicação aos apoios e ajudas concedidas pelo IFAP.

Foi, ainda, efetuada a gestão, intervenção e execução de tarefas, em articulação com as UGM, conducentes ao cumprimento do QUAR de 2015 do IFAP na matéria que respeita a devedores, nomeadamente pela tramitação e conclusão de processos de recuperação de verbas, o que permitiu reduzir o débito registado a 31/12/2014 em cerca de 11,51% dos 13% propostos (objectivo cumprido - dentro da margem de tolerância de 1,5%).

No que respeita ao encerramento de processos e recuperação de verbas destaca-se a intervenção e execução na tramitação de processos de recuperação de verbas em articulação com as UGM, que permitiu o encerramento de mais de 7600 processos, bem como a recuperação de cerca de 33 000 milhões de euros.

Foi feito o acompanhamento exaustivo e intervenção no processo de apuramento e certificação das contas do IFAP de 2015, relativamente ao FEAGA, FEADER e FEP.

No âmbito do OLAF, foi realizada a identificação, análise e execução das tarefas conducentes à comunicação trimestral de irregularidades, incluindo subsequentes atualizações (foram comunicados 321 novos casos ao OLAF e encerrados 206).

Como projetos relevantes na área de devedores, salienta-se a Intervenção e acompanhamento periódico no aperfeiçoamento dos projetos inerentes à reengenharia de devedores e da nova BD Devedores, que entraram em produção no final de 2013.

Foi concluído o processo de análise e revisão das Normas de Procedimentos (NP) versantes sobre a gestão de devedores, tendo por base as alterações às regras

comunitárias inerentes a esta área no Período de Programação 2014/2020, que estabilizaram no decorrer do ano de 2015, estando em fase de conclusão uma nova NP de Recuperação de Apoios/Gestão de Devedores a vigorar a partir de 2016.

Foi feito o acompanhamento e intervenção em reuniões de trabalho e na análise dos vários projetos de diretrizes versantes sobre o encerramento do FEADER relativo ao Período de Programação 2007/2013.

Quanto às auditorias comunitárias e nacionais, houve a intervenção e acompanhamento de várias auditorias e inquéritos incidentes sobre a área devedores.

Pela consulta diária do portal Citius e tramitação subsequente, destacam-se as seguintes tarefas:

- Identificação de beneficiários do IFAP que tenham sido declarados insolventes, ou sejam objeto de processo especial de revitalização;
- Tramitação interna adequada, onde se inclui a consulta aos Departamentos do IFAP, e a criação de ocorrências no iSinga para retenção de pagamentos;
- Apresentação de reclamações de créditos e registo dos respetivos processos, com vista à gestão e acompanhamento dos processos especiais de revitalização e insolvência.

No período em causa, registou-se um aumento significativo de processos de insolvência e processos especiais de revitalização, com o conseqüente aumento dos registos associados e necessidade de intervenção da Unidade de Contencioso.

No conjunto das ações judiciais já em curso do foro laboral, referentes a matérias associadas a recursos humanos, e das novas ações judiciais intentadas contra o Instituto, manteve-se a necessidade, atentas as matérias em causa, de articulação com entidades externas ao IFAP.

No período em causa verificou-se um aumento de intervenção em matéria do Contencioso Comunitário, destacando-se:

- Participação em reuniões com os Departamentos do IFAP e/ou entidades externas e prestação de colaboração jurídica relativamente a processos de Inquérito em curso;
- Análise e emissão de parecer para efeito de recurso ao Órgão de Conciliação e subsequente acompanhamento;
- Intervenção nas diversas fases do processo, enquanto Agente do Estado, em recursos junto do Tribunal Geral da União Europeia.

Foram elaboradas respostas no âmbito de pedidos de decisão prejudicial, suscitados em processos judiciais em curso, nos quais o IFAP é parte, dirigidos ao Tribunal de Justiça da União Europeia, quanto ao âmbito de aplicação de Regulamento Comunitário e/ou interpretação de Normas dos mesmos.

No âmbito do exercício do patrocínio jurídico do IFAP em todos os processos em que o Instituto é parte, foram analisadas todas as peças processuais rececionadas, e elaboradas todas as peças processuais inerentes aos respetivos processos. Foram efetuadas 101 diligências judiciais com presença/intervenção de mandatário em Tribunal, designadamente Audiências de Julgamento, Audiências Preliminares. Inquirições de Testemunhas, Assembleias de Credores e outras.

Foi feita a análise de exposições e requerimentos com vista à resolução extrajudicial do litígio, e emissão de proposta de procedimento.

Foi dada resposta a elevado número de pedidos de informação da Autoridade Tributária, com vista à conciliação de informação relativamente a montantes pagos pelo IFAP a contribuintes, beneficiários do Instituto, bem como resposta a diversos pedidos de informação efetuados pelos Tribunais, autoridades de investigação e particulares.

## 8. Comunicação e publicidade institucional

### *Contact Center*

Durante o ano de 2015 foram desenvolvidas diversas iniciativas destinadas a promover um aumento na capacidade de resposta e na melhoria do serviço prestado aos beneficiários pelas áreas do *Contact Center* e do *Help-Desk* informático, que abrangeram, de diferentes formas, os diversos canais de atendimento disponibilizados para esse efeito.

Estas iniciativas incidiram essencialmente nas seguintes vertentes:

- Restruturação da aplicação informática HEAT (*ticketing*), na qual se procedeu à uniformização de ecrãs, à simplificação do seu preenchimento, à introdução de validações em determinados campos e, por último, à criação de diversos tipos de notificações de alerta, visando uma redução nos tempos de resposta ao cliente;
- Introdução de processos corretivos e de melhoria nas metodologias de trabalho, com vista a garantir a obtenção do máximo proveito, face à capacidade instalada;
- Introdução de alterações nas mensagens de voz e em algumas parametrizações da central telefónica do *Call Center*;
- No canal eletrónico foram desenvolvidas diversas iniciativas de melhoria em todos os formulários disponibilizados através do portal, designadamente nos formulários de Reclamações/Elogios; Sugestões; Informações e do *Help-Desk*;
- No que respeito ao acesso à área reservada do portal foram igualmente desenvolvidas melhorias no ecrã de acesso, nomeadamente a criação de uma página destinada a recuperar a palavra-chave e a disponibilização de uma área de questões frequentes relacionadas especificamente com o *Help-Desk* informático;
- Ainda ao nível do portal foi desenvolvida, , uma página visível na *homepage* designada de “Apoio ao Beneficiário”, onde se encontra concentrado um conjunto de informação útil aos Beneficiários, designadamente a lista de contactos de atendimento (multicanal), a localização do atendimento presencial, os horários de funcionamento; as perguntas frequentes acerca das ajudas e do *Help-Desk*; as estatísticas mensais de atendimentos e os resultados dos inquéritos de satisfação, entre outros.

- Tendo por base a legislação aplicável, designadamente o Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de Maio, foram introduzidas diversas alterações na sala de atendimento presencial:
  - Disponibilização do organograma do Instituto;
  - Substituição de toda a sinalética de acesso ao local;
  - Disponibilização de *Wi-Fi* gratuita aos Beneficiários;
  - Divulgação, através de um LCD, de informação corporativa e de conteúdos de interesse relevante;
  - Disponibilização de um livro de elogios;
  - Afixação de estatísticas, nomeadamente o volume de atendimentos multicanal;
  - Disponibilização dos resultados dos inquéritos de satisfação ao atendimento e divulgação de diversos tipos de folhetos informativos acerca de ajudas, apoios e aplicações do IFAP, bem como de outros organismos do MADRF, e ainda de algumas publicações de referência do sector agrícola e pecuário.

Quadro 88 - Atividade de apoio ao beneficiário

Atendimentos multicanal		Atendimentos Help-Desk		Atendimentos em Eventos (1)	SMS enviados
2014	2015	2014	2015	2015	2015
36 012	39 506	13 519	12 246	468	46 210

(1) Ovibeja; Feira Nacional de Agricultura; VII Congresso de Suinicultura e Agrosetmana

Em termos de volume de atendimentos multicanal registou-se um crescimento em cerca de 3500 atendimentos no *Contact Center*, passando dos anteriores 36 012 no ano de 2014, para 39 506 em 2015, no qual o canal telefónico foi particularmente responsável.

Os técnicos do *Contact Center* assumiram ainda a tarefa de representação do Instituto em 4 eventos ao longo de 2015 (Ovibeja; Feira Nacional de Agricultura; VII Congresso de Suinicultura e Agrosetmana), tendo sido realizado um total de 468 atendimentos.

No que respeita aos atendimentos prestados através do *Help-Desk* informático registou-se uma quebra face ao ano anterior, passando de 13 519 atendimentos em 2014, para um total de 12 246 em 2015.

Mantiveram-se ao longo do ano as tarefas relacionadas com a verificação periódica dos conteúdos disponibilizados aos beneficiários através de “O Meu Processo”, e ainda a disponibilização bimensal, , de um relatório onde constam as questões mais frequentemente suscitadas pelos beneficiários junto do *Contact Center*.

Em termos do envio de mensagens de SMS aos Beneficiários, foram enviadas um total de 46 210 mensagens, cujos assuntos incidiram fundamentalmente nas áreas da Contratação e dos Pedidos de Pagamento do FEADER/FEP, Apoio à Manutenção de Sistemas Agrosilvopastoris sob Montado (M 7.7.2 - Porcos de Montanha) e ainda do Pedido Único 2015.

No âmbito da isenção do pagamento de contribuições à Segurança Social, por parte dos agricultores que desenvolvem atividade agrícola em regime de trabalhadores independentes, o IFAP manteve a tarefa de comunicar ao Instituto da Segurança Social (ISS) os montantes pagos aos seus Beneficiários, a título de “Ajudas PAC”, tendo sido comunicadas informações referentes a um volume superior a 1638 Beneficiários.

### **Comunicação e imagem**

A atividade do IFAP, na sua vertente de comunicação e imagem, no que respeita ao ano de 2015, no âmbito do Plano de Comunicação do Instituto, tanto na vertente da Comunicação Interna, como na vertente da Comunicação Externa, envolveu a organização e participação do Instituto em múltiplas atividades.

Na área da Comunicação Interna foi implementada, nos diversos materiais comunicacionais do IFAP, a frase assinatura do IFAP “Cultivamos o desenvolvimento, apoiamos o futuro!”.

Assegurando a Divulgação da Informação, disponibilizaram-se diversos Manuais, bem como a promoção de ações de esclarecimento do Pedido Único e Outros formulários, Parcelário e Identificação do Beneficiário, Comissões de Acompanhamento e comunicação das anomalias decorrentes de Controlo Administrativo do PU. Acresce, ainda, a divulgação da legislação diária comunitária e nacional, assim como dos Recortes de Imprensa enviados a todos os colaboradores do Instituto, contendo um conjunto de notícias de informação geral

e específica do setor agrícola e das pescas e tendo como objetivo a divulgação interna de matérias sobre temas relacionados com o sector agrícola e económico.

A par destas iniciativas, realça-se a difusão de mensagens com a visão, a missão e os objetivos estratégicos do IFAP, no sentido de dar a conhecer e interiorizar conceitos fundamentais para alcançar as metas estratégicas definidas pela Instituição. Neste contexto, promoveu-se o Encontro IFAP “*Balanço 2014 & Perspetivas 2015*” para os colaboradores do Instituto, que contou com uma visão global do Instituto, os objetivos e o balanço de 2014 e orientações/perspetivas para 2015, assentando numa estratégia de envolvimento e motivação, potenciando a interação entre Departamentos e envolvimento da gestão de topo.

O IFAP participou, em 2015, no projeto do INA, *Showcasing “Boas práticas na Administração Pública”*, no âmbito do qual apresentou quatro iniciativas de boas práticas. Os projetos de boas práticas apresentados pelo IFAP foram enquadrados em diferentes categorias:

- “Comunicação interna”: Comunicação Interna IFAP (disponibilização diária de toda a informação relevante e de iniciativas estratégicas aos colaboradores do IFAP, através de um conjunto de diferentes suportes: Recortes de Imprensa, Divulgação da Legislação diária comunitária e nacional bem como Divulgação Interna) e o Encontro IFAP - Balanço 2014 e Perspetivas 2015 (Visão global, objetivos e balanço de 2014 e orientações/perspetivas para 2015 assentando numa estratégia de envolvimento e motivação, potenciando a interação entre Departamentos e envolvimento da gestão de topo).
- “Cooperação”: Implementação do Projeto *e-Learning* no IFAP (Formandos passam a ser gestores da sua aprendizagem).
- “Gestão da Mudança”: Implementação do Projeto *Idoc*. IFAP - Gestão Documental/Informação (Desmaterialização processos de negócio e de decisão).

Esta iniciativa teve como objetivo identificar e partilhar boas práticas de valorização de pessoas, promovendo a autoconsciência da organização, melhorando o relacionamento interpessoal bem como identificando as práticas relevantes da organização na liderança e gestão de pessoas, na definição e concretização de objetivos, e na qualidade dos processos e métodos de trabalho.

No âmbito da estratégia de Comunicação Externa no ano de 2015, o IFAP pretendeu, como habitualmente, marcar presença nos principais certames do setor, numa lógica de aproximação com o beneficiário, divulgando as medidas e

apoios existentes e esclarecendo as questões colocadas pelos agricultores. Assim, organizamos e participamos em diversas feiras ligadas ao setor, nomeadamente na 32ª edição da Ovibeja, a 52ª Feira Nacional de Agricultura em Santarém, no VII Congresso Nacional de Suinicultura, nas Caldas da Rainha, e ainda na 3ª Agrosemana - Feira Agrícola do Norte, que se realizou na Póvoa de Varzim. Foi ainda promovida a execução de brochuras, panfletos e material multimédia para a divulgação das diferentes medidas de apoio ao setor.

Foram, no ano de 2015, elaborados diversos Folhetos, nomeadamente: “O IFAP em números”, Prazos de Candidatura PU 2015, Registo no portal e funcionalidades “O Meu Processo”, Seguro de Colheita 2015, Movimentação de Ovinos e Caprinos, Comunicações obrigatórias ao SNIRA - Ovinos e Caprinos, Regime da Pequena Agricultura e *APP IFAP Mobile*.

Foi desencadeada, no mês de abril, uma campanha de Divulgação “*Candidatura ao Pedido Único 2015*”, que para além de outras ações de comunicação teve a difusão de um *spot* publicitário, simultaneamente nas duas rádios regionais mais importantes por capital de distrito, bem como numa Rádio de emissão nacional.

Na vertente externa foram, também, neste ano, desenvolvidas diversas ações de publicidade institucional, nomeadamente, a publicação de anúncios em cinco números da Revista Espaço Rural da Confagri, onde o IFAP pretendeu transmitir aos Beneficiários mensagens úteis, num reforço do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido internamente. Os temas visados foram o anúncio à Candidatura ao Pedido Único 2015, “O Meu Processo”, Declaração de existências de Suínos, a presença do IFAP nas Feiras, a divulgação da *APP IFAP Mobile*, a subscrição da *Newsletter* e o Registo no portal, promovendo, assim, a sua imagem e difundindo a sua missão.

Foi ainda produzido um artigo para a Revista de Suinicultura VII Congresso Nacional de Suinicultura - FPAS - Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores e mantidas relações com a imprensa escrita, no sentido de facultar informações úteis bem como houve, ainda, a necessidade de divulgar dois direitos de resposta, em jornais nacionais.

É assegurado o envio da *Newsletter IFAP* a todos os subscritores da mesma, bem como diretamente às agendas e redações dos diversos Órgãos de Comunicação Social. A *Newsletter IFAP* contou com um total de 26 146 subscritores, em 2015.

Quadro 89 - Subscritores Newsletter IFAP

Ano	html	txt	TOTAL
2014	19 687	2 677	22 364
2015	23 454	2 692	26 146

São frequentemente enviadas mensagens aos beneficiários do IFAP via *mailing*, bem como através da *APP IFAP Mobile*, assegurando a atualização das funcionalidades disponíveis na *APP*, como Mensagens, Calendário e Pagamentos.

Quanto às iniciativas de Relações Públicas destacam-se a Entrevista à Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, com respetiva publicação na *Newsletter IFAP* e colocação no portal e *Facebook*.

O Instituto foi convidado pela Comissão Europeia a participar no evento Prémios de Comunicação da PAC, que concorreu com o projeto de comunicação da "*APP IFAP Mobile*" inserindo-se na categoria de "Comunicação Inovadora" tendo sido selecionado pelo júri, de entre os 146 projetos apresentados, para figurar entre os dez primeiros nesta categoria, que teve lugar em Bruxelas, no dia 29 de janeiro de 2015. O evento contou com a presença do Comissário Europeu para a Agricultura, *Phil Hogan*, e um vasto público entre *stakeholders*, peritos em comunicação das principais ONG europeias e parceiros media. Esta iniciativa teve como objetivo promover, incentivar e premiar a comunicação no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural no âmbito da PAC.

Ainda neste âmbito, o IFAP foi distinguido na Gala dos Prémios APCE pelas Boas Práticas de Comunicação ao serviço da Administração Pública, em Portugal ao qual concorreu na categoria "*Surpreenda-nos*" com a aplicação *APP IFAP Mobile*. O júri do Grande Prémio APCE nomeou o IFAP entre os quatro primeiros dessa categoria.

De salientar, ainda, as reuniões nas DRAP acerca do seguro de colheitas, uma Sessão de Esclarecimento para Organizações e Agrupamentos de Produtores, um *Workshop* de Informação e Promoção dos Produtos Agrícolas no Mercado Interno e em Países Terceiros, com a Apresentação do Novo Regime - Alterações Regulamentares, bem como o acolhimento que o IFAP proporciona às visitas de estudo ao Instituto, dos diferentes organismos da UE, nomeadamente a visita de estudo da delegação do Serviço de Coordenação de Antifraude (AFCOS) da Bulgária, realizada numa perspectiva de troca de experiências. A par deste

acolhimento, o Instituto também efetuou sessões de formação integradas em visitas de estudo de organismos congéneres europeus, como seja o Organismo Pagador do FEADER da Roménia (AFIR).

### Portal do IFAP

Sendo o portal do IFAP o canal de comunicação com uma maior proximidade ao beneficiário, todo o trabalho realizado no ano de 2015 foi direcionado no sentido de melhorar a comunicação externa entre o IFAP e os beneficiários, harmonizando os conteúdos e a linguagem do modelo de comunicação existente, tornando-o assim mais acessível ao beneficiário.

Quadro 90 - Nº de novos beneficiários inscritos no Portal do IFAP

Ano	Acréscimo anual	Nº registos acumulados
2014	49 095	138 727
2015	31 299	170 026
<b>Total</b>	<b>170 026</b>	

Até ao final do ano de 2015 encontravam-se registados no portal 170 026 beneficiários, dos quais 31 299 se registaram em 2015 e 49 095 em 2014.

A página do *Facebook* do IFAP continuou a assumir um papel relevante na comunicação do Instituto com o beneficiário, tendo permitido dar continuidade à divulgação da missão do IFAP, e deste modo, capitalizar notoriedade para o Instituto. Um dos principais objetivos passou pela dinamização constante, através da publicação de notícias sobre as atividades relacionados com o sector agrícola e económico, diariamente, vinculadas no portal do IFAP, assim como acerca das ações mais relevantes desenvolvidas pelo IFAP, nomeadamente conteúdos relativos ao setor da Agricultura e Pescas bem como a presença em Feiras.

Quadro 91 - Seguidores da página do IFAP no *facebook*

Ano	«Gostos» Novos	Total de «Gostos» no último dia do mês
2014	1 649	4 731
2015	1 869	6 477

Os seguidores da página do IFAP no Facebook, até à data, já manifestaram 6 477 “Gostos”, tendo-se contabilizado apenas no ano de 2015, 1 869 “Gostos”.

A par da atualização da página do *Facebook*, foram publicitados os eventos e os calendários indicativos dos pagamentos também através da *APP IFAP Mobile*, permitindo alargar o leque de meios de comunicação ao dispor do Instituto, potenciando a comunicação com os seus beneficiários.

Quadro 92 - Utilização da App IFAP mobile

	2015											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
<b>Acesso à App</b>												
<i>Total Beneficiários</i>	2 147	2 235	2 317	2 427	2 516	2 575	2 644	2 713	2 770	2 881	2 957	3 201
<i>Novos Beneficiários</i>	2 147	88	82	110	89	59	69	69	57	111	76	244
<b>Total de acessos (login)</b>	<b>22 973</b>	<b>25 510</b>	<b>27 640</b>	<b>30 940</b>	<b>33 360</b>	<b>36 321</b>	<b>38 660</b>	<b>41 365</b>	<b>44 059</b>	<b>49 204</b>	<b>52 805</b>	<b>56 839</b>
<b>Tipo Acessos</b>												
<i>Calendário de Eventos</i>	8 431	9 203	9 816	10 475	11 249	11 974	13 290	14 999	17 357	19 530	21 102	22 605
<i>Extrato de Pagamentos</i>	16 327	17 838	18 972	20 830	22 424	24 406	28 660	28 323	30 109	34 160	37 106	39 883
<i>Mensagens</i>	2 816	3 014	3 186	3 466	3 720	3 930	4 128	4 372	4 536	4 837	5 052	5 350
<b>Downloads (acumulado)**</b>												
<i>Apple Store</i>	1 760	1 820	1 860	1 920	1 970	2 019	----	2 053	2 087	2 116	2 162	2 345
<i>Google Play</i>	1 436	1 440	1 429	1 437	1 464	1 479	----	1 512	1 501	1 515	1 529	1 777
<b>Total Downloads</b>	<b>3 196</b>	<b>3 260</b>	<b>3 289</b>	<b>3 357</b>	<b>3 434</b>	<b>3 498</b>	<b>0</b>	<b>3 565</b>	<b>3 588</b>	<b>3 631</b>	<b>3 691</b>	<b>4 122</b>

Até ao final do ano de 2015 registaram-se 4 122 *downloads* da *App IFAP Mobile*, através da *Apple Store* e *Google Play*. Durante o ano de 2015, acederam à App um total de 3 201 beneficiários, sendo que 244 fizeram-no pela 1ª vez no mês de dezembro, registando o maior acréscimo do ano, perfazendo um total de 56 839 acessos.

O total dos acessos direcionados para as diferentes Funcionalidades disponíveis na *App IFAP Mobile* distribuem-se da seguinte forma: Calendário de Eventos 33%, Extrato de Pagamentos 59% e Mensagens 8%.

Na área pública do portal, durante o ano de 2015, foi efetuada, com periodicidade diária, a atualização de conteúdos do portal, em particular a divulgação das notícias relevantes para os beneficiários, a atualização da legislação nacional e comunitária e das regras e informações básicas relativas às ajudas e incentivos em que o IFAP intervém, destacando-se a legislação relativa aos regimes de apoio incluídos no Pedido Único.

Foram atualizadas as perguntas mais frequentes (FAQ) na área pública do portal, facilitando a todos os intervenientes, de forma transversal, as respostas às questões e dúvidas que, recorrentemente são colocadas.

Procedeu-se à criação de uma nova página de "Apoio ao beneficiário", para além de outras dedicadas às Medidas de Mercado - Produção de Vaca Leiteira, Medidas excecionais e temporárias, 4ª vaga - Outros produtos, Condicionalidade RAA

(Região Autónoma dos Açores) e, ainda a criação de uma nova página referente à Linha de crédito especial de apoio aos produtores de leite de vaca e suínos, no menu Créditos e Seguros do portal.

Na área reservada do portal do IFAP foram estruturados novos menus e páginas e foi, também, criada uma nova página "Oportunidade de mudar" direcionada a todos os colaboradores do Instituto que podem internamente ser recrutados para integrar novas equipas.

Foi dada continuidade à gestão do portal mais direcionada para o utilizador, com as estatísticas referentes ao tráfego do portal, que permitem compreender e analisar o comportamento do visitante que o consulta. Estas métricas são produzidas numa base mensal.

Quadro 93 - Utilização do Portal do IFAP

Métricas	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)	(nº)
Visitas ou sessões	250 714	209 469	274 858	282 700	311 060	199 934	181 991	157 673	204 646	221 418	214 354	180 703
<i>Através Servidor Externo</i>	230 106	190 198	253 034	263 392	283 500	183 479	167 632	147 109	187 722	204 170	197 656	167 259
<i>Através Servidor do IFAP</i>	20 608	19 271	21 824	19 308	27 560	16 455	14 359	10 564	16 924	17 248	16 698	13 444
Nº Visitantes	74 836	64 941	80 749	86 182	97 279	59 997	57 916	52 672	67 685	71 719	68 402	59 171
Visualizações de página	1 138 888	918 391	1 287 812	1 361 855	1 629 285	862 419	793 097	711 704	842 888	916 376	902 716	776 576
Páginas visitadas por sessão	4.54	4.38	4.69	4.82	5.24	4.31	4.36	4.51	4.12	4.14	4.21	4.30
Taxa de Rejeição (%)	21%	23%	20%	19%	17%	20%	22%	20%	22%	22%	21%	20%
Tempo Médio de sessão (min)	0:06:23	00:05:57	0:06:53	0:06:47	0:06:46	0:05:17	0:05:00	0:05:24	0:04:58	0:05:03	0:05:25	0:05:40

Durante o ano de 2015 acederam, em média, ao Portal do IFAP cerca de 70 000 visitantes a que corresponderam 224 000 visitas ou sessões. A média mensal de páginas visitadas ascendeu a 1 011 834.

Observa-se uma sazonalidade nas visitas efetuadas ao Portal que coincidem, efetivamente, com um aumento nos meses das Candidaturas ao Pedido Único (PU).

## 9. Medidas de modernização administrativa

### Projeto O SNIRA na WEB

Na vertente da modernização administrativa pode ser destacada a conclusão em 2015 do projeto O SNIRA na WEB, desenvolvido internamente pelo IFAP e que se insere dentro dos seguintes objetivos gerais prosseguidos pela Administração Pública:

- Potenciar o processo de modernização administrativa pública- Teve como principal objetivo a disponibilização via *web* dos serviços aos utentes, contribuindo para a simplificação, desburocratização e desmaterialização dos processos;
- Aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelo IFAP na medida em que facilitam inequivocamente a vida aos cidadãos e às empresas, ao ser possibilitada a interação direta dos cidadãos com o Instituto;
- Diminuição significativa do tempo gasto pelos cidadãos e empresa nas comunicações com o IFAP.

O sistema nacional de informação e registo de animais (SNIRA) estabelece as regras para a identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina e suína, bem como o registo de explorações de outras espécies (equídeos, leporídeos, aves, etc.). Os dados relativos a estas espécies de animais são coligidos numa base de dados nacional informatizada a qual comporta, nomeadamente: (i) a georreferenciação das explorações pecuárias; (ii) as diversas espécies; (iii) para algumas espécies, o número de animais de cada exploração; (iv) e, para os bovinos e ovinos, o movimento dos animais entre a exploração e o matadouro, o que permite ter a rastreabilidade de cada animal.

A DGAV é a autoridade nacional responsável pela definição da informação a constar da base de dados e o IFAP é a entidade responsável pela gestão da BD SNIRA, tendo delegado funções nas organizações de produtores, através da celebração de protocolos.

O projeto O SNIRA na WEB visa disponibilizar *online*, via *web*, as diversas comunicações à base de dados. Neste contexto, as principais atividades deste projeto foram desenvolvidas com vista à conclusão da base de dados de ovinos e caprinos e início do desenvolvimento de novas aplicações na *web*, para comunicação de ocorrências de bovinos.

## Projetos aprovados no âmbito do SAMA

Em 2015 foram aprovados no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (SAMA) dois projetos do IFAP:

- **O Sistema de Informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (SINREAP)**, que tem como objetivo criar uma plataforma na *web* onde todos os agentes económicos envolvidos possam atuar no âmbito das suas responsabilidades.

O Regime do exercício da atividade pecuária (REAP) é um sistema bastante complexo, no qual as DRAP, como entidades coordenadoras, podem solicitar pareceres para tomarem decisões de licenciamento, às seguintes entidades públicas: Agência Portuguesa do Ambiente IP, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, DGAV, Autoridade para as Condições de Trabalho, Direção Geral de Saúde, Câmaras Municipais, bem como outras entidades previstas em legislação específica.

O REAP é gerido atualmente através de uma aplicação desenvolvida pela DRAP do Centro e utilizada pelas restantes DRAP (Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve). A aplicação informática em vigor, apenas informatiza o formulário/requerimento do Licenciamento, sendo que, toda a tramitação do processo, quer com os requerentes (para pedido de aperfeiçoamento), quer com as entidades externas (para pedido de pareceres), é feita fora da aplicação e de forma não desmaterializada, obrigando à circulação, entre as entidades envolvidas, das peças físicas dos processos.

Em 2013, foi promulgado o Decreto-Lei n.º81/2013, de 14 de junho, que aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP). Este diploma vem determinar uma série de pressupostos no que diz respeito à administração eletrónica, que inviabilizam a utilização da aplicação atual, nomeadamente, porque obriga a interoperabilidade com diversos sistemas de informação, tais como: IB - Base de dados dos beneficiários do IFAP, iSIP - informação parcelário, SNIRA, Portal do Cidadão, bem como outros que venham a ser considerados necessários. O diploma prevê, ainda, a completa desmaterialização do processo de tramitação, assim como a criação de um sistema de avisos, para que as diferentes entidades envolvidas tenham alertas automáticos sempre que novos elementos sejam adicionados ao processo.

O referido Decreto-Lei atribuiu ao IFAP a responsabilidade pela gestão do Sistema de informação do REAP, O NREAP tem como objetivo garantir a adaptação das atividades pecuárias às normas de defesa higioussanitária e de

bem-estar dos efetivos, de salvaguarda da saúde e da segurança de pessoas e bens, da qualidade do ambiente e do ordenamento do território, a par da simplificação dos procedimentos, assente num sistema de informação e de gestão único, em interoperabilidade com os SI de regimes conexos tornando o processo mais ágil e disponível às entidades e aos titulares.

A implementação deste novo sistema cuja candidatura foi aprovada vai possibilitar que cada entidade/requerente envolvido tenha o seu interface, no qual possa consultar o processo, e dar sequência às tarefas em curso. Como se referiu, este modelo requer não só uma completa desmaterialização dos processos, mas também a definição de um sistema de avisos sofisticado, de forma a minimizar os tempos de espera, informando as tarefas que cada entidade tem em carteira, de acordo com as prioridades impostas pela Legislação.

Desta forma, a simplificação do processo aliada à sua completa desmaterialização e automação, vai garantir inequívocos ganhos de eficiência na relação com os cidadãos e as empresas, promovendo ainda a prestação de serviços e de informações mais completas.

- **O Sistema de recolha de animais mortos na exploração (SIRCA) na Web**  
O SIRCA foi criado no sentido de se proceder à recolha dos animais, em tempo útil, e permitir efetuar a despistagem obrigatória de eventuais encefalopatias espongiiformes transmissíveis (EET), em conformidade com o disposto no R.1069/2009 que estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano, nomeadamente as que decorrem da interdição, em geral, do enterramento dos animais mortos na exploração.

Este sistema assume uma importância estratégica na garantia da saúde pública, a nível nacional, visto que os subprodutos animais, nomeadamente cadáveres inteiros ou partes de animais ou produtos de origem animal, não destinados ao consumo humano são uma fonte potencial de riscos para a saúde pública e para o ambiente.

O SIRCA constitui um importante instrumento de política pública nacional, designadamente decorrente das imposições comunitárias de adoção de medidas adequadas à deteção de doenças nos animais, para salvaguarda da saúde pública, nomeadamente dos consumidores, e também animal.

Este sistema é coordenado pela DGAV, responsável pela definição da informação necessária ao seu funcionamento e à sua monitorização, e pelo IFAP, responsável pela operacionalização do sistema de informação do SIRCA.

Para além das entidades anteriores, intervêm ainda neste sistema o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), através da realização de testes rápidos e as Unidades de Transformação de Subprodutos (UTS), com competências na recolha, transporte e transformação de cadáveres de animais.

O sistema iniciou-se em 2003 para a espécie bovina, tendo evoluído gradualmente para as restantes espécies de animais com interesse pecuário.

O projeto enquadra-se no processo de modernização administrativa que o IFAP tem vindo a desenvolver desde 2007, que assenta em 3 pilares, designadamente, a reengenharia de processos, a desmaterialização e a disponibilização de serviços *online* para os agricultores. Tendo subjacente este modelo, o projeto tem quatro grandes objetivos:

- a) Disponibilizar em ambiente *web* o módulo SIRCA, com todas as suas componentes, numa lógica de fluxo de processo, para todos os intervenientes no processo;
- b) Criação de aplicação na *web*, para comunicação *online* da morte dos animais, diretamente pelo detentor;
- c) Criação de um modelo de gestão do SIRCA assente em métodos de trabalho modernos e mais eficientes, apoiados em fluxos de circulação da informação;
- d) Extração de informação de apoio à gestão em tempo real, que permita realizar a correta monitorização do sistema e que permita, caso necessário, tomar decisões rápidas relativamente a questões de doenças animais, com impacto na saúde pública.

Com vista a concretizar os objetivos centrais desta operação, é essencial construir na base de dados SNIRA, um novo módulo SIRCA, sendo necessário para o efeito desenvolver *software* aplicacional em ambiente *web*, assim como formar os agentes intervenientes neste processo.

### **Formação**

No campo da formação de recursos humanos há a destacar a desmaterialização do processo de inscrição e a simplificação do mesmo, bem como da própria ficha de inscrição. Destas alterações resultou maior celeridade e menor burocracia.

## 10. Sistemas de Informação

No ano de 2015, no que respeita à adoção de tecnologias *Open Source* (redução de custos, prosseguiu-se com a estratégia de adoção de soluções baseadas em *software* aberto, evitando-se assim alguns custos de licenciamentos do *software* proprietário. Como exemplo disso houve a consolidação dos servidores aplicativos Java em *software JBoss*, a utilização de Bases de Dados em *MySQL*, a adoção do *software* Membrana para gestão e segurança dos *webservices*, a implementação do *software Squid* ao nível dos servidores de *Proxy* e ficaram perto da conclusão os processos de aquisição relacionados com a nova solução do Portal (*software Liferay*).

No campo do *upgrade* de versões existentes, ao nível de *softwares* de base, foram atualizadas as versões do *Oracle Form* e *Reports* (suportam os sistemas *iSinga*, *iSnina*, *iDigital* e *SIADRU/BCP*). Foi melhorada a camada de apresentação do *iSIP* (*look and feel*) e foi dada continuidade ao novo projeto do *iSnira*.

Ocorreram durante o ano 289 iniciativas de desenvolvimento aplicativo, 72 de manutenção e 33 para as áreas de suporte (comunicação/produção e aquisições segurança e qualidade).

Foram realizados 82 Processos de Aquisição TIC que asseguram as necessidades de bens e serviços dos sistemas de informação.

## 11. Sistema de Gestão de Segurança da Informação

O objetivo da Gestão de Segurança da Informação é garantir as condições que permitam obter e manter a certificação do IFAP na NP ISO/IEC 27001:2013 Sistema de Gestão de Segurança da Informação, de modo a dar cumprimento ao R.1306/2013, regido pelos critérios de acreditação definidos no anexo I do R, 907/2014, o qual exige, que a partir de 16 de outubro de 2016, os organismos pagadores estejam certificados no *standard* referido.

Desta forma, no ano de 2015 as atividades desenvolvidas foram:

- Conhecimento dos serviços operacionais do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS);
- Avaliação da colaboração do IFAP na implementação de um conjunto de procedimentos para resposta a incidentes de segurança;
- Elaboração de caderno de encargos, consulta de mercado e contratação de empresa para um projeto de Serviços de Implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), com vista a ser pedida a uma Entidade independente a respetiva certificação;
- Avaliar e selecionar as propostas apresentadas pelos fornecedores, com a finalidade de implementar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) com vista à certificação do IFAP na NP ISO/IEC 27001:2013;
- Prestar informação à Agência Húngara de Agricultura e Desenvolvimento Rural no desenvolvimento do projeto de implementação do SGSI;
- Acompanhar o projeto de Implementação do SGSI com o objetivo da certificação, nas seguintes tarefas mais relevantes:
  - Acompanhar a avaliação (*Gap Analysis*), entre as práticas da Instituição e os requisitos do *standard* (ISO 27001) em articulação com os Departamentos envolvidos;
  - Garantir aos Departamentos envolvidos formação geral e específica na NP ISO/IEC 27001:2013;
  - Garantir a atualização dos conhecimentos dos Coordenadores de Segurança da Informação (CSI), tendo em consideração o alinhamento com a atualidade;
  - Avaliar, promover e propor a Política de Segurança da Informação e a definição do Âmbito do SGSI, garantindo desta forma os limites da sua aplicabilidade;

- Garantir, em articulação com os Departamentos envolvidos, a definição, elaboração e aplicação da metodologia de Gestão de Risco de Segurança da Informação;
  - Garantir, em articulação com os Departamentos envolvidos, a elaboração de todas as Políticas, Procedimentos e Registos que constituem o SGSI;
  - Garantir a realização das necessárias reuniões de Conselho de Segurança do Sistema de Informação (CSSI).
- Preparar as peças de procedimento, para a consulta ao mercado com vista à escolha da Entidade Certificadora, acreditada pelo Instituto Português de Acreditação, IPAC;
  - Acompanhamento da implementação do CPD alternativo e postos de trabalho alternativos no âmbito do PCN;
  - De acordo com o planeado, participação nos testes do PCN;
  - Garantir a Gestão de Incidentes de Segurança da Informação que ocorreram em 2015;
  - Acompanhar o processo relativo às novas instalações do IFAP, no que à segurança da informação diz respeito;
  - Acompanhamento das ações de auditoria interna e externa, no contexto da Segurança de Sistemas de Informação, realizadas em 2015;
  - Garantir os contactos com Grupos de Interesse Especial no contexto da Segurança da Informação.

### **Plano de continuidade do negócio**

Em outubro de 2015 ficou concluída a implementação do projeto PCN que permitiu substituir grande parte da infraestrutura do CDP do IFAP por equipamentos novos e de última geração, ao mesmo tempo que assegurou condições alternativas de funcionamento em situações de contingência (Solução de *Disaster Recovery*).

Foram, assim, finalizados os trabalhos inerentes à aquisição dos serviços indispensáveis à implementação do PCN, em resultado do procedimento concursal que havia sido lançado no último trimestre de 2014.

Por conseguinte, o IFAP passou a estar dotado dos meios necessários à prossecução do seu negócio no que respeita ao processo de apuramento e pagamento das ajudas e apoios comunitários no âmbito do Fundo Europeu Agrícola

de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), em situação de contingência para os três cenários de indisponibilidade previstos no PCN: indisponibilidade do Centro de Processamento de Dados (CPD), indisponibilidade de Postos de Trabalho (PT) e indisponibilidade de Recursos Humanos (RH).

Dando continuidade à execução do Plano de Testes trienal (2013-2015) do PCN, em março de 2015 foi realizado o teste do tipo simulação de ativação do espaço de escritório no Salão Nobre, Piso 10, da Rua Fernando Curado Ribeiro, 4 G, relativo ao cenário de Indisponibilidade de Postos de Trabalho da Rua Castilho, decorrente de um ataque terrorista (bomba) no Edifício Castilho, n.º 50, em frente ao IFAP.

Em conformidade com as propostas de melhoria resultantes dos testes de simulação de novembro de 2014 e março de 2015 e no sentido de aperfeiçoar alguns aspetos de funcionamento do PCN do IFAP, procedeu-se à revisão e atualização dos documentos do PCN.

Ainda, no tocante à gestão de continuidade do negócio, é de relevar os diversos trabalhos desenvolvidos, nomeadamente estudos, análises e elaboração de pareceres sobre projetos de políticas e normativos, e participação em ações de formação no âmbito do projeto de implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI) do IFAP em conformidade com a Norma Internacional da Segurança dos Sistemas de Informação ISO/IEC 27001:2013, procedimento obrigatório para os organismos pagadores nos termos do R.1306/2013 e dos critérios de acreditação estabelecidos no Anexo I do R. 907/2014.

## 12. Participações sociais

O IFAP manteve, em 2015, a sua participação na sociedade AGROCAPITAL - Sociedade de capital de risco, SA, e na sociedade FLORESTA ATLÂNTICA - Sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, SA.

No que respeita à AGROGARANTE, Sociedade Portuguesa Garantia Mútua (SPGM), a alienação de um milhão de ações em 2014, que reduziu a participação detida naquela sociedade para 800 mil euros, e o aumento de capital social da referida sociedade para 20 milhões de euros, fez com que a participação do IFAP passasse para 4%.

### AGROCAPITAL

O IFAP detém uma participação de 33.3% na AGROCAPITAL, sociedade que tem como objetivo principal gerir o Fundo de capital de risco AGROCAPITAL 1. Os restantes 67% pertencem à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. (CCCAM)

O fundo AGROCAPITAL 1, constituído com um capital inicial de 15 milhões de euros, é subscrito pelo IFAP, pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, e pela própria sociedade, e destina-se a investimentos na aquisição de participações no capital de sociedades dos sectores Agrícola, Florestal, Produção Animal e Agroindustrial, bem como em empresas industriais, de comércio, serviços e de investigação e desenvolvimento que desenvolvam a sua atividade na fileira Agro-florestal.

No desenvolvimento da sua atividade, a sociedade pode realizar todas as operações que por lei sejam autorizadas às sociedades deste tipo e acessoriamente, pode ainda desenvolver todas as atividades que se revelem necessárias à prossecução do seu objeto social e que lhe sejam permitidas por lei, em relação às sociedades por si participadas e/ou a Fundos de Capital de Risco que se encontrem sob sua gestão.

Esta iniciativa decorre da aprovação de projeto submetido ao Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO), que prevê, no seu Eixo Prioritário 1, a Medida 6 de Engenharia financeira com o objetivo de alargar às pequenas e médias empresas do setor agroflorestal os mecanismos de capital de risco.

## AGROGARANTE

O IFAP detem uma participação de 4% no capital social da sociedade AGROGARANTE (SPGM) quota essa resultante da venda, em 2014 de um milhão de ações, que fez com que a participação do IFAP detida naquela sociedade passasse a ser de 800 mil euros, e de um aumento de 8 milhões de euros no capital social da AGROGARANTE.

Esta sociedade iniciou a sua atividade em 2007, sendo uma instituição de crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa assim como ao investimento pretendido pela mesma. O modelo de funcionamento do SNGM assenta na partilha de risco com outras instituições de crédito, com vantagens para todos os intervenientes, quer pela diminuição do risco assumido pelos bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável.

## FLORESTA ATLÂNTICA

Relativamente à FLORESTA ATLÂNTICA, constituída em 19 de junho de 2007, o IFAP detém uma participação de 172.5 mil euros, que corresponde a 40.5% do capital. A sociedade tem como objeto social a gestão de Fundos de investimento imobiliário e atualmente encontra-se a gerir o PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIIFF), o IBERIAN FOREST FUND - Fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIIFF) e o IBERIA CAPITAL - Fundo especial de investimento imobiliário fechado (FEIIFF). Presta ainda serviços de consultoria para investimento imobiliário.

Os restantes investidores, privados, com uma participação de 11,9% cada, são: a Caixa Geral de Depósitos S.A., o Novo Banco, S.A., a Caixa Central de Crédito Agrícola - SGPS S.A., o Banif - Banco de Investimento S.A. e a Europa &C Portugal - SGPS, S.A.

No final de 2015 foi reconhecido que à sociedade é aplicável o Regime jurídico do Setor Público Empresarial, tendo prosseguido desde então iniciativas lideradas pelo Conselho de Administração tendentes a adequá-la a este novo

enquadramento. Continuam no entanto a ser-lhe aplicáveis e prevalecem as normas do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, pelo que não estão previstas alterações de relevo na gestão corrente da sociedade. Algumas das alterações impostas pelo regime jurídico que agora a regula são da competência reservada da Assembleia Geral, pelo que têm vindo a ser desenvolvidas iniciativas junto dos acionistas para o efeito.

No que respeita ao PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - FEIIF, o IFAP tem uma participação no valor de 9.2 milhões de euros que representa 46.0% do capital inicial do fundo (20 milhões de euros). O referido fundo foi constituído em 15 de abril de 2008.

### 1. Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) - análise de resultados alcançados e dos desvios verificados

#### 1.1. Objetivos e indicadores

Os objetivos estratégicos do IFAP, definidos para 2015, foram os seguintes:

1. Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas;
2. Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus stakeholders através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado;
3. Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público.

Para o ano de 2015, foram ainda definidos 7 objetivos operacionais (OO), sendo 3 de eficácia, 2 de eficiência e 2 de qualidade. Os objetivos operacionais são avaliados através de 12 indicadores.

A autoavaliação do QUAR é apresentada em anexo, com os respetivos indicadores, taxas de realização e justificações de desvios.

Os objetivos considerados relevantes no ano de 2015 foram os seguintes:

- Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada;
- Assegurar a conclusão atempada dos controlos *in loco*;
- Reduzir o valor em dívida;
- Melhorar a qualidade do serviço de atendimento.

Como avaliação global, o IFAP obteve 109%, tendo sido superados 3 objetivos, atingidos 3 e não atingido 1.

- O1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada obteve um resultado de 100%, o que, face à meta, correspondeu a uma superação da meta, com uma taxa de realização de 125%;
- O2: Assegurar a realização atempada dos controlos *in loco*. Este objetivo foi avaliado através de 5 indicadores tendo sido todos superados. A taxa de realização foi de 123%;
- O3: Desenvolver o NREAP (*FrontOffice*) - foi atingido, tendo tido uma taxa de realização de 125%;
- O4: Implementar Solução Unificada de Comunicações MAM, com uma taxa de realização de 55%, não foi atingido. Este objetivo, ligado à contratação, que envolvia praticamente todas as entidades do ministério (16 entidades) e que foi coordenado pelo IFAP, foi consumado em 9 de outubro de 2015 e envolveu uma despesa de 2,440 Milhões de euros, repartidos por 3 anos. Durante esta fase do concurso foram apresentadas várias reclamações por parte dos concorrentes que tiveram de merecer cuidadas respostas com justificações técnicas e jurídicas. Posteriormente, e face ao valor da despesa deste projeto, foi necessário obter parecer favorável por parte do Tribunal de Contas, o que veio a acontecer já em 2016. Sendo esta uma condição indispensável à efetiva implementação do projeto, a atividade 2 (Realizar reports quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto) não foi realizada.

Face aos atrasos registados durante a execução do Processo de Aquisição, não foi possível iniciar a implementação do projeto em 2015, tal como estava previsto o que impediu a elaboração dos *reports* de acompanhamento previstos

- O5: Reduzir o valor em dívida obteve uma taxa de realização de 100% com uma classificação de atingido;
- O6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento foi superado, uma vez que a taxa de satisfação dos clientes foi superior à meta. A taxa de realização foi de 123.4%;
- O7: Aumentar o nível de competências do capital humano foi superado, com uma taxa de realização de 100%.

Como resultado, a autoavaliação do QUAR do IFAP foi de Bom com um nível de desempenho de 109%.

## 1.2. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

Na componente Recursos Financeiros, foi apurado um desvio negativo de 1.5 milhões de euros, justificado por:

- Orçamento de funcionamento (-11.8 milhões de euros) - Encontram-se, aqui, incluídas as despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços inerentes à atividade de suporte e à concessão de apoios e subvenções, os encargos bancários de pré-financiamento dos fundos comunitários, as dotações referentes à gestão do Crédito PAR e os investimentos a realizar em edifícios e equipamentos informáticos.
- Investimento (-25.1 milhões de euros) - O desvio verificado resultou fundamentalmente do pagamento das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos de investimento, designadamente referentes à execução dos programas PRODER, Rede Rural e PROMAR no Continente, bem como o SIPAC e bonificações de linhas de crédito, que ascenderam a 400.1 milhões de euros representando 68% da despesa realizada.
- Outros valores (+26.4 milhões de euros) - O desvio verificado deveu-se fundamentalmente a:
  - FEAGA (-6.2 milhões de euros) - realçam-se os subsídios ao rendimento das famílias e à exploração cofinanciados por esse fundo comunitário e também por verbas nacionais;
  - Outras Ajudas (+32.6 milhões de euros) - resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, onde se inclui o pagamento de dívidas em atraso do SIPAC, da componente nacional dos subsídios e subvenções pagos no âmbito do FEAGA, bem como das ajudas pagas no âmbito do FEADER e do FEP nas Regiões Autónomas, e ainda da amortização do empréstimo contraído junto do IAPMEI para financiamento do projeto PIN da ACUINOVA.

## 1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados

### **Metodologia utilizada**

Para apreciação dos serviços prestados pelo IFAP aos beneficiários é utilizado um inquérito de satisfação, distribuído e recolhido na sala de atendimento presencial do IFAP. O inquérito é composto por três grupos: o atendimento, a organização e as instalações.

No final do ano foi elaborado o relatório de 2015, cujos resultados se apresentam no anexo 3.

**Período de realização do inquérito/questionário**

O inquérito de satisfação é efetuado mensalmente.

**Universo de inquirição**

No ano de 2015 registaram-se 2965 presenças no atendimento do IFAP.

**Dimensão da amostra**

Foram preenchidos 317 inquéritos, o que equivale a uma amostra de 10.7%.

## 1.4. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/ Justificação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			Para além da legislação específica, está aprovado o Manual de Conduta dos trabalhadores do IFAP
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			Anualmente é realizado o diagnóstico de necessidades de formação, junto dos dirigentes e trabalhadores do IFAP, sendo sempre solicitado que as mesmas tenham como suporte as funções desempenhadas e a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos teórico/práticos que se considerem relevantes para a melhoria do desempenho individual.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			Realização de reuniões periódicas
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			IGF, IGAMAOT, DGAGRI, TCP, TCE, DGSANCO, DGMARE, entre outros
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional está publicada em Diário da República
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				A totalidade dos trabalhadores
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?				Cerca de 49% dos trabalhadores
<b>3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existem normas de procedimentos internos e manuais, entre outros
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Existência de normativos internos assim como delegação de competências publicadas em DR.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado o Plano Anual de Aquisições, de acordo com o normativo em vigor e aprovado em CD
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Está em fase de implementação um sistema de rotação de trabalhadores com funções consideradas críticas. Em 2015, deu-se início ao plano de formação direcionado não só para as funções críticas do IFAP mas aberto a todos os trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			Para além do normativo administrativo existente, cada trabalhador tem as suas tarefas bem definidas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os workflows da documentação estão definidos no sistema de gestão documental eletrónico
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			iDOC e iSinga (POC-P)
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Embora não se trate de um sistema ERP, existem diferentes sistemas/aplicações que se interligam entre si.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?		X		
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	X			
Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.				

## 1.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

### **Conclusão do Projeto O SNIRA na Web**

Na vertente da modernização administrativa pode ser destacada a conclusão em 2015 do projeto relativo ao sistema nacional de informação e registo de animais (SNIRA na WEB) desenvolvido internamente pelo IFAP e que se insere dentro dos seguintes objetivos gerais prosseguidos pela Administração Pública:

- Potenciar o processo de modernização administrativa pública - Teve como principal objetivo a disponibilização via *web* dos serviços aos utentes, contribuindo para a simplificação, desburocratização e desmaterialização dos processos.
- Aumento da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelo IFAP na medida em que facilitam inequivocamente a vida aos cidadãos e às empresas, ao ser possibilitada a interação direta dos cidadãos com o Instituto;
- Diminuição significativa do tempo gasto pelos cidadãos e empresa nas comunicações com o IFAP.

Este projeto, assim como os dois seguintes, encontram-se detalhados no capítulo “Medidas de Modernização Administrativa”.

- **Aprovação, no âmbito do SAMA, do projeto Sistema de Informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (SINREAP)**, que tem como objetivo criar uma plataforma na *web* onde todos os agentes económicos envolvidos no processo de licenciamento da atividade pecuária possam atuar no âmbito das suas responsabilidades. Este projeto encontra-se mais detalhado no capítulo “Medidas de Modernização Administrativa”.

A simplificação do processo aliada à sua completa desmaterialização e automação vai garantir inequívocos ganhos de eficiência na relação com os cidadãos e as empresas, promovendo ainda a prestação de serviços e de informações mais completas.

- **Aprovação do projeto, no âmbito do SAMA Sistema de recolha de animais mortos na exploração (SIRCA) na Web** enquadrado no processo de modernização administrativa que o IFAP tem vindo a desenvolver desde 2007, que assenta em 3 pilares, designadamente, a reengenharia de processos, a desmaterialização e a disponibilização de serviços *online* para os agricultores. Tendo subjacente este modelo, o projeto tem quatro grandes objetivos:

- a) Disponibilizar em ambiente *web* o módulo SIRCA, com todas as suas componentes, numa lógica de fluxo de processo, para todos os intervenientes;
- b) Criação de aplicação na *web*, para comunicação *online* da morte dos animais, diretamente pelo detentor;
- c) Criação de um modelo de gestão do SIRCA assente em métodos de trabalho modernos e mais eficientes, apoiados em fluxos de circulação da informação;
- d) Extração de informação de apoio à gestão em tempo real, que permita realizar a correta monitorização do sistema e que permita, caso necessário, tomar decisões rápidas relativamente a questões de doenças animais, com impacto na saúde pública.

Este projeto encontra-se mais detalhado no capítulo “Medidas de Modernização administrativa”.

#### **Encontro Balanço 2014 e Perspetivas 2015**

A promoção de um desempenho positivo continuou a ser uma preocupação constante do IFAP. Neste contexto, promoveu-se em fevereiro o encontro IFAP “*Balanço 2014 & Perspetivas 2015*” para os colaboradores do Instituto.

Este encontro assentou numa estratégia de envolvimento e motivação dos colaboradores do IFAP, reforçando o diálogo interno, a partilha de experiências, potenciando a interação entre os diversos departamentos e o envolvimento da gestão de topo.

O principal propósito desta iniciativa foi a divulgação, junto do maior número de colaboradores do Instituto, de informação relevante em relação às competências de cada departamento, nomeadamente uma visão global em números, os objetivos operacionais e balanço de 2014 e, por fim, as orientações e perspetivas para 2015.

## Concurso de ideias - IFAP Inova

Ainda no ano de 2015, o IFAP lançou um desafio a todos os seus colaboradores para demonstrarem a sua criatividade e engenho através de um concurso de ideias, o IFAP Inova, que se pretendeu original e motivador e onde todos pudessem apresentar propostas de melhoria na organização, seja através de pequenos ou grandes projectos.

O concurso teve como objectivos a melhoria contínua do desempenho global da organização, da imagem da instituição quer ao nível interno quer ao nível externo, elevar a qualidade dos serviços prestados, incrementar a motivação interna e aproveitar e desenvolver o potencial criativo dos colaboradores do IFAP. Com este concurso pretendeu-se incentivar e premiar a apresentação de projectos e/ou ideias que contribuíssem para a introdução de inovação nos serviços, aumentassem a satisfação interna e externa ou que visassem de alguma forma a melhoria da organização, cumprindo assim os objetivos da iniciativa, nomeadamente no que respeita a:

- a) Obter mais qualidade e personalizar o atendimento e apoio dado aos beneficiários;
- b) Contribuir para a modernização do IFAP tornando-o num modelo de referência a nível de instituto público e da administração pública;
- c) Promover o desenvolvimento de soluções diferenciadoras e eficazes que incorporem conhecimento específico e criatividade;
- d) Promover a imagem do Instituto quer perante os seus clientes quer perante outros organismos públicos e privados como objecto de experimentação de práticas inovadoras e melhores práticas;
- e) Aumentar o nível de satisfação dos seus colaboradores de modo a que o ambiente de trabalho permita uma maior produtividade e motivação;
- f) Racionalizar esforços no sentido de conseguir ser mais produtivo;
- g) Promover potenciais poupanças ao nível dos custos do IFAP, mantendo ou até melhorando o nível de serviço prestado.
- h) Partilhar conhecimentos e experiências promovendo o debate aberto de ideias que visem uma melhor eficácia e eficiência do trabalho.

A divulgação da iniciativa foi efetuada em 25 de novembro, decorrendo o período de apresentação de propostas de 1 de dezembro a 31 de março de 2016.

## **Medidas no âmbito do Clima Organizacional**

O ano de 2015 ficou marcado pelo início de um conjunto de iniciativas com vista à melhoria do clima organizacional e do índice de satisfação global dos trabalhadores.

Foi disponibilizado na plataforma *Moodle* um inquérito sobre o Clima Organizacional. Após conhecimento dos resultados, foi realizado um *workshop* que envolveu dirigentes, do qual resultaram propostas sobre esta temática, e foi solicitada a toda a organização a contribuição com ideias e sugestões para introdução de melhorias nas práticas de gestão do Instituto - algumas delas entretanto implementadas e outras em fase de implementação.

Para o ano de 2016 foram constituídos Grupos de Trabalho para pensar diversas áreas temáticas, que terão como objetivo a apresentação de propostas que visem melhorar o clima organizacional em diversas vertentes, e, conseqüentemente, o desempenho profissional.

### **1.6. *Benchmarking* de desempenho com serviços idênticos**

Devido às especificidades do IFAP, não se justifica o *benchmarking* de desempenho com serviços idênticos. Não é, por isso, possível encontrar organismos com semelhanças suficientes para fazer esta avaliação.

### **1.7. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação**

O IFAP contou com a participação de toda a sua estrutura para a elaboração do presente relatório que contém a autoavaliação do serviço. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

## **Inquérito de satisfação - Encontro “Balanço 2014 e Perspetivas 2015”**

No âmbito do encontro “Balanço 2014 e Perspetivas 2015” realizado no dia 26 de fevereiro, foi realizado um Inquérito de Satisfação aos colaboradores do IFAP. O principal propósito desta iniciativa foi a divulgação, junto do maior número de colaboradores do Instituto, de informação relevante em relação às competências de cada Departamento, nomeadamente uma visão global em

números, os objetivos operacionais e balanço de 2014 e, por fim, as orientações e perspectivas para 2015.

O Inquérito de Satisfação foi disponibilizado através da plataforma eSurveys.pro, e enviado por *e-mail* a um total de 171 colaboradores do IFAP que participaram no referido encontro, e pretendeu avaliar o grau de satisfação dos mesmos no encontro “Balanço 2014 e Perspetivas 2015” tendo em conta os conteúdos das apresentações, a duração do evento, a localização e espaço onde decorreu o mesmo e uma avaliação global do encontro. O Inquérito esteve disponível para preenchimento entre 13 e 18 de março tendo sido recolhidos 81 questionários (47.4% de respostas obtidas).

Com vista a melhorar a qualidade do serviço prestado, os resultados obtidos serão objeto de análise e eventuais medidas corretivas, para próximos eventos, nas áreas objeto de avaliações menos positivas.

#### Metodologia

A realização do inquérito teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, identificando pontos fortes e pontos fracos e definindo áreas de melhoria.

O inquérito era composto por três grupos de classificação:

- Grau de Satisfação do evento (escala de 1 a 5)
- Repetição do evento no próximo ano (pergunta fechada)
- Questões a esclarecer (pergunta aberta)
- Sugestões de melhoria (pergunta aberta)

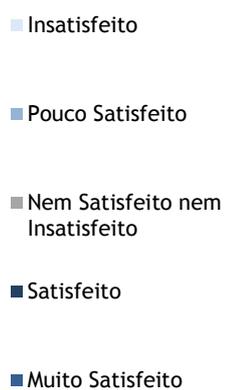
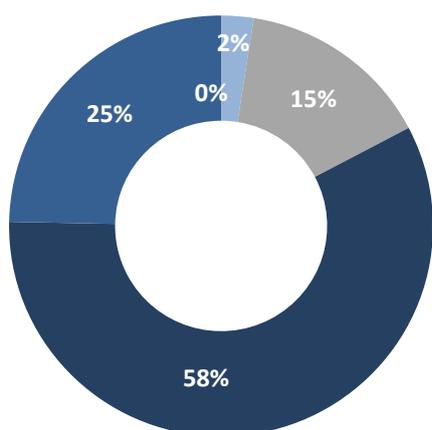
O primeiro grupo de perguntas, que pretendia classificar o grau de Satisfação dos colaboradores do IFAP, era constituído por 4 questões, sendo disponibilizada uma questão acerca da eventualidade da organização de um evento semelhante para o próximo ano e, ainda, 2 questões abertas para questões e sugestões de melhoria.

Foi utilizada uma escala com 5 níveis, para a avaliação do grau de Satisfação: Insatisfeito, Pouco Satisfeito, Nem Satisfeito nem Insatisfeito, Satisfeito e Muito Satisfeito.

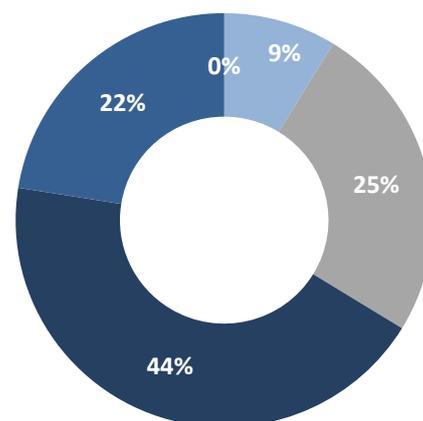
## Análise de Dados

Apresentam-se, seguidamente, os gráficos dos resultados do inquérito e a respetiva análise.

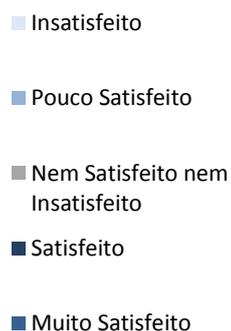
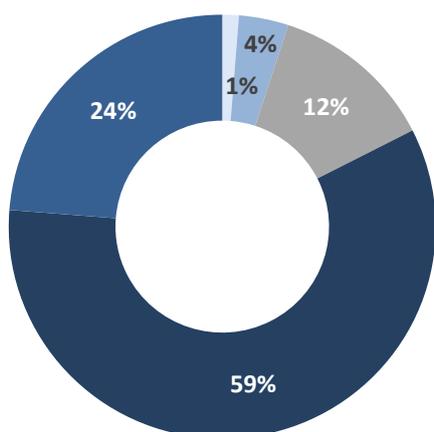
a) Conteúdos abordados no evento constituem uma mais-valia para o desempenho na Organização



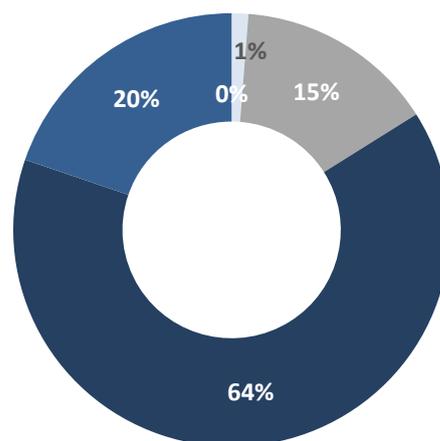
b) Duração do evento



c) Localização e espaço onde decorreu o evento



d) Avaliação global do evento



A resposta que obteve a melhor classificação foi a “a) Conteúdos abordados no evento constituem uma mais-valia para o desempenho na Organização”, com 25% para Muito Satisfeito e 58% para Satisfeito.

A questão quanto à “Duração do evento” obteve a segunda classificação mais elevada de Muito Satisfeito, com 22% dos colaboradores e 44% com a classificação de Satisfeito.

Para o tema “Localização e espaço onde decorreu o evento”, questão relativa às instalações, 24% dos colaboradores considerou encontrar-se Muito Satisfeito e 59% Satisfeito.

Numa perspetiva de apreciação genérica do evento, no que respeita à questão “Avaliação global do evento” a maioria das respostas, 64% correspondem a Satisfeito e 20% a Muito Satisfeito.

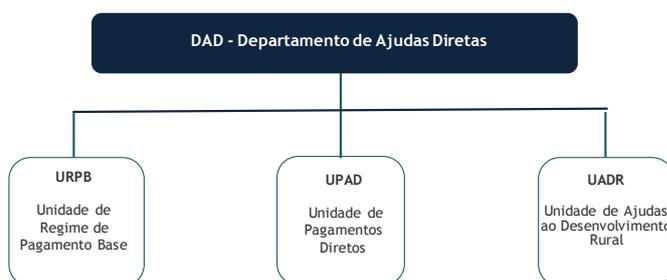
No que respeita à pergunta “Gostaria que no próximo ano se promovesse um evento semelhante?” esta teve para a resposta de “Sim” uma correspondência de 100%. De realçar que esta é a única pergunta com uma escala de avaliação diferente das restantes.

Relativamente ao inquérito de satisfação foi solicitado que fizessem e/ou apresentassem questões que gostassem de ver esclarecidas bem como sugestões de melhoria. Dos 81 questionários considerados, cerca de 15 colaboradores apresentaram questões que desejam ver esclarecidas e 34 colaboradores apresentaram sugestões de melhoria.

## 2. Plano de atividades 2015

Neste capítulo, é efetuada a autoavaliação dos objetivos previstos no Plano de Atividades de 2015, para cada um dos departamentos e gabinetes, reajustado com as alterações introduzidas a 30 de junho, na respetiva monitorização. Os indicadores cujas metas não foram possíveis de atingir por motivos alheios ao departamento, foram considerados não aplicáveis, tendo sido a respetiva ponderação distribuída proporcionalmente pelos restantes objetivos.

### 2.1. Departamento de Ajudas Diretas - DAD



#### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA
2. Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER
3. Assegurar a correta gestão da condicionalidade
4. Assegurar a adequação do sistema de informação, gestão e controlo para execução da PAC 2014-2020
5. Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2014

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	25%		Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2015*100	100%	95%	103%	95%	104%	109%	109%	27%
2.	25%		Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2015*100	100%	95%	152%	95%	120%	125%	125%	31%
3.	15%		Cálculo da taxa da condicionalidade, referente à campanha 2014	40%	100%	100%	na	na	100%	100%	15%
			Envio das especificações relativas ao cálculo da taxa de condicionalidade, referente à campanha de 2015	60%	na	na	100%	100%	100%		
4.	25%		% dos documentos de especificações técnicas enviados ao DSI, face ao previsto.	100%	80%	69%	100%	88%	88%	88%	22%
5.	10%		% das ajudas com processos de recuperação de verbas, relativos à campanha de 2014, constituídos a 15 de outubro	100%	na	na	90%	90%	100%	100%	10%
Avaliação global DAD							106%				

O DAD propôs 5 objetivos para 2015, dos quais 4 foram cumpridos ou superados, e 1 teve uma execução de 88% face à meta.

O Objetivo 1 - Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA, teve um grau de execução de 104%. Previa-se que 95% do montante total dos pagamentos previstos para o ano fosse pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos, e foram

realizados todos os pagamentos no prazo previsto. Face à meta estabelecida para o ano, representou uma taxa de execução de 109%.

**Objetivo 2 - Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER**, teve um grau de execução de 120%, correspondendo a uma taxa de realização de 126% face à meta estabelecida. Considerou-se como taxa máxima 125% de execução face à meta. Foram efetuados todos os pagamentos das ajudas SIGC do desenvolvimento rural do novo quadro de apoio e de quadros transitados, incluindo Florestação de Terras Agrícolas (FTA).

A ultrapassagem das previsões face à meta estabelecida estará relacionada parcialmente com o facto dos pagamentos de FTA provenientes do Oracle não serem passíveis de previsões fiáveis. O pagamento resulta do trabalho efetuado pelas diferentes DRAP em cada mês, o que impossibilita qualquer previsão. A inclusão no PU dos pedidos de pagamento de FTA desencadeou um aumento muito significativo desse trabalho nas DRAP, levando a pagamentos superiores às previsões, efetuadas com base no histórico. Relativamente aos pagamentos da RAA, o Departamento de Ajudas Diretas não possui previsões dos montantes a pagar.

**O Objetivo 3 - Assegurar a correta gestão da condicionalidade**, é medido através de dois indicadores, ambos com as respetivas metas atingidas, o que confere ao objetivo uma taxa de realização, face à meta, de 100%.

**O Objetivo 4 - Assegurar a adequação do sistema de informação, gestão e controlo para execução da PAC 2014/2020**, foi o único cuja meta não foi atingida, tendo tido um grau de execução, face à meta, de 88%.

Os requisitos de três ajudas foram entregues no início do ano seguinte. Dado o reduzido universo de beneficiários, não foi efetuado o desenvolvimento aplicacional para a ajuda Manutenção e recuperação de galerias ripícolas.

**O Objetivo 5 - Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2014**, teve um grau de execução de 90%. Face à meta estabelecida, a taxa de realização foi de 100%.

Como avaliação global das metas para os objetivos estabelecidos para o ano, o DAD obteve a avaliação de 106%.

## 2.2. Departamento de ajudas ao investimento - DAI



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Assegurar o controlo de qualidade à contratação e ao pagamento e o acompanhamento das funções delegadas
2. Assegurar a preparação e o acompanhamento de auditorias aos apoios FEADER, FEP, NRV e medidas transitadas
3. Garantir e reforçar a confiança na execução dos fundos comunitários, na vertente investimento
4. Assegurar o encerramento do ciclo de programação 2007-2014
5. Aumentar a simplificação dos processos na execução dos fundos comunitários do ciclo de programação 2014-2020, garantindo a sua correcta e atempada aplicação.

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	Meta		Grau de Ex-Meta		Grau de Taxa de re Avaliação do Avaliação		Avaliação do Objetivo	Avaliação global	
					30-Jun		31-Dez		Taxa de realização face a	Avaliação do Objetivo			Avaliação global
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução					
1.	15%		Tx. controlos de qualidade prévio à contratação e aos pedidos de pagamento (p.p.) realizados/Nº de controlos de qualidade prévio à contratação e aos p.p. selecionados até 30/06/2015 e 30/11/2015	25%	90%	97%	100%	100%	100%	97%	15%		
			Prazo para a emissão de parecer para contraditório às entidades com funções delegadas.	20%	até 5 d. u., após seleção do p.p. para controlo de qualidade. Até 10 d.u. se o p.p. tiver uma complexidade* acrescida	60%	até 5 d. u., após seleção do p.p. para controlo de qualidade. Até 10 d.u. se o p.p. tiver uma complexidade *acrescida	100%	100%				
			Prazo de acompanhamento das reanálises dos p.p., junto das entidades com funções delegadas, após a emissão da decisão final de controlo de qualidade, com resultado não conforme	15%	Trimestralmente, após emissão da decisão final do controlo de qualidade	0%	Trimestralmente, após emissão da decisão final do controlo de qualidade	100%	100%				
			Taxa de ações de acompanhamento realizadas/nº de ações de acompanhamento programadas até 30/11/2015	20%	50%	0%	100%	95%	95%				
			Taxa de elaboração dos relatórios das ações de acompanhamento no prazo de 1 mês após realização da ação	20%	50%	0%	100%	90%	90%				
2.	15%		Prazo para compilação e avaliação dos documentos de preparação da auditoria	35%	até 1 d.u. antes do prazo programado	100%	até 1 d.u. antes do prazo programado	100%	100%	98%	15%		
			Prazo para elaboração dos contraditórios	35%	até 1 d.u. antes do prazo programado	90%	até 1 d.u. antes do prazo programado	95%	95%				
			Prazo para implementação das recomendações	30%	até 60 d.u. após a recomendação	100%	dentro dos prazos programado	100%	100%				
3.	20%		Taxa de PP validados / Nº PP entrados, devidamente instruídos, até 31/10/2015	30%	100%	85%	100%	100%	100%	100%	20%		
			Prazo de emissão dos resumos de apuramento	15%	até 3 dias após confirmação do cabimento da despesa	100%	até 3 dias após confirmação do cabimento da despesa	100%	100%				
			Prazo de liquidação das operações em reanálise	10%	até 30 d.u. após receção do processo.	100%	até 30 d.u. após receção do processo.	100%	100%				
			Prazo de liberação das garantias bancárias	15%	até 20 d.u. após receção do processo	100%	até 20 d.u. após receção do processo	100%	100%				
			Taxa de comunicações efetuadas aos beneficiários para pagamento do subsídio reembolsável nos prazos previstos.	10%	100%	100%	100%	100%	100%				
			Nº médio de dias úteis de análise dos relatórios financeiros da Medida 2 do POAGRO	10%	até 10 d.u. após receção do processo, devidamente instruído	100%	até 10 d.u. após receção do processo, devidamente instruído	100%	100%				
			Tempo de resposta aos pedidos de parecer sobre matérias relacionadas com a aplicação das regras no âmbito das ajudas à reconversão e reestruturação da vinha	10%	até 10 d. u., após o pedido.	95%	até 10 d. u., após o pedido.	100%	100%				
4.	15%		Nº de verificações, com base numa amostra aleatória, do cumprimento dos objetivos aprovados, nas operações que se encontram concluídas no SIIFAP cujas taxas de execução sejam inferiores a 80% em relação aos valores aprovados.	20%	2	0	12	2	17%	81%	12%		
			Nº de verificações de regularização dos adiantamentos concedidos no âmbito dos programas FEADER	20%	2	2	4	4	100%				
			Nº de reportes mensais com as actividades a realizar e o balanço do encerramento das operações de investimento do FEADER e FEP	15%	6	6	12	12	100%				
			Taxa de elaboração de reportes semanais de monitorização da execução dos programas FEADER e FEP, na vertente investimento	15%	1	100%	1	100%	100%				
			Nº de dias úteis (a contar da data do evento que lhes deu origem) para a extração e tratamento de dados estatísticos sobre as operações de investimento do FEADER, FEP, QCA anteriores	15%	até 15 d.u.	100%	até 15 d.u.	100%	100%				
			Tempo de resposta aos pedidos de parecer sobre matérias relacionadas com a aplicação das regras no âmbito do FEADER e FEP	15%	até 5 d. u., após o pedido. Até 10 d.u. se o pedido tiver uma complexidade* acrescida	70%	até 5 d. u., após o pedido. Até 10 d.u. se o pedido tiver uma complexidade* acrescida	80%	86%				
5.	20%		Prazo para entrada em produção do novo processo de emissão do termo de aceitação	30%	Aceitação do software até 15/04	0%	n.a.	100%	100%	99%	20%		
			Prazo para entrada em produção do novo processo de recolha e análise de pedidos de pagamento PPI	30%	n.a.	n.a.	Aceitação do software até 15/07	100%	100%				
			Prazo para entrada em produção do novo processo de recolha e análise de pedidos de pagamento VITIS	20%	Aceitação do software até 30/03	0%	n.a.	100%	100%				
			Tempo médio (nº de dias úteis) para emissão de pareceres para a definição do enquadramento regulamentar específico no âmbito dos fundos europeus 2014-2020	20%	até 10 d. u., após o pedido.	70%	até 10 d. u., após o pedido.	97%	97%				
6.	15%		Prazo de início de recuperação dos processos devedores constituídos em 2015	30%	até 30 dias corridos após criação da tranche negativa	80%	até 30 dias corridos após criação da tranche negativa	88%	88%	81%	12%		
			Prazo de encerramento dos processos administrativos, inscritos na base de dados em 31/12/2014	40%	n.a.	n.a.	31-12-2015	63%	63%				
			Cumprimento prazos para 1ª notificação relativamente aos processos constituídos em 2015	30%	90 dias após constatação (ou 180 dias no caso de decisão final ao abrigo do 103º do CPA)	87%	90 dias após constatação (ou 180 dias no caso de decisão final ao abrigo do 103º do CPA)	98%	98%				
Avaliação global DAI									94%				

\* Considera-se complexidade acrescida a verificação dos procedimentos da contratação pública, a análise da razoabilidade de custos de investimento e as relações especiais.

A atividade desenvolvida pelo Departamento de Apoios ao Investimento em 2015 decorreu dentro do previsto no plano de atividades, com a necessária flexibilidade de ajustamento às inúmeras e prioridades e solicitações que foram surgindo ao longo do ano, procurando-se assegurar sistematicamente o exercício eficiente e eficaz das competências cometidas ao departamento.

Em termos gerais, a autoavaliação global do desempenho do departamento permite concluir que os objetivos e as atividades estabelecidas foram prosseguidos nos termos previstos, continuando os recursos humanos afetos ao departamento a revelar uma manifesta capacidade técnica de resposta às inúmeras solicitações não previstas e com caráter de prioridade.

Apresenta-se de seguida o grau de realização das atividades do plano de atividades, em função dos seis grandes objetivos identificados para 2015, tendo designadamente em conta as alterações de contexto no ano, em particular o envolvimento nos trabalhos de encerramento financeiro do período de programação 2007-2013 e de trabalhos de consolidação do novo período de programação 2014-2020.

Durante o ano de 2015 continuou a ser dada especial atenção à realização de controlos de qualidade em gabinete e prévios à contratação e aos pedidos de pagamento dos apoios, na vertente do investimento, bem como às ações de acompanhamento às entidades com funções delegadas.

Como resultado, o **Objetivo 1 - Assegurar o controlo de qualidade à contratação e ao pagamento e o acompanhamento das funções delegadas**, avaliado por cinco indicadores, teve uma realização global, face à meta, de 97%.

O primeiro indicador para avaliação deste objetivo, que estabelecia uma meta de 100% de controlos de qualidade prévio à contratação e aos pedidos de pagamento realizados face aos selecionados, foi cumprido. O mesmo aconteceu com o segundo indicador que determinava que o prazo para emissão de parecer para contraditório às entidades com funções delegadas não ultrapassasse os 5 dias úteis após de seleção do pedido de pagamento para controlo de qualidade, ou 10 dias úteis no caso de pedidos de pagamento com complexidade acrescida. Também foi atingida a meta do terceiro indicador, que estabelecia um acompanhamento trimestral das reanálises dos pedidos de pagamento junto das entidades com funções delegadas, caso a decisão final de controlo de qualidade tivesse um resultado não conforme.

O quarto indicador previa uma taxa de realização das ações de acompanhamento face às programadas até 30/11/2015, de 100%. Das 21 ações previstas, 2 não foram realizadas. Uma refere-se a uma ação de *follow up* à Autoridade de Gestão do PDR2020, ação transferida para 2016, devido à necessidade de realização de outras

tarefas de acompanhamento, considerando a fase de arranque do Programa PDR2020 em 2015. A segunda refere-se igualmente a uma ação de *follow up* à AG do PRORURAL+, ação também transferida para 2016 pelos mesmos motivos da anterior.

Relativamente à taxa de elaboração dos relatórios das ações de acompanhamento no prazo de 1 mês após realização da ação, último indicador deste objetivo, teve um grau de execução de 90%. Considerando que no 1º semestre não foram realizadas ações de acompanhamento, as mesmas acabaram por se concentrar no segundo semestre, com as diligências em paralelo do encerramento financeiro dos Programas FEADER 2007-2013, onde se colocou grande tónica. Face aos trabalhos tendentes ao encerramento financeiro do ciclo de Programação 2007-2013, não foi possível assegurar a realização dos relatórios no contexto da meta estabelecida.

**O Objetivo 2 - Assegurar a preparação e o acompanhamento de auditorias aos apoios FEADER, FEP, NRV e medidas transitadas**, medido através de 3 indicadores, obteve uma avaliação global de 98%.

As atividades do ano de 2015 em matéria de acompanhamento de auditorias foram essencialmente condicionadas pelas auditorias realizadas em anos anteriores, cujos inquéritos foram sendo encerrados parcialmente, mantendo-se no entanto algumas observações pontualmente em aberto, mas de elevada contestação das autoridades nacionais, em particular junto da DGAGRI.

Para além das auditorias regulares da IGF no âmbito da certificação de contas e de *follow up* de auditorias anteriores, o ano em causa foi marcado essencialmente por duas auditorias da DG-AGRI:

1. O Inquérito RD1/2015/808/PT que envolveu múltiplas temáticas, como abaixo se identificam:

- Controlos para verificar se o requerente cumpre todos os critérios de elegibilidade do regime de ajuda e/ou medida de apoio - verificação do estatuto de PME (M123);
- Controlos para assegurar que o investimento preenche todos os critérios de elegibilidade estabelecidos na legislação da UE (M123);
- Avaliação da razoabilidade dos custos (M121 e M123);
- Seguimento das observações do Tribunal de Contas Europeu (TCE)
  - ✓ DAS 2014, PF-6683, sobre um procedimento de adjudicação de contratos públicos (M125),
  - ✓ Seguimento de outras constatações do TCE (M121, M122, M123)
- Avaliação dos resultados dos controlos realizados (todas as medidas do título II)

- Amostragem dos controlos *in loco* (todas as medidas do título II)
2. O Inquérito RD3/2015/015/PT envolveu em particular a verificação do cumprimento dos seguintes controlos da Medida Comunitária 413 (Abordagem Leader):
- Controlos para verificar se o requerente cumpre todos os critérios de elegibilidade do regime de ajuda e/ou medida de apoio;
  - Controlos para verificar se os projetos cumpram os critérios de elegibilidade estabelecidos na legislação da UE e no Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) do Estado-Membro;
  - Controlo da elegibilidade dos custos da operação;
  - Controlo da razoabilidade dos custos.

Pela complexidade dos referidos inquéritos, os mesmos vão ter o seu desenvolvimento principal no decorrer do ano de 2016.

A auditoria do TCE no âmbito do Programa Operacional das Pescas, não tendo o DAI, enquanto organismo intermédio, como principal destinatário da auditoria, foi ainda assim objeto de acompanhamento pela UAPO.

No âmbito dos resultados da auditoria de Certificação de Contas de 2014, foram realizados dois planos de ação. Um relativo ao “Plano de ação referente à delimitação do erro identificado na medida 3.1.2 do PRODER” e outro relativo às deficiências detetadas na medida “1.11 - Restabelecimento do Potencial de Produção” do PRODERAM. Este segundo plano, pela sua natureza, teve também acompanhamento por parte da IGF na certificação de contas de 2015.

Neste contexto, fazendo agora a avaliação do objetivo, os indicadores 1 e 3, relativos ao prazo para compilação dos documentos de preparação da auditoria e para implementação das recomendações, foram cumpridos. O principal constangimento verificado ocorreu no âmbito do indicador 2 - Elaboração dos contraditórios. Com efeito, muitos dos contraditórios estão dependentes da intervenção/resposta das entidades com funções delegadas que inviabilizaram em alguns casos a elaboração dos contraditórios nos prazos estabelecidos.

**O Objetivo 3 - Garantir e reforçar a confiança na execução dos fundos comunitários, na vertente investimento, é avaliado através de 7 indicadores, todos cumpridos. A avaliação foi de 100%.**

Este objetivo foi concretizado através da seguinte análise e gestão operacional:

- dos pedidos de pagamento da assistência técnica dos Programas FEADER e FEP;

- dos pedidos de pagamento do programa de desenvolvimento rural da região autónoma da Madeira (PRODERAM);
- dos processos de pagamento (emissão de resumos de apuramento) dos apoios FEADER, FEP, VITIS e das medidas transitadas do POAGRO e RURIS (QCA III);
- dos pagamentos relativos aos pedidos de pagamento que se encontravam em reanálise;
- da liberação das garantias associadas aos adiantamentos e pagamentos FEADER, FEP, NRV, medidas transitadas de anteriores QCA;
- da comunicação aos beneficiários para pagamento do subsídio reembolsável, nos prazos previstos;
- da análise dos relatórios financeiros previstos para as operações aprovadas no âmbito da medida 2 do POAGRO;
- da emissão de pareceres sobre as regras relacionadas com a execução das operações aprovadas no quadro dos apoios à reconversão e reestruturação das vinhas.

**O Objetivo 4 - Assegurar os processos de encerramento do ciclo de programação 2007-2014**, avaliado através de 6 indicadores, conseguiu uma avaliação global, face às ponderações atribuídas e indicadores definidos, de 81%.

Relativamente ao indicador 1, verificou-se um desvio significativo, considerando que os recursos afetos à tarefa estiveram essencialmente afetos ao acompanhamento de auditorias, ao novo PDR e ao encerramento do ciclo de programação 2007-2013. As ações realizadas acabaram por ser contextualizadas no controlo de qualidade de reanálises dos pagamentos e no âmbito do acompanhamento pós-projeto da abordagem LEADER face ao Inquérito em aberto com esta situação em particular. Este indicador teve uma taxa de execução face à meta de 17%.

Os indicadores 2 a 5 cumpriram a meta estabelecida.

Quanto ao indicador 6, em face da afetação de colaboradores a outras atividades, em especial os testes aplicativos relativos ao novo termo de aceitação e novo pedido de pagamento, nem sempre foi possível emitir os pareceres no prazo previsto de 5 ou 10 dias úteis.

O principal constrangimento verificado diz respeito a sobreposição de tarefas urgentes para os colaboradores afetos e não ter sido possível distribuir as tarefas por outros colaboradores.

**O Objetivo 5 - Aumentar a simplificação dos processos na execução dos fundos comunitários do ciclo de programação 2014-2020, garantindo a sua correta e atempada aplicação**, avaliado através de 4 indicadores, obteve uma avaliação global de 99%. Os três primeiros indicadores cumpriram as metas estabelecidas para o ano.

Na contratação dos apoios ao investimento e nos pedidos de pagamento foi encontrada uma solução totalmente inovadora e desmaterializada do procedimento, dando enorme celeridade e simplificação ao processo. O contrato passou a ser formalizado através da submissão de um formulário eletrónico pelo beneficiário e disponibilizado no portal do IFAP. Este processo encontra-se mais detalhado no capítulo 2.1.2 - Apoios ao desenvolvimento rural.

No que respeita à atividade 1, a análise funcional relativa ao novo processo de emissão do termo de aceitação foi enviada a 08-05-2015 e a sua aceitação ocorreu a 19-05-2015, pelo que, considerando o desvio na data de envio, a aceitação ocorreu no prazo expetável.

Relativamente ao quarto indicador, nem sempre foi possível safisfazer a emissão dos respetivos pareceres nos termos da meta face ao seu elevado número, considerando que grande parte da legislação dos três PDR foi publicada em 2015.

Por fim, o **Objetivo 6 - Assegurar o cumprimento dos prazos regulamentares para a tramitação dos processos de devedores**, avaliado através de 3 indicadores, teve um grau de realização de 81%, não tendo sido atingida nenhuma das metas estabelecidas.

Relativamente ao indicador 2, não obstante a meta não ter sido cumprida, uma vez que não foi concluída a tramitação da totalidade dos processos que se encontravam em curso a 31/12/2014, importa salientar que, 53% dos processos que ainda se encontram em curso (100) se reportam a processos AGRIS e AGRO, cuja tramitação, na sua generalidade, está dependente de outras entidades (internas e externas ao IFAP).

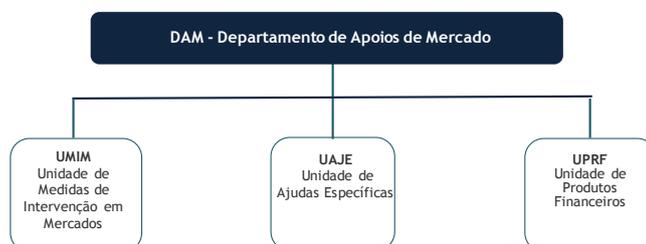
Ressalva-se o esforço que tem sido dedicado ao cumprimento dos prazos para emissão da 1ª notificação (Audiência Prévia), a qual, relativamente ao ano anterior, teve um aumento de 158%, o que representa claramente a preocupação do departamento na notificação célere dos processos constituídos em 2015, o que permitiu obter um grau de realização de 98% no terceiro indicador.

À semelhança das audiências prévias foi objetivo do departamento evitar o incumprimento dos prazos para emissão da decisão final de recuperação de verbas (180 dias após constatação da potencial dívida).

Nesta conformidade, das 831 decisões finais emitidas, 585 (70%) referem-se a PRV abertos em 2015.

A avaliação final deste departamento foi de 94%.

### 2.3. Departamento de Ajudas de Mercado - DAM



#### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamento das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e financeiras
2. Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios do âmbito do Reg. 1306/2013
3. Disponibilização de aplicações informáticas de suporte à gestão das ajudas/apoios

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	60%		Montante pago até 15 de outubro/ montante previsto até 15 de outubro (1)	100%	na	na	90%	96%	107%	107%	64%
2.	10%		Nº de relatórios analisados no prazo de 90 dias/ Nº total de relatórios entrados no DAM entre 01/01 a 31/12 (2)	100%	90%	90%	90%	67%	74%	74%	7%
3.	30%		Aplicações desenvolvidas/ Aplicações previstas desenvolver no ano (3)	100%	20%	20%	90%	63%	70%	70%	21%

#### Avaliação global DAM

92%

(1) No numerador, consideram-se os montantes referentes ao pagamento dos processos entrados no período entre 16/10/2013 e 15/10/2014 e no denominador, os montantes brutos deduzidos do valor histórico de ineligibilidade referentes a todos os processos entrados entre 16/10/2013 e 15/10/2014

(2) No numerador, considera-se o número de relatórios recebidos desde o dia 1 de janeiro até à data da meta em análise e analisados no prazo de 90 dias, e no denominador, o número de relatórios rececionados até à data da meta em análise.

(3) No numerador, considera-se o número de módulos desenvolvidos desde o dia 1 de janeiro até à data da meta em análise, e no denominador, o número de módulos previstos desenvolver no ano.

O DAM estabeleceu 3 objetivos para 2015, tendo sido atingidas as metas para um dos mesmos.

O Objetivo 1 - Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamento das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e financeiras, ultrapassou a meta estabelecida de 90%, atingindo um grau de realização, face à meta, de 107%.

No que respeita ao **Objetivo 2 - Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios do âmbito do R.1306/2013**, obteve um grau de realização, face à meta, de 74%.

Verifica-se que para a quantidade de relatórios de controlo a analisar e para a complexidade dos mesmos, o volume de pedidos de pagamento com prazos limite de pagamento bem como a escassez de recursos humanos existentes no DAM, justificam o não atingir da meta estabelecida.

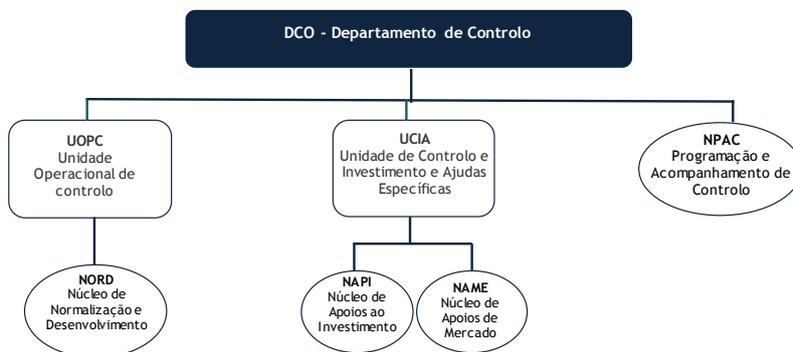
O **Objetivo 3 - Disponibilização de aplicações informáticas de suporte à gestão de ajudas/apoios**, teve um grau de execução de 63%, o que, face à meta, representou um grau de realização de 70%.

Após uma reavaliação das aplicações informáticas projetadas concluiu-se que parte delas deveriam ser integradas em aplicações do PDR 2020, como por exemplo as relativas ao Programa Apícola Nacional, aos Programas Operacionais, Promoção de Vinho em Países Terceiros.

Relativamente a outras medidas, por exemplo o caso de pagamentos de prejuízos motivados pelo ataque do lobo ibérico, o respetivo desenvolvimento informático ficou condicionado pelo atraso na publicação da legislação específica para a medida.

Em termos globais, este departamento teve uma avaliação de 92%.

## 2.4. Departamento de Controlo - DCO



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo *in loco*
2. Assegurar a conclusão atempada do controlo *in loco*
3. Monitorizar a execução das atividades de controlo
4. Realizar controlo de qualidade do controlo

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				Avaliação global
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	
1.	30%		% de amostras disponibilizadas	100%	70%	70%	100%	100%	100%	100%	30%
2.	40%		Tx execução dos controlos físicos de RPB até 15/10	35%	2%	2%	90%	98%	109%	110%	44%
			Tx de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL até ao fim do período de retenção	20%	50%	50%	80%	100%	125%		
			Tx execução dos controlos de Pag. Complementares (artº 68º) exceto MAA, da campanha 2014	20%	90%	90%	95%	100%	105%		
			Tx execução dos controlos de PRODER Investimento	15%	30%	30%	95%	100%	105%		
			Tx execução dos controlos de Fundos Operacionais	10%	20%	20%	95%	100%	105%		
3.	10%	o nº de pontos de situação a 31/12 passou de 8 para 7	Ajudas diretas do PU 2015 - Nº pontos de situação semanais emitidos após a divulgação da amostra	70%	20	20	46	46	100%	100%	10%
			PRODER Investimento-Nº de pontos de situação mensais emitidos 1 mês após a divulgação da amostra	30%	2	1	7	7	100%		
4.	20%		Tx execução dos controlos de qualidade das ajudas "superfícies" do PU 2015	50%	0%	0%	90%	0	0%	32%	6%
			Tx execução dos controlos de qualidade de PRODER-Investimento	25%	30%	42%	70%	50%	71%		
			Tx execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas	25%	25%	23%	90%	51%	57%		
<b>Avaliação global DCO</b>								<b>90%</b>			

O DCO estabeleceu, para o ano de 2015, 4 objetivos operacionais.

**O Objetivo 1 - Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo *in loco***, envolveu, essencialmente, atividades de estudo e definição dos critérios de seleção, de preparação do ambiente de seleção, de seleção das amostras de controlo e sua divulgação, bem como a monitorização do cumprimento das taxas de controlo ao longo da campanha.

Como resultado, todas as amostras de controlo foram disponibilizadas dentro dos prazos estabelecidos, atingindo o indicador de desempenho deste objetivo o grau realização de 100% face à meta. Este resultado foi, por sua vez, essencial para se conseguir concluir as ações de controlo *in loco* dentro dos prazos estabelecidos.

**O Objetivo 2 - Assegurar a conclusão atempada dos controlos *in loco***, foi, à semelhança de 2014, o principal objetivo do DCO em 2015. O cumprimento deste objetivo foi essencial para que o IFAP, na qualidade de organismo pagador do FEAGA e FEADER, pudesse garantir que os pagamentos fossem efetuados com a necessária regularidade e o respeito pela regulamentação e normativos aplicáveis, garantindo o cumprimento dos prazos programados.

As atividades desenvolvidas, neste âmbito, permitiram alcançar as metas estabelecidas para este objetivo tendo-se obtido, para a maioria dos indicadores de desempenho, um grau de realização face à meta de 100%, com exceção da execução dos controlos físicos de RPB até 15/10, cujo grau de realização foi de 98.1%, e dos controlos físicos do POC, PVA e PVL até ao fim do período de Retenção, cujo grau de realização conjunta foi de 99.9%, ambos os desvios não significativos. No caso do RPB, esta situação ocorreu em consequência de ser a campanha de atribuição inicial de direitos, em que houve a necessidade de concluir, na mesma data, os controlos de MAZD (esforço adicional de 4671 ações de controlo) e de *greening*.

As ações de controlo *in loco* foram maioritariamente realizadas por entidades externas, designadas Entidades Controladoras (EC).

No decorrer de 2015, o IFAP desenvolveu também ações de controlo *in loco*, das quais destacamos os controlos no âmbito dos Fundos Operacionais e da Promoção de Vinho em Países Terceiros. Ao nível do investimento, o IFAP assegurou os controlos do Programa da Rede Rural Nacional, tendo dado apoio às DRAP na realização de controlos *in loco* do PRODER, e à Delegação Regional do IFAP na Madeira, na execução de controlos do PRODERAM.

**O Objetivo 3 - Monitorizar a execução das atividades de controlo**, é fundamental para o cumprimento dos prazos e foi efetuada através da elaboração

de pontos de situação periódicos relativos à execução do controlo por parte das Entidades Credenciadas, permitindo a deteção, análise e correção de desvios face ao inicialmente estabelecido nos planos anuais de controlo.

As metas estabelecidas para os dois indicadores que avaliam este objetivo foram cumpridas.

**O Objetivo 4 - Realizar controlo de qualidade do controlo**, teve como principais atividades a seleção das amostras de controlo de qualidade, a execução desse controlo e a respetiva avaliação.

O quarto objetivo do DCO era “Realizar controlo de qualidade do controlo”. As principais atividades envolvidas consistiram na seleção das amostras de controlo de qualidade, na execução desse controlo e na respetiva avaliação.

A seleção das amostras de controlo de qualidade, com as componentes aleatória e de risco, foi efetuada tendo por base os controlos *in loco* realizados e os resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores

Foram previstos dois tipos de ações de controlo de qualidade:

- em gabinete, através da análise dos relatórios de controlo *in loco*
- recontrolo, repetição do controlo *in loco*

Foram elaborados os respetivos relatórios de controlo de qualidade, nos quais foi avaliado o desempenho da equipa controladora.

As atividades desenvolvidas neste âmbito não atingiram os níveis planeados. No caso do indicador de desempenho dos Controlos Superfícies do PU, o grau de execução face à meta estabelecida foi de 0%. Obteve-se ainda 71% de execução face à meta estabelecida para os indicadores dos controlos do PRODOR- Investimento e 57% para o Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação da Vinha, respectivamente.

A avaliação global deste objetivo foi de 32%.

Em termos globais, o DCO atingiu uma taxa de realização, face às metas estabelecidas, de 90%.

## 2.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado - DGI



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Melhorar a qualidade do apoio ao cliente
2. Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo
3. Assegurar a gestão e implementação do processo de reengenharia do Sistema Nacional de Identificação Animal
4. Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário
5. Desenvolvimento do NREAP (*FrontOffice*)

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	20%		(N.º de inquéritos de satisfação do cliente positivos / n.º total de inquéritos recolhidos) x 100	100%	na	na	90%	99%	110%	110%	22%
2.	20%		N.º de beneficiários com formulários (PU e IB) desmaterializados/N.º Total de formulários submetidos	40%	13%	20%	15%	20%	125%	110%	22%
			Redução do n.º total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ano n-1	20%	na	na	<1174	65%	65%		
			N.º PU e IB com controlo de qualidade/ Total de PU e IB submetidos no ano n	25%	3%	2%	6%	13%	125%		
			N.º de ações realizadas/N.º de ações previstas	15%	45%	45%	90%	97%	108%		
3.	20%		N.º de formulários disponibilizados no iDigital/N.º de formulários a disponibilizar no ano n	50%	50%	55%	100%	70%	70%	72%	14%
			N.º de beneficiários com formulários desmaterializados/N.º Total de formulários submetidos	20%	15%	15%	20%	23%	115%		
			N.º de ações de acompanhamento realizadas/N.º de ações de acompanhamento programadas	15%	70%	95%	90%	83%	92%		
			N.º de ações de processos de qualidade dados previstos/ N.º de processos de qualidade de dados realizados	15%	45%	0%	90%	0%	0%		
4.	20%		% de parcelas revistas	50%	na	na	80%	128%	125%	113%	23%
			N.º de parcelas alvo controlo de qualidade/N.º de parcelas alteradas nas salas	10%	50%	90%	100%	100%	100%		
			N.º de ações realizadas/N.º de ações previstas	30%	70%	95%	100%	100%	100%		
			Redução dos custos com as comunicações aos Beneficiários	10%	100%	100%	100%	100%	100%		
5.	20%		Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do <i>FrontOffice</i> do NREAP	100%	0%	na	50%	50%	100%	100%	20%
Avaliação global DGI									101%		

O DGI estabeleceu 5 objetivos para o ano de 2015, tendo sido 4 atingidos ou superados e um obtido uma taxa de realização, face à meta, de 72%.

O **Objetivo 1 - Melhorar a qualidade do apoio ao cliente**, com um grau de execução de 99%, resultou numa taxa de realização face à meta de 110%.

O **Objetivo 2 - Aumentar a eficiência na gestão dos pedidos de ajuda no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo**, medido através de 4 indicadores, que consideram a desmaterialização dos PU, a redução dos erros detetados no controlo administrativo, o controlo de qualidade do PU e do IB, teve uma taxa de realização de 165%. Todos os indicadores foram superados, tendo sido considerado um limite de 125% para o primeiro e terceiro indicadores, que ultrapassaram essa taxa de realização face à meta. O objetivo teve uma taxa de realização de 110%.

O indicador 1 - Número de PU e IB desmaterializados face ao número submetido ultrapassou a meta estabelecida para o ano. Previa-se 15% de pedidos e de IB desmaterializados e obteve-se 20%. Continua a verificar-se a tendência de crescimento do número de PU desmaterializados, salientando-se os submetidos pelo próprio beneficiário através da área reservada do portal do IFAP, que ascendeu a 2118.

O segundo indicador, Redução do número total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ao ano n-1 atingiu uma taxa de 65% face à meta estabelecida. A meta não foi atingida devido à existência de um novo período de programação (nova PAC) e ao facto do pedido de ajudas não estar dotado da totalidade das validações que o anterior detinha.

O terceiro indicador, que mede o número de PU e IB com controlo de qualidade face ao total submetido, também teve uma elevada taxa de execução, tendo sido praticamente o dobro do previsto. A taxa de realização considerada face à meta foi de 125%.

O último indicador deste objetivo, “Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas”, também teve a sua meta superada, com 108%.

O **Objetivo 3 - Assegurar a gestão e implementação do processo de reengenharia do Sistema Nacional de Identificação Animal**, teve uma execução, face à meta, de 72%.

O primeiro indicador, número de formulários disponibilizados no iDigital face ao número de formulários a disponibilizar, foi inferior ao do ano anterior devido à maior complexidade do módulo das marcas de exploração, cujo desenvolvimento foi mais extenso do que o previsto. Entre os principais constrangimentos verificados, estão os seguintes:

- Grande universo de marcas de exploração que estavam atribuídas administrativamente e não estavam registadas no SNIRA, penas estava o detentor;
- Grande universo de marcas de exploração que estavam apenas registadas no PISA e não no SNIRA;
- Universo de marcas que estavam registadas no REAP e não no SNIRA;
- Conceitos diferentes entre REAP e SNIRA.

O segundo indicador, cuja meta era que os beneficiários com formulários desmaterializados representassem 20% dos formulários submetidos, foi superado, com um grau de execução de 23%.

O terceiro indicador, que mede o nº de ações de acompanhamento realizadas face às programadas teve um grau de execução de 83%, o que, face à meta de 90%, representou 92%.

Relativamente ao último indicador, respeitante ao controlo de qualidade, em 2015 verificou-se um aumento de 53% nos canais de comunicação relativos ao SNIRA, o que teve um impacto enorme na sua normal atividade, pelo que não houve disponibilidade para fazer um controlo de qualidade autónomo.

No global, este objetivo teve uma avaliação de 113%.

**O Objetivo 4 - Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário**, teve todas as metas cumpridas e uma ultrapassada, respeitante à percentagem de parcelas revistas. Previa-se que fossem revistas 80% das parcelas em 2015, e foram revistas não só as previstas para 2015 como parte das previstas para 2016, o que resultou numa taxa de realização face à meta de 159%. Em termos de avaliação, considerou-se 72%.

No âmbito do segundo indicador, que mede o número de parcelas alvo controlo de qualidade face ao número de parcelas alteradas nas salas, cumpriu-se a meta estabelecida.

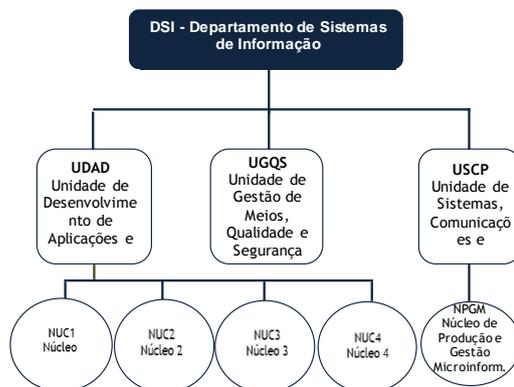
O terceiro indicador, que compara as ações realizadas face às previstas e o último indicador, relativo à redução dos custos com as comunicações aos Beneficiários, cumpriram também as metas estabelecidas.

Este objetivo teve uma avaliação de 113%

No âmbito do **Objetivo 5 - Desenvolvimento do Novo REAP (FrontOffice)**, a meta foi atingida.

A avaliação do departamento foi de 101%.

## 2.6. Departamento de Sistemas de Informação - DSI



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Implementação do portal do IFAP em tecnologia open source software
2. Implementação do sistema de monitorização da infra estrutura física para criação de evidências no âmbito do controlo da ISO 27001:2013
3. Implementação das ações resultantes das recomendações sobre a avaliação SSI conducentes à certificação do IFAP na norma ISO 27001:2013 relativamente à área de administração de segurança do DSI
4. Implementação de Solução Unificada de Comunicações MAM

OO	Ponderação do Objetivo	Objetivo Reformulado	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta 31/12	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1.	35%	Indicador 1: A data de conclusão do processo de contratação na área de competência do DSI, passou de 30/05/2015 para 15/10/2015	Conclusão do processo de contratação, na área de competência do Departamento, até 15/10/2015	30%	100%	50%	100%	75%	75%	22.5%	8%
			Conclusão da implementação do projeto a 31/12/2015	70%	0%	na	100%	0%	0%		
2.	30%	Indicador 2: Meta de 31/12 passa de 90% para 50%	Elaboração de condições técnicas	40%	100%	75%	100%	100%	100%	40.0%	12%
			Acompanhamento/Coordenação da implementação da solução	60%	10%	0%	50%	0%	0%		
3.	15%	Meta de 31/12 passa de 90% para 50%	% de implementações do plano de implementação de controlos de ISO 27001 aprovado para 2015	100%	30%	na	50%	50%	100%	100%	15%
4.	20%		Resposta às solicitações relativas ao processo de aquisição (PA), na área de competência do departamento, no prazo máximo de 4 dias	50%	70%	95%	na	95%	136%	67.9%	14%
			Realizar reports quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto	50%	na	na	50%	0%	0%		
<b>Avaliação global DSI</b>							<b>48%</b>				

O ponto de situação a 31/12/2015, face aos 4 principais objetivos a que o DSI se propôs no Plano de Atividades, foi o seguinte:

**Objetivo 1 - Implementação do portal do IFAP em tecnologia *Open source software***, ou seja, a transferência das atuais funcionalidades existentes no Portal em tecnologia ORACLE para tecnologia *Open source* com efetivos ganhos de eficiência e acréscimo da qualidade do desempenho deste *interface* com os interessados. O DSI implementou parcialmente as ações que se encontravam previstas no Plano, tendo atingido 75% da meta no final de 2015. Para além dos motivos já apontados na avaliação intercalar de junho de 2015, “atrasos intercalares que se registaram (Requisitos necessários para lançar o procedimento e publicação do Acordo quadro de aquisição)”, acresce o facto do processo de aquisição necessitar de parecer prévio por parte da AMA que só em 14/12/2015 o emitiu favoravelmente. Não tendo sido possível concluir o processo de aquisição, não foi assim possível iniciar a implementação.

**Objetivo 2 - Implementação do sistema de monitorização da infraestrutura física para criação de evidências, no âmbito do controlo da ISO 27001:2013**, a elevada complexidade da solução, a demora na emissão de parecer por parte da AMA (pedidos de esclarecimento e prazos de resposta utilizados no seu limite) e as reclamações apresentadas por alguns dos concorrentes em sede de procedimento do concurso pblico, levaram a que não fosse possível concluir o processo de aquisição no ano de 2015.

**Objetivo 3 - Implementação das ações resultantes das recomendações sobre a avaliação do SSI conducentes à certificação do IFAP na norma ISO 27001:2013, relativamente à área de administração de segurança do DSI**

De acordo com a análise de risco efetuada sobre o SGSI, foram sendo implementados os controlos que mitigam todos os riscos com impacto significativo. Considera-se que o objetivo de implementar 50% dos controlos obrigatórios foi atingido.

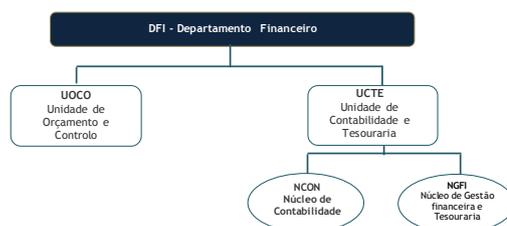
**Objetivo 4 - Implementação de Solução Unificada de Comunicações MAM**

Este objetivo, ligado à contratação, que envolvia praticamente todas as entidades do MAFDR e MM (16 entidades) e que foi coordenado pelo IFAP, foi consumado em 9 de outubro pp e envolveu uma despesa de 2.44 Milhões de euros, repartidos por 3 anos. Durante esta fase do concurso foram apresentadas várias reclamações por parte dos concorrentes, que tiveram de merecer cuidadas respostas com justificações técnicas e jurídicas. Posteriormente, face ao valor da despesa deste projeto, foi necessário obter parecer favorável por parte do

Tribunal de Contas, o que só veio a acontecer já em 2016. Sendo esta uma condição indispensável à efetiva implementação do projeto, a atividade 2, que consistia em realizar *reports* quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto, não foi realizada.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 48%.

## 2.7. Departamento Financeiro - DFI



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos definidos
2. Garantir que a prestação de contas aos diferentes stakeholders (Tutelados, DGO, Tribunal Contas, IGF, CE) é efetuado nos prazos determinados para o efeito.
3. Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente ao nível do controlo e acompanhamento da execução orçamental
4. Elaboração de normativos internos de apoio à gestão financeira

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-jun		31-dez			Avaliação do Objetivo	Avaliação global
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta		
1.	35%		Pagamentos mensais das ajudas/subsídios através do crédito efetivo da conta dos beneficiários no último dia do mês, conforme definido em plano de pagamentos.	50%	95%	100%	99%	100%	101%	130%	45%
			Prazo Médio de Pagamentos inferior a 90 dias (em dias).	50%	80	31	70	32.00	158%		
2.	25%		Assegurar que os diferentes documentos de reporting à DGO são efetuados nos prazos definidos (STF, PME, SIGO).	33%	95%	95%	99%	99%	101%	68%	17%
			Cumprir o prazo legalmente estipulado para a entrega da conta de gerência	34%	100%	0%	100%	100%	0%		
			Verificar os prazos mensais definidos internamente para reporte de Informação de gestão ao CD (dia 15 do mês n+1)	33%	90%	100%	95%	95%	105%		
3.	20%		Realizar os pedidos de reembolso à CE dentro dos prazos regulamentares	60%	- 3 dias	0	- 3 dias	0%	0%	37%	7%
			Disponibilizar ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental (até 2 dias após notificação da Deliberação do CD)	20%	dia n+2	60%	dia n+2	83%	83%		
			Avaliar quadrimestralmente (maio e setembro) o nível de execução por departamento, identificando desvios e apresentando medidas corretivas	20%	50%	50%	50%	100%	100%		
4.	20%		Elaborar e promover a divulgação de nova norma que estabeleça procedimentos inerentes ao pagamento de faturas (aquisições de bens e serviços - Orçamento de Funcionamento)	50%	100%	50%	100%	100%	100%	100%	20%
			Elaborar proposta de norma interna para regulamento do fundo de manei	50%	100%	50%	100%	100%	100%		
Avaliação global DGI					90%						

Para o ano de 2015 foram definidos 4 objetivos para o DFI.

O primeiro objetivo - **Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos definidos**, atingiu uma avaliação de 130%.

O primeiro indicador, que estabelece como meta que os pagamentos mensais das ajudas/subsídios sejam efetuados por crédito da conta dos beneficiários no último dia do mês, foi superado atingindo um grau de realização face a meta de 101%. Quanto ao indicador 2, que estabelece um prazo médio de pagamentos a fornecedores inferior a 90 dias, foi também superado, atingindo 158% face à meta, uma vez que os pagamentos foram efetuados, em média, em 32 quando a meta era de 70 dias.

Relativamente ao **Objetivo 2 - Garantir que a prestação de contas aos diferentes stakeholders (Tutelas, Tribunal Contas, Inspeção Geral Finanças, Comissão Europeia)** é efetuada nos prazos determinados para o efeito, foram definidos três indicadores. O primeiro indicador referia-se a assegurar que os diferentes documentos de *reporting* eram efetuados à DGO nos prazos definidos. A meta estabelecida era de 99% e o grau de execução atingiu os 100%. O indicador 2 respeitante ao cumprimento dos prazos legalmente estipulados para a entrega da conta de gerência, não foi cumprido. O último indicador, verificar os prazos mensais definidos internamente para o *report* de informação de gestão ao CD, conseguiu um grau de execução de 100%. Assim, o objetivo um teve uma avaliação de 68%.

No que se refere ao **Objetivo 3 - Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente**, teve uma avaliação de 37%.

Para o indicador 1, a meta era efetuar os pedidos de reembolso à CE dentro dos prazos, antecipando 3 dias. Em 2015, não foi possível atingir esta meta.

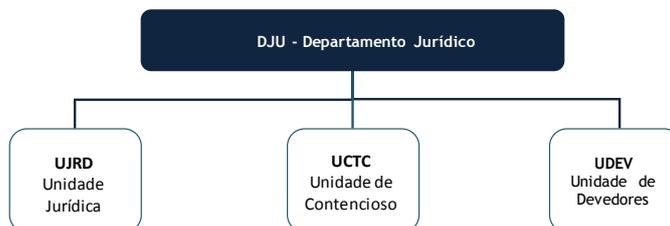
O segundo indicador obteve uma taxa de realização face à meta de 83%. O indicador pretendia disponibilizar ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental, até 2 dias após notificação da deliberação do CD.

Quanto ao terceiro e último indicador, avaliar quadrimestralmente o nível de execução por departamento, identificando desvios e apresentando medidas corretivas, foi cumprido.

O **Objetivo 4 - Elaboração de normativos internos de apoio à gestão financeira**, foi avaliado através de dois indicadores. Ambos tiveram um grau de realização face à meta de 100%.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 90%.

## 2.8. Departamento Jurídico - DJU



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Gestão dos processos de assessoria jurídica
2. Gestão de processos contenciosos
3. Redução do valor em dívida
4. Reduzir o valor potencial FEAGA a entregar à CE na conta anual de 2014, por aplicação da regra "50/50"

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	25%		Número de pareceres emitidos de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos sobre o número total de pareceres emitidos	100%	80%	80%	80%	80%	100%	100%	25%
2.	25%		Nº processos presentes a tribunal/ nº processos entrados	100%	50%	50%	95%	95%	100%	100%	25%
3.	25%		Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores	100%	4%	4%	13%	12%	89%	89%	22%
4.	25%		Taxa de redução do valor potencial FEAGA/FEADER previsível a entregar à CE (regra "50/50")	100%	12%	9%	80%	82%	103%	103%	26%
<b>Avaliação global DJU</b>							<b>98%</b>				

O DJU definiu 4 objetivos para 2015, tendo atingido ou superado as metas relativamente a 3 desses objetivos.

No âmbito do **Objetivo 1 - Gestão dos processos de assessoria jurídica**, os processos tinham como objeto principal a consultadoria jurídica que os vários departamentos e órgãos do IFAP solicitassem e em regra terminavam com a emissão de parecer jurídico.

Teve igualmente expressão a intervenção legislativa, quer nos processos internos, quer na participação na atividade legislativa externa, embora sempre relacionada, direta ou indiretamente, com a missão do IFAP.

Por último, existiu também uma atividade de consulta direta e ocasional, sempre útil para que os serviços se sintam confortáveis nas propostas e decisões que tivessem que formular.

O acompanhamento que se pretendeu fazer desta atividade em 2015 passou por gerir a capacidade de resposta da UJRD aos assuntos que lhe foram colocados, dentro das prioridades definidas e dos prazos estabelecidos.

Este objetivo atingiu a meta de emitir 80% dos pareceres de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos.

Quanto ao **Objetivo 2 - Gestão de processos contenciosos**, a atividade desenvolvida centrou-se no exercício do patrocínio jurídico, nacional e comunitário, e na assistência jurídica aos processos de contencioso e pré-contencioso no âmbito dos sistemas de apoio comunitários e nacionais aos setores da agricultura, do desenvolvimento rural, das pescas e dos sectores com eles conexos. Esta atividade, pela sua natureza, encontra-se sujeita ao cumprimento de prazos processuais diferentes, quer em função do tipo de processo judicial em causa, quer em função da fase processual em que o mesmo se encontra.

A gestão dos processos de contencioso exigiu assim, uma gestão rigorosa, quer quanto ao cumprimento dos Normativos internos aplicáveis, quer quanto ao cumprimento de todos os prazos aplicáveis ao processo em causa. Neste contexto, é possível destacar quatro atividades:

- Analisar todo o tipo de peças processuais, cuja citação ou notificação é efetuada, quer ao Instituto, quer aos mandatários do IFAP que o representam. Requer a identificação das questões materiais subjacentes, das questões jurídicas suscitadas, normativos internos e legislação aplicável, identificação do prazo em presença, da necessidade ou não, de efetuar pagamento de taxa de justiça.
- Pedido de contributos aos departamentos envolvidos - Respeita naturalmente, a uma fase subsequente, na qual poderá ser solicitada informação, agendadas reuniões, tanto quanto se mostre necessário, por forma a clarificar alguns aspetos, e obter os contributos materiais de forma a que a peça processual, a produzir, traduza a posição do Instituto sobre o processo judicial em causa, e a matéria em concreto suscitada. É uma atividade executada ao longo do ano.
- Preparação das peças processuais - Após análise das peças processuais em presença, selecionada a matéria de facto e de direito, que importa rebater, reunidos os contributos dos diversos departamentos, e identificada a

legislação aplicável, as peças processuais são elaboradas, considerando sempre, o prazo judicial em causa.

- Apresentação a Tribunal das peças processuais - Consiste na fase final do procedimento, quando a peça processual é junta ao processo judicial, respeitando sempre, o prazo judicial em causa.

A meta estabelecida para este objetivo fixava que 50% do número de processos entrados fosse presente a tribunal. A mesma foi atingida e o objetivo cumprido.

**O Objetivo 3 - Redução do valor em dívida** registado na base de dados de devedores, propunha uma meta de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores (BDD) em 13%. No âmbito deste objetivo, competia ao IFAP assegurar, entre muitas obrigações, a proteção dos interesses financeiros da CE e nacionais ao nível dos apoios que subsidia, promovendo em particular, a recuperação de ajudas indevidamente recebidas. Tal obrigação decorria da mais variada regulamentação aplicável aos fundos envolvidos, em vigor ou mesmo já extintos por força do encerramento de anteriores QCA. Cumpriu, assim, ao IFAP providenciar e promover as diligências de cariz administrativo e/ou coercivo adequadas à recuperação de tais apoios.

A não salvaguarda dos interesses financeiros comunitários e nacionais e o não cumprimento das obrigações que impendem sobre o IFAP em matéria de recuperação de apoios, poderão, pois, acarretar consequências de natureza financeira ao orçamento nacional. Esta contingência, a par de outras, obriga, por si só, a que a recuperação de apoios indevidamente recebidos/pagos deva ocorrer de forma célere e dentro dos prazos estipulados ao efeito.

Neste contexto, cumpriu assegurar e promover a tramitação administrativa e/ou coerciva dos processos de recuperação de ajudas indevidamente recebidas, nos termos e prazos previstos, com o intuito último de encerrar o maior número de processos e a redução dos respetivos débitos registados na BDD, minimizando, assim, o impacto e as potenciais consequências de cariz financeiro inerentes a esta área em particular.

A taxa de redução do valor em dívida foi de 12%, representando um grau de concretização, face à meta, de 89%.

**O Objetivo 4 - Reduzir o valor potencial FEAGA a entregar à CE, na conta anual de 2015, por aplicação da regra “50/50”** cuja meta era de 80%, conseguiu uma concretização de 82% o que, face à meta, representou 103%.

Nos termos do nº 2 do artº 54º do R.1306/2013, se a recuperação de uma dívida FEAGA/FEADER não se tiver realizado no prazo de quatro anos após o pedido de restituição, ou no prazo de oito anos caso a recuperação seja objeto de uma ação perante as jurisdições nacionais, as consequências financeiras da ausência de recuperação são assumidas em 50% pelo Estado-Membro e em 50% pelo orçamento comunitário.

Para que o valor a corrigir no final do exercício de 2015 (de 16/10/2014 a 15/10/2015) fosse o menor possível, à imagem do que vem sucedendo nos últimos anos, foram promovidas as diligências adequadas com vista ao encerramento prioritário dos processos de recuperação que, no referido exercício, se enquadrassem na regra 50/50 em apreço.

Para tal, foram desenvolvidas todas as diligências administrativas possíveis com vista ao encerramento dos referidos processos de recuperação, designadamente pela compensação das dívidas em futuros créditos, pela emissão de notificações para pagamento voluntário ou pela reanálise e decisão de reclamações pendentes ou que viessem a surgir.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 98%.

## 2.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos - DGR



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controle da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos.
2. Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores.
3. Assegurar a aquisição de bens e serviços
4. Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores
5. Promover a formação adequada dos recursos humanos
6. Garantir a aplicação do Sistema de avaliação de desempenho (2 e 3), cumprindo os requisitos legais

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	15%		Assessoria - Melhorar o tempo médio de resposta aos requerentes em 6 dias úteis (documentos rececionados em idoc)	100%	50%	50%	80%	80%	100%	100%	15%
2.	15%		Assegurar a correção (ou dar seguimento quando depender de variáveis externas prolongáveis no tempo) das anomalias detetadas no âmbito do relatório de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho 2014	60%	40%	40%	90%	85%	94%	97%	15%
			Assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 80%	40%	75%	75%	100%	100%	100%		
3.	25%		Executar o Plano Anual de Aquisições	60%	30%	30%	95%	90%	95%	97%	24%
			Promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos Departamentos e que não se enquadrem no PAA	40%	30%	30%	95%	95%	100%		
4.	15%		Percentagem de documentos que dão entrada no IFAP, desmaterializados no prazo de 24 horas	70%	70%	70%	90%	90%	100%	100%	15%
			Taxa de respostas em 24 horas a solicitações de documentação ao arquivo	30%	70%	70%	85%	85%	100%		
5.	20%		Assegurar o cumprimento do plano de formação presencial	50%	40%	40%	90%	85%	94%	97%	19%
			Assegurar o cumprimento do plano de formação e-learning	50%	60%	60%	100%	100%	100%		
6.	10%		Aplicação do SIADAP até ao fecho dos processos anuais em curso	100%	40%	40%	80%	46%	58%	58%	6%
<b>Avaliação global DGR</b>								<b>94%</b>			

Para o ano de 2015 foram definidos pelo DGR 6 objetivos operacionais, dos quais 2 foram atingidos e os restantes apresentaram taxas de execução face à meta inferiores a 100%.

O **Objetivo 1 - Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controle da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos** foi atingido devido ao reforço da equipa de assessoria que possibilitou que o prazo de resposta aos interessados fosse efetuada de acordo com o previsto.

Relativamente ao **Objetivo 2 - Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores**, que tem dois indicadores, o primeiro ficou ligeiramente abaixo das expectativas e o segundo foi cumprido. A avaliação deste objetivo foi de 97%.

O **Objetivo 3 - Assegurar a aquisição de bens e serviços**, também é avaliado por dois indicadores. O primeiro relativo à execução do plano de aquisições não foi atingido devido aos processos nos quais o IFAP não tem autonomia e depende de entidades externas. O desvio verificado com o Plano Anual de Aquisições prende-se com os processos a cargo da UMC/GPP que não tiveram conclusão nos prazos estimados. Os procedimentos de aquisição são morosos, dificultados por questões associadas à redução remuneratória, ao parecer prévio das Finanças e aos pedidos de parecer prévio ao AMA. Acresce ainda a impossibilidade de agendamento de cursos entre a 2ª quinzena de junho e a 2ª quinzena de setembro devido a férias e a anulação de vários cursos por parte do DSI, devido à estratégia tecnológica do departamento. O segundo indicador atingiu a meta e as respetivas atividades decorreram dentro da normalidade.

A avaliação deste objetivo foi de 97%.

**Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores**, é o **objetivo 4**, que é avaliado por dois indicadores e ambos foram atingidos. O processo de desmaterialização de documentos, executado através do iDoc, e a satisfação dos pedidos de consulta de documentação recebidos no arquivo central decorreram normalmente no prazo de 24 horas, ou seja, entre dois dias úteis.

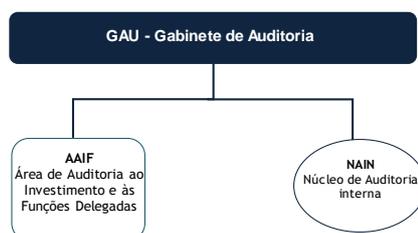
O **Objetivo 5 - Promover a formação adequada dos recursos humanos**, teve um desvio no cumprimento do plano de formação presencial de 5%. Este desvio deve-se a procedimentos de aquisição morosos, dificultados por questões associadas à redução remuneratória e ao parecer prévio das finanças, a necessidade de parecer prévio do AMA, e a impossibilidade de agendamento de cursos de 15 de junho a 15 de setembro, por motivo de férias. Contribuiu também para este

resultado a anulação de vários cursos por parte do DSI, devido à estratégia tecnológica do departamento. A avaliação global deste objetivo foi de 97%.

**O Objetivo 6 - Garantir a aplicação do sistema de avaliação de desempenho (2 e 3), cumprindo os requisitos legais,** não foi atingido devido a alguns constrangimentos da aplicação do Siadap. Não obstante o elevado esforço da equipa da UDCC no cumprimento deste objetivo, o mesmo não foi atingido por alguns processos de avaliação não terem sido atempadamente concluídos. Este objetivo teve uma avaliação de 58%.

Em termos globais, o DGR obteve uma concretização dos objetivos estabelecidos para o ano de 2015, de 94%.

## 2.10. Gabinete de Auditoria - GAU



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Cumprimento do Plano Anual de Auditoria
2. Follow-up das recomendações emitidas pelo GAU e por outras Entidades Externas
3. Coordenação do processo de Certificação anual de contas
4. Acompanhamento das Funções delegadas
5. Elaboração da proposta de Declaração de Gestão

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de Execução	Meta	Grau de execução	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo	Avaliação global
1.	40%		Nº de Auditorias concluídas/Nº de Auditorias planeadas	100%	25%	25%	90%	85%	94%	94%	38%
2.	15%		Apresentação ao CD de ponto de situação à data de 30/04/2015	30%	100%	80%	n.a.	n.a.	80%	94%	14%
			Apresentação ao CD de ponto de situação à data de 15/10/2015	70%	na	na	100%	100%	100%		
3.	10%		Resposta a todas as Notas elaboradas pela IGF até 25.01.2016	100%	na	na	80%	80%	100%	100%	10%
4.	10%		Execução das ações de acompanhamento face ao planeado	100%	na	na	85%	85%	100%	100%	10%
5.	25%		Remessa à Comissão Europeia da Declaração de Gestão dentro do prazo estabelecido (até 15/02/2015)	100%	na	na	65%	70%	108%	108%	27%
<b>Avaliação global GAU</b>					<b>99%</b>						

O GAU definiu 5 objetivos para 2014, tendo atingido ou superado três objetivos e não atingido dois.

No **Objetivo 1 - Cumprimento do Plano anual de Auditoria**, parte das atividades planeadas foram desenvolvidas com algum atraso. Em certos casos, esse atraso ficou a dever-se à falta de recursos humanos (que não foi possível suprir com a celeridade desejável) e, noutros, à falta de resposta, em tempo oportuno, das entidades que interagem com o GAU nos presentes procedimentos. O grau de execução deste objetivo taxa de realização deste objetivo foi de 89%, o que, face à meta, representa 94%.

Quanto ao **Objetivo 2 - *Follow-up* das recomendações emitidas pelo GAU e por outras Entidades Externas**, as ações de *follow up* foram realizadas, ainda que com um *timing* distinto e, quando aplicável, em articulação com a prestação de informação à IGF. A avaliação deste objetivo foi de 94%.

Relativamente ao **Objetivo 3 - Coordenação da Certificação anual de contas**, em que a meta era dar resposta a 80% das notas elaboradas pela IGF até 25 de janeiro de 2015, a mesma foi atingida. As atividades planeadas foram desenvolvidas em articulação com a IGF.

O **Objetivo 4 - Acompanhamento das funções delegadas**, cuja meta era a execução de 85% das ações de acompanhamento, foi cumprido. As atividades planeadas foram desenvolvidas, ainda que com algumas alterações.

Por fim, o **Objetivo 5 - Elaboração da proposta de Declaração de Gestão**, as atividades planeadas foram desenvolvidas num prazo mais curto do que o previsto, tendo este objetivo sido superado, com uma taxa de realização, face à meta, de 108%.

No global, e tendo em conta as ponderações atribuídas aos objetivos no início do ano, este gabinete obteve uma avaliação de 99%.

## 2.11. Gabinete de Planeamento Estratégico - GPE



### OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO)

1. Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único
2. Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística
3. Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE
4. Assegurar a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP
5. Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu
6. Implementar Plano de Comunicação IFAP 2015

OO	Ponderação do Objetivo	Alterações	Indicador	Ponderação do Indicador	Meta 30/6		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1	25%		Elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2015, para os pagamentos a efetuar em 2015	70%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	25%
			Atualização mensal, até ao 2º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa	30%	100%	100%	100%	100%			
2	10%		(N.º de comunicações enviadas prazo/N.º de comunicações previstas)*100	35%	95%	80%	95%	95%	100%	103%	10%
			(N.º de comunicações retificadas/N.º de comunicações enviadas)*100	35%	5%	8%	5%	5%	100%		
			(N.º pedidos enviados no prazo/ N.º total de pedidos rececionados)*100	30%	90%	95%	90%	99%	110%		
3	15%		(N.º estatísticas enviadas no prazo/ n.º estatísticas total) FEAGA	80%	12.5%	12.5%	100%	88%	88%	70%	11%
			(N.º estatísticas enviadas no prazo/ n.º estatísticas total) FEADER	20%	na	na	100%	0%	0%		
4	10%		Apresentar, trimestralmente, pelo menos um pedido de pagamento no âmbito da Assistência técnica do PRODER 2014 e 2015	75%	1	na	3	2	67%	67%	7%
			Apresentar, trimestralmente, um pedido de pagamento no âmbito do projeto O SNIRA na WEB (encerramento em setembro de 2015)	25%	2	2	3	2	67%		
5	25%		N.º de documentos técnicos produzidos/ n.º de documentos a elaborar de acordo com a norma AU-046/01	50%	90%	135%	90%	115%	125%	113%	28%
			N.º de respostas enviadas dentro do prazo estipulado/Total de respostas enviadas	50%	75%	67%	75%	75%	100%		
6	15%		Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação interna, nos prazos definidos para o efeito	40%	90%	100%	90%	86%	96%	105%	16%
			Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação externa, nos prazos definidos para o efeito	60%	90%	108%	90%	100%	111%		
Avaliação Global								96%			

O GPE definiu 6 objetivos operacionais para o ano de 2015.

O **Objetivo 1 - Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único**, é medido através de dois indicadores, ambos com as metas atingidas, obtendo uma avaliação de 100%.

Para o **Objetivo 2 - Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística**, foram definidos três indicadores. O primeiro indicador, que previa que o número de comunicações enviadas no prazo representasse 95% do número de comunicações previstas foi atingido.

Quanto ao indicador 2, as retificações nas comunicações enviadas representaram 5% do total de comunicações, pelo que foi atingida a meta estabelecida.

O indicador 3, que previa que o número de pedidos enviados no prazo fosse de 90% do número total de pedidos rececionados, foi ultrapassado, sendo esse número de 99%, representando 110% da meta.

No global, este objetivo teve uma avaliação de 103%.

**O Objetivo 3 - Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE**, medido através de dois indicadores, atingiu uma avaliação global de 67%.

O primeiro indicador, relativo ao número de estatísticas enviadas no prazo face ao número total de estatísticas do FEAGA teve um grau de execução de 88%.

O segundo, relativo ao número de estatísticas enviadas no prazo face ao número de estatísticas total do FEADER não teve qualquer execução, pelo que a avaliação global do objetivo, tendo em conta as ponderações atribuídas aos indicadores, foi de 70%.

**O Objetivo 4 - Assegurar a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP**, é medido através de dois indicadores. A apresentação quadrimestral de pelo menos um pedido de pagamento no âmbito da Assistência técnica do PRODER 2014 e 2015 não foi cumprida pois devido à data tardia da assinatura do termo de aceitação, não foi possível efetuar um dos pedidos de pagamento, tendo sido apresentados dois ao longo do ano.

No que respeita ao segundo indicador - Apresentar, trimestralmente, um pedido de pagamento no âmbito do projeto O SNIRA na *WEB*, até setembro, também não foi cumprido. O último pedido de pagamento foi apresentado em outubro, resultado da resposta tardia da AMA ao pedido de reforço financeiro efetuado pelo IFAP. Não era, assim, possível encerrar o projeto por não se conhecer o montante final aprovado do mesmo.

A taxa de execução global do objetivo 4 foi de 67%.

**O Objetivo 5 - Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu**, é avaliado através de dois indicadores.

Relativamente ao primeiro indicador de desempenho, número de documentos técnicos produzidos face aos documentos a elaborar de acordo com a norma AU-046/01, a ARCC deu continuidade à elaboração de ficha de auditoria, que sumariza as principais observações dos inquéritos da DG AGRI que poderão, eventualmente, conduzir a proposta de correção financeira.

Relativamente ao segundo indicador, a meta fixada para o envio, dentro do prazo, das respostas aos serviços da Comissão (DG AGRI, DG MARE, DG SANTE e OLAF) e ao TCP, interlocutor do TCE, foi atingida.

**O Objetivo 6 - Implementar o plano de comunicação do IFAP**, é avaliado através de dois indicadores.

O primeiro respeita à comunicação interna. A sua realização ficou aquém da meta somente pela não publicação da *Newsletter* interna - IFAPcomunica. No entanto, esta publicação digital foi estruturada e desenvolvida durante o presente ano, possibilitando o seu lançamento no 1.º mês de 2016, fazendo coincidir a nova publicação com um novo ano.

No cômputo geral, o grau de realização do objetivo superou a meta definida, com uma taxa de realização de 105%. Apesar do cumprimento global do objetivo, verificam-se alguns constrangimentos no funcionamento da Área de Comunicação, em resultado da diminuição da equipa de trabalho, entretanto colmatada (a meio do ano).

Este gabinete obteve a avaliação de 96%.

## 2.12. Resumo dos departamentos

Departamentos/Gabinetes	Avaliação global
DAD	106%
DAI	94%
DAM	92%
DCO	90%
DGI	101%
DSI	48%
DFI	90%
DJU	98%
DGR	94%
GAU	99%
GPE	96%
<b>Total</b>	<b>92%</b>





IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Códigos das contas POCP	Activo	2015			2014	Códigos das contas POCP	Fundos Próprios e Passivo	2015	2014
		AB	AP	AL	AL				
	<b>Inobilizada</b>								
	<b>Inmobilizações incorpóreas</b>					51	<b>Fundos Próprios:</b>		
433	Propriedade industrial e outros direitos	3 342 402,12	2 843 091,19	488 410,98	500 365,40	56	Património	22 782 820,85	22 782 820,85
434	Temporais	301,21	201,73						
		<b>3 342 703,33</b>	<b>2 843 292,92</b>	<b>488 410,98</b>	<b>500 365,40</b>		<b>Reservas:</b>		
	<b>Inmobilizações corpóreas</b>					575	Subsídios	32 755 500,00	32 755 500,00
421	Terras e recursos naturais	1 432 820,85		1 432 820,85	1 432 820,85				
422	Edifícios e outras construções	8 627 847,23	4 318 050,98	4 318 977,31	4 911 452,00	59	Resultados Transitados	16 341 085,70	16 341 636,30
423	Equipamento básico	5 509 743,51	4 957 596,94	582 146,85	704 442,66				
424	Equipamento de transporte	197 062,34	197 062,34			80	Resultado líquido do exercício	-182 712,45	429,50
425	Ferramentas e utensílios	2 141,80	2 116,59	25,43	88,38		<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>71 895 687,57</b>	<b>71 879 384,55</b>
426	Equipamento administrativo	721 713,23	712 254,32	9 459,11	13 645,92				
429	Outras imobilizações corpóreas	523 059,81	4 508,49	516 500,13	100 381,30				
		<b>17 612 827,78</b>	<b>10 184 205,28</b>	<b>6 828 019,38</b>	<b>7 097 509,11</b>		<b>Passivo:</b>		
	<b>Investimentos financeiros:</b>					292	Provedos para riscos e encargos	289 486 574,45	337 448 824,84
411	Partes de capital	1 222 500,00		1 222 500,00	1 222 500,00				
413	Outros investimentos financeiros	31 633 000,00		31 533 000,00	31 633 000,00				
		<b>32 855 500,00</b>		<b>32 755 500,00</b>	<b>32 755 500,00</b>				
	<b>Circulante:</b>					23122	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>						Empréstimos por dívida não tributada		900 000,00
	<b>Dívidas de Terceiros - Curto prazo:</b>								
281+283	Empréstimos concedidos	11 495 261,99		11 405 261,00	12 117 868,86	221	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
211	Clientes, etc	1 588 040,95		1 588 040,87	1 591 434,29	228	Fornecedores, etc	1 624 759,55	853 285,17
218	Clientes de cobrança duvidosa	878 337,70	878 337,70			2811	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		8 203,77
24	Estado e outros entes públicos	1 679 597,34		1 879 591,54	1 872 549,23	24	Fornecedores de imobilizado, etc	186 199,87	429 203,97
2023143/5/7/8	Estado e outros entes públicos	3 780 749 820,32		3 285 848 858,32	864 030 287,07	202314/5/6/7/8	Estado e outros entes públicos	1 495 178 908,18	1 107 578 278,57
	Outros devedores	1 421 589 831,30	878 337,70	1 409 691 493,60	878 622 834,40		Outros credores	1 407 868 620,42	1 108 066 040,53
							<b>Amortizações e diferimentos:</b>		
153	Títulos negociáveis					273	Amortizações de Custas	2 742 342,93	2 059 649,62
	Títulos de dívida pública					274	Provedos diferidos	73 238 940,86	68 980 437,96
	<b>Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa</b>						<b>Total do passivo</b>	<b>1 770 230 478,46</b>	<b>1 610 539 281,78</b>
13	Conta no tesouro	113 387 158,28		113 387 158,28	224 748 623,88				
12	Depósitos em instituições financeiras	43 256,24		43 256,24	95 851,58				
11	Caixa	3 558,00		2 520,28	-2 208,09				
		<b>113 433 954,03</b>		<b>113 433 954,03</b>	<b>224 847 275,46</b>				
	<b>Amortizações e diferimentos</b>								
274	Amortizações de provisões								
272	Custos diferidos	289 718 787,98		289 718 787,98	337 625 353,94				
		<b>289 718 787,98</b>		<b>289 718 787,98</b>	<b>337 625 353,94</b>				
	<b>Total de amortizações</b>		13 828 858,73						
	<b>Total de provisões</b>		878 337,70						
	<b>Total do activo</b>	<b>1 887 833 863,88</b>	<b>12 995 838,42</b>	<b>1 843 827 146,33</b>	<b>1 582 418 638,21</b>		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>1 843 827 146,83</b>	<b>1 582 418 638,21</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Director Financeiro

O Conselho Directivo

*[Assinatura]*  
CHEFE DE UNIDADE  
(Filipe Morais)

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Fátima Gomes  
Vogal do C.D.

Quadro 95 - Demonstração de resultados do exercício 2014 e 2015



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015

POCP		2015		2014	
	<b>Custos e Perdas</b>				
62	Fornecimentos e serviços externos		9 418 584,50		9 266 606,79
641+642	Custos com o pessoal	15 575 576,07		16 156 312,19	
	Remunerações				
643+644	Encargos sociais:				
	Pensões	113 420,76		113 552,35	
645/67/8/9	Outros	4 387 692,41	20 076 669,24	6 292 576,13	22 562 440,66
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações imobilizado corp. e incorp.	1 164 962,19		1 183 878,20	
67	Provisões do exercício		1 164 962,19		1 183 878,20
65	Outros custos e perdas operacionais	259 417,08	259 417,08	190 981,85	190 661,86
	( A )		30 919 653,01		33 203 607,51
68	Custos e perdas financeiras		985 099,75		1 928 947,57
	( C )		31 904 752,76		35 132 555,18
69	Custos e perdas extraordinárias		163 199,73		20 297,30
	( E )		32 067 952,49		35 152 852,48
68	Resultado líquido do exercício		-182 719,48		429,50
			31 885 233,01		35 153 281,96
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
71	Vendas e prestação de serviços:				
711	Vendas				
712	Prestação de Serviços	752 646,72	752 646,72		
72	Impostos, taxas e outros	11,18		58,24	
73	Proveitos suplementares	57 951,98		866,06	
741	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
	Transferências - Tesouro	29 330 186,46		33 626 582,57	
742/3/4/5/8/9	Outras				
75	Outros proveitos e ganhos operacionais	539 466,24	29 927 615,86	314 467,01	33 943 673,68
	( B )		30 680 262,58		33 943 973,68
76	Proveitos e ganhos financeiros		1 177,62		4 703,10
	( D )		30 681 440,20		33 948 676,88
79	Proveitos extraordinários		1 203 792,61		1 204 605,00
	( F )		31 885 233,01		35 153 281,96
	<b>RESUMO:</b>				
	Resultados operacionais: (B)-(A)		-239 390,43		740 366,37
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)		-863 922,13		-1 924 244,57
	Resultados correntes: (D)-(C)		-1 223 312,56		-1 183 878,20
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		-182 719,48		429,50

O Técnico Oficial de Contas

O Director Financeiro

O Conselho Directivo

  
CHEFE DE UNIDADE  
(Filipe Morais)



  
Ferreiro Gomes  
Vogal do C.D.



## Anexo 1 - QUAR com autoavaliação



ANO: 2015

Ministério da Agricultura e do Mar

Designação do Serviço/Organismo:

IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

Missão:

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

Objetivos Estratégicos (OE):

	Meta	Grau de concretização
OE1: • Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas	93%	108%
OE2: • Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus stakeholders através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado	82%	109%
OE3: • Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público	90%	94%

Objetivos Operacionais (OOP)

EFICÁCIA

PESO: 50%

OOP1: Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014 (1)	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1 Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	100%	-	95%	3%	100%	100%	dez	100%	125.00%	Superou	25%	
Taxa de Realização do OOP1											125%	

OOP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014 (1)	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2 Taxa de execução dos controlos físicos de RPB (2) até 15/10	-	-	90%	5%	100%	35%	dez	98%	120.25%	Superou	20%	
Ind3 Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC (3), PVA (4) e PVL (5) até ao fim do período de retenção	-	-	80%	5%	100%	20%	dez	100%	124.88%	Superou	25%	
Ind4 Taxa de execução dos controlos de Pagamentos Complementares (artº 68º) exceto MAA (6), da campanha 2014	100%	-	95%	2%	100%	20%	dez	100%	125.00%	Superou	25%	
Ind5 Taxa de execução dos controlos de PRODUR (7) Investimento	-	-	95%	2%	100%	15%	dez	100%	125.00%	Superou	25%	
Ind6 Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	-	-	95%	2%	100%	10%	dez	100%	125.00%	Superou	25%	
Taxa de Realização do OOP2											123%	

OOP3: Desenvolver o NREAP (FrontOffice)

											Peso:	20%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind7 Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à entrada em produção do FrontOffice do NREAP (8)	-	-	50%	10%	100%	100%	dez	50%	100.00%	Atingiu	0%	
Taxa de Realização do OOP3											100%	

EFICIÊNCIA

PESO: 25%

OOP4: Implementar Solução Unificada de Comunicações MAM (9)

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind8 Taxa de resposta às solicitações relativas ao processo de aquisição (PA), na área de competência do departamento, no prazo máximo de 4 dias	-	-	70%	10%	100%	50%	dez	83%	110.83%	Superou	11%	
Ind9 Taxa de realização de reports quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto	-	-	50%	30%	100%	50%	dez	0	0.00%	Não atingiu	-100%	
Taxa de Realização do OOP4											55%	

OOP5: Reduzir o valor em dívida

											Peso:	60%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014 (1)	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind10 Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores (10)	13%	-	13%	1.50%	16.50%	100%	dez	12%	100.00%	Atingiu	0%	
Taxa de Realização do OOP5											100%	

QUALIDADE

PESO: 25%

OOP6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento

											Peso:	60%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014 (1)	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind11 Taxa de satisfação dos clientes = (N.º de inquéritos de satisfação positivos / N.º total de inquéritos do atendimento)*100	98.48%	-	90%	5%	100%	100%	dez	99.37%	123.43%	Superou	23%	
Taxa de Realização do OOP6											123%	

OOP7: Promover a formação adequada dos recursos humanos

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2013	Realizado 2014 (1)	Meta 2015	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind12 Nº de ações de formação adjudicadas face às previstas no Plano Anual de Formação	125%	-	90%	10%	125%	100%	dez	85%	100.00%	Atingiu	0%	
Taxa de Realização do OOP7											100%	

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6	OB7
Objetivo Estratégico 1	X	X			X		
Objetivo Estratégico 2			X	X		X	
Objetivo Estratégico 3							X

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

01, 02, 05 e 06

**NOTAS EXPLICATIVAS**

- 1) À data de elaboração do QUAR 2015 não se encontram disponíveis os resultados de 2014
- 2) IPR - Regime de Pagamento Base
- 3) POC - Prémio por Ovelha e Cabra
- 4) PVA - Prémio por Vaca em Aleitamento
- 5) PVL - Prémio por Vaca Leiteira
- 6) MAM - Medidas Agro Ambientais (Pagamentos complementares - art. 68º)
- 7) PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
- 8) NREAP - Novo Regime do exercício da atividade pecuária
- 9) MAM - Ministério da Agricultura e do Mar
- 10) DOPS-Ind 9 - O montante em dívida a considerar não inclui os montantes gerados em 2015.

A fórmula de cálculo dos indicadores encontra-se na Memória Descritiva

**JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS**

**Objetivo 4/Indicador9**

Este objetivo, ligado à contratação, que envolvia praticamente todas as entidades do MDRP (16 entidades) e que foi coordenado pelo IFAP, foi consumado em 9 de outubro de 2015 e envolveu uma despesa de 2,440 Milhões de euros, repartidos por 3 anos. Durante esta fase do concurso foram apresentadas várias reclamações por parte dos concorrentes que tiveram de merecer cuidadas repostas com justificações técnicas e jurídicas. Posteriormente e face ao valor da despesa deste projeto, foi necessário obter parecer favorável por parte do Tribunal de Contas, o que veio a acontecer já em 2016. Sendo esta uma condição indispensável à efetiva implementação do projeto, a realização de reports quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto não foi realizada.

Eficiência	50%	Eficiência	25%	Qualidade	25%
119%		82%		114%	

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO/ORGANISMO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
109%		

**RECURSOS HUMANOS**

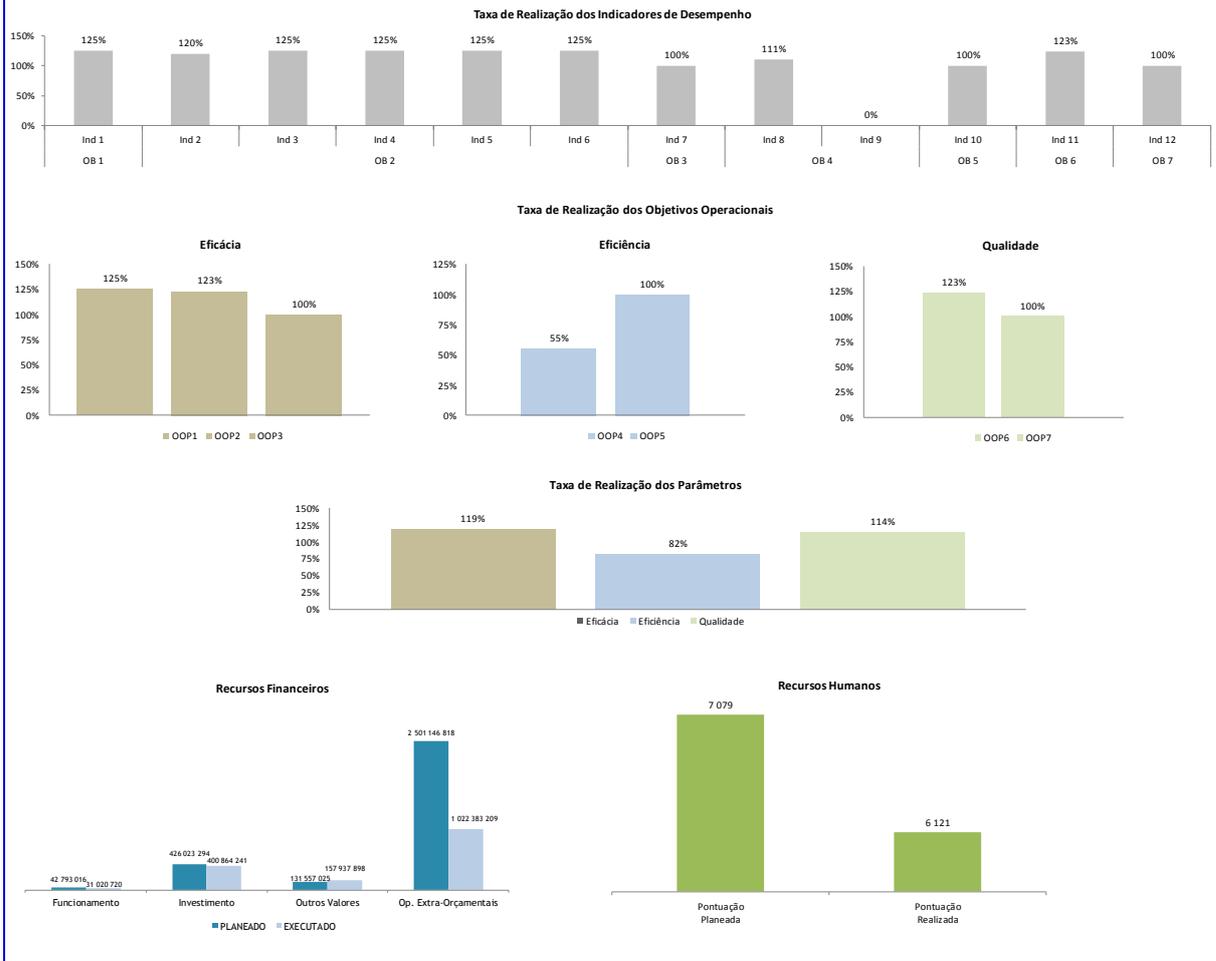
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação Realizada	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção Intermediária e Chefes de equipa	16	896	876	-20
Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática)	12	4440	3802	-638
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	90	85	-5
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	1488	1216	-272
Assistente Operacional	5	85	78	-7
<b>Total</b>		<b>7 079</b>	<b>6 121</b>	<b>-942</b>

**RECURSOS FINANCEIROS**

DESIGNAÇÃO	PLANEADO (€)	EXECUTADO	DESVIO
<b>Orçamento de Fundamento (OF)</b>	<b>42 793 016.00 €</b>	<b>31 020 719.90 €</b>	<b>- 11 772 296.10 €</b>
Despesas c/Pessoal	20 381 248.00 €	19 844 435.66 €	- 536 812.34 €
Aquisições de Bens e Serviços	13 999 062.00 €	8 697 265.00 €	- 5 301 797.00 €
Encargos correntes da dívida - juros	4 500 000.00 €	847 464.34 €	- 3 652 535.66 €
Transferências correntes	50 000.00 €	- €	- 50 000.00 €
Outras despesas correntes	408 300.00 €	353 430.00 €	- 54 870.00 €
Aquisição de bens de capital	2 604 406.00 €	745 539.08 €	- 1 858 866.92 €
Empréstimos concedidos	75 000.00 €	- €	- 75 000.00 €
Crédito Direto	775 000.00 €	532 585.82 €	- 242 414.18 €
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>426 023 294.00 €</b>	<b>400 864 241.00 €</b>	<b>- 25 159 053.00 €</b>
<b>Outros Valores (OV)</b>	<b>131 557 025.00 €</b>	<b>157 937 898.00 €</b>	<b>26 380 873.00 €</b>
<b>Operações Extra-Orçamentais (OEO)</b>	<b>2 501 146 818.00 €</b>	<b>1 022 383 209.00 €</b>	<b>- 1 478 763 609.00 €</b>
<b>Total (OF+OI+OV+OEO)</b>	<b>3 101 520 153.00 €</b>	<b>1 612 206 067.90 €</b>	<b>- 1 489 314 085.10 €</b>

**INDICADORES | FONTES DE VERIFICAÇÃO**

- Ind 1: Ficheiro excel - Audit Trail - 2015
- Ind 2: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2015.xls
- Ind 3: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2015.xls
- Ind 4: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2015.xls
- Ind 5: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2015.xls
- Ind 6: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2015.xls
- Ind 7: Relatório final de aceitação de software.
- Ind 8: Aplicação de gestão de PA e Email enviados para e do DSI
- Ind 9: Pasta do projeto
- Ind 10: Base de dados de devedores /SINGA
- Ind 11: Relatórios mensais, semestrais e anuais dos Inquéritos de satisfação.
- Ind 12: Módulo de aprovisionamento e IDoc



Quadro de Meios Humanos QUAR_2015										
Recursos Humanos	Pontuação (a)	Pontuação efetivos Planeados para 2015			Pontuação efetivos Executados para 2015				Desvio (valor absoluto) (j) = (b - e)	
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação da categoria com o N.º Efetivos Planeados	N.º de efetivos a 31.dez.2015 (Balanço Social)	UERHE	Pontuação da categoria com o N.º Efetivos a 31.dez.2015	Somatório de dias trabalháveis por trabalhador em cada carreira		Pontuação da categoria considerando os dias de trabalho efetivamente prestado
		(b)	(c) = (234 x b)	(d) = (a x b)	(e)	(f) = Σ dos dias de trabalho efetivo por trabalhador em cada carreira	(g) = (a x e)	(h) = (e x UERHP)		(i) = f x g/h
Dirigentes - Direção Superior	20	4	936	80	4	936	80	936	80	0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	56	13 104	896	55	12 815	880	12 870	876	1
Técnico Superior (Inclui Especialistas de Informática)	12	370	86 580	4 440	331	74 144	3 972	77 454	3 802	39
Coordenador Técnico	9	10	2 340	90	10	2 210	90	2 340	85	0
Assistente Técnico (Inclui Técnicos de Informática)	8	186	43 524	1 488	161	35 581	1 288	37 674	1 216	25
Encarregado geral operacional	7	0	0	0			0	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0			0	0	0	0
Assistente Operacional	5	17	3 978	85	16	3 648	80	3 744	78	1
<b>Total:</b>		<b>643</b>	<b>150 462</b>	<b>7 079</b>	<b>577</b>	<b>129 334</b>	<b>6 390</b>	<b>135 018</b>	<b>6 121</b>	<b>66</b>
Unidade Equivalente de Recursos Humanos Planeados (UERHP) - 2015	234	N.º de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2015			N.º de efetivos no Serviço e exercer funções em: 31.dezembro.2015					
		643			577					
Taxa de variação de RH (%)		-10.26%			13.75					
Taxa de utilização de RH não considerando o absentismo		90.27%								
Taxa de utilização de RH considerando o absentismo		95.80%								

A taxa de utilização RH real é de 96% e não a calculada automaticamente pelo template, uma vez que tem em conta os RH efetivos (a 31/12/2015). Esta taxa espelha mais fidedignamente a realidade.

## Anexo 2 - QUAR com justificação de desvios

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
<b>Objetivo 1</b>	<b>Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada</b>	
Ind.1	Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	Nada a referir
<b>Objetivo 2</b>	<b>Assegurar a realização atempada dos controlos <i>in-loco</i></b>	
Ind. 2	Taxa de execução de todos os controlos físicos de RPB até 15/10	Nada a referir
Ind. 3	Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL, até ao fim do período de retenção	Nada a referir
Ind. 4	Taxa de execução dos controlos de Pagamentos Complementares (art. 68º) exceto MAA, da campanha 2014	Nada a referir

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Ind. 5	Execução de todos os controlos de PRODER Investimento	Nada a referir
Ind. 6	Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	Nada a referir
<b>Objetivo 3</b>	<b>Desenvolver o NREAP (FrontOffice)</b>	
Ind. 7	Percentagem de cumprimento das etapas necessárias à produção do FrontOffice do NREAP	Nada a referir.
<b>Objetivo 4</b>	<b>Implementar Solução Unificada de Comunicações MAM</b>	
Ind. 8	Taxa de resposta às solicitações relativas ao processo de aquisição (PA), na área de competência do departamento, no prazo máximo de 4 dias	Este objetivo, ligado à contratação, que envolvia praticamente todas as entidades do MAFDR (16 entidades) e que foi coordenado pelo IFAP, foi consumado em 9 de outubro de 2015 e envolveu uma despesa de 2,440 Milhões de euros, repartidos por 3 anos. Durante esta fase do concurso foram apresentadas várias reclamações por parte dos concorrentes que tiveram de merecer cuidadas repostas com justificações técnicas e jurídicas. Posteriormente e face ao valor da despesa deste projeto, foi necessário obter parecer favorável por parte do Tribunal de Contas, o que veio a acontecer já em 2016. Sendo esta uma condição indispensável à efetiva implementação do projeto, a realização de <i>reports</i> quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto não foi realizada (indicador seguinte).

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Ind. 9	Taxa de realização de <i>reports</i> quinzenais de acompanhamento da implementação do projeto	Face aos atrasos registados durante a execução do Processo de Aquisição, não foi possível iniciar a implementação do projeto em 2015, tal como estava previsto o que impediu a elaboração dos <i>reports</i> de acompanhamento previstos
<b>Objetivo 5</b>	<b>Reduzir o valor em dívida</b>	
Ind. 10	Taxa de redução do valor em dívida registado na base de dados de devedores	Nada a referir
<b>Objetivo 6</b>	<b>Melhorar a qualidade do serviço de atendimento</b>	
Ind. 11	Taxa de satisfação dos clientes	Nada a referir
<b>Objetivo 7</b>	<b>Promover a formação adequada dos recursos humanos</b>	
Ind. 12	Número de ações de formação adjudicadas face às previstas no Plano anual de Formação	<p>O desvio face à meta deve-se aos constangimentos a seguir identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos de aquisição morosos, dificultados por questões associadas à redução remuneratória e ao parecer prévio das Finanças;</li> <li>• Pedidos de parecer prévio à AMA;</li> <li>• Impossibilidade de agendamento de cursos entre a 2ª quinzena de junho e a 2ª quinzena de setembro, devido a férias;</li> <li>• Anulação de vários cursos na área dos sistemas de informação, devido à estratégia tecnológica.</li> </ul>

## Anexo 3 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários

### 1. Introdução

De acordo com o estabelecido na alínea a) do nº 2, do art. 15º da Lei nº 66 B/2007 foi implementada, desde o ano de 2010, a distribuição dos Inquéritos de Satisfação aos Beneficiários, na sala de Atendimento Presencial do IFAP.

No ano de 2015 registaram-se 2965 presenças no Atendimento, das quais se recolheram 317 inquéritos respondidos. Este número correspondeu a uma amostra de 10.7%.

Pretendeu-se, por este meio, avaliar o grau de satisfação dos Beneficiários em relação aos serviços prestados, bem como o nível profissional dos técnicos que presencialmente prestam informações.

O inquérito esteve disponível para preenchimento entre os meses de janeiro e dezembro de 2015.

### 2. Metodologia

O inquérito é composto por três grupos de classificação de serviços:

- Atendimento
- Organização
- Instalações

Abrange, ainda, duas questões com o intuito de efetuar uma caracterização dos inquiridos:

- Faixa Etária
- Concelho de Residência

Na análise e apresentação dos resultados, os concelhos são organizados em distritos, para uma melhor leitura dos dados.

O primeiro grupo de perguntas, relativo ao Atendimento, é constituído por seis questões, o grupo “Organização” por uma questão e o grupo “Instalações” por duas questões.

Foi utilizada uma escala com cinco níveis, para a avaliação do grau de satisfação:

Mau, Insuficiente, Satisfaz, Bom e Muito Bom

### 3. Resultados

Apresentam-se, seguidamente, os gráficos dos resultados do inquérito e a respetiva análise.

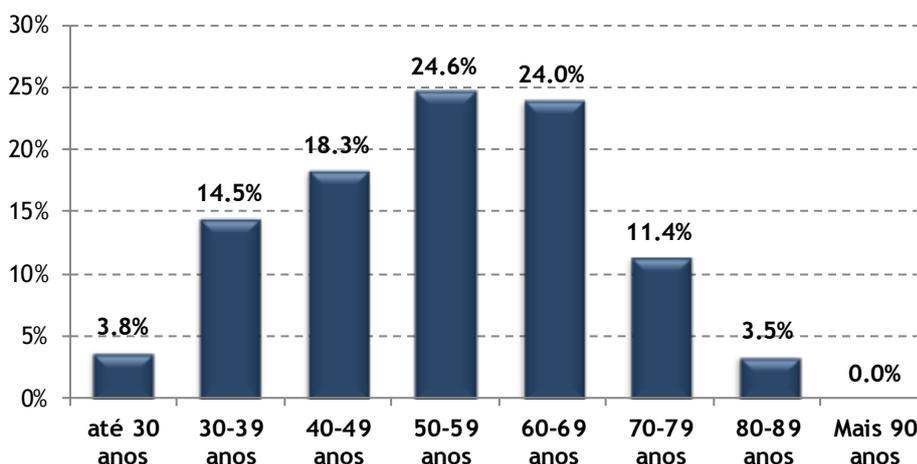
#### Caracterização dos inquiridos

A caracterização dos inquiridos foi baseada na faixa etária e no concelho de residência.

#### Faixa Etária

Do total de participantes, verificou-se que o escalão mais representativo se situava na faixa etária entre os 50 e os 59 anos (24.6%). A faixa etária dos 60 aos 69 anos apresentou igualmente um peso significativo, de 24.0%, sendo os restantes escalões menos expressivos, conforme é possível observar no gráfico 1.

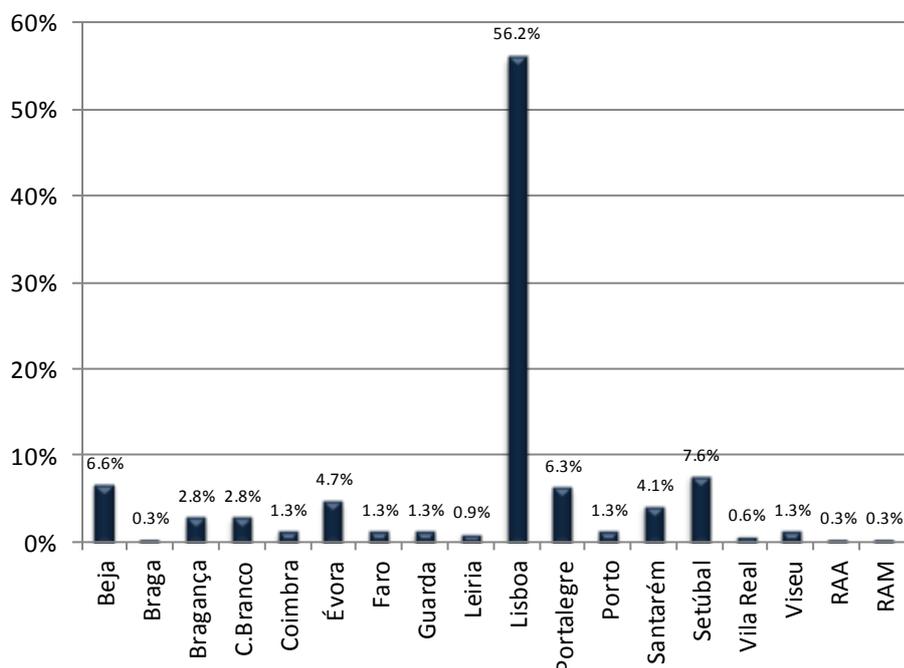
Gráfico 15- Faixa etária dos inquiridos



#### Distrito de Residência

A maioria dos inquiridos (56.2%) reside no distrito de Lisboa, conforme se pode constatar no gráfico abaixo. Seguem-se os distritos de Setúbal, Beja e Portalegre, com, respetivamente, 7.6%, 6.6% e 6.3% dos inquiridos.

Gráfico 16 -Distrito de residência dos inquiridos



No que se refere às questões do Atendimento, Organização e Instalações, os resultados são apresentados seguidamente, sob a forma de gráficos:

### Atendimento

Foram colocadas 6 questões, as quais pretendiam avaliar o atendimento recebido, a amabilidade e disponibilidade dos técnicos, a clareza da linguagem, a competência e o profissionalismo, e, ainda, se foi proveitosa a deslocação ao IFAP.

A resposta que obteve a melhor classificação foi a nº 6 - “Recomendaria os serviços de Atendimento a um Beneficiário?”, com 95.3% para SIM, 0.6% para NÃO e 4.1% para TALVEZ.

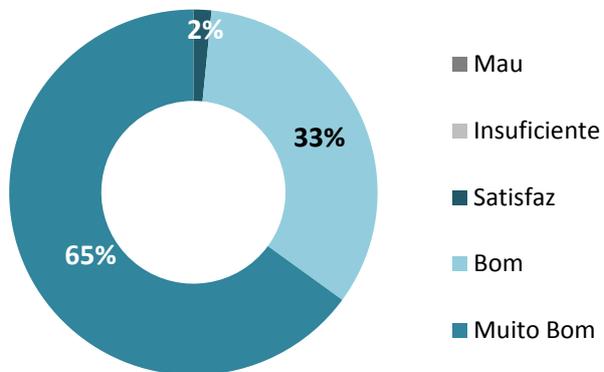
De realçar que esta é a única pergunta com uma escala de avaliação diferente das restantes.

A pergunta nº 1 - “Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos”, obteve a segunda classificação mais elevada de MUITO BOM, com 65.0%.

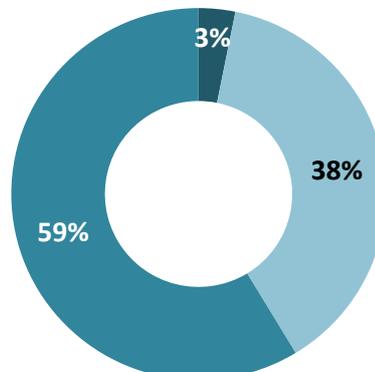
Quanto à pergunta nº 3 - “Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos”, foi a terceira com os resultados mais positivos, com 61.0% para a classificação de MUITO BOM.

Gráfico 17 - Atendimento

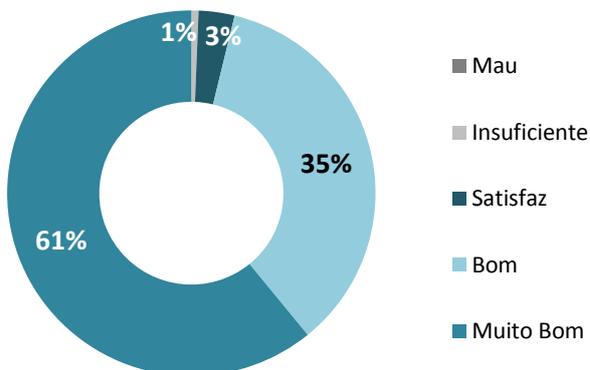
1. Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos?



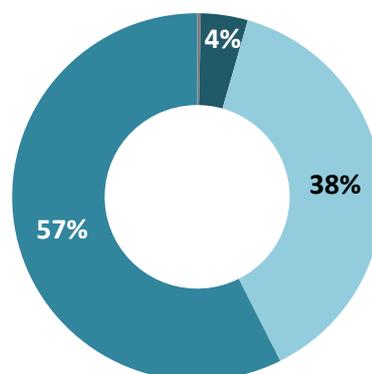
2. Classifique a clareza e simplicidade da linguagem dos técnicos?



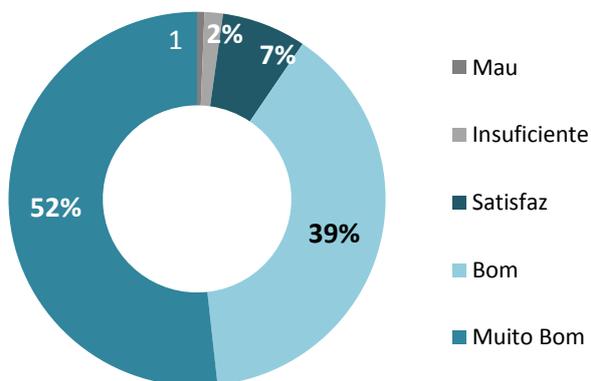
3. Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos?



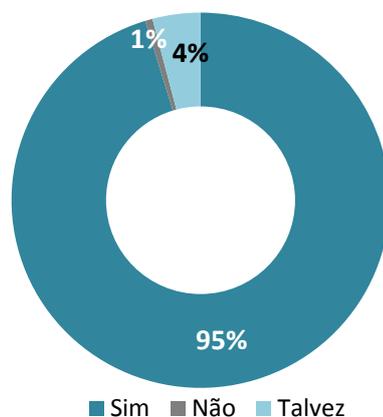
4. Como avalia globalmente o atendimento recebido?



5. Como classifica a sua vinda ao atendimento?



6. Recomendaria os serviços de atendimento a um beneficiário?



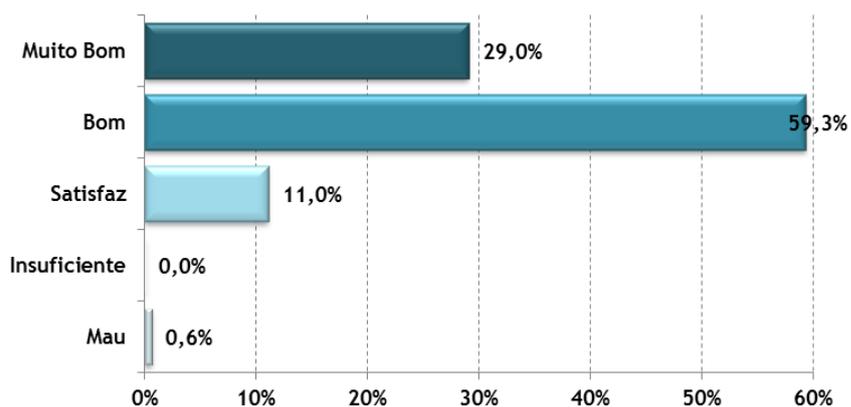
### Instalações

As duas questões relativas às instalações abrangeram a localização e as condições da sala de atendimento.

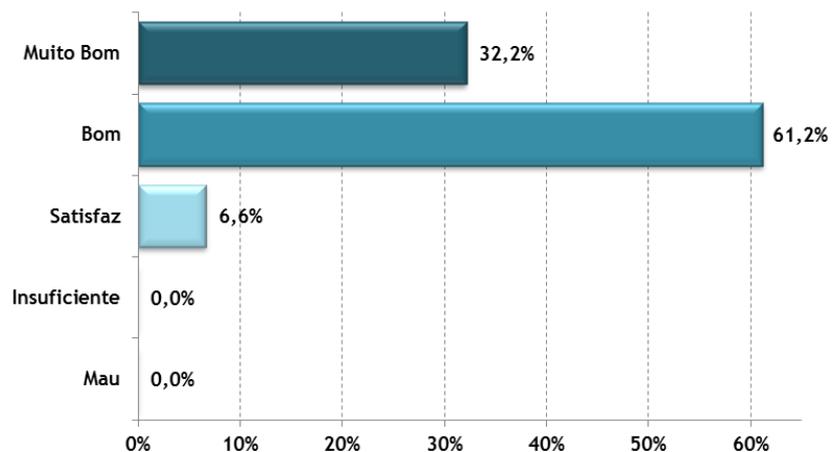
No que se refere à localização, cerca de 88.3% dos inquiridos classificaram com BOM ou MUITO BOM, enquanto as condições das instalações foram classificadas com BOM ou MUITO BOM por 93.4%.

Gráfico 18 - Instalações

### Como avalia a localização das instalações do atendimento?



### Como avalia as condições das instalações do atendimento?

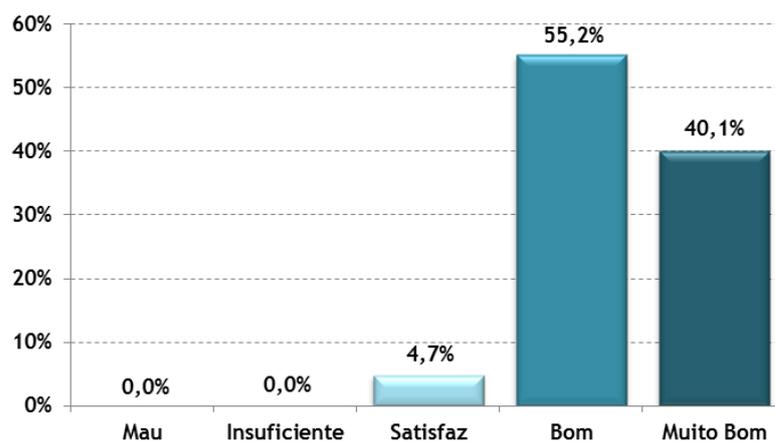


### Organização

Quanto à organização dos serviços de atendimento presencial, constata-se uma tendência positiva, demonstrada pelos 95,3% do total de respostas com classificações de BOM e MUITO BOM.

Gráfico 19 - Organização

### Como avalia a organização do atendimento?



#### **4. Considerações Gerais**

O presente documento apresentou os resultados mais relevantes do inquérito de satisfação dos beneficiários no atendimento presencial.

Na questão relativa a sugestões/observações, as críticas deixadas neste espaço aberto foram, de uma forma geral, relacionadas com atrasos nos pagamentos, tempos de espera no atendimento, sistema informativo deficiente e falta de coordenação entre todos os serviços envolvidos.

Foram igualmente tecidos alguns elogios, normalmente relacionados com a simpatia dos técnicos no atendimento, tendo sido contabilizadas no total 26 Sugestões e 6 Observações.

#### **5. Conclusões**

Apresenta-se seguidamente o Quadro 1 referente à avaliação comparativa dos resultados obtidos em 2014 e 2015, para as classificações de Mau e Insuficiente, com a variação percentual obtida para cada questão dos três grupos principais.

Da análise dos resultados obtidos pode afirmar-se que o nível de insatisfação dos inquiridos que se dirigiram ao atendimento presencial diminuiu, em termos médios, 25.1% relativamente ao ano anterior.

No mesmo quadro é ainda possível observar quais as questões onde se verificou uma redução percentual mais acentuada para as respostas negativas, com destaque para as questões n.ºs 1 e 4 - Amabilidade e Disponibilidade dos técnicos e Avaliação Global do Atendimento do Grupo 1 (Atendimento), nas questões relacionadas com a localização e as condições das instalações do Grupo 2 (Instalações) e por último a Organização do Atendimento no Grupo 3 (Organização).

No que se refere aos casos onde se verificou um aumento de respostas com avaliação negativa, as mesmas ocorreram nas questões 3 e 5 - Competência e Profissionalismo dos técnicos e Classificação da vinda ao Atendimento, sendo ambas as questões do Grupo 1 (Atendimento).

Constata-se, ainda, que 66% das respostas com classificação negativa ocorreu durante o 1º semestre do ano, aspeto para o qual não será certamente alheio o facto de coincidir com início do período de implementação das novas regras das ajudas e apoios estabelecidos na Política Agrícola Comum.

Por último, os Quadros 2 e 3 apresentam a evolução registada entre os anos de 2012 e 2015, relativamente ao número de beneficiários inquiridos vs. número de concelhos abrangidos e percentagens das amostras obtidas, respetivamente.

Quadro 1 - Comparação dos resultados obtidos em 2014 e 2015

GRUPO	Pergunta	Mau + Insuficiente		Variação percentual 2014/2015
		2014	2015	
1. Atendimento	1	0.4%	0.0%	-100.0%
	2	0.0%	0.0%	0.0%
	3	0.0%	0.6%	-
	4	0.4%	0.3%	-17.9%
	5	1.9%	2.2%	13.9%
<b>Variação Atendimento</b>		<b>2.7%</b>	<b>3.2%</b>	<b>16.2%</b>
2. Instalações	1	1.6%	0.6%	-59.6%
	2	0.4%	0.0%	-100.0%
<b>Variação Instalações</b>		<b>2.0%</b>	<b>0.6%</b>	<b>-209.5%</b>
3. Organização	1	0.4%	0.0%	-100.0%
<b>Variação Organização</b>		<b>0.4%</b>	<b>0.0%</b>	<b>-100.0%</b>
<b>Variação total</b>		<b>5.1%</b>	<b>3.8%</b>	<b>-25.1%</b>

Quadro 2 - Comparação dos beneficiários e concelhos entre 2012 e 2015

	2012	2013	2014	2015
Nº Beneficiários Inquiridos	702	383	258	317
Nº Concelhos Abrangidos	*138	**103	83	81

\* 4 beneficiários não preencheram o campo Concelho

\*\* 2 beneficiários não preencheram o campo Concelho

Quadro 3 -Evolução da percentagem da amostra entre 2012 e 2015

	2012	2013	2014	2015
Nº Presenças no Atendimento	4 242	3 528	2 949	2 965
Nº Inquéritos preenchidos	702	383	258	317
Percentagem da amostra	16.5%	10.9%	8.7%	10.7%

## Anexo 4 - Balanço Social

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		CS no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)															1								1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)															3								3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)															6	5							6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)															18	12							18	12	30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)															4	10							4	10	14
Técnico Superior										118	207												118	207	325
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo										58	88												58	88	146
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar										11	5												11	5	16
Informático										21	10												21	10	31
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Outro Pessoal																							0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	208	310	0	0	0	0	32	27	0	0	0	0	0	240	337	577

Prestações de Serviços	M	F	TOTAL
Tarefas			0
Avenças			0
<b>Total</b>	0	0	0

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Dirigente Superior de 1.º grau a)														1													1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)									1						1					1							3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											3		1	3	2	2											6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)									2	1	5	3	6	3	4	4		1			1						18	12	30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)										1	4	5		2		1				1							4	10	14
Técnico Superior								3	7	21	19	63	34	59	20	27	20	20	15	12	3	2					118	207	325
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					1		1	4			7	12	4	13	19	15	20	32	4	14							58	88	146
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar											2		1	2	3	1	2	1	1		1	1	1				11	5	16
Informático								3	2	9	4	4			2		2	4	1								21	10	31
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Outro Pessoal																											0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	1	0	4	17	25	49	87	51	82	51	50	44	58	22	27	5	3	1	0		240	337	577	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Tarefas																											0	0	0
Avenças																											0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Notas:

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)			1																1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)	1								1								1		3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)				1	1		3		1	2			1	2					6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	1	1				2	10	3	4	2	1	3	1	1			1		18	12	30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	1		2	1	1			6		1		1		1					4	10	14
Técnico Superior	1	8	19	52	4	5	22	48	22	42	21	24	7	15	17	11	5	2	118	207	325
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	1		4	3		2	3	8	8	19	14	16	9	14	14	20	5	6	58	88	146
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							1		3	1	3	2	2	1	2	1			11	5	16
Informático		2	1		2	1	14	3			1			1	1	3	2		21	10	31
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Outro Pessoal																			0	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>27</b>	<b>57</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>53</b>	<b>68</b>	<b>39</b>	<b>67</b>	<b>40</b>	<b>46</b>	<b>20</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>240</b>	<b>337</b>	<b>577</b>

Notas:

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)																1						1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)																2		1				3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																6	5					6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)														1		17	11		1			18	12	30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																4	10					4	10	14
Técnico Superior							2	1	3	2	8	5	3	1	101	187	1	9		2		118	207	325
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					2		11	8	10	7	34	69	1			4						58	88	146
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			2	1	4	1	3		1		1	3										11	5	16
Informático							1	1	1	2	10		1	1	8	6						21	10	31
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Outro Pessoal																						0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>53</b>	<b>77</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>139</b>	<b>223</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>240</b>	<b>337</b>	<b>577</b>	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença																						0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Notas:

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)							0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)				1			0	1	1
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior				1			0	1	1
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo				1			0	1	1
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							0	0	0
Informático							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Outro Pessoal							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas							0	0	0
Avenças							0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Notas:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efetividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira	Menos que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)																											0	0	0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)																				1								1	0	1
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																												0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																						1						1	0	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																												0	0	0
Técnico Superior												2	1						1									1	3	4
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo											1			2		1		3										1	6	7
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar																												0	0	0
Informático																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Outro Pessoal																												0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	0	1	0	4	1	0	1	0	0	0	0	0	4	9	13	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F	
Tarefas																												0	0	0
Avenças																												0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**Notas:**

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação**

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)															0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)									1	3					1	3	4
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)										1					0	1	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)										2					0	2	2
Técnico Superior		5			1	3							3	3	4	11	15
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo							1								0	1	1
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar															0	0	0
Informático					1			1						2	2	2	4
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Outro Pessoal															0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>27</b>

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	TOTAL
Tarefas			0
Avenças			0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

\* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)																							0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																							0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																				1			0	1	1
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																			1	1		3	1	4	5
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)			1	1																			1	1	2
Técnico Superior																							0	0	0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo																							0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar																							0	0	0
Informático																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Outro Pessoal																							0	0	0
<b>Total</b>	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3	2	6	8

Notas:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do artº 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																														0	0	0
Técnico Superior					1																		6	9			3	9	10	18	28	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo						2																					1		1	2	3	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar																														0	0	0
Informático																											1		1	0	1	
Pessoal de Investigação Científica																														0	0	0
Pessoal de Inspeção																														0	0	0
Outro Pessoal																														0	0	0
<b>Total</b>	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	9	0	0	5	9	12	20	32

**Notas:**

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	TOTAL
Dirigente Superior de 1.º grau a)						0
Dirigente Superior de 2.º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	2					2
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior	56				4	60
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	2					2
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar						0
Informático	4					4
Pessoal de Investigação Científica						0
Pessoal de Inspeção						0
Outro Pessoal						0
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>68</b>

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:
  - não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
  - impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
  - recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
  - procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
  - procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)												0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)												0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)												0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)												0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)												0	0	0
Técnico Superior								1	6			1	6	7
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo												0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar												0	0	0
Informático									2			0	2	2
Pessoal de Investigação Científica												0	0	0
Pessoal de Inspeção												0	0	0
Outro Pessoal												0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>9</b>

Notas:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

(3) - Artigo 99º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico *		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)													1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)													3		3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)													6	5	6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)													18	12	18	12	30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)													4	10	4	10	14
Técnico Superior			97	125			10	54			11	28			118	207	325
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo			51	79			2	6			5	3			58	88	146
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			9	5							2				11	5	16
Informático			17	8					3	2	1				21	10	31
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Outro Pessoal															0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>174</b>	<b>217</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>60</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>240</b>	<b>337</b>	<b>577</b>

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

\* - Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo								PNT inferior ao praticado a tempo completo												TOTAL		TOTAL					
	35 horas				40 horas				células abertas para indicar nº horas/semana	Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M		F				
	M		F		M		F			M		F		M		F		M		F								
	M		F		M		F		M		F		M		F		M		F		M			F				
Dirigente Superior de 1.º grau a)																	1								1	0	1	
Dirigente Superior de 2.º grau a)																	3									3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																	6	5								6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																	18	12								18	12	30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																	4	10								4	10	14
Técnico Superior	9	54	108	147							1		3			1	1	1								118	207	325
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	3	6	55	82																						58	88	146
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			11	5																						11	5	16
Informático			21	10																						21	10	31
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Outro Pessoal																										0	0	0
<b>Total</b>	12	60	195	244	0	0	0	0	0	1	0	3	0	1	1	1	32	27	0	0	0	0	0	0	240	337	577	

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(\*) - Trabalho a tempo parcial ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que três horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género**

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	287:00	226:00			26:00	10:00	201:30	260:30	25:00	46:00	539:30	542:30	1082:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	40:00	2588:00			76:30	31:00	90:00	951:00	12:00	11:00	218:30	3581:00	3799:30
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	2658:30				29:00		501:30		23:30		3212:30	0:00	3212:30
Informático	27:00				11:00	15:30	41:00	24:00			79:00	39:30	118:30
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal											0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>3012:30</b>	<b>2814:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>142:30</b>	<b>56:30</b>	<b>834:00</b>	<b>1235:30</b>	<b>60:30</b>	<b>57:00</b>	<b>4049:30</b>	<b>4163:00</b>	<b>8212:30</b>

**Notas:**

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano por grupo/cargo/carreira, segundo o género**

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal					0:00	0:00	0:00
<b>Total</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>	<b>0:00</b>

Notas:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna “trabalho nocturno extraordinário” neste quadro deve-se considerar o trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior de 1.º grau a)																													0.0	0.0	0.0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																													0.0	0.0	0.0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																													0.0	0.0	0.0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																													0.0	0.0	0.0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)			18.0					18.0			4.0																	22.0	18.0	40.0	
Técnico Superior	15.0		54.0	148.0	37.0	44.0	517.0	1765.0		296.0	41.0	174.0	71.0	51.0	22.0	3.0					2.0	1.0				81.0	86.0	840.0	2568.0	3408.0	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	15.0				14.0	27.0	430.0	1248.0			20.0	37.0	2.0		17.0	10.0		10.0			1.0					65.0	63.0	564.0	1395.0	1959.0	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							92.0				2.0															6.0	4.0	100.0	4.0	104.0	
Informático			20.0		1.0	4.0	232.0	23.0				13.0														1.0		254.0	40.0	294.0	
Pessoal de Investigação Científica																												0.0	0.0	0.0	
Pessoal de Inspeção																												0.0	0.0	0.0	
Outro Pessoal																												0.0	0.0	0.0	
<b>Total</b>	<b>30.0</b>	<b>0.0</b>	<b>92.0</b>	<b>148.0</b>	<b>52.0</b>	<b>75.0</b>	<b>1271.0</b>	<b>3054.0</b>	<b>0.0</b>	<b>296.0</b>	<b>67.0</b>	<b>224.0</b>	<b>73.0</b>	<b>51.0</b>	<b>39.0</b>	<b>13.0</b>	<b>0.0</b>	<b>10.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>3.0</b>	<b>1.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>153.0</b>	<b>153.0</b>	<b>1780.0</b>	<b>4025.0</b>	<b>5805.0</b>		

Notas:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

**Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação**

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da		Motivo(s) da greve
13-03-2015	Greve		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadore s em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1	7:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros	3	24:00	
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>31:00</b>	

**Notas:**

(\*) Período Normal de Trabalho

(\*\*) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho

## Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respetiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

(Excluindo prestações de serviço) Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	M	F	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	13	20	33
1001-1250 €	32	65	97
1251-1500 €	34	46	80
1501-1750 €	35	79	114
1751-2000€	27	61	88
2001-2250 €	34	24	58
2251-2500 €	36	30	66
2501-2750 €	20	11	31
2751-3000 €	3	1	4
3001-3250 €	1		1
3251-3500 €	2		2
3501-3750 €	1		1
3751-4000 €	1		1
4001-4250 €			0
4251-4500 €	1		1
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>337</b>	<b>577</b>

#### Notas:

i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género

iii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

iv) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

## B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	549.25 €	635.07 €
Máxima (€)	4 251.43 €	2 894.06 €

### Nota:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

## Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	14 073 171.96 €
Suplementos remuneratórios	816 590.84 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	808 128.60 €
Benefícios sociais	0.00 €
Outros encargos com pessoal (**)	4 134 643.14 €
<b>Total</b>	<b>19 832 534.54 €</b>

### Nota:

(\*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

**Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios**

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	45 586.15 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	24 962.69 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	20 125.12 €
Abono para falhas	4 113.00 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	93 060.23 €
Representação	593 151.07 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	35 592.58 €
<b>Total</b>	<b>816 590.84 €</b>

**Nota:**

(\*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

**Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais**

<b>Prestações sociais</b>	<b>Valor (Euros)</b>
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	
Abono de família	4 572.55 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	1 312.07 €
Acidente de trabalho e doença profissional	3 201.65 €
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	755 694.12 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	43 348.21 €
<b>Total</b>	<b>808 128.60 €</b>

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsidio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsidio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
<b>Total</b>	<b>0.00 €</b>

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0					0					
	F	2	2				0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0					0					
	F	0					0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0					0					
	F	0					0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0					0					
	F	0					327				327	

Notas: Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais.

Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.



**Quadro 22: Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano**

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	14	360.00 €
Exames de admissão	10	300.00 €
Exames periódicos	2	0.00 €
Exames ocasionais e complementares	2	60.00 €
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho (*)		4 500.00 €
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

(\*) Incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1 ("pessoas ao serviço em 31 de dezembro"), as despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

**Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo**

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

#### Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

#### Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	0
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	0

#### Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Notas:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

**Quadro 27: Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração**

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
<b>Internas</b>	325	10		14	<b>349</b>
<b>Externas</b>	30	54	10		<b>94</b>
<b>Total</b>	<b>355</b>	<b>64</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>443</b>

**Notas:**

Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:

- ação interna, organizada pela entidade;
- ação externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +...+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

**Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção**

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)	1	1	2	
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	4	4	8	
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	25	14	39	
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	13	11	24	
Técnico Superior	256	37	293	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	43	3	46	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			0	
Informático	7	24	31	
Pessoal de Investigação científica			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Outro Pessoal			0	
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>94</b>	<b>443</b>	<b>0</b>

Notas:

(\*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(\*\*) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

**Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação**

Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)	9:00	4:00	13:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	63:00	119:00	182:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	1760:00	611:00	2371:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	1212:00	477:00	1689:00
Técnico Superior	4536:00	1117:00	5653:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	700:00	29:00	729:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			0:00
Informático	71:00	804:00	875:00
Pessoal de Investigação científica			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00
Outro Pessoal			0:00

**Notas:**

Considerar as horas dispendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

### Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	68 323.80 €
Despesa com acções externas	44 431.08 €
<b>Total</b>	<b>112 754.88 €</b>

### Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	223
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	7
<b>Total de votantes para comissões de trabalhadores</b>	

### Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	1
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	1
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

#### Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas